

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



REPÚBLICA
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL

Ficha Técnica

Título – Relatório de Atividades 2020 da DGRDN

Data de finalização – março 2021

Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Av. Ilha da Madeira, 1

1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3028500

Fax: (21)3027221

E-mail: dgrdn@defesa.pt

URL: <http://www.portugal.gov.pt>

INDICE

Nota de Apresentação do Relatório 2020	6
Missão, Visão e Valores	8
Quadro de Avaliação e Responsabilidade (QUAR 2020), Objetivos Estratégicos e Operacionais	9
Procedimentos para a elaboração do Relatório de Atividades e Relatório de Autoavaliação – Metodologia	13
Glossário	15
Relatório de Autoavaliação	16
Nota introdutória	19
Estrutura orgânica do serviço	20
Metodologia adotada	25
Autoavaliação (análise do QUAR, resultados alcançados, desvios, avaliação dos objetivos estratégicos e operacionais, recursos humanos e financeiros)	26
Sistema de controlo interno	52
Audição externa e interna	59
Síntese do Balanço Social	67
Apreciação dos objetivos específicos das unidades orgânicas	68
Ações de melhoria no desempenho	69
Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional	70
Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço - resultado da autoavaliação	71
Avaliação dos Objetivos Operacionais (complementares) das Unidades Orgânicas	72
<i>(vertente quantitativa do Relatório)</i>	
Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação	73
Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar	80
Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais	85
Direção de Serviços de Armamento e Equipamento	91
Direção de Serviços de Infraestruturas e Património	94
Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente	97

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio	102
Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico	103
Gabinete de Contratação da Defesa (Equipa Multidisciplinar)	104
Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor	106

Listagem síntese de Programas e Ações	109
---	------------

Programas e Ações

(vertente qualitativa do Relatório – análise descritiva de Resultados)

01 Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH	118
02 Promover o aumento das Qualificações dos RH da Defesa Nacional	128
03 Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional	138
04 Recrutamento, Reserva e Efetivos Militares	142
05 Deveres Militares	150
06 Comunicação Integrada para o Serviço Militar	160
07 Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar	166
08 Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes	178
09 Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação)	184
10 Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)	188
11 Infraestruturas	192
12 Património Imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional	198
13 Rentabilização do Património Imobiliário afeto à Defesa Nacional	201
14 Acordo Bilateral de Defesa Portugal – EUA (Comissão Técnica)	205
15 Turismo Militar	207
16 Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)	210
17 Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)	218

- 18 Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN 223**
- 19 Gerir os Recursos Humanos da DGRDN 230**
- 20 Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN 235**
- 21 Gestão e Planeamento Estratégico no âmbito da DGRDN 239**
- 22 Contratação no âmbito da Defesa 241**
- 23 Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN
e execução de matérias no âmbito organizacional 244**
- 24 Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e Segurança) 250**
- 25 Fomentar a Educação Física e o Desporto Militar 252**

Anexos 255

Execução orçamental 2020

Siglas/Acrónimos/Abreviaturas

Balanço Social 2020

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O documento apresentado destina-se a identificar e a avaliar o nível de realização dos objetivos, ações e projetos no decurso do ano 2020, considerando os programas e a estrutura orgânica atual, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

Este documento, constitui um instrumento de gestão fundamental para retrospectivamente estimar a estratégia desenvolvida para a obtenção das metas planeadas, observando aquilo que o Plano de Atividades na generalidade determinou.

A função social, obrigações e capacidades da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) decorrem do Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho (identifica a missão, as atribuições e o tipo de organização interna do serviço), da Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro (delimita a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas) e os despachos que definem e asseguram a estrutura flexível da DGRDN (criação de divisões e equipa multidisciplinar).

O Relatório de Atividades 2020 compreende ainda a vertente do comprometimento e exigência do serviço na apreciação do ciclo anual de gestão, através da inclusão do QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) bem como do Relatório de Autoavaliação (Decreto-Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro).

Consecutivamente, procurou-se cumprir o planeamento previamente estabelecido, através da concretização das atividades previstas nos 25 programas, considerando também essencial dar resposta às ações/projetos não previstas de carácter extraordinário pelas várias áreas essenciais de atuação da Direção-geral e que se destacam-se em seguida:

- Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação;
- Profissionalização do Serviço Militar;
- Saúde Militar e Assuntos Sociais;
- Armamento e Equipamento;
- Infraestruturas, Património e Turismo Militar;
- Qualidade e Ambiente;
- Gestão Financeira e Recursos Humanos.

Avaliaram-se, ainda, outras áreas com responsabilidades em matérias de assessoria técnica à direção, mormente ao nível do planeamento e dos instrumentos de gestão estratégica bem como ao nível da contratação da defesa.

Consideraram-se ainda relevantes as ações desenvolvidas no âmbito desta direção-geral, pelos Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança, e Comissão de Educação Física e Desporto Militar.

Termino com palavras de agradecimento aos dirigentes e trabalhadores desta direção-geral, que imbuídos de sentido de responsabilidade, espírito de colaboração e vontade de corresponder da melhor forma à missão da DGRDN dignificam o serviço público.

Lisboa, 30 de março de 2021

Vasco Hilário

Diretor-Geral
(assinatura digital)



Jorge Côrte-Real Andrade
Subdiretor-Geral
Major-General

MISSÃO

A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional

VISÃO

A DGRDN regula-se por um código de conduta organizacional assente em valores institucionais que têm em vista melhorar a eficiência e eficácia dos serviços prestados, ser uma estrutura profissional e atuante. Constitui-se ainda como um serviço de excelência da Administração Pública na preparação e execução da política superiormente determinada no que respeita aos recursos humanos, armamento, equipamento, património e infraestruturas da

VALORES

Competência
Qualidade
Responsabilidade
Ética
Compromisso
Excelência
Renovação
Transparência

QUAR 2020

Quadro de Avaliação e Responsabilização



ANO:2020 - 3ª Monit.

Ministério da Defesa Nacional - Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

MISSÃO: A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO META 2020 TAXA REALIZAÇÃO

OE1 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

OE2 - Reforçar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos humanos.

OE3 - Promover a permanente comunicação e articulação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do Sistema.

Eficácia Peso no PARAMETRO 20%

OOP1-(OE2) Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos. Peso: 50%
Peso no QUAR: 10%

INDICADORES	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.1 - Índice de satisfação com as palestras/ ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos, medido numa escala de 1 a 5.	4	4	0,3	4,5	30%		0	0,00%	Não atingiu
Ind.2 - Número de palestras/ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos.	6	8	2	12	70%		27	218,75%	Superou

OOP2 - (OE3) Melhorar o Sistema de Saúde Militar com a implementação de mecanismos de monitorização. Peso: 50%
Peso no QUAR: 10%

INDICADORES	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.3 - Número de propostas de indicadores.	NA	7	2	11	100%		9	100,00%	Atingiu

Eficiência Peso no PARAMETRO 65%

OOP3 - (OE2) Garantir a frequência em ações de formação em matéria de segurança e saúde no trabalho. Peso: 20%
Peso no QUAR: 13,00%

INDICADORES	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.4 - Número de trabalhadores abrangidos/enviados a ações de formação/sensibilização em matérias relacionadas com a segurança/saúde no trabalho.	NA	4	2	7	100%		5	100,00%	Atingiu

OOP4 - (OE2) Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal. Peso: 20%
Peso no QUAR: 13,00%

INDICADORES	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.5 - Percentagem de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada contínua.	NA	75%	5%	100%	100%		100%	125,00%	Superou

OOP5 - (OE2) Apoiar o Gabinete de Igualdade do Ministério da Defesa Nacional. Peso: 20%
Peso no QUAR: 13,00%

INDICADORES	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.6 - Número de reuniões de acompanhamento realizadas/participadas.	NA	3	1	5	100%		4	100,00%	Atingiu

OOP6 - (OE2) Assegurar a participação em ações de formação profissional, no âmbito de valorização pessoal/profissional com vista ao incentivo à motivação no trabalho. Peso: 20%
Peso no QUAR: 13,00%

INDICADORES	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.7 - Execução do orçamento reservado à formação profissional durante o ano.	NA	80%	10%	100%	100%		81%	100,00%	Atingiu

OOP7 - (OE2) Desmaterializar o licenciamento de acesso e exercício à atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares no âmbito da Lei 49/2009, de 5 de agosto, conforme medida SIMPLEX n.º61 de 2018. Peso: 20%
Peso no QUAR: 13,00%

INDICADORES	2019	META 2020	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 8 - Percentagem global de execução do projeto.	NA	50%	5%	63,5%	100%		98%	188,89%	Superou

Qualidade	Peso no PARAMETRO	15%
OOP8 - (OE1) Avaliar a qualidade do serviço prestado pela DGRDN na emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.		
	Peso:	35%
	Peso no QUAR:	5,25%

INDICADORES	2019	META 2020	Tolerância	Valor obtido	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.9 - Nível de satisfação dos Stakeholders que solicitaram emissão de licenças e certificados.	NA	3,5%	0	4,4%	100%		4%	113,89%	Superou

OOP9 - (OE1) Garantir a qualidade da catalogação nacional.	Peso:	30%
	Peso no QUAR:	4,50%

INDICADORES	2019	META 2020	Tolerância	Valor obtido	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.10 - Número médio de dias de resposta aos pedidos de catalogação nacionais e internacionais que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/AC135 igual ou inferior 8.	10	8	2	6	100%		2	125,00%	Superou

OOP10 - (OE1) Elaborar e propor a política de defesa no âmbito do ambiente. Coordenar e acompanhar a respetiva execução.	Peso:	35%
	Peso no QUAR:	5,25%

INDICADORES	2019	META 2020	Tolerância	Valor obtido	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.11 - Apresentação de Proposta do Plano de ação da Diretiva ambiental de Defesa Nacional (em dias).	NA	120	8	60	100%		63	123,75%	Superou

DESIGNAÇÃO		PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior		20	60	62	-2
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa multidisciplinar		16	352	328	24
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)		12	1488	1474	14
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)		9	18	18	0
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)		8	606	653	43
Encarregado geral operacional		7			
Encarregado operacional		6			
Assistente operacional		5	160	180	-20
Total			2774	2715	59

DESIGNAÇÃO		PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento		9 742 422,00	9 569 643,68	172778
Despesas o/Pessoal		8 019 401,00	8 245 807,61	-226407
Aquisições de Bens e Serviços		873 750,00	1 213 860,88	-340111
Outras despesas correntes		849 271,00	109 975,19	739296
PIDDAC		1 000 000,00	824 274,08	175726
Outros valores		345 925 804,00	209 851 250,65	136074553
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)		356 668 226,00	220 245 168,41	136423058

Indicadores _ Fonte de Verificação
1 - Questionário + Relatório de Atividades CIOFE (2020)
2 - Relatório Atividades CIOFE (2020)
3 - Relatório
4 - Relatório/Balanco Social
5 - Relatório
6 - Relatório
7 - Orçamento Estado
8 - Relatórios Mensais
9 - Questionário/Relatório
10 - Relatório SPCAT
11 - Proposta

Nota explicativa

Ind.1 - A média de resultados obtidos será obtida através de uma escala de satisfação de 1 (nada satisfeito) a 5 (muito satisfeito). Face à situação pandémica que se vive, visando a diminuição da probabilidade de contágio do SARS-COV-2 não foi realizada a aplicação e recolha dos questionários.

Ind.2 - A superação do objetivo deveu-se às medidas de contingência implementadas pelo Exército para evitar a propagação do COVID-19, desmultiplicando as unidades de incorporação para cada uma delas receber um efetivo menor. Tal facto levou a uma maior solicitação dos serviços do CIOFE e um acréscimo do número de palestras, sobretudo na 2.ª metade do ano.

Ind.8 e Ind.9 - Projeto encontra-se na fase de testes de aceitação. Inquérito em fase de aplicação, o resultado apresentado é o expectável, por defeito.

Ind. 10 - Numero médio de dias de resposta. Fonte SPCAT II.

Ind.11 - Plano de Ação da Diretiva Ambiental apresentado ao GAB MDN a 14 de Fev de 2020.

Face aos Recursos Financeiros, os valores apresentados pela DSGFA/DGFP encontram-se à data de 11 de fevereiro do corrente, de acordo com o planeado em Orçamento da DGRDN para o ano 2020. Após a aprovação do Orçamento para o ano 2020, procedeu-se à retificação dos valores sendo o diferencial correspondente ao valor que consta na LIM de 834.638,00€. Os indicadores dependentes da disponibilidade orçamental estão afetados de uma forma direta e indireta pelas cativações orçamentais superiormente definidas, num ano económico fortemente afetado pela pandemia causada pelo Covid-19.

Face aos Recursos Humanos, cumpre referir que os dados registados no quadro, foram apurados sem a assiduidade do mês de dezembro, estar encerrada e por esse motivo pode originar um enviesamento ligeiro na precisão.

Avaliação Final	
Eficácia	25,31%
Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos.	76,66%
Melhorar o Sistema de Saúde Militar com a implementação de mecanismos de monitorização.	50,00%
Eficiência	79,81%
Garantir a frequência em ações de formação em matéria de segurança e saúde no trabalho.	20,00%
Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.	25,00%
Apoiar o Gabinete de Igualdade do Ministério da Defesa Nacional.	20,00%
Assegurar a participação em ações de formação profissional, no âmbito de valorização pessoal/profissional com vista ao incentivo à motivação no trabalho.	20,00%
Desmaterializar o licenciamento de acesso e exercício à atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares no âmbito da Lei 49/2009, de 5 de agosto, conforme medida SIMPLEX n.º61 de 2018.	37,78%
Qualidade	18,10%
Avaliar a qualidade do serviço prestado pela DGRDN na emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.	30,86%
Garantir a qualidade da catalogação nacional.	37,50%
Elaborar e propor a política de defesa no âmbito do ambiente. Coordenar e acompanhar a respetiva execução.	43,31%
Taxa de Realização Final	Nota Final
123,22%	Bom

PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO – METODOLOGIA

O **Relatório de Atividades** tem por objetivo descrever o percurso feito pela organização e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro e na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro na sua redação atual, elabora-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades (que integra o Relatório de Autoavaliação do serviço), e deverá estar concluído até 31 de março de cada ano, e submetido à aprovação da tutela.

Principais procedimentos:

- Preparação dos modelos de recolha de informação;
- Criação de *ligação/acesso* para preenchimento dos ficheiros correspondentes às unidades orgânicas para avaliação das ações a constar no Relatório - descrição de resultados - bem como a avaliação de objetivos, iniciativas e indicadores;
- Solicitação dos elementos às unidades orgânicas (via e-mail);
- Recolha dos dados e produção progressiva da redação final do Relatório de Atividades até à sua conclusão (incluindo o Relatório de Autoavaliação e QUAR);
- Apreciação e aprovação superior do documento a fim de ser remetido à tutela e Secretaria-Geral, e posterior distribuição interna.

O **Relatório de Autoavaliação** é um instrumento de gestão, que acompanha o Relatório de Atividades, por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual. Este documento tem como objetivo fazer a autoavaliação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, analisando o seu desempenho, tendo em consideração os resultados alcançados relativos aos objetivos operacionais estabelecidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

Tem ainda por base o cumprimento dos objetivos definidos no QUAR, observação dos Recursos Humanos existentes e execução dos Recursos Financeiros envolvidos.

Neste sentido, com a finalidade de substanciar a elaboração deste tipo de relatório, é solicitada aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas, envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios.

Principais procedimentos:

- Preparação do modelo e disponibilização a todas as unidades orgânicas, no sentido de recolher contributos necessários para a elaboração do QUAR;
- Solicitação aos responsáveis das várias unidades orgânicas envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos (resultados), a justificação dos desvios verificados, bem como elementos sobre as fontes de verificação, breve análise descritiva, síntese das atividades e recursos humanos envolvidos;
- Sistematização e harmonização dos dados recolhidos, objeto de reanálise e correção pelas unidades orgânicas, sendo posteriormente elaborado o documento final que inclui a informação adicional referenciada no ponto anterior.

A colaboração, participação ativa e o empenhamento dos vários intervenientes e interlocutores com o seu comprometimento e rigor, viabilizaram a conceção, o desenho e o desenvolvimento de um processo de avaliação global de atividades/ações que se orientou pela realização de boas práticas, de acordo com o interesse estratégico desta Direção-geral.

GLOSSÁRIO*

Estratégia – meios e processos considerados pelo serviço para a prossecução dos objetivos definidos (orientações de gestão, recursos, distribuição de responsabilidades, campo de ação).

Objetivos estratégicos – resultados globais a atingir pela DGRDN para o cumprimento da sua missão e no contexto das suas atribuições, que se enquadram na avaliação de desempenho do serviço. Enunciados anualmente no QUAR e materializados no Plano através de Programas.

Objetivos operacionais – resultados fixados para as iniciativas e/ou ações a desenvolver que contribuem para um ou mais objetivos estratégicos, suscetíveis de avaliação.

Programa – conjunto interdependente de ações (atividades e projetos) enquadrado nas atribuições/competências do serviço e alinhado com as opções estratégicas superiormente planeadas e apresentadas.

Ação – procedimento ou processo de atuação/medida (concreto, pragmático) que integra os programas, através da realização de diversos tipos de atividades e/ou projetos. Enunciam-se para cada uma o objetivo a atingir, os resultados esperados obter e respetiva avaliação.

Natureza das principais ações utilizadas (características distintivas essenciais) - AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação

Atividade – conjunto de tarefas que concorrem articuladamente para a realização dos objetivos de cada serviço (no âmbito das suas ações) que afeta recursos e possibilita identificar resultados.

Tipos de atividades (tipificação e especificidade das tarefas):

- Periódicas (cíclicas; sazonais);
- Correntes (rotineiras, de execução permanente e indispensáveis para a produção de serviços numa área pré determinada p. e. jurídica, pessoal, financeira...);
- Manutenção (de conservação e/ou apoio a serviços, equipamentos, programas informáticos e outros, concorrendo para o seu normal funcionamento).

Projeto – forma de ação ou processo organizativo temporário e delimitado no tempo (início/fim), que mobiliza recursos (humanos, financeiros, materiais), possui um núcleo responsável criado para o efeito (gestor/equipa) e procura uma solução concreta e específica para uma necessidade (objetivos). Os projetos distinguem-se normalmente das atividades (conforme anteriormente definidas) pela sua natureza, i. é., serem originados para um fim particular e possuírem um «ciclo de vida» (definição, conceção, planeamento, implementação, conclusão e avaliação). A *complexidade dos projetos* é em regra “proporcional” ao grau crescente de envolvimento de diversos fatores, nomeadamente: meios, duração prevista, organismos envolvidos, dificuldades de gestão e riscos previsíveis (bloqueios, constrangimentos, situações adversas).

Avaliação – processo de análise, apreciação e eventual valoração (qualitativa e/ou quantitativa) do grau de execução de objetivos e/ou ações, de acordo com os resultados esperados e critérios previamente enunciados.

QUAR – “O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) é um quadro de referência na avaliação de desempenho dos serviços (missão), das suas decisões de ação (objetivos estratégicos), das metas a atingir, dos indicadores de desempenho e inerentes fontes de verificação, dos meios disponíveis (humanos e financeiros) e da aferição da sua realização e da identificação sumária dos desvios e respetivas causas averiguados no fim do ciclo de gestão” (AMA). O QUAR foi criado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual (SIADAP 1). Anualmente procede-se a 3 monitorizações.

* Explicitação de conceitos aplicados nos Planos e Relatórios de Atividades da DGRDN

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Termos técnicos no âmbito do QUAR

Nos termos do artigo 4.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, são consideradas as seguintes expressões:

Quadro 1 – Definições/conceitos

Competências	O parâmetro de avaliação que traduz o conjunto de conhecimentos, capacidades de ação e comportamentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz, adequado ao exercício de funções por dirigente ou trabalhador.
Dirigentes máximos do serviço	Os titulares de cargos de direção superior do 1.º grau ou legalmente equiparado, outros dirigentes responsáveis pelo serviço dependente de membro do Governo ou os presidentes de órgão de direção colegial sob sua tutela ou superintendência.
Dirigentes superiores	Os dirigentes máximos dos serviços, os titulares de cargo de direção superior do 2.º grau ou legalmente equiparados e os vice – presidentes ou vogais de órgão de direção colegial.
Dirigentes intermédios	Os titulares de cargos de direção intermédia do 1.º e 2.º grau ou legalmente equiparados, o pessoal integrado em carreira, enquanto se encontre em exercício de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional da carreira, os chefes de equipas multidisciplinares cujo exercício se prolongue por prazo superior a seis meses no ano em avaliação e outros cargos e chefias de unidades orgânicas.
Indicadores de Desempenho	Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto.
Objetivos	O parâmetro de avaliação que traduz a previsão dos resultados que se pretendem alcançar no tempo, em regra quantificáveis.
Serviço efetivo	O trabalho realmente prestado pelo trabalhador nos serviços.
Serviços	Os serviços da administração direta e indireta do Estado, da administração regional autónoma e da administração autárquica, incluindo os respetivos serviços desconcentrados ou periféricos e estabelecimentos públicos, com exceção das entidades públicas empresariais.
Trabalhadores	Os trabalhadores da Administração Pública que não exerçam cargos dirigentes ou equiparados, independentemente do título jurídico da relação de trabalho, desde que a respetiva vinculação seja por prazo igual ou superior a seis meses, incluindo pessoal integrado em carreira que não se encontrem em serviço de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional dessa carreira.
Unidades orgânicas	Os elementos estruturais da organização interna de um serviço que obedeçam ao modelo e estrutura hierarquizada, matricial ou mista.

Utilizadores externos	Os cidadãos, as empresas e a sociedade civil.
Utilizadores internos	Os órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado e das administrações regional e autárquica, com exceção das entidades públicas empresariais.
Qualidade	Conjunto de atributos e características de uma entidade ou produto que determinam a sua aptidão para satisfazer necessidades e expectativas da sociedade.
Indicadores	Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto. No entanto, são acima de tudo, instrumentos de informação com vista a apoiar os gestores a comunicar, a negociar ou a decidir. Representam uma grandeza, um número, uma cifra, um cálculo (n.º, % ou taxa) que permite objetivar o acontecimento ou uma situação e interpretá-los.
Eficácia	Traduzem a relação entre o planeado e o alcançado em matéria de realizações. Em regra, a eficácia é medida por unidades físicas (v.g. n.º de ocorrências) ou monetárias.
Eficiência	Relação entre os bens produzidos ou os serviços prestados e os recursos utilizados.

Nota Introdutória

Por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, o Relatório de Autoavaliação é um instrumento de gestão, que acompanha o Relatório de Atividades de 2020.

Este documento visa conceber fazer a autoavaliação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, analisando o seu desempenho e refletindo as tarefas concretizadas, durante o ano de 2020.

O presente relatório, tem ainda por base o cumprimento dos objetivos operacionais definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2020, bem como, a observação dos Recursos Humanos existentes e execução dos Recursos Financeiros envolvidos.

Neste sentido, com a finalidade de substanciar a elaboração deste relatório, foi solicitada aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas, envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios.

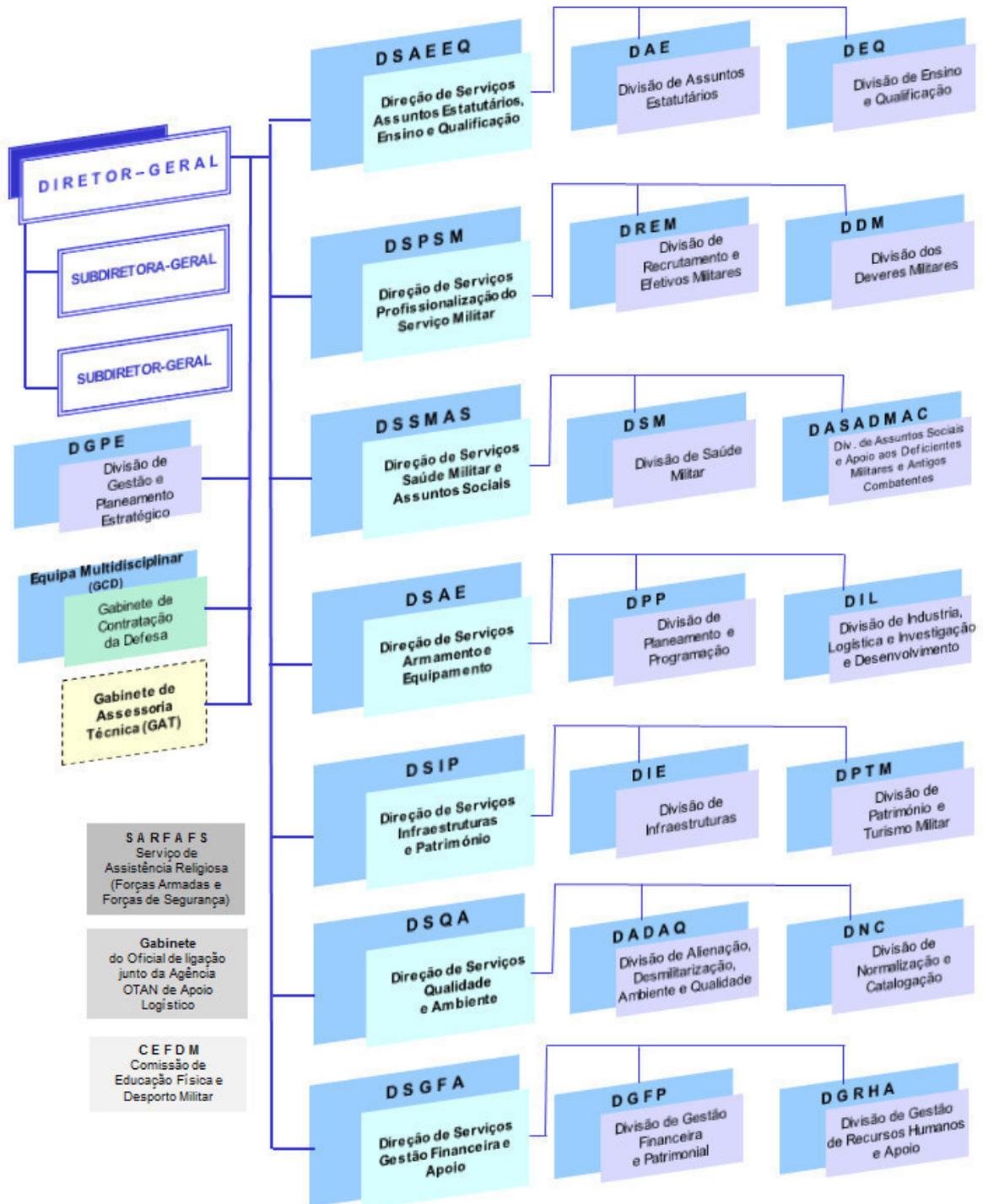
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)

Estrutura orgânica

De acordo com o Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, diploma que criou a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional conjugado com o Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, que define a missão e atribuições, a Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro que cria as unidades orgânicas fixas e as multidisciplinares, conjugados ainda com os Despachos que criam as unidades orgânicas flexíveis.

A DGRDN integra sete unidades orgânicas nucleares, designadas por Direções de Serviço, sendo a estrutura flexível composta por quinze Divisões e uma Equipa multidisciplinar, com as seguintes designações no seguinte organograma:

Figura 1 – Organograma da DGRDN



- **Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação**, (DSAEEQ), compreende a Divisão de Assuntos Estatutários (DAE) e a Divisão de Ensino e Qualificação (DEQ);
- **Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar** (DSPSM) compreende a Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares (DREM) e a Divisão de Deveres Militares (DDM);
- **Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais** (DSSMAS) compreende a Divisão de Saúde Militar (DSM) e a Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Militares e Antigos Combatentes (DASADMAC);
- **Direção de Serviços de Armamento e Equipamento** (DSAE) compreende a Divisão de Planeamento e Programação (DPP) e a Divisão de Indústria, Logística e investigação e Desenvolvimento (DIL);
- **Direção de Serviços de Infraestruturas e Património** (DSIP) compreende a Divisão de Infraestruturas (DIE) e a Divisão Património e Turismo Militar (DPTM);
- **Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente** (DSQA) compreende a Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade (DADAQ) e a Divisão de Normalização e Catalogação (DNC);
- **Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio** (DSGFA) compreende a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP) e a Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio (DGRHA);
- **Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico** (DGPE);
- **Equipa Multidisciplinar** – Gabinete de Contratação da Defesa (GCD).

Missão

- **Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à Defesa Nacional.**

Atribuições

- Estudar, propor e emitir pareceres e monitorizar a execução das medidas de política de recursos humanos — militares, militarizados e civis —, nomeadamente as relativas a estatutos, vínculos, carreiras e remunerações;
- Apoiar o Ministro da Defesa Nacional na direção da atividade interministerial de execução da política de defesa nacional e das Forças Armadas, em articulação com o Estado -Maior -General das Forças Armadas (EMGFA) e a Direção -Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), nomeadamente quanto à mobilização e requisição;
- Exercer as competências de órgão central de recrutamento e divulgação, planeando, dirigindo e coordenando os processos estruturantes da profissionalização do serviço militar, nos termos da Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar;
- Planear, dirigir e coordenar as atividades relativas ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de ensino, investigação e desenvolvimento e inovação, formação e qualificação profissional, assegurando a devida articulação com os sistemas nacionais;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de saúde militar, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política no âmbito do apoio social;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de apoio e reabilitação dos deficientes militares, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;
- Propor, avaliar e executar as políticas de apoio aos antigos combatentes;
- Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional;
- Conceber, desenvolver, coordenar e executar a política ambiental da defesa nacional;
- Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;

Atribuições

- Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;
 - Coordenar a elaboração das propostas de lei de programação militar e de programação das infraestruturas militares, de acordo com o ciclo de planeamento de defesa, assegurando a respetiva execução e controlo;
 - Planear, coordenar e executar as atividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção, alienação e desmilitarização;
 - Propor a concessão de autorizações para acesso e exercício das atividades de indústria e ou comércio de bens e tecnologias militares e proceder à supervisão da atividade das empresas do setor da defesa e ao controlo das importações e exportações de bens e tecnologias militares;
 - Planear, coordenar e executar as atividades relativas à aquisição, arrendamento, construção, manutenção, disposição e rentabilização das infraestruturas e demais património imobiliário afeto à defesa nacional, assegurando, designadamente, as competências legais da Unidade de Gestão Patrimonial do Ministério da Defesa Nacional (MDN);
 - Participar, coordenando a posição do MDN, na definição e execução das políticas de ordenamento do território e urbanismo, garantindo a salvaguarda dos interesses da defesa nacional em sede de produção, alteração, revisão e execução dos instrumentos de gestão territorial;
 - Participar na preparação e execução de medidas que envolvam a requisição, aos particulares, de coisas ou serviços;
 - Assegurar, no âmbito das suas atribuições e em articulação com a DGPDN, a representação em organizações e entidades internacionais e nacionais, definindo, propondo, coordenando e desenvolvendo protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios dos recursos humanos, do armamento, dos equipamentos, do património e das infraestruturas da defesa nacional;
 - Assegurar, no âmbito das suas atribuições, a representação em organizações e entidades nacionais e internacionais, propondo, coordenando e desenvolvendo atividades de cooperação internacional na execução das políticas de defesa no domínio do armamento, equipamentos, infraestruturas e património;
 - Planear, coordenar e monitorizar, em articulação com os serviços e organismos do MDN, os ramos das Forças Armadas e outras entidades, as atividades relativas ao turismo militar, assegurando uma visão integrada do património da defesa nacional, apresentando e executando propostas de carácter educativo e formativo que valorizem a história e cultura portuguesas.
- previstas no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho

Metodologia adotada

A coordenação do processo e a elaboração do relatório foram da responsabilidade do GAT – Gabinete de Assessoria Técnica.

O Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), com base na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que contribuiu para a melhoria do desempenho e qualidade dos serviços da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências, está na base deste relatório e assenta em parâmetros de avaliação de eficácia, eficiência e qualidade, inseridos no ciclo anual de gestão.

Foi pedido a todas as unidades orgânicas os contributos necessários para a elaboração do **QUAR 2020** (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo).

Realizaram-se monitorizações quadrimestralmente (abril, agosto e dezembro), procedendo-se assim ao acompanhamento do grau de execução do QUAR, no que diz respeito à identificação e análise dos desvios detetados.

O presente relatório contém a informação indicada no n.º 1 do artigo 15.º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, bem como os dados adicionais previstos no n.º 2 tendo a seguinte estrutura:

- Estrutura Orgânica;
- A autoavaliação do QUAR (Resultados alcançados e desvios verificados);
- A Avaliação do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo de desenvolvimento;
- Avaliação Final.

Autoavaliação

Resultados alcançados e desvios verificados

Foram definidos 3 **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** (OE) que se encontram diretamente relacionados com as áreas de intervenção acima referidas.

Objetivo estratégico 1

- Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

Objetivo estratégico 2

- Reforçar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos humanos.

Objetivo estratégico 3

- Promover a permanente comunicação e articulação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do Sistema.

Objetivos Operacionais

Na construção do QUAR de 2020, procurou-se dar particular atenção a objetivos relacionados, com a missão da DGRDN, traduzida na eficiência dos serviços aos cidadãos, na modernização administrativa, valorização dos recursos e redução da despesa.

Importa salientar que os resultados do QUAR que agora se apresentam, revelam não só a capacidade da DGRDN superar e cumprir os objetivos de eficácia (2), eficiência (5) e qualidade (3), que se propôs realizar em 2020, mas também a capacidade de organização que pela sua missão e competências de atribuição, vocacionada para o apoio à governação, nas respetivas áreas.

OE1 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

- OOP8 - (Qualidade) Avaliar a qualidade do serviço prestado pela DGRDN na emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.
- OOP9 - (Qualidade) Garantir a qualidade da catalogação nacional.
- OOP10 - (Qualidade) Elaborar e propor a política de defesa no âmbito do ambiente. Coordenar e acompanhar a respetiva execução.

OE2 - Reforçar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos humanos.

- OOP1 - (Eficácia) Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos.
- OOP3 - (Eficiência) Garantir a frequência em ações de formação em matéria de segurança e saúde no trabalho.
- OOP4 - (Eficiência) Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.
- OOP5 - (Eficiência) Apoiar o Gabinete de Igualdade do Ministério da Defesa Nacional.
- OOP6 - (Eficiência) Assegurar a participação em ações de formação profissional, no âmbito de valorização pessoal/profissional com vista ao incentivo à motivação no trabalho.
- OOP7 - (Eficiência) Desmaterializar o licenciamento de acesso e exercício à atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares no âmbito da Lei 49/2009, de 5 de agosto, conforme medida SIMPLEX n.º61 de 2018.

OE3 - Promover a permanente comunicação e articulação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do Sistema.

- OOP2 - (Eficácia) Melhorar o Sistema de Saúde Militar com a implementação de mecanismos de monitorização.

Cumprimento dos Objetivos Operacionais

De destacar os indicadores, que face aos 10 objetivos operacionais acima referidos evidenciam desvios positivos e, por isso, superados. Clareza das monitorizações trimestrais de objetivos e indicadores do QUAR, evidenciamos os esforços conjugados e as iniciativas levadas a cabo por parte dos trabalhadores e das unidades orgânicas no alcance e realização dos mesmos.

Avaliação Global do Grau do Cumprimento dos Objetivos Operacionais

No mapa seguinte, apresenta-se um resumo da avaliação global relativa a 2020, indicando a taxa de realização de cada objetivo e indicador, bem como a taxa de realização por parâmetro (Eficácia, Eficiência e Qualidade) e avaliação final, tendo em conta as respetivas ponderações.

Quadro 2 – Avaliação global do grau de cumprimento dos objetivos operacionais

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)																
Objetivos Estratégicos (OE)	Objetivos operacionais (OOP)															
	Peso Parâmetros	Peso objetivos nos parâmetros	Peso indicadores	META 2020	Tolerância	Valor crítico	Resultados	Taxa realização do indicador	Classificação	Desvio/indicador	Grau realização do OOP	Taxa execução dos	Execução/pe so do parâmetro	Taxa de Realização		
Eficácia	OE1 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.															
	OE2 - Reforçar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos humanos.															
	OE3 - Promover a permanente comunicação e articulação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do Sistema.															
	OOP1 - (OE2) Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos.	20%	50%											153%	127%	25%
Ind.1 - Índice de satisfação com as palestras/ ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos, medido numa escala de 1 a 5.	30%		4	0,3	4,5	0	0%	Não atingiu	-100%							
Ind.2 - Número de palestras/ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos.	70%		8	2	12	27	218,75%	Superou	119%							
OOP2 - (OE3) Melhorar o Sistema de Saúde Militar com a implementação de mecanismos de monitorização.	20%	50%											100%	123%	80%	
Ind.3 - Número de propostas de indicadores.		100%	7	2	11	9	100%	Atingiu	0%							
Eficácia	OOP3 - (OE2) Garantir a frequência em ações de formação em matéria de segurança e saúde no trabalho.	20%											100%	123%	80%	
	Ind.4 - Número de trabalhadores abrangidos/enviados a ações de formação/sensibilização em matérias relacionadas com a segurança/saúde no trabalho.		100%	4	2	7	5	100%	Atingiu	0%						
	OOP4 - (OE2) Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.	20%											125%			
	Ind.5 - Percentagem de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada contínua.		100%	75%	5%	100%	100%	125,00%	Superou	25%						
	OOP5 - (OE2) Apoiar o Gabinete de Igualdade do Ministério da Defesa Nacional.	20%											100%			
	Ind.6 - Número de reuniões de acompanhamento realizadas/participadas.		100%	3	1	5	4	100%	Atingiu	0%						
	OOP6 - (OE2) Assegurar a participação em ações de formação profissional, no âmbito de valorização pessoal/profissional com vista ao incentivo à motivação no trabalho.	20%											100%			
	Ind.7 - Execução do orçamento reservado à formação profissional durante o ano.		100%	80%	10%	100%	81%	100%	Atingiu	0%						
OOP7 - (OE2) Desmaterializar o licenciamento de acesso e exercício à atividade de comércio e indústria de bens e tec. militares no âmbito da Lei 49/2009, de 5 de agosto, conf. medida SIMPLEX n.º61 de 2018.	20%											188,89%				
Ind.8 - Percentagem global de execução do projeto.		100%	50%	5%	63,5%	98%	188,89%	Superou	89%							
Qualidade	OOP8 - (OE1) Avaliar a qualidade do serviço prestado pela DGRDN na emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.	35%											114%	121%	18%	
	Ind.9 - Nível de satisfação dos Stakeholders que solicitaram emissão de licenças e certificados.		100%	3,5%	0%	4,4%	4%	113,89%	Superou	14%						
	OOP9 - (OE1) Garantir a qualidade da catalogação nacional.	15%	30%													125%
	Ind.10 - Número médio de dias de resposta aos pedidos de catalogação nacionais e intern. que se encontrem dentro dos parâmetros temporais def. comité OTAN/AC135 igual ou inferior 8.		100%	8	2	6	2	125%	Superou	25%						
	OOP10 - (OE1) Elaborar e propor a política de defesa no âmbito do ambiente. Coordenar e acompanhar a respetiva execução.	35%											124%			
Ind.11 - Apresentação de Proposta do Plano de ação da Diretiva ambiental de Defesa Nacional (em dias).	100%		120	8	60	63	123,75%	Superou	24%							

Descrição da Concretização dos Objetivos Operacionais

Relatórios de concretização relacionados com cada objetivo operacional, apresentados pelos dirigentes de cada serviço a que foram atribuídos os objetivos do QUAR 2020.

Objetivos Operacionais de Eficácia

OOP1 - (OE2) Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos.

- Ind.1 - Índice de satisfação com as palestras/ ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos, medido numa escala de 1 a 5.
- Ind.2 - Número de palestras/ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
4	0,3	4,5	0	-100%	0%	Não atingiu
8	2	12	27	119%	218,75%	Superou

Fontes de Verificação:

Questionário + Relatório de Atividades CIOFE (2020)

Breve Análise:

A situação pandémica nacional em 2020 conduziu a um maior número de instruções básicas realizadas pelo Exército, bem como a uma maior dispersão geográfica das mesmas, para que o número de elementos a incorporar por Unidade Militar fosse menor e pudessem ser assim respeitadas as recomendações da DGS.

Síntese das Atividades:

Durante o ano de 2020 foram realizadas 27 palestras/ações de formação sobre o novo Regulamento de Incentivos, duas das quais em formato online, por força da situação pandémica nacional. Nestas ações não foram aplicados os habituais questionários de

avaliação de satisfação com as mesmas, uma vez que só se encontravam disponíveis em formato físico (papel).

Justificação do desvio:

O índice de satisfação com as palestras/ações de formação não foi avaliado, uma vez que não foram aplicados os habituais questionários no final de cada ação, sendo que, poderiam, dessa forma, serem violadas as recomendações da DGS, no que respeita à contenção do contágio pelo novo Coronavírus. O número de palestras/ações de formação foi superior ao previsto devido ao aumento significativo das solicitações feitas ao CIOFE por parte do Exército, por força da pandemia de COVID-19, conforme indicado na análise.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores

Ações de melhoria adotadas:

Para se poder continuar a avaliar a satisfação com as palestras/ações de formação face a uma situação pandémica que permanece inalterada, deverão ser adotados outros meios de aplicação dos questionários a estudar.

OOP2 - (OE3) Melhorar o Sistema de Saúde Militar com a implementação de mecanismos de monitorização.

- Ind.3 - Número de propostas de indicadores.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
7	2	11	9	0%	100%	Atingiu

Fontes de Verificação:

Relatório apresentado pela Plataforma do Sistema de Saúde Militar (SSM), criada pelo Despacho n.º 9490/MDN/ 2018, de 11 de outubro, e Atas das respetivas reuniões.

Breve Análise:

No âmbito dos trabalhos da Plataforma do SSM, acima referida, foi criado um subgrupo constituído por representantes da DGRDN, SG, HFAR e IASFA, responsável por estudar a criação de um conjunto de indicadores a aplicar no SSM, a utilizar em Sistema de Informação comum.

Dos referidos trabalhos, resultou a conceção e apresentação de um conjunto de 9 indicadores, que consubstanciam informação relevante para a gestão do SSM, a saber:

1. PBM – Patient Bloob Management
2. Cancelamento cirúrgico antes das 24h
3. Consumo de quinolonas
4. Faturação por entidade
5. Volume de despesa com os meios terapêuticos
6. Volume de despesa com os meios de diagnóstico
7. Taxa de internamento
8. Taxa de intervenção cirúrgica
9. Taxa de mortalidade

Síntese das Atividades:

As atividades realizadas neste âmbito resumem-se ao conjunto de reuniões de trabalho, quer em sede mais alargada (reuniões da Plataforma SSM), quer mais restrita (reuniões do SubGT), para além da troca de mails entre os participantes nos trabalhos.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Diretor de Serviços e 3 Militares

Ações de mel

Uma vez concebidos e apresentados os indicadores, importa que sejam criadas as condições para a sua efetiva adoção pelas respetivas entidades do SSM, através de SI comum.

Objetivos Operacionais de Eficiência

OOP3 - (OE2) Garantir a frequência em ações de formação em matéria de segurança e saúde no trabalho.

- Ind.4 - Número de trabalhadores abrangidos/enviados a ações de formação/sensibilização em matérias relacionadas com a segurança/saúde no trabalho.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
4	2	7	5	0%	100%	Atingiu

Fontes de Verificação:

Relatório/Balanço Social

Breve Análise:

A formação relacionada com a segurança e saúde de trabalho, que abrangeu no universo dos trabalhadores da DGRDN no decorrer do ano e análise, foram os trabalhadores da carreira de assistentes operacionais, e/ou que têm as funções de motoristas.

Síntese das Atividades:

A formação teve como destino a sensibilização de assistentes operacionais, que tivessem como sua responsabilidade a limpeza das viaturas afetas à DGRDN.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão, 1 Técnico Superior e 1 Coordenador Técnico

Ações de melhoria adotadas:

Aumentar a divulgação de ações de formação e fomentar o interesse dos trabalhadores.

OOP4 - (OE2) Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.

- Ind.5 - Percentagem de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada contínua.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
75%	5%	100%	100%	25%	125%	Superou

Fontes de Verificação:

Requerimentos entregues pelos trabalhadores a solicitar jornada contínua.

Breve Análise:

O número de trabalhadores que solicitaram a jornada contínua foram 5, todos eles foram deferidos favoravelmente.

Síntese das Atividades:

Os requerimentos rececionados, foram analisados e depois de confirmada toda a documentação inerente ao procedimento administrativo, é deferido o pedido.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão, 1 Técnico Superior, 1 Coordenador Técnico e 1 Assistente Técnico

OOP5 - (OE2) Apoiar o Gabinete de Igualdade do Ministério da Defesa Nacional.

- Ind.6 - Número de reuniões de acompanhamento realizadas/participadas.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
3	1	5	4	0%	100%	Atingiu

Fontes de Verificação:

Informação facultada pelo representante da DGRDN na Equipa Interdepartamental para a Igualdade do MDN.

Breve Análise:

Representação do MDN nas questões relativas à Igualdade de Género.

Síntese das Atividades:

Monitorizar o número de participações em reuniões convocadas no MDN.

Recursos Humanos envolvidos: 1 Técnico Superior.

OOP6 - (OE2) Assegurar a participação em ações de formação profissional, no âmbito de valorização pessoal/profissional com vista ao incentivo à motivação no trabalho.

- Ind.7 - Execução do orçamento reservado à formação profissional durante o ano.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
80%	10%	100%	81%	0%	100%	Atingiu

Fontes de Verificação:

Dados fornecidos pela DGFP, através de mapas emitidos pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG).

Breve Análise:

A execução orçamental é acompanhada por Técnicos Superiores, através da análise detalhada dos mapas emitido pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG).

Síntese das Atividades:

Análise dos mapas emitidos pelo SIG de forma a garantir atempadamente no caso de ser necessário o reforço de verba para acautelar a continuação de a formação dos trabalhadores.

Recursos Humanos envolvidos: 1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores

OOP7 - (OE2) Desmaterializar o licenciamento de acesso e exercício à atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares no âmbito da Lei 49/2009, de 5 de agosto, conforme medida SIMPLEX n.º61 de 2018.

- Ind. 8 - Percentagem global de execução do projeto.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
50%	5%	63,5%	98%	89%	188%	Superou

Fontes de Verificação:

Relatório de execução do projeto.

Breve Análise:

O projeto, orientado para as empresas e administração pública, está identificado como medida **SIMPLEX Licenciamentos + ágeis na Economia Militar** e pretende desmaterializar, numa 1ª fase, o licenciamento de acesso e exercício à atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares no âmbito da Lei 49/2009, de 5 de

agosto e, numa 2ª fase, desmaterializar todo o processo de licenciamento da transmissão e circulação dos referidos produtos no âmbito da Lei n.º 37/2011, de 22 de junho. Em 2020, verificou-se um avanço significativo na execução do projeto, traduzido nos 96%, no que respeita ao desenvolvimento do *software*, correção de “*Bugs*”, despistagem de incoerências e tradução para código dos procedimentos em prática. Tais avanços permitiram efetuar os testes necessários para garantir a robustez da aplicação, colocando-a apta para passar a produtivo.

Síntese das Atividades:

Este projeto *SIMPLEX* traduz todo o processo anteriormente descrito numa plataforma online permitindo ao requerente (empresa), com apenas a sua autenticação por meio de *CMD* e a introdução do *NIPC/NIF* e o código de acesso à Certidão Permanente submeter o seu pedido de licenciamento. Neste âmbito, foram realizadas diversas ações de desenvolvimento de *software*, correção de “*Bugs*”, despistagem de incoerências e tradução para código dos procedimentos em prática.

Foram realizados protocolos com a *AMA* para a utilização de *CMD* para fins de autenticação do requerente e consequente acesso à aplicação.

Foram definidos procedimentos de comunicação entre a DGRDN e o *GNS* para efeitos de acesso ao *CRESO* para fins de consulta da credenciação de segurança dos requerentes. Foram ainda realizadas várias baterias de testes para qualificação e garantia da robustez da aplicação.

Justificação do desvio:

O desvio verificado é justificado pela execução dos trabalhos realizados que, em sede de planeamento, se pensavam mais complexos.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão, 1 Técnico Superior e 1 Sargento

Objetivos Operacionais de Qualidade

OOP8 - (OE1) Avaliar a qualidade do serviço prestado pela DGRDN na emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.

- Ind.9 - Nível de satisfação dos Stakeholders que solicitaram emissão de licenças e certificados.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
3,5%	0%	4,4%	4%	14%	113,89%	Superou

Fontes de Verificação:

Inquérito de Satisfação aos *Stakeholders* da DGRDN.

Breve Análise:

O Inquérito de Satisfação aos *Stakeholders* da DGRDN, no âmbito da emissão de licenças e certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria, foi enviado por correio eletrónico a todos os que solicitaram serviços durante o ano de 2020. Dos inquéritos enviados, apenas foram recebidas 11 respostas, o que torna a amostra pouco representativa.

O resultado obtido na aplicação do inquérito de satisfação aos *Stakeholders*, que solicitaram serviços à DGRDN, revela que a maioria se encontra bastante satisfeita com o atendimento e tempo de resposta aos pedidos efetuados à DGRDN, através da DSAE. Ainda sobre o tempo de resposta, na questão efetuada sobre a “resposta dos serviços da DGRDN ao(s) pedido(s) efetuado(s), durante o confinamento devido à Pandemia SARS-CoV-2 por COVID-19”, a maioria dos inquiridos respondeu que “em nada alterou”, o que se conclui que a DGRDN, mesmo em tempo de pandemia, conseguiu manter o seu desempenho e garantir a qualidade do serviço prestado a

quem recorre aos seus serviços. Na apreciação global, os inquiridos consideram que os serviços prestados pela DGRDN, através da DSAE, é “Bastante Satisfatório”, tendo indicado como aspetos a melhorar a *“Possibilidade de preenchimento dos formulários on-line”* (trabalho que já se encontra em desenvolvimento pela DSAE); a sensibilização junto da alfândega de modo a aceitar os documentos com assinaturas digitais o que tornaria mais rápido, mais sustentável, económico e eficiente o processo, para todas as partes; *mais serviços por internet; Aquando do envio da comunicação obrigatória ao abrigo da lei 49/2009, de 5 de Agosto, é solicitado à DGRDN que acuse a receção do referido email, o que não se verifica; a parte mais burocrática.*

Síntese das Atividades:

Durante o ano de 2020, de modo a garantir a qualidade do serviço prestado pela DGRDN, efetuou-se a aposta na utilização dos meios digitais de modo a otimizar o processo de análise dos pedidos de licenças e certificados que, após análise e validação dos requisitos, os mesmos seguem para despacho no qual é efetuado já com recurso à assinatura digital. Depois de aprovadas, são emitidas as licenças e certificados, com o respetivo registo na Base de Dados. As empresas licenciadas e certificadas enviam a esta Direção-Geral os comprovativos da sua utilização assim como os Certificados de Garantia de Entrega (CGE). No processo de atendimento, foi reforçado o serviço de atendimento telefónico e de correio eletrónico, com o reforço de equipamento tecnológico (computadores).

Justificação do desvio:

O objetivo e indicador apresentados surgiram pela primeira vez no QUAR de 2020 e no caso do indicador, foi inscrita uma meta indicativa, uma vez que não existia valor de referência para o mesmo. O resultado obtido no indicador revela que a meta foi estimada em baixo e que a mesma necessita de ser revista em avaliações futuras. Outro aspeto a considerar é a amostra pouco representativa do universo dos Stakeholders que provocar um enviesamento das conclusões e resultados aqui apresentados.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão, 1 Técnico Superior e 1 Sargento

Ações de melhoria adotadas: Assinatura digital da documentação

OOP9 - (OE1) Garantir a qualidade da catalogação nacional.

- Ind.10 - Número médio de dias de resposta aos pedidos de catalogação nacionais e internacionais que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/AC135 igual ou inferior 8.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
8	2	6	2	25%	125%	Superou

Fontes de Verificação:

Relatório SPCAT

Breve Análise:

O nível de ambição foi aumentado em 20% de 2019 para 2020. Ainda assim, o resultado superou largamente a meta. Este excelente resultado resulta do trabalho, dedicação e capacidade técnica dos catalogadores do CNC.

Síntese das Atividades:

Catalogação dos pedidos recebidos dos Ramos das Forças Armadas portuguesas e dos *National Codification Bureaux* dos outros 62 países que compõem o Sistema OTAN de Catalogação.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 1 Técnico Superior

Ações de melhoria adotadas:

Os Catalogadores do CNC tiveram oportunidade de obter Formação Avançada em catalogação através da participação nas reuniões técnicas do AC/135 (Panel A, TSWG

e NDER). Esta participação é fundamental para a manutenção da qualidade da catalogação nacional.

OOP10 - (OE1) Elaborar e propor a política de defesa no âmbito do ambiente. Coordenar e acompanhar a respetiva execução.

- Ind.11 - Apresentação de Proposta do Plano de ação da Diretiva ambiental de Defesa Nacional (em dias).

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
120	8	60	63	24%	123,75%	Superou

Fontes de Verificação:

A Proposta do Plano de Ação da Diretiva Ambiental apresentada mereceu a aprovação de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional através do Despacho de 17 de março de 2020.

Breve Análise:

A Diretiva Ambiental da Defesa Nacional, aprovada pelo despacho 149/2020 de Sua Excelência do Ministro da Defesa Nacional, de 07 de janeiro, visa o compromisso da Defesa com as questões ambientais que se nos colocam diariamente. Esta Diretiva deu origem ao Plano de Ação 2020-2023, com o objetivo de materializar a estratégia definida, traduzindo a mesma em diversas medidas a implementar. Assim, e através da concretização deste Plano, pretende-se envolver todos os organismos da Defesa para atingir uma maior sustentabilidade e uma redução do impacte ambiental.

Síntese das Atividades:

O Plano de Ação foi trabalhado no seio da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais e mereceu os contributos de todos representantes das diferentes entidades que compõem a Estrutura.

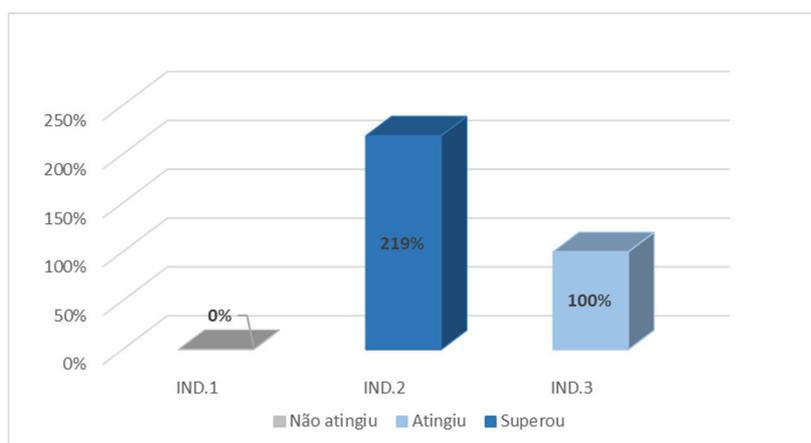
Foram ainda realizadas diversas reuniões com assessores do GABSEXAMEN e GABSEXASEDN, dando origem ao documento final.

Recursos Humanos envolvidos: 1 Chefe de Divisão e 3 Técnicos Superiores

Gráficos com o grau de concretização por parâmetros

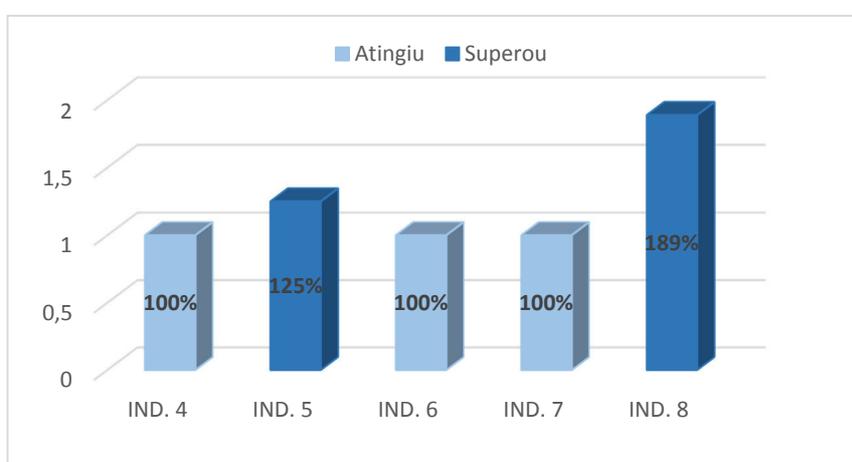
Eficácia

Gráfico 1 – Grau de concretização dos indicadores: Eficácia DGRDN



Eficiência

Gráfico 2 - Grau de concretização dos indicadores: Eficiência DGRDN



Qualidade

Gráfico 3 - Grau de concretização dos indicadores: Qualidade DGRDN

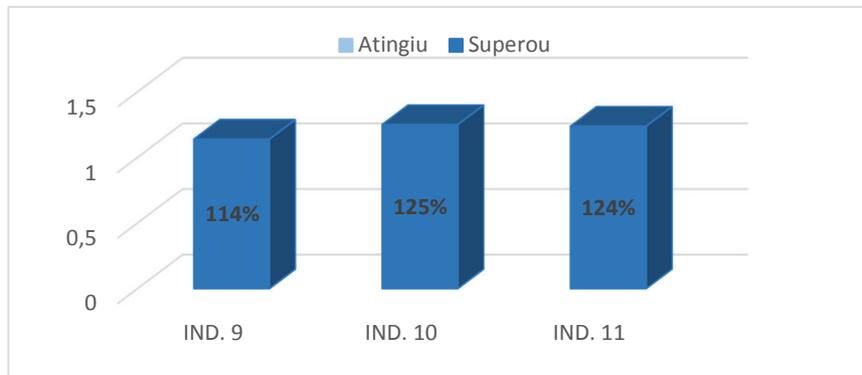


Gráfico 4 - Grau de concretização dos indicadores da DGRDN

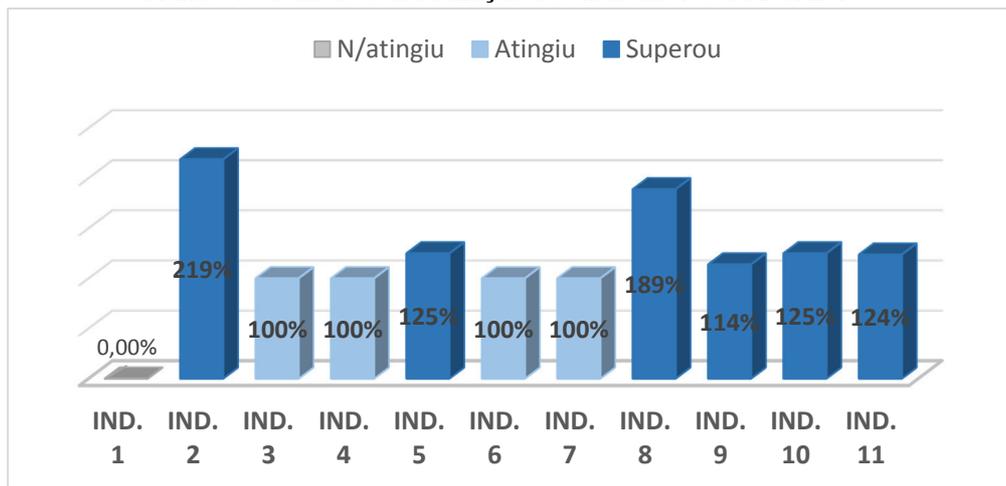
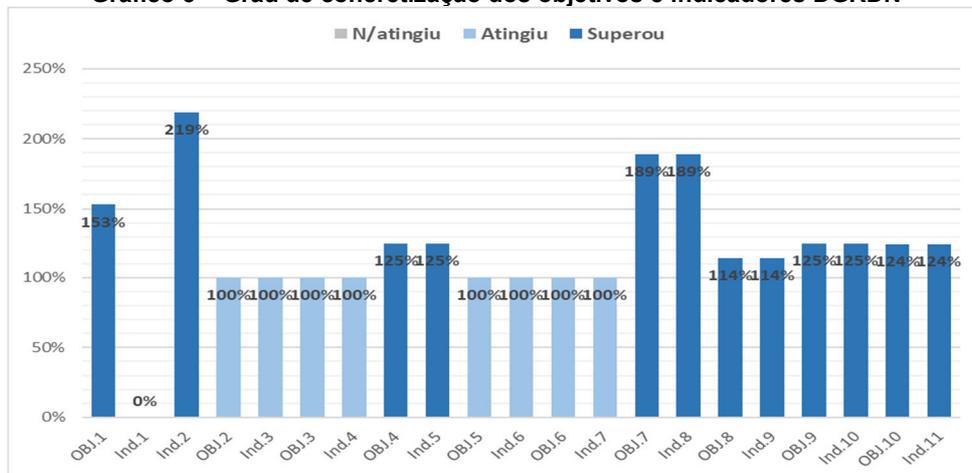


Gráfico 5 - Grau de concretização dos objetivos e indicadores DGRDN



Recursos Humanos da DGRDN

Para o apuramento da assiduidade foi elaborado um mapa onde se encontra refletido o somatório dos recursos humanos planeados – em 01 de janeiro de 2020 – e os executados – à data de 31 de dezembro de 2020 – e para o efeito contribuíram os registos de entradas e saídas de pessoal na DGRDN, bem como os dados de assiduidade fornecidos pela plataforma de gestão da assiduidade SRH Plus.

Através da apresentação destes cálculos é possível aferir a pontuação planeada e a pontuação executada por carreiras e, conseqüentemente obter informações relativas à assiduidade dos dirigentes e trabalhadores para o cumprimento da missão, bem como identificar o nível de absentismo.

Quadro 3 – Cálculo dos pontos dos Recursos Humanos executados no ano de 2020

Partindo da pontuação atribuída para cada dirigente ou carreira, foram planeados 2774

RH	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio	Taxa de utilização	Taxa Desvio
Dirigentes superiores	20	60	62	-2	103%	3%
Dirigentes Intermédios	16	352	328	24	93%	-7%
Técnicos Superiores	12	1488	1474	14	99%	-1%
Coordenadores Técnicos	9	18	18	0	100%	0%
Assistentes Técnicos	8	696	653	43	94%	-6%
Assistentes Operacionais	5	160	180	-20	113%	13%
Total		2774	2715	59	602%	2%

pontos de acordo com a natureza dos recursos humanos existentes nesta Direção-geral aquando da realização do QUAR 2020, calculando os dias úteis de trabalho efetivo previsíveis 252, sem contabilização dos dias de férias, fins-de-semana e feriados, destes foram executados 2715 pontos, o que significa um desvio de 59. Para

este desvio contribuiu o facto de que muitos trabalhadores não gozaram na totalidade os períodos de férias que lhes foram atribuídos. Os desvios negativos devem-se sobretudo a ausências por licenças no âmbito da parentalidade.

Assim, em 31 de Dezembro de 2020 a DGRDN conta com um efetivo 259 elementos, que se distribuem da seguinte forma:

Quadro 4 – Distribuição dos trabalhadores por carreira/categoria

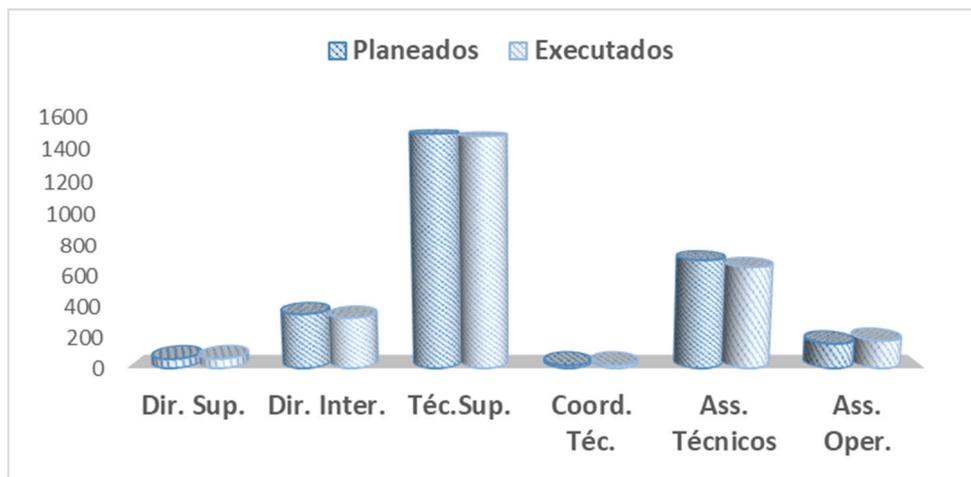
Carreira/Categoria	Quantidade
Dirigentes - Direção Superior	3
Dirigentes - Direção Intermédia	22
Técnicos Superiores	113
Pessoal Informático	8
Assistentes Técnicos	78
Assistentes Operacionais	35
TOTAL	259

O número global de efetivos era de 259 trabalhadores, os quais se encontravam distribuídos por dois grupos de pessoal:

- 132 - Pessoal Civil = 51%
- 127 - Pessoal Militar = 49%

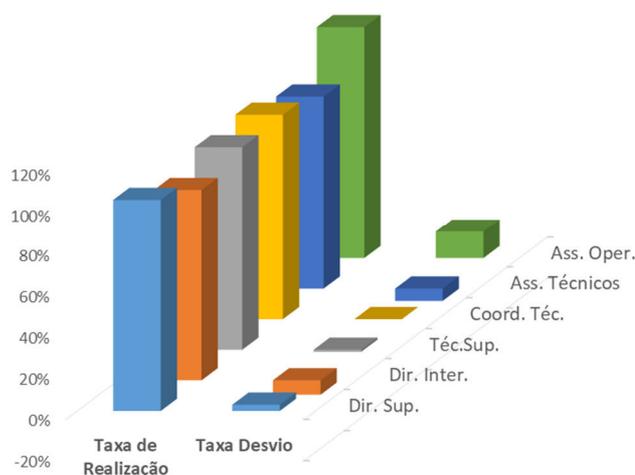
RH – Planeados e executados

Gráfico 6 – Pontuação dos Recursos Humanos planeados e executados em 2020



RH – Taxa de realização/desvios

Gráfico 7 – Taxa de realização/desvios do cálculo dos Recursos Humanos



Quadro 5 – Quadro resumo do cálculo da execução da pontuação dos Recursos Humanos em 2020

Planeados	Executados	Taxa de Execução%	Desvio%
2774	2715	98%	-2%

Quadro 6 – Quadro síntese do tipo de ausência ao serviço ocorridos em 2020

Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Casamento	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Parentalidade	30	28,3%	76	71,7%	106	44,4%
Falecimento de Familiar	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Doença/Doença prolongada	71	80,7%	17	19,3%	88	36,8%
Assistência a familiares	38	90,5%	4	9,5%	42	17,6%
Acidente serviço/Doença profissional	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Trabalhador estudante	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Por conta período de férias	1	33,3%	2	66,7%	3	1,3%
Comperda vencimento	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Outras	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total de dias de Faltas [DF]	140	58,6%	99	41,4%	239	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	168	84,9%	91	35,1%	259	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*252)	42 336	84,9%	22 932	35,1%	65 268	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	0,3%		0,4%		0,4%	

Análise da produtividade

O desempenho da DGRDN, no seu global, foi superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do respetivo QUAR de 2020 de 123,2% para uma

taxa de utilização dos recursos humanos planeados, que se situou nos 98%, tendo em conta os desvios dos 6 indicadores alcançados.

Quadro 7 – Análise da produtividade da DGRDN em 2020

Índice	Fórmula de cálculo	Resultado
Taxa de concretização dos objetivos da DGRDN	Média Ponderada da realização dos objetivos de eficácia, eficiência e qualidade	123,2%
Taxa de realização dos Recursos Humanos	RH executados/RH planeados	98%
Índice de Produtividade	Taxa de concretização global dos objetivos/taxa de execução dos RH	125,7%

Recursos Financeiros

Em termos orçamentais, a DGRDN é constituída por 17 orçamentos/atividades distintas, distribuídas da seguinte forma:

1. Orçamento de Funcionamento, incluindo aqui não só as Receitas de Impostos, resultante da atividade 256, bem como as Receitas Próprias, decorrentes das atividades 244 (receitas com Arrendamento e Alienações de imoveis) e 258 (receitas com arrendamento de instalações NATO), o Departamento de Apoio dos Antigos Combatentes (DAAC), o Dia da Defesa Nacional (DDN), a Divulgação, os Incentivos, o CIOFE, a Estação Ibéria NATO, o Polo NSPA e o Turismo Militar;
2. Orçamento da Lei de Programação Militar (LPM);
3. Orçamento da Lei de Infraestruturas Militares (LIM);
4. Orçamento da Receita Quotizações NATO;
5. E por último, integrando um capítulo diferente, os Projetos de Investimento, ex-PIDDAC.

À semelhança da monitorização do QUAR – 3º Quadrimestre, o quadro abaixo apresenta a execução do orçamento desta DG, tendo sido considerada a dotação corrigida líquida de cativos, e não a dotação inicial aprovada, na medida em que corresponde à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as

alterações orçamentais que tenham tido lugar ao longo do ano económico, permitindo desta forma efetuar uma análise financeira mais coerente face à realidade.

Quadro 8 – Orçamento da DGRDN – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2020

Valores em euros (€)

Designação	Dotação Corrigida	Executados	Taxa de Execução
Orçamento de funcionamento	11.268.674,00	9.569.643,68	84,92 %
Despesas com o Pessoal	8.546.028,00	8.245.807,61	96,49%
Aquisição de bens e serviços	2.492.646,00	1.213.860,88	48,70 %
Outras despesas correntes	230.000,00	109.975,19	47,82%
Ex-PIDDAC	830.598,00	824.274,08	99,24 %
Outros valores ¹	390.958.571	209.851.250,65	53,68 %
Total (OF + PIDDAC + Outros)	403.057.843,00	220.245.168,41	54,64 %

Quadro 9 – Resumo da execução dos Recursos Financeiros da DGRDN em 2020

Planeados	Corrigido	Executados	Taxa de execução (%)	Desvio
356.668.226 €	403.057.843,00 €	220.245.168,41 €	54,64 %	182.812.674,59 €

Quadro 10 - Orçamento da DGRDN por Orçamentos – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2020

Valores em euros (€)

Centro Financeiro	Dotação Corrigida	Execução	Execução (%)
Atividades (DGRDN)	142.198.411,00	10.864.578,24	7,64 %

¹ «Outros valores» inclui a dotação dos orçamentos da Lei de Programação Militar, Lei de Infraestruturas Militares, Quotizações NATO, bem como as aquisições de bens de capital das Receitas de Impostos (256) e das Receitas Próprias (atividade 236, 244 e 258), transferências para as ONG´s e Quotas relativas à Saúde Militar e ao Desporto Militar.

Centro Financeiro	Dotação Corrigida	Execução	Execução (%)
DAAC	1.558.008,00	733.056,69	47,05 %
DDN	893.019,00	591.833,74	66,27 %
CIOFE	9.369,00	4.757,14	50,78 %
Divulgação	295.510,00	124.107,73	52,15 %
Incentivos	162.385,00	125.460,00	77,26 %
EINATO	843.019,00	807.640,04	95,80 %
POLO NSPA	199.497,00	187.911,57	94,19 %
Turismo Militar	7.500,00	7.500,00	100%
LPM	216.565.377,00	194.165.758,00	89,66%
LIM	27.208.238,00	11.013.988,53	40,48 %
Receita Quotizações NATO	12.286.912,00	764.302,65	6,22 %
Ex-PIDDAC	830.598,00	824.274,08	99,24 %
TOTAL	403.057.843,00	220.245.168,41	54,64 %

As atividades da DGRDN, em 2020, como se pode constatar da análise dos quadros expostos:

1. Apresenta uma execução orçamental total de 54,64%.
2. No que diz respeito ao orçamento de atividades/funcionamento, verificou-se uma execução total da despesa, no montante de 10.864.578,24 €, dos quais, 8.784.193,38 € decorrem das Receitas de Impostos e os restantes 2.080.384,85 € das Receitas Próprias. Em termos percentuais as Receitas de Impostos representam 96,44 % da execução total da despesa do orçamento de funcionamento e os restantes 2 % são relativos da execução das Receitas Próprias. Esta baixa execução apresentada ao nível das Receitas Próprias justifica-se por não ter sido arrecadada a totalidade de receita planeada para 2020 e por não ter sido executado o Princípio da Onerosidade conforme planeamento, no valor de 120.000.000 €.
3. As atividades decorrentes da Lei do Serviço Militar tiveram uma execução média de aproximadamente 60 %.

4. Saliente-se ainda o facto, das despesas decorrentes das atribuições consagradas na Lei do Serviço Militar, na Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, designadamente, os encargos referentes ao Recrutamento Militar, ao CIOFE, à organização e realização do DDN, bem como as verbas a atribuir de acordo com Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, apoio prestado aos cidadãos Deficientes das Forças Armadas, não se encontrarem, por decisão política, refletidas na proposta de orçamento aprovado.
5. A execução das atividades que decorrem do financiamento das verbas da Lei do Serviço Militar, designadamente, os encargos referentes à organização e realização do DDN totalizaram o montante de 591.833,74 €, pelo que esta baixa execução se deve ao facto das atividades do DDN terem sido suspensas devido à crise pandémica.
6. O CIOFE apresenta uma execução no valor de 4.757,14 €, a Divulgação no valor de 178.614,10€, e os Incentivos no montante de 125.460 €.
7. O Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes teve uma execução total de 733.056,69 €. Esta baixa execução deve-se ao fato de ter sido efetuado um reforço no valor de 823.530 € para a criação do cartão do antigo combatente no mês de dezembro, não tendo sido executado em tempo útil no ano 2020.
8. A Lei de Programação Militar apresentou uma execução de 89,66%, esta execução diz respeito às rendas de locação do EH101, das Aeronaves C-295 e aos contratos de aquisição e sustentação dos KC-390, assim como a antecipação do pagamento de 2021 do projeto “KC-391 – Aquisição”.
9. A Lei Orgânica n.º 6/2015, de 18 de maio, Lei de Infraestruturas Militares (LIM), estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos no financiamento dos projetos neles previstos, tendo apresentado em 2020 uma taxa de execução de 40,48%.
10. Para fazer face às despesas inerentes aos projetos NATO em curso, foram executados 764.302,65 €, o que representam 6,22% do orçamento das Receitas de Quotizações NATO.

Análise “Custo-Eficácia”

Uma análise do custo – eficácia pretende avaliar em que medida o custo inerente ao desempenho global foi o menor possível. O desempenho da DGRDN foi ligeiramente superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do QUAR de 123,2% em comparação com a taxa de utilização dos recursos financeiros (54,64%).

Sistema de Controlo Interno (SCI)

A Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro, expõe de forma clara as competências de cada unidade orgânica a par do determinado na Carta de Missão, prevista no Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, constituindo a base de avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI).

O SCI dispõe de um conjunto de meios que permite efetuar o controlo da gestão interna do serviço particularmente pelo acompanhamento dos instrumentos de gestão (Planeamento de programas e ações através do Plano de Atividades, análise previsional de pessoal no Balanço Social, Relatório de Atividades e monitorizações do QUAR, bem como o recurso à lista de verificação disponibilizada.

Da análise da lista de verificação, verifica-se que a DGRDN cumpre grande parte dos requisitos enunciados, apesar de, formalmente, certos processos e instrumentos ainda não estejam totalmente implementados. A DGRDN desenvolveu e agilizou a normalização de circuitos, procedimentos e minutas relativas aos documentos de apoio, existindo uma plataforma interna de gestão documental.

As impressoras instaladas na DGRDN são comuns, pré-definidas com escala de cinza e impressão frente e verso, cujo acesso se faz através do cartão pessoal de cada trabalhador, ficando registado o número de fotocópias/trabalhador.

A Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA), tem a seu cargo a *gestão do economato*. Existe uma aplicação, acedida pela rede interna, em que as

unidades orgânicas solicitam os materiais de aprovisionamento, através de requisição de material, sendo entregue em dia fixo preestabelecido.

Na *gestão da assiduidade* está implementado o sistema de registo de assiduidade que se processa através da passagem do cartão pessoal, que regista a hora de entrada e saída de cada trabalhador, bem como o registo diário da situação em que cada trabalhador se encontra, no que se refere a ausências, nomeadamente, faltas e de licenças (sistema SRH PLUS).

Não se encontra implementado um sistema de controlo interno no âmbito da contratação pública ou norma interna que defina responsabilidades dos respetivos intervenientes neste âmbito. Contudo, está instituído informalmente um mecanismo de controlo interno que garante uma adequada segregação de funções no que tange aos atos de autorização, aprovação, execução e controlo da despesa. Para além do facto, destacamos a intervenção da Secretaria-geral nesta matéria, como seja, nas fases do cabimento, compromisso e processamento de pagamento.

Quanto à elaboração do Plano de Gestão de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas para a DGRDN, foi constituído um grupo de trabalho sob a orientação da Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, estando numa primeira fase a proceder-se ao levantamento e a identificação dos riscos junto de todas as direções de serviço, com o objetivo de adotar medidas de prevenção.

Inquérito Sistema de Controlo Interno (SCI)

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 A fiscalização interna do sistema de controlo interno é regida por lei?		X		

1.2 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		Não existe equipa de controlo e auditoria autónoma
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, princípios de bom governo)?		X		Os valores éticos e de integridade que regem o serviços estão definidos no Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (Lei nº 58/2008, de 9 de setembro)
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?		X		O acesso à formação processa-se de acordo com as necessidades do serviço e motivação pessoal. Em preparação um plano de formação para 2020
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?		X		Realizam-se reuniões regulares de dirigentes e com despacho diário
1.7 O arquivo de documentos é organizado e permite a fácil localização?		X		A DGRDN dispõe de uma aplicação adquirida especificamente para a gestão documental.
2 – Estrutura organizacional				
2.1 - Existe um organograma legal da entidade? Corresponde ao organograma real?		X		Em atualização sempre que necessário e distribuição interna
2.2 - Existe uma definição clara de funções e responsabilidades por unidade orgânica e por cada dirigente e trabalhador?		X		As funções e atribuições de cada unidade correspondem rigorosamente àquelas que constam na legislação

<p>2.3 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?</p>	<p>X</p>			<p>A <i>missão, atribuições e competências</i> da Direção-Geral da DGRDN fundamentam-se no Decreto Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho (identifica a missão, as atribuições e o tipo de organização interna do serviço), na Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro (circunscreve a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas) e nos despachos que definem e implementam a estrutura flexível da DGRDN (criação de divisões e equipa multidisciplinar)</p>
<p>2.4 Os trabalhadores do serviço foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?</p>	<p>X</p>			<p>SIADAP 2 e 3 – Despacho n.º 20/DGRDN/2018, de 14 nov – Critérios de ponderação curricular; Despacho n.º 21/DGRDN/2018, de 28 nov – Planeamento e Orientações Gerais relativas aos Ciclo Bienal/SIADAP/2019/2020; Despacho n.º 1/2019, de 7 jan – Constituição do Conselho Coordenador de Avaliação.</p> <p>Por seu turno, o n.º 2 do artigo 31.º do supramencionado diploma legal, define que o Relatório Sintético deve incluir, nomeadamente, o resultado global da aplicação do SIADAP 3, quando aplicável, incluindo expressamente a distribuição equitativa das menções qualitativas atribuídas, no total e por carreira.</p>
<p>2.5 Qual a percentagem de trabalhadores do serviço que frequentam pelo menos uma ação de formação</p>	<p>X</p>			<p>Participou-se em 201 ações (15 internas e 186 no exterior) e 115 o n.º de intervenientes (45%)</p>
<p>2.6 – São elaborados Planos de Atividade?</p>	<p>X</p>			<p>São elaborados anualmente e sempre nos prazos legais estipulados para o efeito</p>
<p>2.7 – São elaborados Relatórios de Atividade?</p>	<p>X</p>			<p>São elaborados anualmente com elevado grau de detalhe e no cumprimento dos prazos legais estipulados</p>
<p>3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço</p>				

3.1 Existe manual de procedimentos interno e/ou de contabilidade?	X			Existe apenas manual de procedimento da aplicação do SIADAP
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Direção
3.3 A realização de despesa ocorre sempre atendendo aos limites das dotações disponíveis?	X			Orçamento da DGRDN
3.4 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É elaborado um plano anual de compras, tendo em conta as necessidades por unidade orgânica e de acordo com o orçamento da DGRDN
3.5 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			Dentro da unidade orgânica e entre unidades orgânicas sempre que considerado adequado
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimo?	X			Existe manual de viaturas e de fundo de maneiio funcional
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Existe um programa de gestão documental que recebe/envia os documentos dentro dos fluxos de informação inerentes às unidades orgânicas (GIgenio)
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Foi elaborado durante o ano o Plano de Gestão de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas para a DGRDN, pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, tendo em vista a sua aplicação com o objetivo de implementar medidas de prevenção
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	Ver resposta anterior

4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			<p>No âmbito das aplicações de gestão de recursos financeiros, a DGRDN utiliza a plataforma disponibilizada em modo partilhado pela SG/MDN e denominada SAP</p> <p>A gestão documental possui aplicação adquirida no exterior. O controlo de assiduidade o SRH Plus. Outras áreas têm o suporte de aplicações produzidas internamente</p>
4.2 - As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		<p>As aplicações produzidas internamente partilham um sistema integrado de credenciação, contudo, relativamente à manipulação dos dados, esta integração não se aplica pelo facto de tratarem informação díspar</p>
4.3 - Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			<p>Os mecanismos relativos à fiabilidade da informação encontram-se integrados nas aplicações sob a forma de procedimentos internos, recorrendo-se igualmente à decomposição da informação e conferência dos dados</p>
4.4 - A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			<p>Através de relatórios</p>
4.5 - Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			<p>Os requisitos de segurança definidos internamente assentam sobre os princípios da confidencialidade, integridade, disponibilidade e controlo de acessos</p> <p>Ligada a estas premissas, existe uma cuidada política de cópias de segurança</p>
4.6 - A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			<p>As aplicações encontram-se protegidas por mecanismos de autenticação, evitando desta forma o acesso por utilizadores não autorizados</p>

5 – Pessoal				
5.1 – Quem tem competência para autorizar e quais as formalidades a cumprir na admissão de novos trabalhadores?	X			Quem tem competência é o Diretor-geral e sempre através de concurso ou mobilidade interna
5.2 – Existe para cada trabalhador um processo individual? Estão atualizados?	X			Cada trabalhador e dirigente tem um processo individual, sempre atualizado, devidamente numerado e onde são arquivados todos os documentos relacionados com os mesmos. Tem-se procedido à sua digitalização
5.3 - Está controlado o acesso a estes processos?	X			Os processos encontram-se em armários de arquivo sempre fechados à chave
5.4 – Existe controlo de horários?	X			O controlo é efetuado através de cartão magnético que regista as entradas e as saídas, havendo controlo sobre as horas de presença e as horas trabalhadas (SRH PLUS)
5.5 – A realização de trabalho suplementar está previamente autorizada e enquadrada legalmente?	X			Anualmente é elaborada uma informação acompanhada de despacho do Diretor-geral com a previsão eventual da necessidade de se realizar trabalho suplementar, normalmente para o motorista e secretária
5.6 – É efetuado anualmente o Balanço Social do Serviço?	X			Anualmente o Balanço Social é elaborado dentro dos prazos legais

Legenda: S – sim; N – não; NA – Não aplicável

Audição Externa e Interna

Inquéritos internos

Relativamente aos inquéritos destinados ao pessoal da DGRDN para avaliação do grau de satisfação no serviço, aplicou-se um questionário para todos os trabalhadores. A escala contínua que mede o grau de satisfação é a seguinte: 1 (muito insatisfeito) a 6 (muito satisfeito).

O “Questionário de satisfação para trabalhadores” apresentado *on-line*, valorou os seguintes aspetos de satisfação: perceção geral dos colaboradores com a organização, gestão e sistemas de gestão, condições de trabalho, desenvolvimento da carreira, motivação, estilo de liderança, e, condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços. Foram distribuídos 259 questionários (considerando o nº de trabalhadores a 31 de dezembro). O quadro seguinte resume os principais resultados percentuais obtidos.

Quadro 11 – Questionário interno (resultados)

<i>Grau de satisfação/Questões</i>	<i>N/R*</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>Valor médio questão</i>
COM A ORGANIZAÇÃO	0,5%	0,5%	3,9%	16,5%	49,5%	20,9%	8,2%	4,1
GESTÃO E SISTEMAS DE GESTÃO	13,4%	1,2%	2,1%	13,8%	38,4%	18,6%	12,6%	4,3
CONDIÇÕES DE TRABALHO	16,5%	0,4%	2,2%	11,9%	30,0%	20,2%	18,7%	4,5
DESENVOLV. DA CARREIRA	19,6%	2,1%	4,5%	20,0%	33,6%	14,0%	6,2%	3,9
MOTIVAÇÃO	19,6%	1,8%	2,8%	19,6%	37,4%	13,1%	5,7%	3,9
ESTILO LIDERANÇA (Dirig. Superiores)	19,6%	1,3%	1,8%	14,5%	34,8%	15,8%	12,2%	4,2
ESTILO LIDERANÇA (Dirig. Intermédios)	73,2%	1,4%	2,3%	7,9%	5,6%	4,1%	5,5%	3,9
HIGIENE, SEGUR. EQUIP. E SERVIÇOS	36,5%	0,6%	1,6%	7,4%	28,7%	14,0%	11,1%	4,4
SATISFAÇÃO GLOBAL	24,9%	1,2%	2,6%	14,0%	32,2%	15,1%	10,0%	4,1

*N/S - Não sabe / Não responde

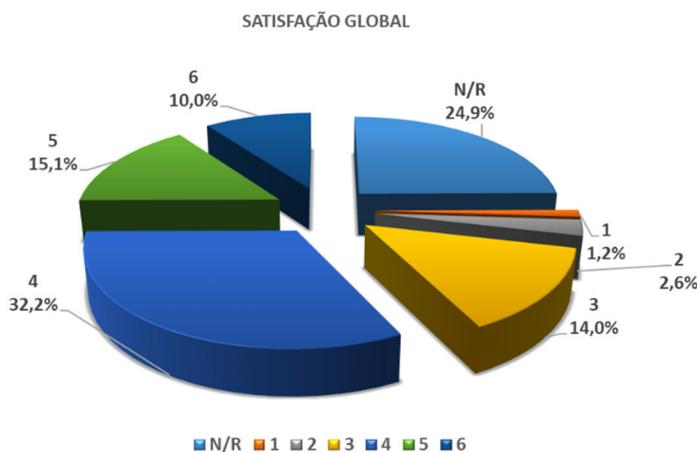
A resposta à questão “satisfação com a organização” que se apresenta no gráfico abaixo, incide em subquestões como a imagem da organização, seu desempenho global, nível de envolvimento dos trabalhadores na organização e missão do serviço e, envolvimento dos trabalhadores em atividades de melhoria.

Gráfico 13 – Satisfação com a Organização



O resultado atingido satisfaz positivamente considerando os valores dos graus 4, 5 e 6 (78,6%). Nas respostas a todas as questões base (8), os resultados de “satisfação global” são também positivos para os mesmos graus acima referenciados (57,3%).

Gráfico 14 – Satisfação Global



Inquéritos externos

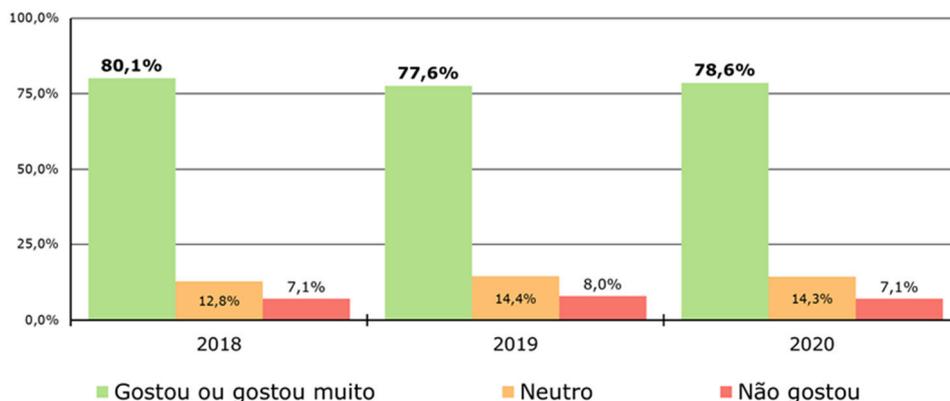
O **Dia da Defesa Nacional**, tanto pelos seus objetivos como pela abrangência associada à sua implementação, constitui-se como campo fundamental para recolha de informação passível de enformar uma análise sobre a relação dos jovens com as Forças Armadas.

A edição de 2020 do Dia da Defesa Nacional alcançou 44 728 jovens portugueses, um número menor que em anos transatos. Este facto é explicado ao considerar que, inicialmente, se projetava que a edição decorresse entre janeiro e dezembro do ano supracitado, envolvendo 32 Centros de Divulgação de Defesa Nacional (CDDN) por todo o país. Porém, face à situação epidemiológica da Covid-19 em Portugal, que determinou a declaração e sucessivas renovações do estado de emergência, assim como do estado de calamidade, o Ministério da Defesa Nacional decidiu suspender o DDN em todos os Centros de Divulgação do país durante dois períodos no ano de 2020: a primeira suspensão decorreu de 09 de março a 01 de setembro; a segunda suspensão decorreu desde 16 de novembro até 04 de dezembro, inclusive, que correspondia à data calendarizada para o término da 16.^a edição.

Durante o período de atividade, funcionaram 17 CDDN em várias regiões do país. Deste facto resulta que uma grande parte dos jovens que, em condições normais, participariam nesta edição não o fizeram.

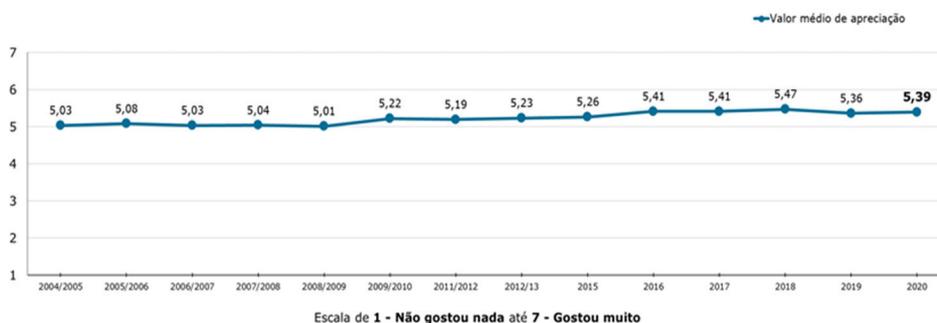
Enquanto objeto de estudo e com vista a avaliar a forma como o Dia da Defesa Nacional é percecionado pelos jovens que nele participam, podemos dizer que os resultados gerais foram muito satisfatórios, uma vez que 78,6% dos jovens gostaram ou gostaram muito, e apenas 7,1% dos jovens formulam uma opinião negativa.

Gráfico 15 - Dispersão da opinião geral sobre o DDN por parte dos inquiridos



Se enquadrarmos estes valores de apreciação nos mais de 15 anos de implementação do Dia da Defesa Nacional, como exposto no gráfico abaixo, percebemos que as alterações que foram introduzidas não baixaram a atratividade da iniciativa.

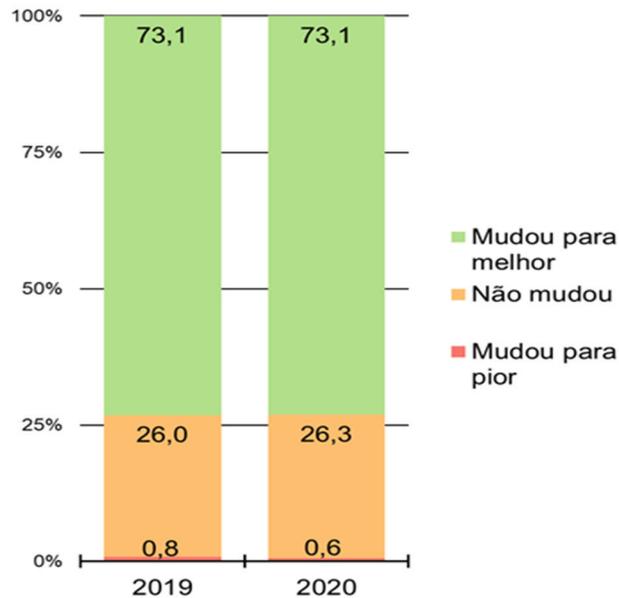
Gráfico 16 - Evolução média da apreciação do Dia da Defesa Nacional



Relativamente à opinião dos jovens sobre as Forças Armadas após a participação no Dia da Defesa Nacional verifica-se que 73,1% dos jovens afirmam que a sua opinião mudou para melhor, ao passo que 0,6% dos jovens referem uma posição inversa. Estes dados demonstram, por isso, que o Dia da Defesa Nacional tem efeito positivo

em matéria de estruturação de opiniões e representações sobre as Forças Armadas e deve ser valorizado enquanto tal.

Gráfico 17 - Opinião sobre as Forças Armadas após a participação no DDN (%)



No que respeita à predisposição dos jovens para ingressarem nas Forças Armadas, verifica-se que 42,2% dos jovens não manifestou interesse, 39,4% revelou predisposição para ingressar, e 18,4% dos jovens declararam uma posição neutra entre estes dois polos.

Gráfico 18 - Evolução da predisposição para ingresso nas Forças Armadas, no RV/RC (%)



No que respeita a valores médios percentuais e por sexo, verifica-se que as mulheres revelaram uma menor predisposição para ingressar (36,8%). Ainda assim, aproximam-se à predisposição de ingresso dos homens (41,9), especialmente comparando com os dados recolhidos em anos anteriores.

Analisando a variação da predisposição para ingresso nas Forças Armadas **em função da escolaridade**, podemos ver que, à semelhança de anos anteriores, a percentagem de jovens interessados em ingressar vai diminuindo à medida que a escolaridade concluída ou frequentada aumenta.

Relevante é o facto de que 26,0% dos jovens que estão no 12º ano (e que são a maioria na população em estudo) equacionam a possibilidade deste ingresso num futuro próximo. Este número percentual aumenta para 32,5% e 35,8%, respetivamente, nos dois patamares inferiores de escolaridade. A conjugação destes dados permite equacionar o futuro com algum otimismo quanto ao potencial de recrutamento. No entanto, manifestar a intenção é diferente de a concretizar, pelo que caberá às Forças Armadas alguma ação potenciadora neste domínio.

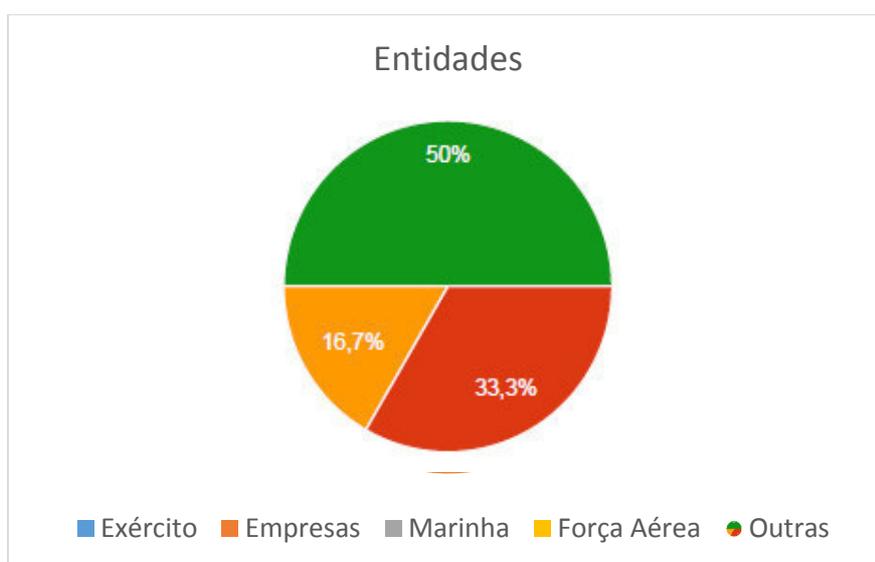
Gráfico 19 - Predisposição para ingresso nas Forças Armadas num futuro próximo, no RV/RC e por nível de escolaridade.



Em conclusão, é possível afirmar que em matéria de apreciação do Dia da Defesa Nacional, este foi avaliado de forma muito positiva, tendo os valores de 2020 mantido níveis elevados nos diversos indicadores recolhidos. Este facto permite dizer que a continuidade de atuação sobre a reconfiguração do modelo de implementação demonstra sustentabilidade.

No quadro das audições externas refere-se ainda o “Questionário de satisfação” aplicado às entidades no que respeita ao nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA (Agência Europeia de Defesa), NATO e a UE. Apresentam-se os principais resultados obtidos no inquérito (% de satisfação):

Inquérito Satisfação (componente I&D)



Pergunta	Resposta
De que forma avalia a qualidade dos contributos no domínio de financiamento nacional de I&D oriundo da DGRDN (ex.: Call 2014)?	Grau de satisfação – 50%
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de I&D a decorrer no âmbito Nacional (ex.: Apoio das CGA)?	Grau de satisfação – 66%

Quais os aspetos que considera que deveriam melhorar nos contributos e apoio dados no âmbito Nacional de financiamento de I&D?	Coordenação entre entidades Disponibilidade de financiamento Financiamento para I&D alinhado com desenvolvimento de capacidades
De que forma avalia a qualidade dos contributos no domínio da cooperação com a União Europeia (ex.: Programa H2020, FED)	Grau de satisfação – 50%
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de I&D a decorrer no âmbito da UE (ex.: Apoio à assinatura do Grant Agreement)?	Grau de satisfação – 50%
Quais os aspetos que considera que deveriam melhorar nos contributos e apoio dados no âmbito da UE (ex.: Gestão do GA e papel do LEAR)?	Coordenação entre entidades Celeridade dos processos de autorização e diminuição do tempo de resposta
De que forma avalia a qualidade dos contributos no domínio da cooperação com a Agência Europeia de Defesa (EDA - componente RTI-CAPTECH)?	Grau de satisfação – 50%
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de I&D a decorrer no âmbito da EDA?	Grau de satisfação – 83%
Quais os aspetos que considera que deveriam melhorar nos contributos e apoio dados no âmbito da EDA - RTI-CAPTECH?	Financiamento disponível para assegurar participação do Captech Governmental Experts Alinhamento entre os Capability National Coordinators e as entidades ligadas ao I&D para alinhamento com interesses estratégicos Financiamento para projetos na EDA Assegurar a disseminação de informação especialmente necessário com a entrada do Fundo Europeu de Defesa
De que forma avalia a qualidade dos contributos no domínio da cooperação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) - Science and Technology Organization (STO)?	Grau de satisfação – 50%
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento das atividades a decorrer no âmbito da NATO/STO?	Grau de satisfação – 33%
Quais os aspetos que considera que deveriam melhorar nos contributos e apoio dados no âmbito da NATO/STO?	Alinhamento entre os representantes nacionais nos painéis e as entidades ligadas ao I&D para alinhamento com interesses estratégicos Financiamento para participação nas reuniões Assegurar a disseminação de informação de forma atempada

Balanço Social

O Balanço Social como instrumento de gestão na área dos recursos humanos foi instituído pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro, e estabeleceu a sua elaboração para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local com um mínimo de 50 trabalhadores. O Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, estabeleceu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN). A estrutura nuclear do serviço e as competências das respetivas unidades orgânicas, bem como, o estabelecimento de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas disciplinares foram definidas pela Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro.

O Balanço Social 2020, como instrumento de gestão previsional de pessoal caracteriza a distribuição dos recursos humanos presentes entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, evolução e tendências. Os indicadores calculados (taxas e índices) demonstram estatisticamente as continuidades, alterações e mudanças ocorridas no serviço. A 31 de dezembro de 2020 trabalhavam na Direção-geral 259 trabalhadores e particularmente considerou-se:

- Incentivar a valorização e o aumento da motivação de todos/as os/as trabalhadores/as através do acesso à formação profissional;
- A racionalização e boa gestão dos encargos com pessoal, considerando as reais necessidades de funcionamento do serviço;
- Usufruir da melhoria de equipamentos (condições de trabalho);
- O controlo efetivo (possível) e eficiente da assiduidade.

Caracterização dos fatores mais significativos do **perfil profissional do pessoal da DGRDN:**

- Grupo de pessoal – civil (51%);
- Grupos profissionais (dominância) – militar (49%) e técnico superior (27%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) – técnicas (73,7%);

- Modalidade de vinculação – contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (44,4%);
- Colocação dos recursos humanos pela estrutura orgânica – DSPSM (20,8%);
- Sexo – masculino (64,9%);
- Idade – média 47 anos;
(grupos etários dominantes: 40 a 44 anos – 17% e dos 45/49 e 50/54 anos – 14%)
- Antiguidade na AP – 22 anos (média);
- Habilitações – formação superior (55,6%);
- Modalidade de horário de trabalho – flexível (67,6 %);
- Escalão remuneratório mais frequente
1.251€ a 1.500€ - 45 trabalhadores (17,4%);
- Assiduidade – 0,9 dias de faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional – 2,5 h (média horas de formação/trabalhador).

Junta-se ao presente Relatório em anexo o documento específico elaborado neste âmbito já apresentado superiormente.

Apreciação dos Objetivos Específicos das Unidades Orgânicas

À análise da avaliação detalhada do QUAR já exposta (objetivos estratégicos e consequentes objetivos operacionais), as unidades orgânicas da DGRDN definem ainda complementarmente outros objetivos específicos/operacionais que procuram cumprir (desenvolvimento em detalhe neste Relatório de Atividades). Sintetizam-se os resultados obtidos.

Quadro 19 – Objetivos específicos das UO

Unidade orgânica	Nº objetivos definidos	Nº de iniciativas	Atingidas	Superadas	Não atingidas
DSAEQ	7	20	9	9	2
DSPSM	7	14	6	5	3

DSSMAS	8	19	4	13	2
DSAE	5	10	3	6	1
DSIP	5	10	1	7	2
DSQA	8	14	1	8	5
DSGFA	3	3	2	1	0
DGPE	2	2	0	2	0
GCD	2	2	0	2	0
GAT	3	6	2	4	0
Totais	50	100	28	57	15
%	-	-	28%	57%	15%

A avaliação final é significativamente positiva considerando todas as iniciativas planeadas, dado que 85% foram atingidas/superadas.

Ações de melhoria no desempenho.

O ano de 2020 para a DGRDN ficou marcado com a conclusão de várias iniciativas/eventos consolidando o seu crescimento e desempenho apesar do ano atípico que se viveu no âmbito da pandemia Covid-19,

Foi preocupação permanente a integração e otimização dos processos internos, numa lógica de orientação para o teletrabalho, gestão por objetivos e para a melhoria contínua, através da introdução de modelos e ferramentas que potenciam a melhoria do desempenho da Direção-geral, bem como pela estabilização do seu quadro de recursos humanos.

A Direção-geral, por forma orientada através das suas unidades orgânicas foi alvo de implementação de medidas que permitissem o alinhamento de processos, funções e pessoas, nomeadamente no seguinte:

- Atualização e revisão de metodologias de trabalho, teletrabalho e processos internos;

- Integração dos Sistemas de Informação existentes e implementação de novos processos assentes nas tecnologias de informação e comunicação;
- Implementação de medidas no sentido de criar sinergias e eliminar recursos duplicados, mediante a gestão da mudança com o menor impacto possível nas pessoas;
- Investimento na motivação e qualificação dos colaboradores, nomeadamente através do desenvolvimento de um plano de formação orientado para as diversas áreas de atividade da DGRDN;
- Normalização dos processos e das atividades de gestão financeira e orçamental;
- Otimização dos recursos internos, com base em critérios de eficácia e eficiência, numa lógica de maximização de resultados e contenção de custos na Administração Pública, em consonância com as medidas de consolidação orçamental;
- Racionalização dos planos de ocupação de imóveis através da agregação de serviços.

Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional.

Na Administração Pública não existe outro organismo que prossiga os mesmos objetivos, portanto, não existem organismos homogéneos com os quais a DGRDN se possa comparar.

Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação

Conforme disposto no artigo 18.º, n.º 3, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, compete ao dirigente máximo do serviço propor, como resultado da autoavaliação, a menção respeitante à avaliação final do serviço.

De acordo com o exposto no presente relatório quanto à apreciação quantitativa dos resultados alcançados, a avaliação final da DGRDN no que respeita à concretização

do QUAR é de 123,2%. Em termos qualitativos a DGRDN, superou os objetivos operacionais constantes do seu QUAR.

Quadro 12 – Autoavaliação da DGRDN

Objetivos	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	20%	65%	15%
Taxa de Realização	127%	123%	121%

Quadro 13 – Avaliação final quantitativa e qualitativa da DGRDN

Avaliação final do Serviço	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Taxa Média de Realização	123%		

Assim, de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do mesmo diploma legal, propõe-se a atribuição da menção de **Bom** para o desempenho da DGRDN, visto que superou/atingiu a totalidade dos objetivos.

Avaliação dos Objetivos Operacionais complementares das Unidades Orgânicas

Unidade orgânica	Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação
-------------------------	---

Objetivo 1	Elaborar projetos de diploma, acompanhar a respetiva aplicação, e elaborar pareceres técnicos na área de atribuições da Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação (DSAEEQ)
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração de projetos de diploma no âmbito das competências da DSAEEQ/DAE		
Indicador		
Concluídos para decisão superior dentro do prazo estabelecido		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antecipação do prazo estabelecido em 2 dias	Cumpriu no prazo estabelecido	Ultrapassou o prazo estabelecido
X		

INICIATIVA 2		
Elaboração de pareceres e outros documentos de análise técnica no âmbito do EMFAR, da LSM e respetivo regulamento e do regime remuneratório		
Indicador		
N.º de documentos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de excepcional complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos 3 dias úteis sobre o prazo estabelecido	Cumpriu no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou o prazo estabelecido
X		

INICIATIVA 3		
Reintegração de militares e ex-militares ao abrigo da Lei n.º 28/2018, de 16 de julho - Apoio técnico à Comissão de Apreciação		
Indicador		
Número de processos instruídos para submissão a decisão da Comissão de Apreciação		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão da instrução dos processos 3 dias antes do prazo estabelecido	Cumpriu no prazo estabelecido	Ultrapassou o prazo estabelecido
	X	

Objetivo 2	Pessoal Civil e Militarizado
-------------------	------------------------------

INICIATIVA 1		
Elaboração de pareceres e outros documentos de análise técnica no âmbito do RCTFP e do regime do pessoal militarizado		
Indicador		
N.º de documentos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de excepcional complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos 3 dias úteis sobre o prazo estabelecido	Cumpriu no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou o prazo estabelecido
	X	

INICIATIVA 2		
Recolha e tratamento dos dados reportados relativos ao pessoal civil e militarizado das Forças Armadas - Monitorização dos efetivos -		
Indicador		
Tratamento dos dados reportados no prazo de 10 dias úteis após a sua receção		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do tratamento dos dados 2 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 10 dias úteis	Conclusão do tratamento em tempo superior a 10 dias úteis
	X	

INICIATIVA 3		
Monitorização do Sistema Retributivo - Pessoal Militar e Pessoal Militarizado -		
Indicador		
N.º de documentos técnicos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de excepcional complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos 3 dias úteis sobre o prazo estabelecido	Cumprir no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou os 10 dias úteis
	X	

Nota: Os resultados da Iniciativa 1 estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos.

INICIATIVA 4		
Representação do MDN na Comissão Laboral (Acordo de Cooperação e Defesa Portugal – EUA) Coordenação da Delegação Nacional		
Indicador		
N.º de documentos técnicos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de excecional complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos 3 dias úteis sobre o prazo estabelecido	Cumprir no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou os 10 dias úteis
X		

Objetivo 3	Igualdade de Género
-------------------	---------------------

INICIATIVA 1		
Planificação anual das medidas a desenvolver pelo MDN no âmbito dos Planos Nacionais aprovados pela ENIND Participação em reuniões convocadas pela PCM, CIG ou Gabinete		
Indicador		
1. Elaboração das planificações setoriais dos Planos Nacionais para aprovação superior, no prazo estabelecido pela CIG 2. Elaboração de notícias de reunião no prazo de 5 dias úteis		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1. Antecipação em 15 dias úteis do prazo estabelecido 2. Menos 3 dias úteis sobre o prazo estabelecido	1. e 2. Conclusão no prazo	1. e 2. Ultrapassou o prazo estabelecido
1 2	1 X 2	1 2

INICIATIVA 2		
Monitorização da execução das medidas constantes dos Planos Nacionais aprovados pela ENIND e referentes ao MDN		
Indicador		
Elaboração dos Relatórios Semestrais e Anuais		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antecipação em 2 dias sobre o prazo estabelecido	Conclusão no prazo	Ultrapassou o prazo fixado
	X	

Nota: Os resultados destas Iniciativas estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos.

INICIATIVA 3					
Monitorização da execução das medidas constantes do Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade 2019-2021					
Indicador					
1. Articulação com o EMGFA, ramos e Serviços Centrais, com vista ao acompanhamento e recolha de informação que permita a elaboração atempada de reportes solicitados pela tutela					
2. Elaboração do Relatório Anual					
Grau de Concretização e Resultados					
Superou		Atingiu (meta)		Não atingiu	
1. e 2. Antecipação em 2 dias sobre o prazo estabelecido		1. e 2. Conclusão no prazo		1. e 2. Ultrapassou o prazo fixado	
1	2	1	X	2	1

Nota: Os resultados destas Iniciativas estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos

INICIATIVA 4					
Acompanhamento da execução do III Plano Nacional de Ação para Implementação da RCSNU 1325(2000)					
Indicador					
1. Participação nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento					
2. Planeamento das ações a realizar no âmbito do MDN em 2020					
3. Monitorização da execução do Plano e elaboração do Relatório de Execução de 2019					
Grau de Concretização e Resultados					
Superou			Atingiu (meta)		
1. 2. e 3. Antecipação em 2 dias sobre o prazo estabelecido			1. 2. e 3. Conclusão no prazo		
1. 2. e 3. Ultrapassou o prazo fixado					
1	2	3	1	2	3

Nota: Os resultados destas Iniciativas estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos

INICIATIVA 5		
Representação do MDN no NATO Committee on Gender Perspectives - Participação na reunião anual -		
Indicador		
Elaboração do Relatório Nacional Anual no prazo fixado pelo NCGP		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do relatório nacional 2 dias antes do prazo fixado	Conclusão do relatório nacional no prazo fixado	Conclusão do relatório nacional depois do prazo fixado
X*		

Nota: Os resultados das Iniciativas 1, 2 e 3 estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos. Relativamente ao ponto 4 o resultado está dependente da solicitação do Relatório pelo NCGP e do envio de documentação pelo referido Comité.

*Não obstante a reunião anual não se ter realizado a elaboração do Relatório Anual foi pedido aos Estados-membros, tendo sido concluído e remetido ao NCGP antes do prazo fixado para a sua conclusão.

Objetivo 4	Potenciar as qualificações dos militares e ex-militares
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Promover a criação e implementação de processos de certificação da formação profissional ministrada pela Defesa Nacional		
Indicador		
Desenvolvimento de iniciativas que visem aumentar as qualificações escolares ou profissionais dos Militares Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realização de duas iniciativas	Realização de uma iniciativa	Não realização de iniciativas
X		

INICIATIVA 2		
Promover a criação do Guia Militar para a Qualificação		
Indicador		
Desenvolvimento de mapas por especialidade ou classe com o nível de certificação em determinados percursos profissionais tendo em vista a obtenção de qualificações de nível II ou IV Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mapas para mais de 6 especialidades	Mapas para 6 especialidades	Mapas para menos de 6 especialidades
X		

INICIATIVA 3		
Potenciar as qualificações dos militares e ex-militares para o mercado de trabalho		
Indicador		
N.º de horas de formação realizadas Peso – 60%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 3 ações de formação realizadas	3 ações de formação realizadas	Menos de 3 ações de formação realizadas
		X

Objetivo 5	Consolidar e monitorizar a implementação da reforma Defesa 2020 no sistema de ensino superior militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Conclusão do processo de regulamentação do IUM		
Indicador		
Resposta a solicitações de apreciação das propostas de diploma Peso 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaboração de parecer até 3 dias após a solicitação	Elaboração de parecer até 5 dias após a solicitação	Elaboração de parecer mais de 5 dias após a solicitação
	X	

INICIATIVA 2		
Apoio ao Conselho do Ensino Superior Militar (CESM)		
Indicador		
Elaboração das atas da reunião do CESM Peso 60%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
100% das atas efetuadas antes de 15 dias após a reunião do CESM	100% das atas efetuadas até 15 dias após a reunião do CESM	50% das atas efetuadas após 30 dias da reunião do CESM
X		

Objetivo 6	Promover o desenvolvimento da oferta educativa do ensino básico e secundário de matriz militar desenvolvida no âmbito da Defesa Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Monitorizar o desempenho académico dos alunos dos EMEs		
Indicador		
Apresentação de súmula comparativa entre o ano letivo 2016/2017, o ano letivo 2017/2018 e o ano letivo 2018/2019 entre o CM e o IPE		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação de súmula até 30 agosto	Apresentação de súmula até 30 de setembro	Apresentação de súmula após 30 de setembro
		X

Objetivo 7	Reforçar a empregabilidade dos militares dos regimes de voluntariado e de contrato
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Divulgar Ofertas de Emprego junto dos militares e ex-militares		
Indicador		
N.º de ofertas divulgadas Peso – 60%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 1000	1000 ofertas	Menos de 1000
X		

INICIATIVA 2		
Aumentar o N.º de protocolos celebrados de apoio à qualificação		
Indicador		
N.º de protocolos Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 5 protocolos realizados	5 protocolos realizados	Menos de 5 protocolos realizados
X		

Unidade orgânica	Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar
-------------------------	---

Objetivo 1	Desenvolvimento do observatório da profissionalização do serviço militar
-------------------	--

INICIATIVA		
Conceção da estrutura da plataforma temática (áreas de informação que integram observatório: efetivos; estudos; recrutamento)		
Indicador		
Ter a plataforma em funcionamento para utilização em 300 dias		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Estar em funcionamento 20 dias antes do prazo	Estar em funcionamento no prazo	Estar em funcionamento após o prazo
		X

Nota justificativa: Este objetivo não foi atingido porque os trabalhos de suporte que são necessários (caracterização e acesso à informação de recrutamento existente nos ramos; acesso à plataforma SIGRHDN) só serão assegurados em 2021. Para além disso, as verbas necessárias para a operacionalização da configuração da plataforma, só foram disponibilizadas em meados de novembro o que impediu a realização do necessário processo de contratação.

Objetivo 2	Desenvolvimento e consolidação do processo de monitorização dos efetivos e das autorizações das admissões
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Assegurar a monitorização dos efetivos militares nos termos legalmente estabelecidos		
Indicador		
Tratamento dos dados reportados no prazo de 15 dias após a sua receção		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do tratamento 2 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 15 dias	Conclusão do tratamento dos dados após o prazo
X		

Nota justificativa: Durante os vários meses do ano, depois dos dados serem fornecidos pelos ramos, foram integrados num período inferior a uma semana.

INICIATIVA 2		
Assegurar a análise e tramitação dos pedidos de admissão de pessoal		
Indicador		
Emissão de parecer técnico		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Emissão do parecer 10 dias após a receção	Emissão do parecer 15 dias após a receção	Conclusão num período superior a 15 dias
	X	

Objetivo 3	Desenvolvimento de processos de estudo/investigação no âmbito da sustentabilidade da profissionalização do serviço militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Implementar o projeto de estudo profissionalização 360°		
Indicador		
Implementação dos inquéritos no ano de 2020 (incorporação e saída)		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Lançamento de 3 inquéritos	Lançamento de 2 inquéritos	Lançamento de menos de 2 inquéritos
		X

Nota justificativa: Os inqueritos estão construídos, mas fruto da pandemia não foi possível a sua validação pelos ramos. Para além disso, as incorporações estiveram suspensas por um longo período de tempo e as saídas foram “travadas” pelas medidas de prorrogação do tempo de contrato.

INICIATIVA 2		
Desenvolvimento do estudo de monitorização do Dia da Defesa Nacional e aferição do potencial de recrutamento		
Indicador		
Apresentação de relatório final e parcelares		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Desenvolvimento de todos os relatórios de centro e do relatório final até final do ano	Realização de 80% dos relatórios de centro e análise de dados do processo global	Apenas análise de dados global
X		

Nota justificativa: Esta medida foi superada. Foram desenvolvidos relatórios de todos os centros de divulgação (32) e o relatório global antes do final do ano.

Objetivo 4	Promover a harmonização e eficiência dos processos de recrutamento militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Desenvolvimento de conteúdos tendo em vista a divulgação da profissão militar		
Indicador		
Atualização dos conteúdos associados às profissões e desenvolvimento de suportes digitais de divulgação		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Atualizar mais de 15 profissões	Atualizar 15 profissões	Não conseguir realizar o n.º definido
	X	

INICIATIVA 2		
Desenvolvimento e manutenção de Portal do Recrutamento Militar		
Indicador		
Continuar a desenvolver e a atualizar: <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura e conteúdos • Tipo e configuração de serviços/funcionalidades • Layout 		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Atualizar conteúdos até 2 dias após a sua publicação nos Ramos	Atualizar conteúdos até 5 dias após a sua publicação nos Ramos	Não conseguir realizar no prazo definido
X		

Nota justificativa: Os conteúdos estiveram permanentemente atualizados. O Portal foi complementado com redes sociais e superou, em muito, as perspetivas de visualizações (atingiu mais de 15 mil vistas mês).

Objetivo 5	Promover o modelo de Comunicação Integrada para o Serviço Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaboração de proposta de estratégia de comunicação do serviço militar e de plano setorial para a DGRN		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluída até 30 set20	Concluída até 30 dez20	Após 30 dez
	x	

INICIATIVA 2		
Promover campanha de divulgação junto dos jovens em idade escolar		
Indicador		
Apresentação de propostas Enunciar temáticas a destacar e pedagogia de apresentação dos conteúdos correspondentes (peças da campanha) Peso – 30%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentar 2 propostas em 200 dias	Apresentar 2 propostas em 280 dias	Não conseguir realizar no prazo definido
	x	

INICIATIVA 3		
Revisão e implementação de novas funcionalidades da Plataforma de Comunicação Integrada para o Serviço Militar/Repositório		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 30%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluída até 30 set20	Concluída até 30 dez20	Após 30 dez
	*	

Objetivo 6	Desenvolver o conhecimento da população portuguesa acerca das várias vertentes da Defesa Nacional, do papel das Forças Armadas e do Serviço Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Atualização dos Programas das jornadas para a 16.ª edição (2020) do DDN		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluída até 30 out20	Concluída até 30 nov20	Após 30 nov
x		

INICIATIVA 2		
Participação em eventos de dimensão nacional nas áreas da juventude, da formação e do emprego		
Indicador		
N.º de Participações Peso – 20%		

Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 2	1	0
	x	

INICIATIVA 3		
Produção de série de pequenos vídeos (10") sobre várias especialidades militares nos 3 ramos (título: "Eu sou"), para inserção nas redes sociais		
Indicador		
N.º de vídeos Peso – 30%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 10	7	Menos de 5
		x

Objetivo 7	Promover a implementação do Plano de Ação da Profissionalização do serviço militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Assegurar o apoio técnico ao funcionamento da comissão de coordenação e implementar as ações (DGRDN) inscritas no plano		
Indicador		
Prazo de conclusão		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Superar os tempos definidos	Cumprir os tempos definidos no plano	Não cumprir
X		

Nota justificativa: Foi assegurado total apoio técnico ao funcionamento da comissão, tendo sido superados os prazos estabelecidos para a produção de relatórios, memorandos e propostas de alteração.

Unidade orgânica	Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais
-------------------------	--

Objetivo 1	Apoiar o Sistema de Saúde Militar
-------------------	-----------------------------------

INICIATIVA 1		
Realizar e colaborar na realização de estudos no âmbito do Sistema de Saúde Militar		
Indicador		
N.º de propostas apresentadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 5	1 – 5	0
X		

INICIATIVA 2		
Monitorizar a execução do Protocolo celebrado entre o MDN e o Min. da Saúde para acesso e frequência do internato médico		
Indicador		
N.º de ações realizadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 10	8 - 10	< 8
X		

Objetivo 2	Apoiar a Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos antigos combatentes portadores de stress pós-traumático
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Preparação e prestação de apoio técnico às reuniões e elaboração de documentos de apoio		
Indicador		
N.º de ações realizadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 6	3 – 6	< 3
X		

INICIATIVA 2		
Análise das Propostas de Orçamento das ONGs no âmbito da RNA		
Indicador		
Apresentação de proposta		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 1 mês após a sua receção	Entre 1 e 2 meses após a sua receção	Após 2 meses depois da sua receção
X		

INICIATIVA 3		
Elaboração de informações para libertação do financiamento		
Indicador		
Apresentação das informações		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos de 8 dias após reunião da CNA	Entre 8 e 15 dias após reunião da CNA	Mais de 15 dias após reunião da CNA
	X	

Objetivo 3	Coordenar e monitorizar o Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Realização de reuniões ordinárias do GC/PPCACDFA		
Indicador		
N.º de reuniões ordinárias		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 4	1 - 4	0
	X	

INICIATIVA 2		
Elaboração do Relatório Atividades/2019 no âmbito do PPCACDFA		
Indicador		
Relatório de Atividades/2019		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborado até 31mai2020	Elaborado entre 31mai20 e 31dez2020	Iniciativa não realizada em 2020
X		

INICIATIVA 3		
Ações de divulgação estratégica do PPCACDFA		
Indicador		
N.º de ações realizadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
N/A	2	0
	X	

INICIATIVA 4		
Ações de divulgação do PPCACDFA nos Cursos de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependências		
Indicador		
N.º de ações realizadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2	1 - 2	0
X		

INICIATIVA 5		
Promover a cooperação com entidades parceiras no âmbito da Prevenção de Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências		
Indicador		
N.º de atividades de cooperação desenvolvidas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2	1 - 2	0
X		

Objetivo 4	Promover a cooperação com os Países da CPLP no âmbito da Saúde Militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Organização do Fórum de Saúde Militar CPLP/ 2019		
Indicador		
Organização da VII Edição do Fórum		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
N/A	Realizado	Não realizado
		X

Nota: Embora tenha sido organizado, não se realizou por motivo da pandemia COVID-19.

INICIATIVA 2		
Coordenar e monitorizar o Plano de Formação do Programa de Intercâmbio do FSM/CPLP		
Indicador		
N.º de ações realizadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 10	7 - 10	< 3
X		

Objetivo 5	Garantir a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE
-------------------	--

INICIATIVA		
Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados, o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares		
Indicador		
Data de entrega do Relatório Anual		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
30nov2020	31dez2020	Após 31dez2020
X		

Objetivo 6	Propor medidas que contribuam para a melhoria das condições de vida dos Deficientes Militares
-------------------	---

INICIATIVA		
Monitorizar e avaliar a execução do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM)		
Indicador		
Nº de iniciativas desenvolvidas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
8	6	< 6
X		

Objetivo 7	Melhorar o padrão de serviço – áreas da saúde e assuntos sociais
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Atingir um padrão de serviço que possibilite fixar um período razoável para elaboração de projetos de medidas legislativas, bem como de informações e pareceres (comum)		
Indicador		
Demora média		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 6 dias úteis	>=6<10 dias úteis	>=10 dias úteis
X		

INICIATIVA 2		
Reduzir tempo de resposta a solicitações institucionais e a particulares (comum)		
Indicador		
Prazo de elaboração de respostas a solicitações institucionais e a particulares		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 5 dias úteis	>=5<8 dias úteis	>=8 dias úteis
X		

INICIATIVA 3		
Incrementar a frequência de ações de formação especializada (comum)		
Indicador		
Nº de ações de formação especializada frequentadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
5	4	<4
	X	

INICIATIVA 4		
Elaborar conteúdos para divulgação das iniciativas e temáticas da Saúde Militar e dos Assuntos Sociais, quer na Intranet quer na Internet do MDN no Portal da DGRDN		
Indicador		
Número de propostas de conteúdo		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
4	2 - 4	< 2
X		

Objetivo 8	Reduzir a pendência processual dos processos com vista à qualificação como Deficiente das Forças Armadas (DFA)
-------------------	--

INICIATIVA		
Reduzir o número de processos pendentes		
Indicador		
Nº de processos concluídos e devolvidos aos ramos das FA		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
≥ 90% do nº de processos pendentes	≥ 75% do nº de processos pendentes	≤ 74% do nº de processos pendentes
		X

Nota: Não foi possível contratar os recursos humanos necessários para o desenvolvimento desta iniciativa

Unidade orgânica	Direção de Serviços de Armamento e Equipamento
-------------------------	---

Objetivo 1	Coordenar e executar as políticas de armamento e equipamento necessárias às Forças Armadas e à Defesa Nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Atualização dos projetos dos Serviços Centrais na ferramenta de Gestão de Projetos (EPM)		
Indicador		
Taxa de projetos atualizados no EPM		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 71% dos projetos atualizados no quadrimestre	Entre 50% e 70% dos projetos atualizados no quadrimestre	Menos de 49% dos projetos atualizados no quadrimestre
X	X	

INICIATIVA 2		
Otimização da coordenação e execução da Lei de Programação Militar (LPM)		
Indicador		
N.º de Ofícios, informações e relatórios elaborados em apoio à coordenação e execução da LPM		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborados mais do que 20 documentos no quadrimestre	Elaborados entre 10 e 19 documentos no quadrimestre	Elaborados menos do que 10 documentos no quadrimestre
X		

Objetivo 2	Implementar os processos mais adequados para a aquisição e manutenção do armamento e equipamentos
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, informações no âmbito das tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa		
Indicador		
Nº de pareceres, pontos de situação, informações e relatórios elaborados no ano de 2020		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
X > 12	X = 12	X < 12
X		

INICIATIVA 2		
Elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, informações no âmbito dos programas em curso nas agências internacionais		
Indicador		
Nº de pareceres, informações elaborados no ano de 2020		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
X > 12	X = 12	X < 12
X		

Objetivo 3	Desenvolver os protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios do armamento e dos equipamentos da Defesa Nacional com Entidades Internacionais
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA (Agência Europeia de Defesa) e a UE		
Indicador		
Nível de satisfação dos utilizadores internos e externos		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
X		

INICIATIVA 2		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a NATO		
Indicador		
Nível de satisfação dos utilizadores internos e externos		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

Objetivo 4	Emitir as licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria
-------------------	---

INICIATIVA		
Emissão de licenças e certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria		
Indicador 1		
% de licenças e certificados emitidos face aos pedidos de licenças e certificados aprovados		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 95 %	Entre 90 % e 95 %	< 90 %
X		
Indicador 2		
Tempo de resposta, em dias úteis, para a emissão de licenças e certificados		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 14	Entre 14 e 45	> 45
X		

Objetivo 5	Promover e coordenar, em cooperação com as FA e, no aplicável, com o Ministério da Administração Interna, em estreita colaboração com a idD, os planos e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de i&D nacionais		
Indicador		
Nível de satisfação dos stakeholders		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

INICIATIVA 2		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de i&D internacionais		
Indicador		
Nível de satisfação dos stakeholders		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
		X

Unidade orgânica	Direção de Serviços de Infraestruturas e Património
-------------------------	--

Objetivo 1	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)
-------------------	---

INICIATIVA		
Cumprimento dos prazos previstos para implementação do projeto NATO – Pedido de JFAI até final 1º trimestre		
Indicador		
% de cumprimento		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Cumpriu a 100%	Cumpriu a 80%	Não foi cumprido o planeado
	X	

Objetivo 2	Gestão das infraestruturas NATO
-------------------	---------------------------------

INICIATIVA 1		
Proceder ao levantamento das necessidades urgentes		
Indicador		
Data de execução		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até final do 1º quadrimestre 2020	Até final do 1º semestre 2020	Até final de 2020
	X	

INICIATIVA 2		
Proceder ao suprimento das necessidades identificadas		
Indicador		
Taxa de execução ao nível da realização física = (n.º de atividades realizadas / n.º de atividades planeadas) x 100		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realização >= 90%	Realização >= 75%	Realização < 25%
		X

Nota explicativa: Devido ao facto de não haver disponibilidade orçamental para o efeito.

Objetivo 3	Unidade de Gestão Patrimonial
-------------------	-------------------------------

INICIATIVA 1		
Recolha e tratamento de dados junto das entidades tuteladas pelo MDN respeitante aos imóveis afetos à Defesa Nacional		
Indicador		
Apresentação da informação quando solicitada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação em prazo inferior a 1 dia	Apresentação no prazo de 1 dia	Apresentação em prazo superior a 1 dia
	X	

INICIATIVA 2		
Esclarecer as dúvidas e os procedimentos quanto ao cumprimento das disposições legais sobre o pagamento de rendas pela ocupação de património imobiliário do Estado		
Indicador		
Esclarecimentos prestados no prazo de 2 dias		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Esclarecimentos prestados no prazo inferior a 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo de 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo superior a 2 dias
	X	

Objetivo 4	Salvaguarda dos interesses da Defesa Nacional nos instrumentos de gestão territorial
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração de pareceres sobre os projetos apresentados		
Indicador		
Pareceres concluídos dentro do prazo estabelecido por entidades externas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluiu antes do prazo estabelecido	Concluiu dentro do prazo estabelecido	Concluiu após o prazo estabelecido
	X	

INICIATIVA 2		
Participar nas reuniões de concertação		
Indicador		
N.º de reuniões de concertação em que participou com parecer vinculativo do MDN		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Participou em 100% das reuniões	Participou em 90% das reuniões	Participou em menos de 90% das reuniões
	X	

Objetivo 5	Satisfação dos requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Promover a avaliação de imóveis		
Indicador		
Tempo de preparação do processo		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Preparação do processo num prazo inferior a 3 dias	Preparação do processo no prazo de 3 dias	Preparação do processo num prazo superior a 3 dias
	X	

INICIATIVA 2		
Promover a regularização jurídico-cadastral dos imóveis disponíveis para rentabilização		
Indicador		
Tempo de preparação do processo		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Preparação do processo num prazo inferior a 3 dias	Preparação do processo no prazo de 3 dias	Preparação do processo num prazo superior a 3 dias
	X	

INICIATIVA 3		
Promover a certificação energética dos imóveis a rentabilizar		
Indicador		
Número médio de dias que o processo está com o técnico		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
O processo está com o Técnico durante uma média de um dia	O processo está com o Técnico durante uma média de dois dias	O processo está com o Técnico durante uma média superior a dois dias
		X

Nota Explicativa: Devido ao facto de não haver necessidade de realizar certificações energéticas no período em causa.

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente

Objetivo 1

Potenciar a integração de critérios ambientais nas fases de planeamento e execução dos processos, incluindo os respeitantes a armamento, equipamentos e infraestruturas

INICIATIVA

Ação de sensibilização na DGRDN para inclusão de critérios ambientais nos processos de aquisição.

Indicador

Ação realizada

Grau de Concretização e Resultados

Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 4º trimestre de 2020	Até final do 4º trimestre de 2020	Após 4º trimestre de 2020
		X

Nota explicativa: No âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 participamos nos grupos de trabalho de elaboração dos manuais dos “Produtos e serviços de limpeza” e “Produtos e serviços têxteis”. Os Manuais ficaram concluídos em meados de outubro e a consulta pública terminou em final de novembro. As datas de conclusão dos documentos não permitiram no tempo proposto a realização da ação de sensibilização.

Objetivo 2

Garantir o exercício das competências enquanto Autoridade Nacional para a GARANTIA GOVERNAMENTAL DA QUALIDADE

INICIATIVA 1

Promover a apresentação das certificações NATO AQAP (Allied Quality Assurance Publications) às empresas

Indicador

Apresentações realizadas

Grau de Concretização e Resultados

Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
2 ou mais apresentações	1 apresentação	Nenhuma apresentação
		X

Nota explicativa: Durante o ano de 2020 a área da Qualidade da DADAQ contou apenas com Técnico Superior a tempo inteiro e um Técnico Superior que acumula funções na área do Ambiente. Com a saída do primeiro em meados do ano apenas foram realizadas as atividades correntes, não tendo sido possível realizar esta iniciativa.

INICIATIVA 2		
Elaborar o dossiê da certificação AQAP		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 4º trimestre de 2020	Até final do 4º trimestre de 2020	Após 4º trimestre de 2020
		X

Nota explicativa: Pela razão referida anteriormente não foi também possível realizar esta iniciativa.

Objetivo 3	Promover a monitorização e a redução de consumos na Defesa
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Monitorização dos consumos		
Indicador		
Relatório anual face ao ano anterior		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes de 1 dez2020	Entre 1 dez e 15 dez2020	Após 15 dez2020
X		

INICIATIVA 2		
Propor projetos de eficiência de recursos a desenvolver na Defesa		
Indicador		
Propostas apresentadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação de 2 ou mais propostas	1 proposta	Nenhuma proposta
		X

Nota explicativa: Devido à situação pandémica que vivemos esta iniciativa não foi oportuna

Objetivo 4	Potenciar um melhor desempenho ambiental das unidades afetas à Defesa Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Criação da <i>newsletter</i> ambiental		
Indicador		
Apresentação da <i>newsletter</i>		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 1 março 2020	Entre 1 e 15 março 2020	Depois de 15 março 2020
	X	

INICIATIVA 2		
Proposta de alteração do Despacho da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 15jan 2020	Entre 15jan2020 e 31jan2020	Depois de 31jan2020
X		

Objetivo 5	Elaboração dos processos de alienação e desmilitarização de material de guerra
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração do contrato para desmilitarização de material explosivo oriundo das FA		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes de 31 de janeiro de 2020	Até 15 de abril de 2020	Após 15 de abril de 2020
		X

Nota explicativa: O contrato de desmilitarização, plurianual, foi assinado no dia 11 de maio de 2020, em virtude dos atrasos provocados pela COVID-19 e a necessidade de reajustar os processos.

INICIATIVA 2		
Elaboração e execução dos projetos de alienação de material de guerra em colaboração com os Ramos das FA		
Indicador		
Propostas apresentadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Processos executados e concluídos	Processos em execução	Processos não se iniciaram
X		

Objetivo 6	Elaboração de Processos de Ratificação. Coordenar e gerir o sistema de normalização de Defesa Nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objetivos de interoperabilidade
-------------------	---

INICIATIVA		
Contribuir para a elaboração dos Processos de Ratificação		
Indicador		
Propostas externas / Propostas ratificadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Taxa de execução do plano anual plena	Taxa de execução do plano anual Externos 90%	Taxa de execução do plano anual Externos <90%
X		

Objetivo 7	Ao nível internacional (NATO & EDA), coordenar e gerir o sistema de normalização de Defesa Nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, seguindo objetivos de interoperabilidade
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Participar nas reuniões do Committee for Standardization (CS), do Standardization Management Group (SMG) e dos Grupos de Trabalho - Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)		
Indicador		
N.º de reuniões convocadas (CS, MSG e MSHT) / N.º de reuniões participadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Participação em todas as reuniões	Participação em 50% das reuniões	Participação em menos de 50% das reuniões
X		

INICIATIVA 2		
Assegurar a resposta nacional aos documentos solicitados pelos grupos de trabalho MSG/MSHT		
Indicador		
Documentos solicitados pelo MSG/MSHT		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Envio dos documentos antes do prazo fixado pelo MSG/MSHT	Envio dos documentos no prazo fixado pelo MSG/MSHT	Envio dos documentos fora do prazo fixado pelo MSG/MSHT
X		

Objetivo 8	Garantir a qualidade da Catalogação Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros temporais definidos pelo Comité OTAN 135 (AC/135)		
Indicador		
Número médio de dias de resposta aos pedidos de catalogação		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 10 dias	10 dias	> 10 dias
X		

INICIATIVA 2		
Proceder à catalogação dos pedidos internacionais dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN 135 (AC/135)		
Indicador		
Percentagem de rejeições dos pedidos de catalogação enviados aos NCB estrangeiros		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 20%	20%	> 20%
X		

Unidade orgânica	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio
-------------------------	---

Objetivo 1	Promover medidas tendentes à transformação digital na DGRDN, através da renovação do sítio do Balcão Único da Defesa (BUD), potenciando o relacionamento entre os cidadãos e empresas com a Administração Pública
-------------------	---

INICIATIVA		
1. Garantir a modernização da imagem do <i>sítio</i> do Balcão Único da Defesa, fomentando a acessibilização da informação para um maior número de cidadãos, alinhando os conteúdos com as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web 2. Reforçar a convergência, promovendo a articulação da oferta dos serviços digitais da DGRDN, com vista à criação de um canal único de interação com a comunidade		
Indicador		
Data de conclusão das atividades que compõe o projeto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
≤31out2020	[01nov2020 a 30dez2020]	≥31dez2020
	X	

Objetivo 2	Promover a otimização de processos e a modernização de procedimentos administrativos, através da redução do consumo de papel e demais consumíveis de impressão
-------------------	--

INICIATIVA		
1. Adotar medidas tendentes à promoção da utilização mais sustentável de recursos; 2. Promover políticas no âmbito da desmaterialização dos processos internos; 3. Incentivar a adoção de medidas que contribuam para a digitalização de documentos.		
Indicador		
Grau de concretização da medida (percentagem)		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
≥ 6%	= 5%	≤ 4%
	X	

Objetivo 3	Otimizar o sistema de apoio à gestão financeira e controlo interno
-------------------	--

INICIATIVA		
Implementar um manual de procedimentos de controlo interno da DGFP		
Indicador		
Data de criação de um manual de procedimentos de controlo interno da DGFP		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
<30nov2020	[30nov2020 a 31dez2020]	>31dez2020
X		

Unidade orgânica	Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico
-------------------------	--

Objetivo 1	Representar a DGRDN no Processo de Planeamento de Defesa NATO
-------------------	---

INICIATIVA		
Capacitar a delegação nacional na área de Recursos para/no Exame Multilateral		
Indicador		
% de respostas às questões apresentadas pela delegação nacional e/ou delegados de cada país aliado		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
100% de respostas, antes do prazo estabelecido (quando fixado)	100% de respostas no prazo estabelecido (quando fixado)	≤100% de respostas dadas, quando por motivos imputáveis à Divisão
X		

Objetivo 2	Coadjuvar o Diretor-Geral no âmbito técnico, assegurando a intervenção em matérias transversais às várias áreas de atuação da DGRDN
-------------------	---

INICIATIVA		
Apoio técnico à Direção		
Indicador		
% de respostas a solicitações		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
100% de respostas, antes do prazo fixado superiormente	>90% de respostas no prazo fixado superiormente	≤90% de respostas com prazo ultrapassado ou extemporâneas
X		

Unidade orgânica	Gabinete de Contratação da Defesa (Equipa Multidisciplinar)
-------------------------	--

Objetivo 1	Assegurar o apoio técnico-jurídico a todos os assuntos submetidos pela Direção
-------------------	--

INICIATIVA		
Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídico		
Indicador		
Tempo Médio de Resposta (TMR) ² de 14 dias úteis ³ , exceto casos de elevada complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
TMR < 14 dias	TMR = 14 dias	TMR > 14 dias
X		

Nota explicativa: De uma forma geral, o tempo de resposta às solicitações no âmbito dos diferentes processos submetidos à análise ou parecer do GCD foi substancialmente inferior à meta definida (14 dias úteis), situando-se, em média, nos 6 dias úteis, exceto quanto a processos de especial complexidade.

Objetivo 2	Assegurar a conformidade legal e regularidade financeira dos contratos e atos geradores de despesa pública
-------------------	--

² TMR = somatório tempos resposta / n.º total de estudos/informações/pareceres produzidos.

³ A contagem do prazo interrompe-se sempre que for solicitada intervenção de um órgão ou serviço externo à DAJC.

INICIATIVA		
Instrução e remessa dos atos e contratos ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia		
Indicador		
75% dos contratos ou outros instrumentos geradores de despesa visados pelo TC ⁴		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 75% contratos visados pelo TC	75% contratos visados pelo TC	< 75% contratos visados pelo TC
X		

Nota explicativa: Em 2020, o GCD procedeu à instrução de três processos de fiscalização prévia junto do Tribunal de Contas, referentes aos seguintes contratos: Contrato de aquisição, instalação, operação e exploração da rede SST-PT (“Space Surveillance and tracking”) (contrato n.º 29/DGRDN/2019); Service Order celebrado com a Hisdesat em 26-12-2019 (comunicações satélites); e Contrato de serviços de desmilitarização de munições e explosivos provenientes das Forças Armadas (contrato n.º 91/DGRDN/2019); todos obtiveram visto favorável.

⁴ N.º de contratos e atos visados / N.º de contratos e atos remetidos ao TC para fiscalização prévia. Aplicável aos contratos e atos cujo procedimento de formação tenha sido assegurado ou apoiado pela DAJC.

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-geral

Objetivo 1	Manter atualizados e otimizados os principais instrumentos de gestão e apoio à decisão da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaborar o Plano de Atividades 2021		
Indicador		
Apresentar o Plano no prazo previsto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 6 novembro 2020	Até 15 novembro 2020	Após 15 novembro 2020
	X	

INICIATIVA 2		
Elaborar o Relatório de Atividades 2019		
Indicador		
Apresentar o Relatório no prazo legalmente previsto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 24 de março 2020	Até 31 março 2020	Após 31 março 2020
	X	

INICIATIVA 3		
Elaborar o Balanço Social 2019		
Indicador		
Apresentar o Balanço Social no prazo legalmente previsto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 24 de março 2020	Até 31 março 2020	Após 31 março 2020
X		

INICIATIVA 4									
Elaborar e acompanhar o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR 2020)									
Indicador									
Apresentar 3 monitorizações do QUAR nos prazos legalmente previstos (maio/setembro/janeiro)									
Grau de Concretização e Resultados									
Superou			Atingiu (meta)			Não atingiu			
Concluiu antes do prazo estabelecido			Concluiu dentro do prazo estabelecido			Concluiu após o prazo estabelecido			
1.	2.	3.	X	1.	2.	3.	1.	2.	3.

Objetivo 2	Melhorar a qualidade da informação e comunicação externa
-------------------	--

INICIATIVA		
Elaborar/acompanhar intervenções em diversas instâncias assumidas pelo dirigente máximo		
Indicador		
% de intervenções asseguradas face ao total de intervenções solicitadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Assegurar >= 70% das intervenções	Assegurar entre 50% a 70% das intervenções	Assegurar menos de 50% das intervenções
X		

Objetivo 3	Reforçar os mecanismos de planeamento e gestão a partir de uma estratégia transversal às áreas de atuação da DGRDN
-------------------	--

INICIATIVA		
1. Estudar e pesquisar fontes internas e externas para definição e atualização dos documentos estruturantes da DGRDN 2. Assegurar assessoria em matérias transversais à Direção-geral		
Indicador		
1. % de estudos/pesquisas efetuadas 2. % de respostas a solicitações		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Assegurar >= 70% de respostas/estudos/pesquisas, antes do prazo fixado superiormente	Assegurar entre 50% a 70% de respostas/estudos/pesquisas no prazo fixado superiormente	Assegurar menos de 50% de respostas/estudos/pesquisas com prazo ultrapassado ou extemporâneas
1. 2. X	1. 2.	1. 2.

Listagem síntese de Programas e Ações

LISTAGEM SÍNTESE DE PROGRAMAS E AÇÕES

Programa 01

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH

Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Assuntos Estatutários

Ações

- 01-01 Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)
- 01-02 Reintegração de militares e ex-militares ao abrigo da Lei nº 28/2018, de 16 de julho
- 01-03 Elaboração de pareceres e outros documentos de análise técnica no âmbito do regime do pessoal civil
- 01-04 Regime Estatutário do Pessoal Militarizado
- 01-05 Regimes Retributivos
- 01-06 Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos
- 01-07 Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas
- 01-08 Lei do Serviço Militar
- 01-09 Representação do MDN na CIG
- 01-10 Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade 2020/2021
- 01-11 Representação do MDN no âmbito da RCSNU 1325
- 01-12 Representação do MDN na Comissão Laboral (Acordo de Cooperação e Defesa Portugal – EUA) – Coordenação da Delegação Nacional
- 01-13 NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)
- 01-14 Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais
- 01-15 Representação do MDN no âmbito das competências da DSAEEQ/DAE
- 01-16 Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada
- 01-17 Assistência Religiosa das Forças Armadas
- 01-18 Consultadoria

Programa 02

Promover o aumento das Qualificações dos Recursos Humanos da Defesa Nacional

Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Ações

- 02-01 Certificação da Formação dos militares em RV/RC
- 02-02 Elaborar o Guia Militar para a Qualificação
- 02-03 Ensino Superior Público Militar
- 02-04 Coordenação nacional da iniciativa “Erasmus Militar”
- 02-05 Ensino não Superior ministrado nas Forças Armadas
- 02-06 Profissões regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional
- 02-07 Representação da Defesa nos Conselhos Setoriais para a Qualificação
- 02-08 Representação nacional em Organismos e Instituições nacionais e internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação
- 02-09 Divulgação do Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar (RIPSM)
- 02-10 Subsídio para Pagamento de Propinas
- 02-11 Formação em organismos NATO
- 02-12 Assessoria Técnica
- 02-13 Organização de Conferências, Seminários e Colóquios

Programa 03

Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional

Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Ações

- 03-01 Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural
- 03-02 Potenciação das qualificações dos militares e ex-militares do Regime de Contrato
- 03-03 Fomento do empreendedorismo junto dos militares e ex-militares
- 03-04 Cooperação no âmbito da Reinserção Profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais
- 03-05 Consultadoria

Programa 04

Recrutamento, Reservas e Efetivos Militares

Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares

Ações

- 04-01 Consolidar o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de recrutamento militar
- 04-02 Promover o desenvolvimento da atratividade da profissão militar, tendo em vista a satisfação das necessidades das FA (através do Recrutamento Normal)
- 04-03 Recrutamento Especial
- 04-04 Recrutamento Excepcional
- 04-05 Reserva de Recrutamento
- 04-06 Reserva de Disponibilidade
- 04-07 Monitorização dos Efetivos Militares
- 04-08 Planeamento das Forças no âmbito da NATO
- 04-09 Promover o funcionamento e divulgação de um Observatório da Profissionalização do Serviço Militar
- 04-10 Consultadoria

Programa 05

Deveres Militares

Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão dos Deveres Militares

Ações

- 05-01 Gestão operacional do Dia da Defesa Nacional
- 05-02 Gestão do processo de Convocação
- 05-03 Gestão do Sistema de Transportes
- 05-04 Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação
- 05-05 Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação
- 05-06 Monitorização e supervisão do Programa do DDN
- 05-07 Estabelecimento de Parcerias
- 05-08 Controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN
- 05-09 Gestão da situação militar dos cidadãos
- 05-10 Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares
- 05-11 Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN
- 05-12 Cooperação no âmbito do DDN com organizações e entidades nacionais e internacionais
- 05-13 Consultadoria

Programa 06

Comunicação Integrada para o Serviço Militar

Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar

Ações

06-01	Estruturação da Comunicação Integrada para o Serviço Militar
06-02	Repositório Estruturado de Informação
06-03	Consolidação e divulgação da Identidade Visual para o Serviço Militar
06-04	Comunicação Externa – Canais Web (Redes sociais)
06-05	Comunicação Interna/Externa – Corporate TV do Serviço Militar e DDN
06-06	Comunicação Interna/Externa – Boletim informativo eletrónico
06-07	Cooperação no âmbito da Comunicação integrada para o Serviço Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais
06-08	Cooperação com UU/EE militares para potenciar o conhecimento das FFAA e sua história – Programa “O DDN vai aos Museus Militares”
06-09	Consultadoria

Programa 07

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar

Ações

07-01	Consolidação do novo Sistema de Saúde Militar
07-02	Vigilância Epidemiológica
07-03	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar
07-04	Grupo OTAN/Saúde
07-05	Normalização na área da Saúde
07-06	Quadros Especiais das áreas da Saúde
07-07	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN
07-08	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar
07-09	Saúde Mental
07-10	Coordenação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FA
07-11	Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)
07-12	Saúde Global
07-13	Consultadoria

Programa 08

Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes

Ações

08-01	Medidas de política de proteção social
08-02	Ação Social Complementar e assistência na doença aos deficientes militares
08-03	Reabilitação dos deficientes militares
08-04	Qualificação de deficientes das Forças Armadas
08-05	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais
08-06	Consultadoria

Programa 09

Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação)

Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Planeamento e Programação

Ações

- 09-01 Cooperação internacional
- 09-02 Planos de Edificação de Capacidades Militares
- 09-03 Lei de Programação Militar
- 09-04 Apoio à Gestão de Projetos

Programa 10

Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)

Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento

Ações

- 10-01 Licenciamento
- 10-02 Controlo
- 10-03 Estratégia de I&D
- 10-04 Gestão de Projetos em I&D

Programa 11

Infraestruturas

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Infraestruturas

Ações

- 11-01 Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)
- 11-02 Gestão das Infraestruturas NATO em Portugal
- 11-03 Manutenção/Construção de infraestruturas
- 11-04 Preparação do ciclo de planeamento NATO
- 11-05 Construção de infraestruturas
- 11-06 Representação no NATO Petroleum Committee
- 11-07 Consultadoria

Programa 12

Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

- 12-01 Cumprir as competências da Unidade de Gestão Patrimonial
- 12-02 Representar o MDN na elaboração dos instrumentos de gestão territorial
- 12-03 Representar o MDN na secção especializada permanente do Património Arqueológico e Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura
- 12-04 Cartografia e Cadastro

Programa 13

Rentabilização do Património imobiliário afeto à Defesa Nacional

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

- 13-01 Identificar os imóveis excedentários e assegurar a sua rentabilização
- 13-02 Satisfazer os requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis
- 13-03 Informação
- 13-04 Protocolos
- 13-05 Receitas da Lei de Infraestruturas Militares
- 13-06 Consultadoria

Programa 14

Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

- 14-01 Reuniões da Comissão Técnica
- 14-02 Projetos de infraestruturas
- 14-03 Comissão Bilateral Permanente
- 14-04 Ambiente

Programa 15

Turismo Militar

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

- 15-01 Materializar os resultados
- 15-02 Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente para que estes se possam transformar em recursos passíveis de utilização ao nível do TM
- 15-03 Promover a racionalização de recursos implementando um sistema de funcionamento em rede para o TM
- 15-04 Contribuir para o reforço da imagem das Forças Armadas, divulgando os seus valores e capacidades
- 15-05 Implementar a estratégia nacional para o Turismo Militar

Programa 16

Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade

Ações

- 16-01 Inventariação dos edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN com amianto
- 16-02 Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental
- 16-03 Cooperação institucional nacional e internacional no âmbito do ambiente
- 16-04 Coordenação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente
- 16-05 Apoio ao cumprimento da legislação ambiental aplicável à Defesa Nacional

16-06	Integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos
16-07	Promover a monitorização e a redução de consumos
16-08	Potenciar um melhor desempenho ambiental nas unidades afetas à Defesa Nacional
16-09	Coordenação dos Processos da Qualidade na Defesa Nacional
16-10	Exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ)
16-11	Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados com as Normas NATO/AQAP
16-12	Representação nos fora nacionais e internacionais da Qualidade
16-13	Desmilitarização de munições e explosivos oriundos das Forças Armadas
16-14	Alienação de material de guerra das Forças Armadas

Programa 17

Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Normalização e Catalogação

Ações

17-01	Elaboração dos Processos de Ratificação
17-02	Representação do MDN no âmbito das competências do Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT) e do Joint Maintenance Committee (JMC)
17-03	Representação do MDN no âmbito das competências do Committee for Standardization (CS) da NATO e do Standardization Management Group (SMG)
17-04	Assegurar a resposta aos documentos no âmbito dos grupos de trabalho MSG e MSHT
17-05	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (1)
17-06	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (2)
17-07	Garantir a atribuição dos Códigos de Organização (CORG)
17-08	Garantir os carregamentos SIG/DN

Programa 18

Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

Ações

18-01	Gerir os recursos financeiros da DG
18-02	Gerir os recursos patrimoniais da DG
18-03	Análise e Controlo da execução orçamental
18-04	Reportes Financeiros
18-05	Gestão de economato
18-06	Gestão de imobilizado
18-07	Acompanhamento técnico financeiro e de auditoria em projetos internacionais
18-08	Acompanhamento técnico financeiro no âmbito da CNA
18-09	Consultadoria

Programa 19

Gerir os Recursos Humanos da DGRDN

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Ações

19-01	Gerir os Recursos Humanos afetos à DG
19-02	Elaborar o Plano de Formação dos trabalhadores da DGRDN

19-03	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)
19-04	Modernização e simplificação administrativa da DGRDN
19-05	Prestar as informações que sejam solicitadas pelos diversos Serviços Centrais do MDN e Serviços da A.P.
19-06	Divulgar as atividades da DGRDN ou de outras entidades da AP com relevância para os RH da Defesa Nacional
19-07	Base de Dados do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)
19-08	Consultadoria

Programa 20

Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Ações

20-01	Desenvolver e manter, no âmbito dos sistemas de informação, a melhoria contínua das atividades da DGRDN
20-02	Manutenção e gestão de bases de dados
20-03	Desenvolvimento e manutenção de soluções informáticas e web
20-04	Monitorização e manutenção da infraestrutura informática de suporte aos sistemas de informação da DGRDN
20-05	Promover medidas tendentes à transformação digital da DGRDN

Programa 21

Gestão e Planeamento Estratégico no âmbito da DGRDN

Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico

Ações

21-01	Planeamento de Forças no âmbito da NATO – Recursos Humanos
21-02	Assessoria Técnica

Programa 22

Contratação Pública no âmbito da Defesa

Gabinete de Contratação da Defesa (Equipa Multidisciplinar)

Ações

22-01	Contratação Pública no âmbito da Defesa
22-02	Legislação e regulamentos em matérias específicas
22-03	Consultadoria

Programa 23

Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-geral

Ações

23-01	Execução do Plano de Atividades (2021)
-------	--

23-02	Execução do Relatório de Atividades e Relatório de Autoavaliação (2019)
23-03	Execução do Relatório Sintético (2019)
23-04	Execução do Balanço Social (2019)
23-05	Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR 2020/2021)
23-06	Execução de atividades no âmbito institucional e organizacional

Programa 24

Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e de Segurança)

Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Ações

24-01	Atividades do SARFAFS em Portugal
24-02	Atividade internacional do SARFAFS
24-03	Atividades editoriais da SARFAFS

Programa 25

Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Ações

25-01	Competições Desportivas Nacionais Militares
25-02	Política Desportiva Militar
25-03	Competições Desportivas Mundiais de Desporto Militar
25-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)

Atividades executadas (resultados)

Programa 01



Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de Recursos Humanos

Unidade orgânica

Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Assuntos Estatutários

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-01	Estatuto dos Militares das Forças Armadas	Realizar estudos, emitir pareceres e participar na preparação de projetos de diploma de desenvolvimento do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio	Regulamentação do EMFAR	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Elaboração de diplomas regulamentares	Projeto	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos
	2. Elaboração de pareceres no âmbito do EMFAR			

RESULTADOS

Análise do projeto de Decreto-Lei de criação do Quadro Permanente de Praças do Exército;
 Análise do projeto de decreto-Lei que regula o regime dos Quadros Especiais de Saúde;
 Análise dos anteprojetos de diploma que visam a alteração à Portaria nº 94/76, de 24 de fevereiro, que estabelece a proteção dos militares RV, RC e RCE que sofram incapacidade no desempenho de atividades operacionais - aptidão para a prestação de serviço militar dos militares alvo de desvalorização decorrente de acidente em serviço;
 Análise do anteprojecto de diploma que altera o regime de graduação a oficial dos militares que se encontram a frequentar a instrução militar básica;
 Parecer sobre graduação de militares das Forças Armadas à luz da Lei do Orçamento do Estado;
 Análise de pedidos de nomeação de militares ao abrigo EMFAR;
 Parecer sobre a licença especial prevista no artigo 33º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-02	Reintegração de militares e ex-militares ao abrigo da Lei n.º 28/2018, de 16 de julho	Apoio técnico à Comissão de apreciação	Apoio ao processo de tomada de decisão	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

- | | | | | |
|----|---|--------------------|-----|---------------------|
| 1. | Preparação da documentação de suporte aos processos | Atividade corrente | CON | GabMDN, Ramos e CGA |
| 2. | Preparação das reuniões da Comissão de Apreciação | | | |
| 3. | Prestação de apoio técnico-jurídico à Comissão | | | |

RESULTADOS

Homologação por despacho do Ministro da Defesa Nacional e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social dos pareceres relativos a sete requerimentos; Foram objeto de pronúncia, no âmbito da audiência de interessados, os pareceres relativos a outros sete requerimentos que serão posteriormente enviados para homologação do Ministro da Defesa Nacional e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-03	Elaboração de pareceres e outros documentos de análise técnica no âmbito do regime do pessoal civil	Análise do regime jurídico do pessoal civil que habilite à tomada de decisão superior	Apoio à tomada de decisão	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Elaboração de pareceres e informações	Atividade corrente	CON	GabMDN, EMGFA, Ramos e Serviços Centrais

RESULTADOS

Foram analisados vários pedidos de mobilidade intercarreiras de pessoal civil do Ministério da Defesa Nacional e dos Estado-Maior-General das Forças Armadas e dos Ramos das Forças Armadas; Parecer relativo à contratação de pessoal civil para o POL NATO de Ponta Delgada.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-04	Regime Estatutário do pessoal militarizado	Estudar, propor e monitorizar medidas no âmbito da aplicação do regime estatutário do pessoal militarizado da Marinha e da Polícia Marítima	Revisão do Estatuto harmonizando-o com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP)	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Promover e coordenar estudos sobre a configuração e	Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos

- desenvolvimento das carreiras do pessoal militarizado
2. Emitir pareceres sobre o regime jurídico do pessoal militarizado
 3. Emitir pareceres sobre os mapas de pessoal militarizado

RESULTADOS

Elaboração de parecer relativo à abertura de concurso para ingresso no Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-05	Regimes Retributivos	Elaborar propostas e projetos relativos aos sistemas retributivos do pessoal militarizado e civil das Forças Armadas e monitorizar a respetiva aplicação	Adequação das remunerações ao regime jurídico enquadrador	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos

RESULTADOS

Análise do projeto de Decreto-Lei que atualiza a base remuneratória da Administração Pública;
 Análise do projeto de Resolução n.º 484/XIV/1ª, que propõe que a Assembleia da República recomende ao governo que proceda à correção dos mecanismos de progressão de carreira dos militares das Forças Armadas, dos profissionais da Polícia Marítima e da Guarda Nacional Republicana;
 Análise de Memorando do Conselho de Chefes de Estado-Maior com contributos para a alteração do regime remuneratório dos militares das Forças Armadas;
 Análise do projeto de Resolução n.º 529/XIV/1.ª (BE) que pretende que a Assembleia da República recomende ao governo que equipare e abranja as Forças Militarizadas nas condições e regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma do regime de proteção social convergente e das pensões de invalidez e velhice do regime geral de Segurança Social das Forças Militares, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-06	Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos	Desenvolver e participar nos estudos relativos à revisão dos suplementos remuneratórios e abonos gerais e específicos atinentes à condição militar, adequando-os aos princípios consagrados na LTFP	Adequação do regime ao enquadramento legal em vigor, aplicando os princípios da LTFP e reduzindo o número de suplementos atribuídos	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

Adaptação da atribuição de suplementos dos militares e militarizados aos princípios consagrados no Decreto-Lei n.º 25/2015, de 06 de fevereiro

Atividade corrente

ES

GabMDN, EMGFA e ramos

RESULTADOS

Análise ao Projeto de Resolução n.º 385/XIV/1.ª (CH)- Atribuição de um subsídio de risco aos profissionais que se encontram na linha da frente ao combate da pandemia;
Análise de Memorando do Conselho de Chefes de Estado-Maior com contributos para a alteração do regime de suplementos remuneratórios dos militares das Forças Armadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-07	Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas	Colaborar na elaboração de propostas e projetos regulamentares	Harmonização legislativa	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Elaborar um projeto de diploma que altere o regime de capacidade eleitoral passiva harmonizando-o com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 5/2015, de 29 de agosto, ao art.º 33.º da Lei de Defesa Nacional	Projeto	CAT	GabMDN/CCEM/Ramos/Outras entidades

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-08	Lei do Serviço Militar	Apreciar e elaborar propostas de alteração e aperfeiçoamento da Lei do Serviço Militar (LSM), respetivo Regulamento e demais legislação completet.	Aperfeiçoamento legislativo	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos

RESULTADOS

Colaboração, no âmbito do GT para a Operacionalização da Reserva de Recrutamento e da Reserva de Disponibilidade, na identificação das normas da LSM e do RLSM que carecem de alteração.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-09	Representação do MDN na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)	Assegurar a representação do MDN no Conselho Consultivo da CIG	Acompanhar a execução do Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (2018-2021), Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (2018-2021) Plano de ação de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (2018-2021) e IV Plano Nacional para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2018-2021), no âmbito do MDN. Contribuir para a igualdade efetiva das mulheres e dos homens. Harmonização legislativa

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Acompanhar a implementação dos Planos Nacionais pelos organismos do MDN	Atividade corrente	CIN	GabMDN/CIG/ Equipa Interdepartamental para a Igualdade e várias entidades
2. Monitorizar o Plano Sectorial de Ação para a Igualdade entre mulheres e homens do MDN			

RESULTADOS

Participação nos trabalhos de revisão do Plano Setorial do MDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-10	Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade 2019-2021	Monitorizar a implementação do Plano	Acompanhar a execução do Plano pelos diferentes organismos envolvidos, reportando à tutela os resultados alcançados

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

- | | | | |
|---|--------------------|-----|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de reuniões com a Equipa Interdepartamental do MDN 2. Elaboração de reportes intercalares sempre que solicitados pela tutela 3. Elaboração do Relatório Anual | Atividade corrente | CIN | GabMDN, EMGFA, Ramos e várias entidades |
|---|--------------------|-----|---|

RESULTADOS

Acompanhamento da execução das medidas no âmbito da DGRDN;
Elaboração de respostas solicitadas pela tutela e elaboração do Relatório Anual.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-11	Representação do MDN no âmbito da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (RCSNU)	Coordenar, no âmbito do MDN, a operacionalização do III Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2021)	Contribuir para a implementação de medidas referentes às questões de género nas operações militares

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Representar o MDN no âmbito do III PNA 1325. 2. Participar nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento 3. Acompanhar a implementação do Plano pelo EMGFA, ramos e demais serviços envolvidos. 4. Colaboração com o Gabinete 	Atividade corrente	CIN	GabMDN/CIG/ Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género/PNA 1325 e várias entidades

RESULTADOS

No âmbito da revisão do Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade, foram incluídas medidas constantes do III PNA;
Não houve reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-12	Representação do MDN na Comissão Laboral (Acordo de	Assegurar a representação do MDN na Comissão, desenvolvendo atividades	Dinamização da atividade da Comissão Laboral, contribuindo para a resolução das queixas

**Cooperação e
Defesa Portugal-
EUA) –
Coordenação da
Delegação Nacional**

inerentes à coordenação da Delegação Nacional, realização de reuniões, elaboração de informações, pareceres, fichas e outro expediente, incluindo informações ao MNE, DGPDN, contributos à Comissão Bilateral Permanente

individuais dos trabalhadores da Base das Lajes e para a aplicação correta do Acordo Laboral e do Regulamento de Trabalho

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Realização de reuniões	Atividade corrente	CII	MNE, DGPDN, DGERT, GRA
2. Elaboração de informações, pareceres, fichas e outro expediente, incluindo informações ao MNE, DGPDN			
3. Contributos à Comissão Bilateral Permanente			

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-13	NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)	Assegurar a representação do MDN no Comité sobre Perspetiva de Género da Organização do Tratado do Atlântico Norte	Colaborar com os representantes dos países da NATO nas medidas que visam permitir a integração da perspetiva de género nas FA Participar na Reunião Anual a realizar no Quartel-General da Nato em Bruxelas

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Responder às solicitações do NCGP e dos países-membros	Atividade corrente	CII	GabMDN/NATO/EMGFA e Ramos
2. Preparação e envio do relatório anual			

RESULTADOS

Atendendo à situação Pandémica COVID-19, não houve reunião anual do NCGP. Elaboração e envio do Relatório Nacional 2019.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-14	Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais	Apoio aos Ramos, aos Órgãos e Serviços Centrais e aos organismos tutelados pelo MDN na elaboração e aperfeiçoamento da sua legislação orgânica e outros diplomas legais	Colaborar, mediante solicitação, com as várias entidades e organismos na elaboração e aperfeiçoamento de diplomas legais	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CAT	GabMDN/EMGFA/ Serviços Centrais MDN/Ramos

RESULTADOS

Análise do projeto de Protocolo que estabelece os termos da colaboração de militares das Forças Armadas na Agência Espacial Portuguesa – Portugal Espaço;
 Análise do projeto de Decreto-Lei que estabelece um regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família, no âmbito da pandemia da doença COVID-19;
 Análise do projeto de Decreto-Lei que autoriza a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública a proceder ao pagamento dos retroativos referentes aos suplementos não pagos, em período de férias, entre os anos de 2010 e 2018;
 Análise do projeto de Decreto-Lei que estabelece os termos da criação do Laboratório Nacional do Medicamento e da sua sucessão ao Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, no desenvolvimento do disposto no artigo 263.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2020;
 Análise da alteração do diploma orgânico da IdD em matéria da prestação de serviço por militares.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-15	Representação do MDN no âmbito das competências da DSAEEQ/DAE	Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CIN	

RESULTADOS

Apoio técnico-jurídico ao Grupo de Trabalho para a operacionalização dos conceitos de Reserva de Disponibilidade e de Reserva de Recrutamento;
 Apoio técnico-jurídico ao Subgrupo de Trabalho para a Política de Recursos Humanos da Ciberdefesa do Comité de Monitorização da Ciberdefesa.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-16	Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada	Dar parecer no âmbito do procedimento de aprovação dos modelos de uniforme das entidades autorizadas a prestar serviços de segurança privada	Harmonização de procedimentos. Inconfundibilidade com os uniformes das Forças Armadas	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CAT	MAI/Ramos

RESULTADOS

Foram apreciadas as diversas solicitações de utilização/alteração de uniformes de empresas de segurança privada e elaborados os respetivos processos para remessa aos Ramos das FA.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-17	Assistência Religiosa das Forças Armadas <i>Nota – Dependente de articulação com o MAI</i>	Prestação de apoio técnico-jurídico	Análise das questões colocadas pelo Serviço de Assistência Religiosa	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Prestar apoio técnico-jurídico ao Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e Forças de Segurança	Atividade corrente	ES	GabMDN/SEDN, EMGFA, Ramos e MAI
	2. Secretariar as reuniões do Conselho Consultivo de Assistência Religiosa			

RESULTADOS

Prestação de apoio técnico-jurídico na análise da proposta de recrutamento de capelães; Apoio na elaboração do modelo de despacho que estabelece a Assistência Religiosa como situação funcional passível de ser enquadrada no RCE.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-18	Consultadoria	Apreciar requerimentos e exposições dos cidadãos em sede de procedimento administrativo no âmbito da área de atribuições da DSAEEQ/DAE	Responder aos requerimentos e exposições nas matérias que caibam no âmbito de atribuições da DSAEEQ/DAE	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CON	GabMDN, EMGFA, Ramos e várias entidades

RESULTADOS

Análise de vários requerimentos/exposições.

Atividades e Projetos não previstos

Colaboração com a DGPDN na elaboração de respostas a questionários de organizações internacionais (ONU, UE, OCDE).

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto; Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 02



Promover o aumento das Qualificações dos Recursos Humanos da Defesa Nacional

Unidade orgânica

Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-01	Certificação da Formação dos Militares em RV e RC	Potenciar a certificação da formação dos militares em RV/RC	Aumento do índice de certificação da formação dos militares das FA com o Ensino Secundário e/ou Nível 4 de Qualificação	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Assegurar a definição e implementação do processo de certificação da formação nos Ramos (enquanto entidade coordenadora da equipa técnica)	Projeto	CAT/AA/ CIN/FOR	EMGFA, Ramos, Entidades certificadoras e formadoras, ANQEP e IEFP
	2. Apoiar a revisão ou criação de referenciais que promovam a formação comum nas FA e que potenciem a formação específica de cada Ramo, em articulação com o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ)			
	3. Apoiar a revisão dos instrumentos legais que dão suporte à formação profissional (por exemplo: Lei do Serviço Militar e Regulamento da Lei do Serviço Militar, Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar)			
	4. Emitir pareceres técnicos sobre diplomas de alteração nos sistemas formativos nacionais			

RESULTADOS

Salientar a atividade inerente à regulamentação do Regime de contrato Especial (RCE):
06FEV20 - Foi remetido ao GABSEXASERHAC um conjunto de tabelas com as situações funcionais do Exército e da Força Aérea passíveis de integrar o RCE com a nota de que o EXE necessitaria de um período transitório de cinco anos «para integral implementação do RCE» e que trataria o assunto «oportunamente» com a Secretaria de Estado - Ofício n.º 240/GC-R, de 6 de fevereiro de 2020, do GABSEXACEMGFA;
18FEV20 – Dado que se detetou a falta de elementos no ofício anterior foram novamente remetidas tabelas com as situações funcionais ao GABSEXASERHAC – Ofício n.º 548/GC-R, de 18 de fevereiro de 2020, do GABSEXACEMGFA;

20FEV20 – Foi solicitada à DGRDN a análise das situações funcionais elencadas e a preparação do despacho nos termos do Decreto-Lei 75/2018, de 11 de outubro – Ofício n.º 629/CG, de 20 de fevereiro de 2020, do GABSEXASERHAC;

21FEV20 – Como aditamento ao ofício anterior foram enviadas à DGRDN as tabelas completas – Ofício n.º 682/CG, de 21 de fevereiro de 2020, do GABSEXASERHAC;

27ABR20 - Foi solicitada à FAP uma reunião tendo em vista esclarecer dúvidas relativamente à proposta apresentada por aquele ramo através do nosso Ofício n.º 2604, de 27 de abril);

07MAI20 - Decorreu a reunião com representantes da FAP na qual se procurou uma solução para cumprir com o enquadramento legal do RCE e cujas sugestões foram remetidas por correio eletrónico a 8 de maio;

22MAI20 – Foi solicitado ao EXE a marcação de uma reunião com representantes daquele Ramo tendo em vista dirimir algumas dúvidas relativas às situações funcionais elencadas para a categoria de Praças – através do nosso Ofício n.º 3128 de 22 de maio de 2020;

04JUN20 – Decorreu a reunião com os representantes do EXE na qual se procurou uma solução para ir ao encontro no previsto no enquadramento legal do RCE e cujas sugestões, por solicitação dos representantes, foram remetidas por correio eletrónico e por ofício ao GABSEXACEME – Ofício n.º 3478/DIRP de 8 de junho de 2020;

08JUL20 – Os serviços elaboram e enviam ao GABSEXASERHAC uma informação tendo em vista o enquadramento da regulamentação do RCE preparando dois modelos de despacho e uma proposta de portaria de condições de admissão ao RCE sugerindo o seu envio aos Ramos para melhor orientar os esforços daqueles, visando uma regulamentação mais célere daquele regime;

24JUL20 – O EXE responde ao nosso ofício n.º 3478 mantendo a duração máxima prevista do RCE nos 18 anos, independentemente da complexidade funcional ou do grau de investimento realizado em formação, sugerem manter como condição de ingresso para o RCE o 9.º ano de escolaridade e ministrar formação de nível 4 durante a Instrução Complementar 3 (desconhecendo-se o significado do número) e o remanescente em formação contínua (se os militares não tiverem o 12.º ano nunca irão poder obter o nível 4 de qualificação profissional conforme previsto na legislação enquadradora do RCE) – Ofício n.º REPASSGER-2020-004806 de 24 de julho do GABSEXACEME;

11AGO20 – Concomitantemente os representantes do EXE contactam os serviços por e-mail referindo a necessidade em efetuar uma reunião «afim de transmitir quais são as prioridades de Situações Funcionais, para a Categoria de Praças e também para a categoria de Oficiais» de forma a dar continuidade à implementação do RCE naquele Ramo;

19AGO20 – Os serviços respondem igualmente por e-mail solicitando o envio por ofício da proposta das situações funcionais, bem como os respetivos referenciais de formação tendo em vista a sua análise e posterior reunião sobre a mesma, em caso de dúvida.

02SET20 – O GABSEXASERHAC remete aos Ramos, através do ofício n.º 2875/CG, os modelos de despacho e a proposta de portaria apresentados por esta Direção-Geral na informação de 8 de julho e que podem ser adaptados às situações funcionais a integrar no RCE, por forma a tornar este processo mais célere.

17NOV20 – O GABSEXASERHAC remete-nos as pronúncias da Marinha e do Exército através dos ofícios n.ºs 4107/CG e 4106/CG para análise.

17DEZ20 - Análise e parecer sobre a pronúncia da Marinha e do Exército através da informação n.º 1597/DEQ, de 17 de dezembro de 2020, remetida ao Gabinete de SEXASERHAC através do Ofício n.º 7911, de 17 de dezembro de 2020.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-02	Elaborar o Guia Militar para a Qualificação	Conceber e implementar um Guia Militar para a Qualificação no âmbito da Defesa Nacional	Promoção da qualidade e da credibilização externa da formação ministrada no âmbito da Defesa Nacional para efeitos da certificação da formação
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
			Parceiros intervenientes

- | | | | |
|---|---------|---------|-----------------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer o levantamento do nível de certificação da Formação Inicial necessária para o desempenho das especialidades ou classes das Forças Armadas 2. Elaborar o Guia Militar para a Qualificação 3. Contribuir para um fluxo de informação sobre o nível de certificação da formação inicial | Projeto | CAT/CIN | Ramos, ANQEP, DGERT e IIEFP |
|---|---------|---------|-----------------------------|

RESULTADOS

Foram analisados e construídos, até ao momento, 24 referenciais de formação que apresentam um maior grau de aproximação com os referenciais presentes no Catálogo Nacional de Qualificação (CNQ). Estes trabalhos estão a ser desenvolvidos também no âmbito do Conselho Setorial para a Qualificação Defesa e Segurança e irão integrar, espera-se que a curto prazo, as atividades da Comissão Técnica para a Educação e Formação Profissional;

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-03	Ensino Superior Público Militar	Consolidar o sistema de ensino superior militar	Contribuir para a adequação dos modelos de ensino às necessidades das Forças Armadas, e a respetiva acreditação junto da A3ES	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Emitir informações e pareceres técnicos sobre o edifício legislativo e funcionamento do IUM e respetivas unidades orgânicas de ensino e ID&I 2. Apoiar técnico-jurídico na configuração do IUM 3. Apoiar técnico-jurídico na regulamentação nas matérias do ensino superior militar decorrentes da revisão do EMFAR 4. Monitorizar a efetiva implementação das linhas de ação do processo de Bolonha no sistema de ensino do IUM 5. Acompanhar o processo de acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento no IUM e nas respetivas Unidades Orgânicas Autónomas 6. Assegurar o apoio técnico ao Conselho do Ensino Superior Militar 	Atividade corrente	CAT/AA	EMGFA, MCTES, DGES e A3ES

RESULTADOS

Apoio à UPM na elaboração do Despacho normativo relativo à qualificação como especialista – email 27OUT2020;

Proposta de alteração ao DL 249/2015 enviado pelo CESM ao Gab. SEXAMDN – 28SET2020;

Proposta de Regulamento do Exercício de Atividades de Docência Universitária por militares no Instituto Universitário Militar enviado pelo CESM ao Gab. SEXAMDN, já analisada pela DGRDN em JAN2019;

Proposta de alteração Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas enviado pelo CESM ao Gab. SEXAMDN, já analisada pela DGRDN em JAN2019;

Análise da segunda versão dos drafts de propostas de Decretos regulamentares das Unidades Orgânicas Autónomas (Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea) de natureza universitária do Instituto Universitário Militar (IUM), que visam a aprovação da orgânica destas UOA, apresentadas pelo GabCEMGFA – ofício e informação anteriormente remetidos ao GabMDN a JAN2019.

Foi prestado o apoio a todas as reuniões do CESM em 2020.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-04	Coordenação nacional da iniciativa "Erasmus Militar"	Assegurar o desenvolvimento dos princípios da iniciativa e garantir a participação e coordenação dos subsequentes trabalhos de implementação a nível nacional	Garantir, a nível nacional, a conceção e apoio técnico na divulgação, defesa e implementação da iniciativa. Assegurar a representação nacional nas instâncias internacionais	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Assegurar a participação nacional nas reuniões da iniciativa	Projeto	CII/CIN	EMGFA, Ramos, DGPDN, MNE, MCTES e DGES
	2. Apoiar ações de intercâmbio de oficiais alunos durante o seu período de formação militar inicial			

RESULTADOS

Presença em 3 reuniões do Grupo de Implementação do Erasmus Militar:

-18 e 19 de fevereiro (Bruxelas);

-1 e 2 de setembro (VTC);

-17 e 18 de novembro (VTC).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-05	Ensino não Superior ministrado nas Forças Armadas	Acompanhar e monitorizar a consolidação da reforma do ensino não superior ministrado nas Forças Armadas	Consolidar os projetos pedagógicos dos EMEs	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

- | | | | |
|--|---------------------------|---------------|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Acompanhar e providenciar o apoio técnico-jurídico ao processo de regulamentação dos EMEs (estatutos e regulamentos) 2. Acompanhar e monitorizar o funcionamento do ensino militar não superior 3. Monitorizar os resultados académicos dos alunos dos EMEs 4. Harmonizar e potenciar a qualidade do ensino e dos respetivos resultados académicos | <p>Atividade corrente</p> | <p>CAT/AA</p> | <p>EMGFA, Ramos, MEdu, ANQEP e outras entidades</p> |
|--|---------------------------|---------------|---|

RESULTADOS

1. Proposta de despacho que define a natureza da informação relativa ao sistema de ensino não superior ministrado nos EME, informação e ofício enviados ao gabinete de SEXAMDN a 9NOV2020;
2. Análise de proposta de alteração do DL 125/2015 para atribuição de suplemento remuneratório para os cargos de supervisor pedagógico e coordenador pedagógico – 23OUT2020;
3. Matriz de recolha de indicadores acerca da reavaliação da política de ação social escolar e do modelo de financiamento dos Estabelecimentos Militares de Ensino enviados ao EXE a 17JUN2020.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-06	Profissões Regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional	Assegurar a implementação e consolidação das políticas sectoriais para as Profissões Regulamentadas	Garantir a implementação das políticas e diretivas sectoriais europeias no âmbito das Profissões Regulamentadas.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar a representação nas Comissões Técnicas para o Mergulho Profissional e Nadador-Salvador 2. Acompanhar e providenciar o apoio técnico-jurídico na regulamentação do regime legal enquadrador 3. Acompanhar a implementação e monitorização no âmbito das Profissões Regulamentadas da Defesa Nacional 	<p>Atividade corrente</p>	<p>CAT/AA</p>	<p>AMN, ISN e outras entidades</p>

RESULTADOS

1. Aprovação do Decreto-Lei n.º 102-C/2020, de 9 de dezembro, que transpõe a Diretiva UE 2018/645, relativa à qualificação inicial e à formação contínua dos motoristas de determinados veículos rodoviários afetos ao transporte de mercadorias e de passageiros – necessidade de regulamentação da portaria relativa à formação equiparada, nos termos do artigo 11.º- A;

2. Análise informal das propostas de portarias apresentadas pela Marinha – emails AGO2020; Aprovação da Portaria n.º 235/2020, que estabelece o conteúdo funcional e os requisitos de acesso às categorias dos marítimos (sem nossa intervenção);
3. Marítimos – pedido de esclarecimentos à DGRM através de email AGO2020 – sobre critérios de certificações das escolas da Marinha, sem resposta até à data;
4. Contributos a documentação enviada pelo Presidente da CTSA (nova proposta de Regulamento Interno da CTSA; estudo sobre o quadro jurídico sobre o quadro jurídico da assistência a banhistas em Portugal; referenciais de formação; e projeto de ata n.º 19 da CTSA) – enviado por e-mail a 15SET2020;
5. Participação nas reuniões da CTSA (2 presenças).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-07	Representação da Defesa nos Conselhos Setoriais para a Qualificação	Assegurar a representação da Defesa Nacional, junto da ANQEP, nos Conselhos Setoriais para a Qualificação considerados estratégicos para o EMGFA e Ramos	Identificar as necessidades de qualificações e a compatibilidade com os perfis profissionais e os correspondentes referenciais de formação e de RVCC	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Assegurar a representação do MDN nos grupos de trabalho técnico-consultivos com responsabilidades ao nível da identificação das evoluções ocorridas nos correspondentes setores de atividade	Atividade corrente	CAT	EMGFA, ANQEP e Ramos
	2. Analisar todas as propostas que são objeto de discussão/aprovação em conselho			
	3. Desenvolver e apresentar propostas no âmbito da Defesa Nacional			

RESULTADOS

Atividade Corrente: foi assegurada a representação da Defesa nos CSQ sendo articulado os contributos com os Ramos das Forças Armadas.

O Conselho Setorial para a Qualificação (CSQ) Defesa e Segurança foi constituído e regulamentado através do Despacho n.º 6345/2020, publicado no Diário da República n.º 115, 2.ª Série, de 16 de junho de 2020;

A primeira e única reunião do CSQ da Defesa e Segurança ocorreu no dia 22 de julho de 2020, contou com a participação de 19 representantes de 12 entidades distintas das Áreas da Segurança e Defesa e foi presidida pela Senhora Vogal da (ANQEP), em representação da Senhora Presidente do Conselho Diretivo da Agência;

No âmbito da adequação dos referenciais de formação às exigências do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) visando a sua integração no CNQ, foram adequados dois referenciais que correspondem a duas profissões regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional – “Mergulho Profissional” e “Nadador-Salvador” - Relativamente à proposta do Perfil Profissional e Referencial de Formação do “Mergulho Profissional”, os mesmos foram submetidos à ANQEP a 24 de julho de 2020, e foi possível reunir com aquela entidade no dia 12 de novembro. Da reunião, atendendo à orientação metodológica fornecida e num trabalho conjunto com a Marinha e a Escola de Mergulhadores, foi possível melhorar o perfil de saída e adequar o referencial de forma a que a formação ministrada possa vir a

conferir o nível 4 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ); Relativamente ao referencial de “Nadador-Salvador”, após discussão no âmbito da CTSA e após contributos a mesma encontra-se para ser submetida à ANQEP.

Temos ainda vindo a salientar junto da ANQEP a necessidade em promover sessões de formação (jornadas técnicas, workshops de curta duração, entre outras) para os elementos da Defesa Nacional, conforme já solicitado por e-mail pelos nossos serviços a 23 de julho de 2020, de forma a harmonizar os procedimentos relativos à metodologia de desenho e conceção adotada no âmbito do CNQ, bem como os inerentes ao SNQ.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-08	Representação Nacional em Organismos e Instituições nacionais e internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação	Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas	Assunção de responsabilidades decorrentes da qualidade de país membro da UE, OTAN e outras instituições internacionais, reforçando a presença nacional nas instituições internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação. Representação nas reuniões propostas e consequente desenvolvimento dos trabalhos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CIN/CII	EMGFA e Ramos

Fóruns de interesse identificados (Informação 1387-DEQ de 5 de agosto de 2016)

1. NATO e-Learning
2. NATO Education & Training
3. Lifelong Learning Programme
4. Open Education Europe
5. Elearning Platform for Adult Learning in Europe
6. Observatório Panorama e-learning em Portugal

RESULTADOS

A DEQ participou com 2 técnicos em 3 reuniões no âmbito do SQF-MILOF (2JUL20, 9SET20 e 17NOV20) e numa reunião do NTGTG IT&ED (9-12NOV20).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-09	Divulgação do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar (RIPSM)	Apoiar técnico-juridicamente o processo de implementação do novo RIPSM	Contribuir para o processo de divulgação do RIPSM de forma a assegurar uma maior implementação dos apoios ali previstos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

- | | | | |
|--|---------|-----|---------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar técnico-juridicamente o processo de implementação do novo RIPSM 2. Desenvolver um referencial de formação para preparação dos militares para a divulgação do novo RIPSM 3. Acompanhar o processo de implementação do RIPSM | Projeto | CAT | EMGFA e ramos |
|--|---------|-----|---------------|

RESULTADOS

1. Propostas de alteração ao Regulamento de Incentivos enviadas ao Gab. SEXASERHAC através do Ofício n.º 2601 de 27 de abril de 2020;
2. Análise às propostas de alteração do Regulamento de Incentivos dos ramos e das Forças Armadas remetida pelo EMGFA e enviado ao Gabinete de SEXASERHAC através do Ofício n.º 3491, de 9 de junho, de 2020;
3. Resposta a pedido de informação da Procuradoria Geral da República relativa à duração das Instruções Complementares dos Ramos das FFAA (email 7OUT2020); Ofício enviado aos ramos a solicitar os despachos – 8OUT2020; Ofício de resposta enviado a 18DEZ2020.
4. Elaborado referencial de formação para os «divulgadores» do Regulamento de Incentivos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-10	Subsídio para Pagamento de Propinas	Proceder à gestão do processo de concessão de subsídio para pagamento de propinas	Apoiar os militares e ex-militares do RC na obtenção de qualificações de nível superior	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Efetuar a gestão corrente dos pedidos de concessão e renovação do subsídio	Atividade corrente	AA/DIV/ APL	Militares e Ex-Militares
	2. Aumentar a eficiência do processo de concessão de subsídio para pagamento de propinas			
	3. Concretizar o processo de desmaterialização, por recurso a uma plataforma informática de gestão académica			
	4. Elaborar proposta para cabimentação da verba para o pagamento dos subsídios			
	5. Desenvolver um estudo de avaliação da execução do processo			

RESULTADOS

Ocorreram 74 novas candidaturas e, do ano transato, 104 ex-militares renovaram o SPPE havendo, no final de 2020, 181 beneficiários deste incentivo.

Foi elaborado o projeto de despacho com vista à fixação de verba para a atribuição do SPPE relativo ao ano letivo 2020/21 através da informação n.º 1143, de 23 de novembro e remetida ao Gabinete de SEXASERHAC através do Ofício n.º 7307, de 24 de novembro de 2020;

Posteriormente, visando a inclusão de um caso especial, foi elaborada a informação n.º 1587, de 16 de dezembro de 2020, em aditamento à informação n.º 1143, de 23 de novembro de 2020 e enviada ao Gabinete de SEXASERHAC através do Ofício n.º 8187 de 29 de dezembro de 2020.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-11	Formação em organismos NATO	Proceder à divulgação de cursos promovidos pelas escolas de formação da NATO	Gerir eficientemente os pedidos de cativação de vagas por parte das entidades intervenientes	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Elaborar o Plano Anual de Formação	Atividade corrente	DIV/APL	EMGFA, Ramos, SG-MDN, DGPDN, ANPC
2.	Efetuar a gestão corrente dos pedidos de formação			
3.	Elaborar um relatório anual de avaliação da execução do processo			

RESULTADOS

Apesar da situação causada pelo covid-19, foram efetuados todos os esforços no sentido de dar seguimento ao processo de planeamento da NATO School (NS) e, após a auscultação das diversas entidades, foi possível aferir as necessidades de formação de cada entidade envolvida. Assim, para o ano académico de 2021, o catálogo de formação da NS disponibiliza 167 ações de formação em diversas áreas tendo sido solicitadas por cada entidade as seguintes vagas:

EMGFA – 60 vagas

Marinha – 0 vagas (não conseguiu delinear internamente e decidiu fazê-lo durante o ano de 2021, na capacidade sobrança da NS, sempre que considerar relevante);

Exército – 17 vagas;

Força Aérea – 68 vagas;

GNR – 4 vagas;

DGRDN – 19 vagas.

O processo com as candidaturas foi remetido para a NS através do nosso Ofício n.º 3173, de 26 de maio de 2020.

Em outubro e novembro foi enviado às diferentes entidades a confirmação da atribuição das vagas para 2021.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-12	Assessoria Técnica	Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a requerimentos,	Apoio técnico que contribua para a adoção de soluções eficientes.

exposições e pedidos de informação, no âmbito do Ensino, Qualificação e Formação, Certificação Profissional e ID&I

Aproximação da Administração Pública aos cidadãos

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON/ CAT/AA	Entidades que solicitem

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-13	Organização de Conferências, Seminários e Colóquios	Propor, organizar e conduzir conferências, seminários e colóquios subordinados às temáticas afetas à Divisão de Ensino e Qualificação	Divulgar e sensibilizar nos domínios específicos de cada temática

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Projeto	CIN/CII/ DIV/CAT	Entidades relevantes consoante a temática

Ações de interesse identificadas

1. Seminário sobre “Certificação da Formação Profissional” de modo a sensibilizar os cidadãos em geral e os militares em particular para a importância dos mecanismos e processos de certificação.
2. Seminário sobre o panorama do *e-learning* a nível nacional e internacional de modo a sensibilizar os cidadãos em geral e os militares em particular para a importância das novas tecnologias da informação e comunicação no ensino e formação profissional.

RESULTADOS

Nada a referir

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações: AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 03



Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional

Unidade orgânica

Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-01	Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural	Monitorizar a aplicação do Regulamento de Incentivos, assegurando a sua adequação às características do seu público-alvo e a toda a legislação com que se inter-relaciona	Exequibilidade e utilidade dos diferentes incentivos legalmente previstos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Analisar os impactes no Regulamento de Incentivos das alterações legislativas que ocorram em matérias com ele conexas	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEQ; Ramos das FA; Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras;
	2. Promover ações de divulgação dos incentivos junto do público-alvo			Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFP; ANQEP; Ramos;
	3. Divulgar Normas de Orientação Técnica relativamente à aplicação do Regulamento de Incentivos junto dos Ramos das FA			Ministério da Educação; Ministério da Economia e
	4. Desenvolver ações de (in)formação sobre os incentivos em U/E/O militares			Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

RESULTADOS

Em 2020 e apesar da situação pandémica, foram realizadas 27 ações de esclarecimento dedicadas ao Regulamento de Incentivos e ao Quadro Legal de Proteção no Desemprego. Estas palestras implicaram a deslocação da equipa CIOFE a diversas unidades militares sendo que 3 palestras foram realizadas em Unidades da Força Aérea Portuguesa e 24 em unidades do Exército Português. Este aumento do número de ações deveu-se em grande parte às solicitações do Exército para a formação dos Instrutores dos vários cursos de formação geral comum que ocorreram em 2020, mas também para os recrutas que iniciaram o serviço militar em RV/RC, permitindo desde logo dar a conhecer a missão do CIOFE, e consequentemente um maior contacto e proximidade com os militares. Devido às restrições impostas pela pandemia o Exército distribui as suas incorporações por várias Unidades Militares o que resultou num elevado número de palestras, mas cada palestra foi ministrada a um efetivo menor. Por questões de prudência sanitária também não se procedeu à aplicação dos questionários de avaliação das sessões. Foi iniciado o Relatório de Monitorização do Regulamento de Incentivos no período 2014-2019.

Foram elaboradas 3 propostas de alteração do Regulamento de Incentivos submetidas à tutela através do nosso Ofício n.º 2601 de 27 de abril, de 2020.

Foram acautelados os efeitos da prorrogação extraordinária dos contratos dos militares do RC em virtude da situação pandémica tendo-se efetuado uma reunião entre o Gabinete de SEXASERHAC, a DGRDN e os Ramos das FFAA promovendo-se uma harmonização de interpretações.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-02	Potenciação das qualificações dos militares e ex-militares do Regime de Contrato	Contribuir para que a formação adquirida pelos militares na formação inicial, ao longo do seu percurso profissional ou no final da prestação do serviço militar seja rentabilizada	Aumentar o número de militares com a formação certificada necessária à potenciação da sua empregabilidade no acesso ao mercado de trabalho civil	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Garantir o acesso dos militares e ex-militares do RC a ações de formação certificada pertencentes ao Sistema Nacional de Qualificações, assentes em Unidades de Formação de Curta Duração disponibilizadas por entidades parceiras que recorrem aos Fundos Sociais Europeus	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEEQ, Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras; Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFP; ANQEP; Ramos; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
2.	Garantir o acesso a formações especializadas que conferem acesso a certificações para o desenvolvimento de determinadas atividades profissionais (profissões regulamentadas)			
3.	Organização de formação comportamental que permita potenciar a empregabilidade			
4.	Divulgar os apoios à obtenção de habilitações académicas			
5.	Protocolar com entidades formadoras e instituições de ensino superior, condições mais vantajosas no acesso a formação			

RESULTADOS

Por força da situação pandémica, a formação que antes era realizada presencial e localmente passou a ser realizada à distância o que provocou um aumento exponencial da procura do serviço de formação pelos (ex-)militares do RC, ganhando assim uma verdadeira abrangência nacional. Fruto da «digitalização» da formação e face ao aumento exponencial da procura, foi alargada a rede de parcerias, procurando abranger novas áreas de formação e aumentar o número de ações. No decurso do ano e após as entidades parceiras terem reconfigurado o seu sistema de formação, foram realizadas duas ações de formação de 50 horas, num total de 100 horas de formação, ministradas pelo Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins (CECOA), e pelo Inovinter - Centro de Formação e de Inovação Tecnológica, para um total de 38 (ex-)militares, nas áreas da Língua Inglesa e da Programação Informática. O número de interessados superou em

larga escala as nossas expectativas, tendo sido constituídas duas bolsas de reserva de militares e ex-militares do RC para futuras ações de formação a terem início no final de 2020 e no início de 2021.

Foi ainda possível aumentar o número de entidades protocoladas de 41 para 47 no final de 2020, com a assinatura de mais 6 protocolos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-03	Fomento do empreendedorismo junto dos militares e ex-militares	Incentivar o autoemprego como estratégia de apoio à fase de transição	Reduzir a dependência dos militares e ex-militares do subsídio de desemprego e potenciar a criação do auto-emprego	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Desenvolvimento de ações de formação dedicadas à temática do empreendedorismo	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA; Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras; Organizações não-governamentais, Consultoras; IEFP; ANQEP; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

RESULTADOS

Não houve ocorrências em 2020.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-04	Cooperação no âmbito da Reinserção Profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito dos processos relacionados com a Reinserção Profissional	Estreitamento dos laços, aquisição e troca de conhecimentos e experiências nos processos atinentes à Reinserção Profissional	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CII e CIN	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta no macroprocesso Reinserção Profissional

previstas no Quadro
de Gestão
Estratégica do
OCD

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-05	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito da Reinserção Profissional, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CON

RESULTADOS

Atividade corrente.

Atividades e Projetos não previstos

A situação pandémica tornou necessária a reconfiguração de todo o sistema de atendimento dos serviços de apoio à transição privilegiando-se os meios eletrónicos e, num primeiro momento, acarretou o cancelamento de toda a atividade formativa presencial planeada.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 04



Recrutamento, Reserva e Efetivos Militares

Unidade orgânica

Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-01	Consolidar o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de recrutamento militar	Promover a harmonização e eficiência dos processos de recrutamento militar, da consolidação do funcionamento do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação	Melhorar a informação sobre o recrutamento; potenciar a eficiência dos processos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Apoiar a implementação do plano de atividades da Comissão de Planeamento e Coordenação do Recrutamento Militar	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e Centro de Dados da Defesa
2.	Apoiar o desenvolvimento de uma política integrada de comunicação do serviço militar (vertente recrutamento: análise de conteúdo da atual mensagem de recrutamento)			
3.	Assegurar o apoio à comissão técnica de acompanhamento do plano de ação da profissionalização			
4.	Promover o desenvolvimento e atualização do Portal de Recrutamento Militar			
5.	Apoiar a implementação do projeto piloto de melhora de condições alojamento			

RESULTADOS

Relativamente às subações aqui previstas há a salientar os seguintes aspetos:

- Foi assegurado todo o apoio técnico à Comissão de Acompanhamento do Plano de Ação da Profissionalização, sendo que das atividades desta resultaram dois memorandos situacionais e uma proposta de revisão/atualização do próprio plano;

- Foi elaborada uma proposta de estratégia de comunicação do serviço militar e foi desenvolvida uma proposta de projeto piloto para enriquecimento de conteúdos sobre as profissões militares (imagem e vídeo);
- O Portal de recrutamento foi atualizado e dinamizado, tendo sido complementado com páginas de redes sociais (*facebook, twitter, instagram*) que foram fundamentais na ligação com os jovens. Para além disso, para dinamização do portal, foram instalados nos Centros de divulgação da defesa nacional quiosques digitais que permitem o acesso ao mesmo. Como corolário deste processo, no final do ano de 2020 o portal atingiu mais de 15 mil visitas mensais;
- Foi implementada a primeira fase do projeto piloto de melhoria das condições de alojamento. Neste âmbito, foi concluída a remodelação de um edifício de alojamento (com funcionalidades de apoio à habitabilidade e apoio ao estudo) na base aérea de Beja com capacidade para sensivelmente 60 militares. Foi concluída a reabilitação de um piso (assim como de toda a rede de suporte ao edifício) no edifício do Regimento de Paraquedistas (Exército). Foi também concluída a reabilitação dos alojamentos de praças de um dos pisos do edifício do corpo de Fuzileiros (Marinha). Todas as obras previstas para esta primeira fase foram executadas nos tempos e nos termos que foram propostos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-02	Promover o desenvolvimento da atratividade da profissão militar, tendo em vista a satisfação das necessidades das Forças Armadas (através do recrutamento normal)	Potenciar a obtenção de efetivos militares para o regime de voluntariado e de contrato	Contribuir para a satisfação das necessidades das Forças Armadas em termos de efetivos RV/RC	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Assegurar a atualização dos dados sobre o potencial de atratividade de cada ramo em termos profissionais (no âmbito da participação dos jovens no DDN)	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA
	2. Promover a comparabilidade da informação recolhida nas diversas fases do recrutamento (da candidatura à incorporação), para a caracterização dos candidatos, avaliação de processos e aferição de expectativas			
	3. Assegurar o funcionamento dos processos de recurso das provas de classificação e seleção			
	4. Emissão de pareceres técnicos relativos às propostas de admissão para o regime de voluntariado e de contrato			

5. Promover a divulgação da profissão militar junto dos jovens em idade escolar

RESULTADOS

Algumas atividades associadas com esta iniciativa foram comprometidas pela pandemia que o país enfrentou em 2020. Neste sentido, será de relevar:

- Todo o processo de recolha e análise de informação associada à participação no DDN foi reformulado em termos tecnológicos, permitindo o acesso direto e imediato aos dados. No entanto, face às diversas suspensões e adiamentos de que o DDN foi alvo, o número de inquéritos válidos rondou apenas os 30 mil;
- As atividades de divulgação da profissão militar em escolas e em outros fóruns (feiras, seminários) foi suspensa;
- A informação associada ao sistema e processo de recrutamento não foi recolhida, mas esta componente foi integrada numa proposta de estudo sobre as Barreiras ao Recrutamento que foi aprovado por S. EX^a A SERHAC no final do ano (e será desenvolvido em 2021);
- A emissão de pareceres técnicos, que se constitui como tarefa constante da divisão, foi executada sem qualquer constrangimento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-03	Recrutamento Especial	Contribuir para a melhoria do processo de recrutamento especial	Harmonizar procedimentos; otimizar processos de análise de perfis de candidatos/incorporados	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Desenvolver a configuração do processo de autorização das admissões	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEQ, ramos das FA e outras entidades
2.	Colaborar na apreciação das propostas dos Chefes de Estado Maior de cada ramo das FA relativas ao número de vagas para admissão aos cursos, tirocínios ou estágios para ingresso nas várias categorias dos QP			
3.	Tratar a divulgação do recrutamento especial no âmbito do portal de recrutamento			

RESULTADOS

- A divisão assegurou a análise e parecer à proposta de efetivos para o ano de 2021;
- Da mesma forma, foi desenvolvido todo o processo relacionado com a apreciação de propostas de admissão ao Quadro Permanente e ao Regime de Voluntariado e Contrato para o ano de 2020.
-

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-04	Recrutamento Excecional	Estabelecer as linhas de orientação geral a adotar em caso de Recrutamento Excecional	Elaborar proposta relativa a procedimentos gerais em caso de convocação, mobilização e requisição	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Consolidar a definição dos conceitos e dos processos que lhe estão associados	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta e indireta no Recrutamento Excecional
2.	Conceber proposta de sistema de gestão da informação			

RESULTADOS

A divisão assegurou o apoio técnico e jurídico às atividades do Grupo de Trabalho para a operacionalização do conceito de reservas (recrutamento e disponibilidade):

- Caracterização da situação legal existente (o que permite e o que não permite);
- Identificação de aspetos de natureza regulamentar a desenvolver ou melhorar;
- Definição de conceitos;
- Definição de requisitos e funcionalidades do sistema;
- Apoio à configuração do sistema de informação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-05	Reserva de Recrutamento	Garantir o estudo dos dados da reserva de recrutamento e promover a sua atualização	Utilizar a informação para sustentar políticas de recrutamento	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Manter atualizado o estudo sobre a reserva de recrutamento (configuração quantitativa e qualitativa)	Atividade corrente	CAT	Centro de Dados da Defesa; Ramos das FA; outros ministérios

RESULTADOS

Os dados foram carregados no sistema e foram fornecidos aos ramos os indicadores que permitem definir os objetivos regionais de recrutamento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

04-06	Reserva de Disponibilidade	Conceber e gerir um sistema de informação sobre a reserva de disponibilidade com base nos dados fornecidos pelos ramos das Forças Armadas	Obter a caracterização da Reserva de Disponibilidade através da integração de dados cedidos pelos ramos das FA e avaliação do percurso profissional desenvolvido nas FA
--------------	-----------------------------------	---	---

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar a informação (e as fontes da mesma) necessária à gestão da reserva de recrutamento e promover a sua integração e atualização 2. Promover a atualização dos estudos de caracterização da reserva de recrutamento (configuração qualitativa e quantitativa) 3. Conceber proposta de sistema de gestão da informação 	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA; Centro de Dados da Defesa

RESULTADOS

Estes trabalhos foram agregados pelo Grupo de Trabalho para a operacionalização dos conceitos de Reserva de Recrutamento e Disponibilidade, nomeado por S. EX^a o MDN

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-07	Monitorização dos Efetivos Militares	Promover a atualização permanente do registo de efetivos do pessoal das Forças Armadas, nos diferentes regimes, situações e formas de prestação de serviço. Comparar os efetivos autorizados através de diploma legal com os efetivos existentes. Proceder à análise estatística dos efetivos militares	Fundamentar as propostas de redimensionamento dos efetivos militares e sustentar os processos que exigem parecer do MF Acompanhar a evolução dos efetivos face aos critérios fixados na «Reforma Defesa 2020»

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar a existência de procedimentos de monitorização dos efetivos militares 2. Desenvolvimento de estudos situacionais e evolutivos sobre os efetivos militares que contribuam 	Atividade corrente	CAT	EMGFA e Ramos

para o diagnóstico de necessidades de admissão

3. Assegurar o funcionamento de uma plataforma integrada de gestão, tratamento e divulgação da informação sobre efetivos militares

RESULTADOS

- Relativamente a esta iniciativa há a destacar que foram reformulados os mapas de monitorização dos efetivos para ficarem totalmente ajustados aos princípios inscritos no decreto lei que procede à fixação dos mesmos. O processo de monitorização foi executado mensalmente;
- Para consolidar a informação e traçar os cenários evolutivos foi elaborado um relatório anual dos efetivos militares, que contempla a informação e a respetiva análise.
- No que respeita à integração de informação, a DGRDN está preparada para o fazer, precisa apenas que seja assegurado o acesso à fonte (SIGRHDN), o que não aconteceu em 2020.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-08	Planeamento das Forças no âmbito da NATO	Colaborar com a DGPDN, EMGFA e Ramos no âmbito do ciclo de planeamento das forças, nomeadamente através da participação nas respetivas reuniões de trabalho	Contribuição para a articulação legal e institucional	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Representação da DGRDN nas atividades relacionadas com a NATO Annual Defense Review - Defence Planning Review Questionnaire	Atividade corrente	CAT	DGPDN, EMGFA e Ramos

RESULTADOS

A Divisão assegurou a prestação de toda a informação e esclarecimentos associados a este processo e participou nas diversas ações previstas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-09	Promover o funcionamento e divulgação de um Observatório da Profissionalização do Serviço Militar	Contribuir para a sustentabilidade do modelo de profissionalização do serviço militar	Assegurar a interligação entre informação e propostas de melhoria

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Promover a divulgação e utilização da informação recolhida no âmbito dos estudos sobre a profissionalização	Atividade corrente	CON	Ramos; entidades académicas externas; outras unidades orgânicas da DGRDN
2. Promover a integração da informação associada ao recrutamento, efetivos e reservas			
3. Potenciar a capacidade de monitorização do funcionamento do modelo de profissionalização			

RESULTADOS

- Os diversos estudos desenvolvidos em 2020 (potencial de recrutamento das Forças Armadas; desafios de comunicação junto da população jovem; as Mulheres nas Forças Armadas, constrangimentos ao recrutamento e retenção) foram divulgados através de artigos ou brochuras;
- Foi desenvolvida uma primeira proposta de Plano Integrado de Monitorização da profissionalização (que inclui o Observatório e um Sistema de informação da sustentabilidade da profissionalização) que foi apreciado pela tutela e que será mais desenvolvido em 2021;
- Foi projetado (e iniciou a implementação) um estudo sobre as representações dos portugueses acerca das Forças Armadas (em parceria com o IDN);
- Foi projetado um estudo (em parceria com o IDN e Gabinete da Igualdade do MDN) um estudo sobre as Barreiras ao Recrutamento (RV/RC e QP) que será executado em 2021;

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-10	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do Recrutamento Militar, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Esta atividade foi assegurada com normalidade, destacando processos como:

- Avaliação das propostas do Exército e da Força Aérea para criação do QP de Praças;
- Assegurar a emissão dos pareceres associados à prestação de serviço fora da estrutura das Forças Armadas, por pessoal do ativo ou da reserva;
- Apoio ao processo de regulamentação dos Quadros Especiais de Saúde (âmbito recrutamento).

Atividades e Projetos não previstos

- Desenvolvimento de projeto de estudo de aferição de Barreiras ao recrutamento (estudo de caracterização dos modelos de recrutamento e identificação dos pontos/momentos que poderão estar a travar o processo de recrutamento);
- Desenvolvimento de um estudo sobre as Mulheres nas Forças Armadas (desafios e constrangimentos em matéria de recrutamento e retenção. Este estudo estava inscrito no âmbito do plano setorial da igualdade, mas a sua realização não estava atribuída à Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares;
- Apoio ao GT para o desenvolvimento de uma política de recursos humanos para a área da ciberdefesa.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 05



Deveres Militares

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços da Profissionalização do
Serviço Militar/Divisão dos Deveres Militares*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-01	Gestão operacional do Dia da Defesa Nacional (DDN)	Assegurar a concretização das medidas de política no âmbito dos Deveres Militares Otimizar o modelo do Dia da Defesa Nacional	Otimização da 16.ª Edição, em sintonia com o Despacho Nº155/MDN/2013 do MDN, o Despacho n.º 2063/2014 de SEXA MDN e o Despacho n.º 8474/2016 de SEXA o SEDN	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Supervisão e coordenação da 16.ª edição do DDN	Atividade corrente	CAT	Comissão para o Planeamento e Conceção do Dia da Defesa Nacional
	2. Planeamento da 16.ª edição do DDN			
	3. Apoio técnico e administrativo-logístico à Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN			
	4. Supervisionamento da execução do DDN			

RESULTADOS

Foi realizada uma reunião da Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN e foi organizada uma Reunião de Coordenação com os Comandantes das Unidades onde estão sediados os Centros de Divulgação do DDN, em paralelo com os representantes das parcerias institucionais na área dos conteúdos.

Foi elaborado o planeamento da 16.ª edição do DDN, que teve lugar em 32 locais de Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, iniciando-se a 09 de janeiro e com término previsto a 04 de dezembro, envolvendo 132 409 cidadãos e 31 unidades militares dos 3 Ramos das Forças Armadas.

No âmbito da supervisão da execução do DDN foram realizadas 20 visitas aos diferentes Centros de Divulgação do DDN.

Atendendo à situação epidemiológica da doença COVID-19 o DDN esteve suspenso de 10 de março a 31 de julho, retomando as suas atividades a 02 de setembro de 2020. Dados os surtos que foram surgindo em vários concelhos do país foi determinado por SEXA o Ministro da Defesa Nacional a

suspensão do DDN no dia 16 de novembro para todos/as convocados/as que tinham de cumprir o seu dever militar até ao dia 04 de dezembro.

Salienta-se que os/as jovens abrangidos pela suspensão do DDN de 10 de março a 15 de maio foram dispensados do cumprimento do dever militar, cujo total foi de 29.515.

Quanto aos/às cidadãos/ãs convocados/as entre o período de 18 de maio e 31 de julho foram adiados para as próximas jornadas (17.ª Edição 2021), bem como os que após o reinício em setembro das atividades, em virtude de situações casuísticas que foram surgindo até à suspensão total a 16 de novembro, o que totalizou um quantitativo de 30.681 jovens que foram novamente convocados/as a cumprir o dever militar em 2021.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-02	Gestão do processo de Convocação	Assegurar a gestão do processo de convocação dos cidadãos para o DDN	Publicação dos Editais (até final de novembro) Envio das cartas recordatórias por lotes trimestrais (nov/fev/mai/ago) Aumentar a taxa de presenças de cidadãos no DDN

	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Preparação e envio para o Centro de Dados da Defesa dos dados necessários para a edição dos Editais de Convocação	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação (OCDR)
2.	Envio dos Editais de Convocação para afixação nos locais legalmente previstos			
3.	Publicação online dos Editais de Convocação e sua atualização			
4.	Disponibilização digital das Requisições de Transporte			
5.	Produção e envio via correio das cartas recordatórias			

RESULTADOS

Com base nos dados de identificação e registo civil procedeu-se ao recenseamento de 132 409 cidadãos nascidos em 2001 (107 mil residentes no continente, 6 700 nas ilhas e 18 500 no estrangeiro, sendo 67 500 masculinos e 64 800 femininos) e que foram convocados para cumprir o dever militar de comparência ao Dia da Defesa Nacional na 16.ª Edição.

Para a preparação da 16.ª Edição do DDN não foram impressos Editais de Convocação, tendo estes sido gerados em formato PDF por uma aplicação criada para o efeito que os enviou, por correio eletrónico, para cada um dos 308 municípios, salvaguardando-se assim a desmaterialização de procedimentos prevista no âmbito do Plano Funcional do OCDR. Concomitantemente, os editais foram disponibilizados

online (conforme previsto), tendo sido consolidado a disponibilização dos editais *online* dinâmicos e interativos.

No ano de 2020 relativo à 16ª edição do DDN, foram impressas e enviadas 109 485 cartas recordatórias.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
05-03	Gestão do Sistema de Transportes	Assegurar o transporte para o DDN	Assegurar o transporte de acordo com o planeado e contratualizado		
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes	
	1. Supervisionamento do Sistema de Transportes	Atividade corrente	CAT	Secretaria-Geral do MDN, ramos das FA e outras entidades	
	2. Colaboração no preparo de eventual procedimento de ajuste direto ou concursal para a contratualização de serviços de transporte				
	3. Coordenação da implementação do sistema de requisição de transporte digital				
	4. Elaboração do Plano de Transportes para o DDN 2020				

RESULTADOS

No âmbito do planeamento para a 16.ª edição do DDN promoveu-se uma racionalização do sistema de transportes tendo como foco uma gestão mais sustentável acomodando as diretivas do Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), conforme determinadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de novembro, seguindo a orientação estratégica Europeia na sequência da elaboração do Roteiro Europeu de Baixo Carbono. No mesmo sentido, procurou-se promover a mobilidade sustentável, em particular através do uso do transporte público afeto às redes rodoviárias e ferroviárias locais mediante a utilização da Requisição de Transporte (introduzida na 10.ª Edição).

Desta forma, 23,3% dos 121 509 cidadãos residentes em território nacional convocados passaram a apresentar-se diretamente nos Centros de Divulgação, 41,4% passaram a ter direito a requisição de transporte e apenas 35,3% foram transportados de autocarro da sede do município para o local de convocação através de operadora contratada centralmente pela DGRDN.

A implementação da Requisição de Transporte tornou necessária a articulação com várias transportadoras de âmbito nacional e local, designadamente, Área Metropolitana de Lisboa, Porto e Braga, Zona do Algarve, Instituto de Mobilidade Terrestre, ANTROP e ARP.

Dado o sucesso desta iniciativa e procurando promover a desmaterialização da Requisição de Transporte, obviando a necessidade de envio desta ao cidadão junto com a carta recordatória, numa estratégia de redução de custos, foi consolidada a aplicação *online* capaz de mediante a solicitação do cidadão, gerar as Requisições de Transporte em PDF, e enviá-las para o correio eletrónico do cidadão. Este sistema entrou em funcionamento na 11.ª edição do DDN.

Em termos de execução orçamental a implementação das Requisições de Transporte correspondeu a cerca de 40 000,00€ e o sistema de transporte baseado em autocarro em cerca de 340 000€.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-04	Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação	Enquadrar e gerir os recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação	Assegurar o enquadramento e gestão dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Gestão dos divulgadores no âmbito das jornadas do DDN	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA
	2. Gestão da formação dos divulgadores			
	3. Apoio administrativo-logístico aos divulgadores			

RESULTADOS

Foram constituídas 5+2 Equipas de Divulgação que dinamizaram as jornadas nos 5+2 circuitos criados para a 16ª Edição (Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo + Foxtrot 1 e Foxtrot 2). Durante toda a atividade foi garantido o apoio administrativo-logístico aos divulgadores.

Nas primeiras quinzenas de junho e de dezembro foi dada formação aos divulgadores nas áreas comportamentais e conteúdos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-05	Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação	Planear, coordenar e supervisionar o processo administrativo-logístico dos locais de divulgação	O funcionamento dos locais de divulgação, no suporte às atividades programadas para a jornada, decorre em conformidade com o planeado em sede da Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Coordenação e monitorização do apoio logístico das U/E/O às atividades do DDN	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e entidades parceiras
	2. Coordenação e supervisão do apoio logístico das U/E/O aos divulgadores			

3. Gestão dos bens e serviços necessários ao funcionamento dos locais de divulgação

RESULTADOS

Foi garantida a coordenação e monitorização efetiva do apoio logístico das U/E/O às atividades do DDN. Foi garantida a coordenação e supervisão efetiva do apoio logístico das U/E/O aos divulgadores. Em todo o tempo foi garantido o apoio em bens e serviços necessários ao funcionamento dos locais de divulgação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-06	Monitorização e supervisão do Programa do DDN	Promover a atualização dinâmica do Programa do DDN, bem como a sua supervisão pedagógica	Viabilizar a avaliação do estado e adequação de execução do programa do DDN na edição em curso, bem como as medidas de correção e melhoria necessárias numa ótica de implementação imediata ou transponível para a edição seguinte

	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Monitorização dos instrumentos de recolha de informação, especialmente os suportados na utilização da plataforma tecnológica em uso no DDN (tablets), que permitam em tempo útil conhecer e avaliar o modo diário de funcionamento das jornadas, bem como as incidências e ocorrências verificadas	Atividade corrente	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD
2.	Supervisão pedagógica da edição em curso, presencialmente e remotamente através das ferramentas indicadas em 1.			
3.	Estudo, planeamento e proposta de um Plano de Melhorias em conformidade com o sistema de qualidade a implementar			

RESULTADOS

Foi consolidada a aplicação que permite recolher um conjunto de indicadores relativamente ao decurso das atividades do DDN. No final do dia estes indicadores são enviados para a DGRDN, sendo depois objeto de análise pela DSPSM para posterior envio para os ramos das FA's e demais parceiros

institucionais. Em virtude das várias suspensões que foram ocorrendo em 2020, os parceiros só estiveram em atividade nos Centros de Divulgação de Defesa Nacional de 09 de janeiro a 09 de março, pelo que os indicadores relativos aos parceiros é residual.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-07	Estabelecimento de Parcerias	Potenciar a participação de entidades e instituições não-militares no âmbito da Defesa Nacional nas jornadas do DDN Promover a adesão à participação económica e/ou financeira de parceiros exteriores ao âmbito da Defesa Nacional na ótica de uma redução de custo e otimização dos resultados	Assegurar a obtenção de parcerias adicionais para as jornadas do DDN	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Conceção e produção de um portfolio com informação sobre as atividades do DDN, dirigido às parcerias não-militares no âmbito da Defesa Nacional	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD
	2. Conceção e produção de uma brochura contendo os indicadores principais (estatística do universo abrangido, experiências anteriores e casos de sucesso, etc.) com relevo para parceiros externos, bem como um "caderno de encargos" tipo relativo à sua participação			
	3. Promoção e negociação da participação das entidades referidas			

RESULTADOS

Durante o ano de 2020 foram diligenciadas ações de cooperação com a Empresa Jerónimo Martins, para o fornecimento da alimentação dos/as jovens que iriam cumprir o DDN no Centro de Divulgação de Castelo Branco, assim como, e embora não tenha sido possível formalizar a assinatura do protocolo, foram tomadas todas as diligências constantes do protocolo relativas ao apoio logístico da Câmara Municipal de Castelo Branco. De referir que embora tudo tenha sido concertado para a inauguração deste CDDN, devido à situação epidemiológica, não foi possível iniciar o DDN neste local.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-08	Controlo do cumprimento do dever militar de	Assegurar o processo de controlo do cumprimento do	Certificação do cumprimento do dever militar

comparência ao DDN	dever militar de comparência ao DDN	Relatório Estatístico da participação dos cidadãos no DDN	
Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
Controlo das presenças ao DDN	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA

RESULTADOS

No que respeita à taxa de cumprimento da 16.ª edição do DDN, levando em consideração os vários meses em que o DDN esteve suspenso, estiveram presentes ao DDN 44 728 cidadãos/ãs de 53 853 convocados/as e foram dispensados 6.060 e isentos 227. A taxa de cumprimento foi de 83%.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-09	Gestão da situação militar dos cidadãos	Assegurar a tramitação dos processos de adiamento, dispensa e isenção à comparência no DDN em conformidade com o estipulado na Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar	Prestação ao cliente dos serviços relativos aos processos de adiamento e de dispensa de comparência ao DDN, na observância de critérios de eficiência operacional Registo e controlo dos processos de atribuição do estatuto de objetor de consciência Relatório Estatístico dos processos de adiamento, dispensa e isenção	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Gestão dos pedidos de adiamento ao DDN	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA e Comissão Nacional dos Objetores de Consciência
2.	Gestão dos pedidos de dispensa do DDN			
3.	Acompanhamento dos pedidos de atribuição do estatuto de objetor de consciência			
4.	Gestão dos cidadãos faltosos assegurando a análise dos motivos apresentados e marcação de novas datas			
5.	Atualização dos dados dos cidadãos sujeitos aos deveres militares			

RESULTADOS

Em 2020 ao nível do BackOffice foram tratados 8.562 processos relativos à 16.ª edição do DDN, de acordo com a seguinte distribuição:

Processos de Dispensa: 6.060

Processos de Adiamentos: 2.275

Processos de Isenção de Deveres Militares: 227

O Call-Center do Balcão Único da Defesa/DDN cumpriu a sua missão de atendimento telefónico e presencial:

994 chamadas atendidas

34 atendimentos presenciais

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-10	Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares	Assegurar a uniformização de procedimentos no âmbito do atendimento relacionado com os deveres militares em conformidade com o estipulado na Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento, demais legislação e normas técnicas em vigor	Garantir a harmonização de procedimentos entre os diferentes intervenientes relativamente às situações de atendimento no âmbito dos deveres militares	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Garantir a atualização das Normas Técnicas no âmbito do atendimento relativo aos deveres militares	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA; Instituto Português do Desporto e da Juventude;
	2. Divulgação das Normas Técnicas			Comissão Nacional dos Objetoires de Consciência
	3. Solicitar ao Centro de Dados da Defesa a atribuição de permissões de acesso ao SIPORG			
	4. Propor atualizações ao SIPORG no âmbito dos deveres militares			
	5. Implementação de atualizações ao nível dos procedimentos eletrónicos no âmbito do atendimento dos deveres militares			

RESULTADOS

Durante 2020 foi supervisionada a atividade de atendimento ao público efetuada ao nível do Balcão Único da Defesa, sendo emanadas um conjunto de diretivas por email com o intuito de uniformizar o atendimento. Foram efetuados os pedidos de permissão de acesso ao SIPORG necessários mediante requerimento da DGRDN e por necessidades de serviço interno ou por solicitação do Centro de Recrutamento da Armada, do Exército, e Força Aérea.

Iniciou-se em 2020, mas ainda se encontram em fase de implementação as atualizações e necessidades do novo sistema que irá substituir o SIPORG.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-11	Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN	Melhorar a qualidade de serviços prestados ao cliente nos processos atinentes ao DDN	Simplificação do processo de solicitação dos diferentes pedidos atinentes ao Dia da Defesa Nacional (Adiamentos e Dispensas)	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Projeto	CAT	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

Ao nível do atendimento manteve-se a desmaterialização do processo de registo e arquivo de correspondência, passando esta a ser registada e tratada através da Gestão Documental:

- Registada no NPA – 3 331
- Registada na DDM (resultante de email) – 13.901

Ao nível do atendimento manteve-se a desmaterialização do processo de emissão das Requisições de Transporte, o processo de emissão e envio dos Editais de Convocação para os Municípios e o envio das cédulas militares aos/às jovens via e-mail.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-12	Cooperação no âmbito do Dia da Defesa Nacional com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito dos processos relacionados com os deveres militares	Estreitamento dos laços, aquisição e troca de conhecimentos e experiências nos processos atinentes às várias dimensões dos deveres militares	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CII e CIN	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

A DSPSM participou em reuniões com os Adidos Militares sempre que solicitado. Estava prevista a realização do Dia da Defesa Nacional na África do Sul e embora tenham sido efetuados contactos e levantamento do número de cidadãos/ãs portugueses/as residentes naquele local, não foi possível executar a ação devido ao confinamento que ocorreu em março (altura em que estava a ser preparada toda a logística subjacente ao DDN Comunidades).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-13	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do DDN, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Neste ano foi prestada toda a colaboração, sempre que solicitado, nas áreas transversais a esta Direção-Geral.

Atividades e Projetos não previstos

Devido à pandemia, houve uma grande adaptação no decurso das jornadas do DDN no que concerne à aquisição de meios de proteção individual, os programas foram alterados para permitir um maior distanciamento entre os/as jovens e foram garantidos todos os contactos com várias entidades como a proteção civil, PSP e GNR de forma a garantir um efetivo cruzamento de informação sobre eventuais casos de COVID-19 que pudessem vir a ser associados à participação dos/as cidadãos/ãs nas várias unidades militares.

Foram tomadas as diligências necessárias para que o DDN pudesse reiniciar (em setembro) com o parecer favorável da Direção-geral da Saúde.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações: AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 06



Comunicação Integrada para o Serviço Militar

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços da Profissionalização do
Serviço Militar*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-01	Estruturação da Comunicação Integrada para o Serviço Militar	Estruturar e inserir organicamente o estudo, planeamento, coordenação e execução da promoção e divulgação da temática da Defesa Nacional, das Forças Armadas e do Serviço Militar segundo uma ótica de comunicação integrada	Estabelecimento da base orgânica e funcional da Comunicação Integrada para o Serviço Militar. Operacionalização de iniciativas de comunicação interna, externa e institucional de base estruturante	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Desenvolvimento de proposta estratégica de comunicação do serviço militar (MDN)	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD
	2. Atualização do Plano de Comunicação integrada para o Serviço Militar (componente setorial DGRDN)			
	3. Atualização anual do subplano de comunicação para o Dia da Defesa Nacional – componente Programas e Conteúdos			

RESULTADOS

Atualizados o PCISM e o Plano de Comunicação para o Dia da Defesa Nacional (na componente Programa e conteúdos), tendo sido criada uma nova versão de acordo com a situação pandémica emergente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-02	Repositório Estruturado de Informação	Manter e alimentar o repositório estruturado de informação sobre o serviço militar permitindo apoiar e documentar as atividades de comunicação relativas ao serviço militar, contribuindo em extensão para o apoio à decisão	Disponibilização de conteúdos no Repositório	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Desenvolvimento de aplicações, funcionalidades, e inserção de conteúdos nas áreas do DDN e Serviço Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

Foram empreendidas as ações de alimentação e atualização de conteúdos no Repositório Estruturado de Informação nas áreas do DDN e Serviço Militar. Foram iniciados o planeamento e desenho da futura reestruturação de conteúdos Audio e Imagem, com vista à sua eventual catalogação e disponibilização através de *Digital Asset Management* (DAM).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-03	Consolidação e divulgação da Identidade Visual para o Serviço Militar	Aumentar a visibilidade do Serviço Militar caracterizando-o, positivamente junto aos públicos-alvo, num contexto de coerência transversal aos seus intervenientes institucionais	Construção de componentes da Identidade Visual para o Serviço Militar	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Aplicações gráficas e vídeo da Identidade Visual do Serviço Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

Foram atualizadas as declinações da IV do Serviço Militar e construídas aplicações (gráficas e audiovisuais) específicas para produtos audiovisuais e internet.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-04	Comunicação Externa – Canais Web (Redes sociais)	Potenciar a visibilidade e o conhecimento sobre o Serviço Militar, através de informação direcionada aos públicos-alvo no domínio externo, disponibilizando cumulativamente novos serviços, em canais de comunicação suportados na utilização da internet (Redes sociais)	Construção de canais Youtube do DDN e Serviço Militar	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Produção da página Facebook DDN	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD, público em geral
	2. Produção do canal Youtube			

RESULTADOS

Manteve-se a produção da página Facebook do Dia da Defesa Nacional, dando-se especial ênfase, face ao elevado volume de trabalho de resposta a mensagens originadas pela maior e mais rápida responsividade (registos médios de 30 min) durante o período pandémico, à componente Messenger. Estudo e planeamento da implementação de canal de TV através de serviço Youtube associado ao Dia da Defesa Nacional (*Live e scheduled*).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-05	Comunicação Interna/externa – Corporate TV do Serviço Militar e DDN	Promover e potenciar o conhecimento interno dos macroprocessos do Serviço Militar e DDN	Corporate TV do Serviço Militar e do DDN	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Desenho de layouts	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD
	2. Produção de formatos para emissão			
	3. Manutenção da emissão DDN			

RESULTADOS

Início de trabalhos de upgrade de software e hardware das estações da corporate TV. Redesenho das emissões e construção de novos canais para utilização multivariada, não exclusiva ao DDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-06	Comunicação interna/externa – Boletim informativo eletrónico	Promover e potenciar o conhecimento interno e externo dos processos na área, ou relacionados com Serviço Militar	Produção de informação eletrónica	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Conceção, edição e produção de boletim informativo sob formato eletrónico (webletter), sem periodicidade definida	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades intervenção direta macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD, público em geral

RESULTADOS

Construção do Formulário de edição eletrónica.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-07	Cooperação no âmbito da Comunicação Integrada para o SM com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar	Estreitamento dos laços, aquisição de conhecimentos e experiências nos processos atinentes aos vários domínios da comunicação integrada no âmbito Serviço Militar	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CII e CIN	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do SM no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Início do estudo de novo enquadramento participativo das entidades parceiras do Dia da Defesa Nacional.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-08	Cooperação com UU/EE militares para potenciar o conhecimento das FFAA e sua história– Programa o DDN vai aos Museus Militares	Elaborar programa e estabelecer protocolos, com vista ao lançamento de iniciativa de promoção de visitas a museus militares a efetivar no DDN	Aprofundamento, aproximação e disponibilização de conhecimento e informação sobre as FFAA, nas suas várias vertentes histórico-culturais, aos cidadãos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Implementação da oferta em todas as sessões do DDN, para 2020/2021	Atividade corrente	CIN/DIV	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos processos

RESULTADOS

Dada a situação pandémica não foi possível dar sequência à fase de enquadramento (desenvolvida através de visitas a locais) das unidades e estabelecimentos das FA no projeto final de oferta ao público do programa.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-09	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar, quando solicitados	Aprofundamento, aproximação e disponibilização de conhecimento e informação sobre o Serviço Militar, nas suas várias vertentes, aos cidadãos, stakeholders e parcerias	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CON	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta macroprocessos do SM no Quadro Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Execução do Layout Gráfico e visual do Balcão Único da Defesa.

Atividades e Projetos não previstos

Reestruturação das jornadas (programa e conteúdos) do Dia da Defesa Nacional, para todos os Centros de Divulgação da Defesa Nacional, face aos constrangimentos criados pela pandemia. Pela mesma razão; alteração e adaptação dos períodos, programas e forma da formação contínua anual dos divulgadores militares do DDN. Criação de versões de conferência à distância para as diversas necessidades de contacto no âmbito desta formação e sua formatação para utilização em ambiente Zoom.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações: AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 07



Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar	
Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-01	Consolidação do novo Sistema de Saúde Militar	Participar, colaborar e desenvolver os estudos necessários à reestruturação da Saúde Militar	Adotar as medidas de racionalização da Saúde Militar. Adequar os recursos humanos e materiais da Saúde Militar às necessidades funcionais	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Participar no estudo de medidas de política de Saúde Militar e acompanhar a respetiva implementação	Projeto	CAT	EMGFA (DIRSAM/HFAR), Ramos, DSAEEQ
	2. Participar na conceção e implementação do Sistema de Informação da Saúde Militar			
	3. Monitorizar as atividades desenvolvidas pelas várias estruturas que integram o Sistema de Saúde Militar (SSM),			
	4. Assegurar continuamente a caracterização quantitativa e qualitativa dos recursos da Saúde Militar, através do Sistema de Informação da Saúde Militar, designadamente no âmbito do Anuário Estatístico da Defesa Nacional	Atividade Corrente		MDN, EMGFA e Ramos
	5. Coordenar e acompanhar os trabalhos da Plataforma do Sistema de Saúde Militar, criada pelo Desp/MDN de 4.8.2018	Atividade corrente		SG, SNS, EMGFA, Ramos, LMPQF, IASFA, MDN
	6. Acompanhar a aplicação do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao internato médico, desenvolvendo as atividades cometidas neste	Atividade corrente		EMGFA (DIRSAM/HFAR), Ramos (DS) MS (ACSS, IP)

- âmbito ao MDN e avaliar a sua implementação
7. Promover a articulação entre SSM e o Serviço Nacional de Saúde, bem como com entidades públicas e privadas no âmbito da saúde
 8. Participar no processo de criação da Unidade de Ensino, Formação e Investigação em Saúde Militar

RESULTADOS

Participação nos trabalhos da Equipa de Gestão da Reestruturação do Sistema de Saúde Militar (EGR-SSM), criada pelo Desp MDN/2020, de 24 de janeiro, com a missão de “monitorizar e avaliar a implementação das medidas vertidas no Desp 68/MDN/2019, 16 de dezembro, garantindo o acompanhamento e a verificação da execução das ações e atividades associadas, promovendo a ligação permanente com os vários intervenientes neste processo de reforma”;

Participação nos trabalhos do subgrupo da EGR-SSM dedicado ao estudo do novo modelo de governação do HFAR, incluindo a participação no respetivo projeto de diploma legal;

Elaboração de parecer sobre a proposta de diploma, de autoria do EMGFA, referente à organização do HFAR e ao redimensionamento das especialidades/valências do HFAR – Polo do Porto, proposto no Memorando 26/CEMGFA/2019, em resposta aos pontos 6. e 7. do Desp 68/MDN/2019, de 16 de dezembro;

Participação nos trabalhos da Comissão Instaladora da Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM), criada pelo Despacho n.º 16/MDN/2018, de 29.03, na qualidade de representante da DGRDN;

Análise e parecer referentes à proposta de Desp/MDN relativo à implementação da UEFISM e à revisão do respetivo Programa Funcional;

Participação nos trabalhos conducentes à aprovação do novo protocolo entre os Ministérios da Defesa Nacional e da Saúde referente ao Internato Médico - que estabelece as regras que presidem à distribuição de vagas e que definem as condições de ingresso, colocação e frequência do Internato Médico, nas vertentes Formação Geral e Formação Especializada, pelos médicos militares que pertençam aos quadros permanentes dos ramos das Forças Armadas. (Aviso n.º 10394/2020, publicado em Diário da República, 2.ª série, em 14 de julho.);

Participação em reuniões do Conselho Nacional do Internato Médico, de acordo com o disposto na alínea f) do n.º 2 do art.º 5.º da Portaria n.º 79/2018, de 16 de março;

Realização e coordenação de reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento do Internato Médico das Forças Armadas, aprovada por Desp/SEDN, de 11 de maio de 2018;

Elaboração de informações, ofícios, propostas e pareceres técnicos e jurídicos no âmbito da aplicação e acompanhamento do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao acesso e frequência do internato médico por médicos militares.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-02	Vigilância Epidemiológica	Cooperação Civil-Militar em matéria de Saúde Pública, com vista ao conhecimento, prevenção, deteção e controlo de doenças que, pelas características epidemiológicas, constituem sérios riscos para o pessoal das FA e dos Serviços e demais estruturas do MDN, podendo comprometer a missão	Articular eficazmente com as entidades civis e militares na área da saúde, visando a intervenção expedita em caso de crise ou catástrofe	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Acompanhar o SINAVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica)	Atividade corrente	CIN	INEM, DGS, IPST, INFARMED, CVP, ANEPC, RAutónomas, EMGFA (DIRSAM/HFAR), Ramos
	2. Cooperar e promover a cooperação com entidades parceiras em situações de pandemia			

RESULTADOS

Nada a referir (sem desenvolvimento).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-03	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar	Assegurar a divulgação de informação no domínio da saúde militar e respetiva atualização no Portal da DGRDN	Informação dos profissionais e utilizadores dos Serviços de Saúde Militar	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Divulgar informação remetida por entidades internacionais pelos diversos interessados	Atividade corrente	DIV	
	2. Atualizar conteúdos no domínio da Saúde Militar no Portal da DGRDN			
	3. Clipping de informação noticiosa acerca da Saúde Militar			
	4. Assegurar a recolha e a sistematização da informação			

relativa aos recursos humanos,
infraestruturas e atividade
hospitalar no âmbito do Anuário
Estatístico da Defesa Nacional

RESULTADOS

Introdução e atualização de conteúdos (legislação, documentação de arquivo e novidades) no portal da DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-04	Grupo OTAN/Saúde	Acompanhar a doutrina da OTAN imposta pelo novo conceito estratégico da Aliança com base na experiência e conhecimento adquiridos através da participação nos vários Grupos de Trabalho da OTAN no âmbito da Saúde Militar	Alinhamento da Saúde Militar pelos parâmetros da OTAN no âmbito da uniformização e racionalização de material e equipamentos, organização e procedimentos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar a representação da SM no Committee of the Chiefs of Military Medical Services (COMEDS) Steering Group	Atividade corrente	CIN	Ramos
2.	Assegurar a representação da SM no COMEDS Futures Advisory Board (CFAB)			
3.	Assegurar a representação da SM no Medical Standardization Working Group (MedStd WG)			
4.	Assegurar a representação da SM no âmbito da Cooperação Civil-Militar			
5.	Assegurar a representação da SM noutros Grupos de Trabalho ou Painéis			

RESULTADOS

Acompanhamento da doutrina OTAN no domínio da Saúde Militar, através da sistematização da informação;

Participação em reuniões dos referidos grupos de trabalho, as quais, atendendo ao contexto da pandemia causada pela COVID-19, foram realizadas em Videoconferência;

Realização de reuniões de coordenação da representação nacional no âmbito das atividades de Saúde Militar da OTAN, em articulação com os parceiros intervenientes.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-05	Normalização na área da Saúde	Participar no processo de ratificação e acompanhamento da implementação dos STANAG's da área da Saúde Militar	Implementação eficaz dos STANAG's	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Consultar os Ramos e preparar processos para ratificação	Atividade corrente	CIN	EMGFA, Ramos
	2. Proceder à atualização da base de dados relativa aos STANAG's			
	3. Reformular o Arquivo de documentação relacionada com a OTAN, no âmbito da SM			

RESULTADOS

Elaboração de pareceres de proposta de ratificação dos acordos de normalização (STANAG) do âmbito da SM;
Realização de reuniões de acompanhamento do Processo de normalização OTAN no âmbito da SM;
Atualização da base de dados relativa aos acordos de normalização (STANAG) do âmbito da SM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-06	Quadros Especiais das áreas da Saúde	Desenvolver e participar em estudos com vista a regulamentar o regime dos quadros especiais das áreas da saúde, nomeadamente no que respeita ao recrutamento, ensino e formação nas áreas da Saúde Militar	Elaboração de propostas de diplomas legais relativos ao regime dos quadros especiais da área da Saúde das Forças Armadas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Participar no estudo de um novo modelo de gestão da carreira dos Quadros Especiais de Saúde, nas fases do recrutamento e seleção, retenção, formação e desenvolvimento da carreira e colocação, incluindo a escolha da especialidade dos médicos – Desp.º 40/MDN/2019	Projeto	CAT	DGRDN, EMGFA, Ramos

RESULTADOS

Participação no estudo de um novo regime jurídico aplicável aos Quadros Especiais das Áreas de Saúde (QES) e na elaboração de projeto de diploma que estabelece o regime aplicável aos QES, ao abrigo do n.º 1 do art.º 168.º do EMFAR, e fixa mecanismos de gestão das carreiras destes quadros especiais, na sequência do determinado à DGRDN através do Despacho n.º 69/MDN/2019, de 16 de dezembro, e do Despacho n.º 47/MDN/2020, de 21 de setembro.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-07	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN	Colaborar na definição das políticas da Saúde Militar fora do âmbito da OTAN	Intercambio com os países da CPLP e outros no âmbito da Saúde Militar	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Organizar o VII Fórum de Saúde Militar da CPLP	Atividade corrente	CII	DGPDN, EMGFA, Ramos
2.	Coordenar o Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar, fomentando a oferta formativa das FAs Portuguesas, assim como a participação dos militares portugueses nas ações de formação promovidas pelos restantes Estados-membros			
3.	Organizar/participar noutros Eventos de Saúde Militar da CPLP			
4.	Colaborar em ações de cooperação técnico-militar no domínio da saúde			
5.	Acompanhar, em articulação com a Direção de Saúde Militar do EMGFA, a atividade do CIMM (Comité Internacional da Medicina Militar)			

RESULTADOS

Organização do VII Fórum de Saúde Militar da CPLP (cancelado devido à pandemia COVID-19);
Elaboração do Plano de Formação para 2021, no âmbito do Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar, em articulação com o EMGFA/DIRSAM e com as Forças Armadas do Brasil;
Divulgação e operacionalização do Plano de Formação para 2020, no âmbito do Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar;

Análise das candidaturas recebidas no âmbito do Plano de Formação acima identificado e prestação de apoio administrativo durante o processo;

Prestação de contributos no domínio da Saúde Militar no âmbito das relações bilaterais;
Participação na elaboração do “Plano de Ação na resposta sanitária à Pandemia COVID-19, entre Portugal e os PALOP e Timor Leste” (plano interministerial, elaborado sob a coordenação do MNE/Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.), tendo sido apresentada uma proposta de desenvolvimento de ações no âmbito da assessoria técnica na área da segurança sanitária e resposta à pandemia COVID-19, coadjuvadas com a realização de formação teórico-prática em biossegurança e bioproteção.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-08	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar	Participar nas reuniões e atividades decorrentes de diferentes Comissões e Grupos de Trabalho (GT) em representação do MDN ou DGRDN/MDN, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> - Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa - Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais - Conselho Nacional do Internato Médico - Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental - Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e Subcomissões - Fórum Nacional Álcool e Saúde 	Acompanhar e contribuir para o desenvolvimento das atividades dessas entidades
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CIN

RESULTADOS

Participação nas reuniões e demais atividades das comissões e grupos de trabalho acima identificados, em representação do MDN ou da DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-09	Saúde Mental	Estudar e propor medidas de política de saúde mental. Colaborar na definição das políticas de apoio aos	Articulação eficaz com as entidades civis e militares na vertente da saúde mental; funcionamento mais eficaz da RNA; bem-estar dos

portadores de *stress* pós-traumático de guerra
Acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA. Participar no Projeto de “Redesenho do Processo de Qualificação como DFA”
Participar na implementação de um “Centro de Recursos de *Stress* em Contexto Militar

utentes da RNA; redesenho do Processo de Qualificação como Deficiente das Forças Armadas (DFA), tendo em vista a eliminação de pendências processuais e funcionamento eficaz do Centro de Recursos de *Stress* em Contexto Militar

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Participar nas reuniões das Comissões atinentes à Saúde Mental	Atividade corrente	CIN	Ramos e entidades civis
2. Monitorizar os trabalhos desenvolvidos pela Equipa de Projeto para o “Redesenho do Processo de Qualificação como DFA”			
3. Acompanhamento e apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão Científica do “Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar”			ISCTE, Universidade Nova de Lisboa, CES, Universidade do Minho, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa
4. Acompanhamento dos estudos das diferentes áreas científicas, constantes do Plano de Trabalhos do “Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar”.			
5. Acompanhar em articulação com a Secretaria Geral da DGRDN, a implementação do Portal Externo do CRSCM			Secretaria Geral-DGRDN
6. Acompanhar a atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar e prestar apoio técnico à CNA			
7. Acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs (Ass. de Antigos Combatentes) no âmbito da RNA e propor eventuais alterações			
8. Acompanhar a implementação da Reforma da Saúde Mental			
9. Rever a metodologia de acompanhamento dos protocolos com as ONG’s com vista à implementação de procedimentos comuns no preenchimento da			

- Proposta de Orçamento e dos Relatórios de Atividades
10. Rever as ferramentas informáticas de suporte às Propostas de Orçamento e Relatórios de Atividade das ONGs protocoladas

RESULTADOS

Receção e análise dos Relatórios Preliminares dos estudos científicos em curso, realizados pelas entidades que fazem parte da Comissão Científica do “Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar” (CRSCM);

Recolha de bibliografia das diferentes áreas científicas para integração na biblioteca do Portal externo do CRSCM;

Criação de Portal Externo do CRSCM (em desenvolvimento);

Criação de Portal interno do CRSCM, de acesso às diferentes áreas científicas (implementado e em funcionamento);

Consagração legal do CRSCM na sequência da aprovação do Estatuto do Antigo Combatente, através da Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto;

Realização de reuniões da Comissão Científica para acompanhamento dos trabalhos em curso, em formato VTC;

Desenvolvimentos de trabalhos com vista ao estabelecimento de futuro protocolo de colaboração entre o CRSCM e a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, em articulação com o Centro de Psicologia Aplicada do Exército;

Desenvolvimento de atividades com vista à elaboração do Plano de Trabalhos do CRSCM para o triénio de 2021/2023;

Acompanhamento da atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos cidadãos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a prestação de serviço militar;

Acompanhamento da execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA;

Elaboração de informações, prestação de apoio técnico-jurídico à Presidente da CNA, análise de pedidos de autorizações provisórias para acesso à RNA, elaboração dos documentos a enviar às ONG com as respetivas autorizações e análise dos instrumentos de gestão das ONG, designadamente das Propostas de Orçamento;

Elaboração de respostas e esclarecimentos vários solicitados pelas ONG,s.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-10	Coordenação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas	Presidir e coordenar o Grupo Coordenador para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas	Assegurar o desenvolvimento nas FA de um programa coerente e adequado, sobretudo, ao meio laboral militar, no que respeita a prevenção primária, secundária e terciária dos comportamentos aditivos e dependências, que contribua para a sua redução	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Coordenar e acompanhar o Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e	Atividade corrente	ES	Ramos/PJM, EMGFA (CISMIL, DIRSAM, HFAR, UTITA, UMT),

- | | |
|---|---|
| Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCADFA) | ESSM/UEFISM,
MS/SICAD |
| 2. Prestar assessoria técnica e jurídica no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FA | |
| 3. Desenvolver e implementar ferramentas de avaliação do PPCADFA, tendo em vista o aperfeiçoamento das medidas preconizadas, o ajustamento das atividades e a melhoria dos resultados obtidos | |
| 4. Desenvolver trabalhos atinentes à implementação do PPCADFA, designadamente inserção de ações de sensibilização/informação sobre novos comportamentos de risco e adições | |
| 5. Elaborar e apresentar superiormente o Plano e Relatório da Atividades anual no âmbito do PPCADFA | Ramos/PJM,
EMGFA (CISMIL,
DIRSAM, HFAR,
UTITA, UMT),
ESSM/UEFISM |
| 6. Realizar ações de divulgação/comunicação estratégica do PPCADFA | |
| 7. Participar em ações de formação no âmbito do PPCADFA | |
| 8. Continuação do desenvolvimento, no âmbito do PPCADFA, de um normativo comum aos ramos das Forças Armadas em matéria de Comportamentos Aditivos e Dependências | Ramos/PJM,
EMGFA (CISMIL,
DIRSAM, HFAR,
UTITA, UMT),
ESSM/UEFISM,
MS/SICAD |
| 9. Desenvolver ações com vista à criação e implementação de um Curso de Reciclagem para Operadores de Prevenção (OPCAD) | ESSM/UEFISM
HFAR/UTITA |
| 10. Promover o intercâmbio e a cooperação com organismos institucionais responsáveis pela definição de políticas no âmbito da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências | |
| 11. Acompanhar as iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso | Exército
(ESSM)/EMGFA
(HFAR/UTITA)/MS
(SICAD) |
| 12. Continuação da implementação de projeto, no âmbito da | |

- prevenção de comportamentos aditivos e dependências, junto dos alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do secundário, dos Estabelecimentos Militares de Ensino.
13. Participar no processo de cedência de substâncias para adestramento de cães, monitorizando o Memorando/Protocolo sobre a matéria e centralizando a informação
- SICAD, Direção de Educação do Exército, Colégio Militar e Instituto Pupilos do Exército
- PGR, SICAD, Ramos, PJ, PSP, GNR

RESULTADOS

Elaboração do Plano de Atividades e Relatório de Atividades do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA);
 Prestação de apoio ao Grupo Coordenador do PPCACDFA, nomeadamente durante as reuniões;
 Continuação do estudo de um normativo, comum aos três ramos, de regulamentação do PPCACDFA;
 Continuação da implementação do programa de intervenção preventiva “Eu e os Outros”, no âmbito dos CAD, destinados a alunos do Ensino básico (2º e 3º ciclo) e secundário dos Estabelecimentos Militares de Ensino – Colégio Militar e Instituto Pupilos do Exército, com realização de reuniões preparatórias e de coordenação, sessões de formação e supervisão a técnicos e professores, por VTC, dadas as restrições decorrentes do contexto pandémico;
 Estudo e conceção de um curso de reciclagem para Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências (OPCAD);
 Operacionalização dos procedimentos exigidos para cedência de substâncias apreendidas para adestramento de cães, no âmbito do protocolo sobre esta matéria, ao abrigo do Manual de Procedimentos;
 Participação em ações de formação sobre Comportamentos Aditivos e Dependências, na qualidade de formadores e de formandos;
 Cooperação com organismos responsáveis pela definição de políticas no âmbito da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências, designadamente com o SICAD, através de reuniões;
 Acompanhamento das iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso, bem como acompanhamento de dois compromissos para o ciclo 2018-2020 (“Curso de Operadores de Prevenção de Comportamento Aditivos e Dependências” e “Intervenção nos Estabelecimentos Militares de Ensino”).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-11	Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)	Colaborar com a SG/MDN na definição, organização e implementação de um serviço de SHST destinadas à prevenção de riscos profissionais e à promoção da saúde dos trabalhadores da DGRDN, enquadrado na legislação em vigor	Sujeição dos trabalhadores da DGRDN ao normativo em vigor sobre a matéria
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação Parceiros intervenientes

Participar na organização das atividades de SHST destinadas aos trabalhadores da DGRDN

Atividade corrente

CAT

SG/MDN

RESULTADOS

Nada a referir (sem desenvolvimento)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-13	Consultadoria	Consultadoria técnica e jurídica em matéria de saúde militar	Apoio à decisão superior em matéria de Saúde Militar, através de informações, estudos, propostas e pareceres técnicos e jurídicos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Acordo Coletivo de Empregador Público aplicável aos médicos civis das Forças Armadas;
Análise e prestação de contributos relativamente à Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2021;
Análise e parecer sobre o projeto de decreto-lei de criação do Laboratório Nacional do Medicamento, como sucessor do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos;
Análise de diversos projetos de diplomas relativos a matérias relacionadas com as competências da DSM;
Esclarecimento do Direito aplicável e promoção da igualdade, justiça e imparcialidade;
Análise e preparação de respostas a solicitações institucionais e de particulares versando sobre matérias da competência da DSM.

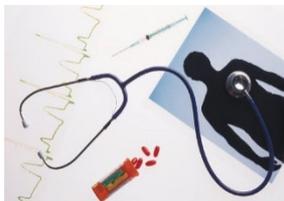
Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 08



Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
08-01	Medidas de política de proteção social	Estudar, conceber e propor as medidas de política de proteção social dirigidas aos militares das FA e avaliar os respetivos impactos	Melhoria das condições de vida dos militares e suas famílias	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Acompanhar as alterações legislativas na área da proteção social	Atividade corrente	CAT	MFinanças / Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/ Ramos

RESULTADOS

No âmbito do Estatuto do Antigo Combatente (EAC):

- Elaboração da Portaria que aprovou os modelos de cartão de antigo combatente e de viúva ou viúvo de antigo combatente, conforme o previsto nos artigos 4.º e 7.º do EAC (Portaria n.º 210/2020, de 3 de Setembro);
- Elaboração do protocolo de partilha de dados pessoais entre a Caixa Geral de Aposentações e a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, definindo os termos e condições em que as Partes partilham dados pessoais necessários à emissão, pela DGRDN, do cartão de antigo combatente, do cartão de viúva ou viúvo de antigo combatente, bem como daqueles que se encontrassem a residir em união de facto com o antigo combatente à data do seu falecimento;
- Elaboração do Protocolo de partilha de dados pessoais entre o Instituto da Segurança Social, I.P., o Instituto de Informática, I.P. e a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, definindo os termos e condições em que as Partes partilham dados pessoais necessários à emissão, pela DGRDN, do cartão de antigo combatente, do cartão de viúva ou viúvo de antigo combatente, bem como daqueles que se encontrassem a residir em união de facto com o antigo combatente à data do seu falecimento;
- Elaboração do Protocolo de partilha de dados pessoais entre o Banco Santander Totta, S.A., e a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, definindo os termos e condições em que as Partes partilham dados pessoais necessários à emissão, pela DGRDN, do cartão de antigo combatente, do cartão de viúva ou viúvo de antigo combatente, bem como daqueles que se encontrassem a residir em união de facto com o antigo combatente à data do seu falecimento;
- Elaboração do Protocolo de partilha de dados pessoais entre a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E, e a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, definindo os termos e condições em que as Partes partilham dados pessoais necessários a garantir o direito à isenção de taxas moderadoras no acesso às prestações do Serviço

Nacional de Saúde (SNS), por parte dos antigos combatentes e viúvas ou viúvos dos antigos combatentes, bem como daqueles que se encontrassem a residir em união de facto com o antigo combatente à data do seu falecimento;

- Elaboração de projecto de despacho dos Ministérios da Defesa Nacional e da Saúde com vista a promover a célere e eficaz articulação entre o Ministério da Defesa Nacional, através da DGRDN, e o Ministério da Saúde, através da ACSS, IP, e os SPMS, I.P., tendo em vista a operacionalização da medida constante do artigo 16.º do EAC;
- Elaboração de Protocolo entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a DGRDN, estabelecendo o quadro de uma colaboração estreita no âmbito da divulgação e atribuição do direito aos antigos combatentes serem velados com a bandeira nacional, bem como na prestação de informações e esclarecimentos relativos a esta matéria;
- Elaboração de Protocolo entre a MOVIOJovem – Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada e a DGRDN, estabelecendo uma pareceria no sentido de possibilitar aos Antigos Combatentes e suas viúvas ou viúvos, a utilização das Pousadas de Juventude, geridas pela Movijovem, em condições mais favoráveis, bem como a divulgação e a oferta de campanhas e atividades desenvolvidas pelas partes;
- Elaboração do Despacho n.º 11935/2020, de 7 de Dezembro, de Suas Excelências o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, as Secretárias de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, da Inovação e da Modernização Administrativa, Adjunta e do Património Cultural, os Secretários de Estado da Segurança Social, da Saúde e da Mobilidade, o qual determina a composição da Unidade Técnica para os Antigos Combatentes (UTAC);
- Elaboração das FAQ's no âmbito do Estatuto do Antigo Combatente;
- Apreciação da Proposta apresentada pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A., para efeitos de celebração de um contrato de cooperação com vista à emissão do cartão de antigo combatente e de viúva/viúvo de antigo combatente;
- Elaboração da proposta de Plano de Apoio Social aos Antigos Combatentes em Situação de Sem-Abrigo, no âmbito do EAC e da ENIPSSA;
- Participação na elaboração do inquérito aos antigos combatentes em situação de sem-abrigo e análise dos resultados;
- Preparação de respostas às solicitações colocadas por escrito, por antigos combatentes ou viúvas sobre o direito de preferência à habitação social;
- Informações sobre o Estatuto do Antigo Combatente;
- Apreciação do Projeto-Lei n.º 585-XIV/2.ª (CDS-PP) – referente à reposição da acumulação dos apoios sociais aos Antigos Combatentes, decorrentes dos períodos de prestação de serviço militar em condições especiais de dificuldade ou perigo (2.ª alteração à Lei n.º 3/2009, de 13 de janeiro);
- Elaboração de parecer respeitante à temática: «Pensões de reforma afetadas pelas reduções remuneratórias em vigor durante o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal entre 2011 e 2014»;
- Elaboração de parecer relativo à «Aptidão para a prestação de serviço militar dos militares alvo de desvalorização».

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-02	Ação Social Complementar e assistência na doença aos deficientes militares	Conceber e propor medidas, no âmbito dos regimes da segurança social, da ação social complementar que contribuam para a melhoria das condições de vida dos deficientes militares	Melhoria e adequação contínua da ação social complementar disponibilizada aos respetivos beneficiários, atentos, designadamente, os novos modelos de organização familiar

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	IASFA/Ramos

RESULTADOS

- Apreciação crítica do Projeto de Protocolo de cooperação entre o IASFA, I.P., o HFAR, o LMPQF e a ADFA;
- Apreciação crítica do Plano Estratégico 2019-2021, do IASFA, I.P.;
- Apreciação crítica do «Estudo Estratégico para a rentabilização dos imóveis do IASFA, I.P.»;
- Apreciação crítica do Plano de Atividades 2020, do IASFA, I.P.;
- Elaboração de parecer relativo aos documentos a apreciar no âmbito do CC do IASFA I.P: Plano Plurianual; Plano Estratégico 2019-2021; Relatório de Atividades 2018; Plano de Ação para o Equilíbrio Financeiro da ADM.
- Apreciação crítica do projeto de Regulamento Interno das Residências Assistidas do IASFA, I.P.,
- Elaboração de parecer respeitante à temática: «Descontos para a ADM – Deficientes Militares (Beneficiários Associados).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-03	Reabilitação dos deficientes militares	Estudar, conceber e propor as políticas de reabilitação dos deficientes das Forças Armadas (DFA) e avaliar os respetivos impactos; assegurar a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE	Melhorar o apoio aos deficientes militares

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Monitorização do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM)	Atividade corrente	ES	Ramos/ Associações
2. Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados (Ramos; IASFA, I.P./ADM CGA), o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares			
3. Coordenar o processo de monitorização das medidas inscritas na “Estratégia e Guidelines para a Deficiência 2015-2020” (ENDEF), da responsabilidade do MDN			

RESULTADOS

1. PADM:

- Atendimento e esclarecimento das questões colocadas por deficientes militares ou respetivos familiares, no âmbito da Linha de Atendimento dos Deficientes Militares (LADM);
- Sinalização e encaminhamento de deficientes militares para os técnicos de serviço social;
- Participação nas reuniões no âmbito do PADM realizadas nos dias 12 de fevereiro, 21 de outubro e 16 de dezembro de 2020;
- Atualização da informação no Manual de Informação e Procedimentos dos Deficientes Militares;
- Preparação de ofícios de resposta a questões colocadas sobre apoios sociais a deficientes militares;
- Elaboração de projeto de Adenda ao protocolo celebrado em 11SET2015 entre o MDN e o CRPG.

3. ENIPD 2020-2025

- Apreciação crítica da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2020-2025.

Consultadoria específica:

- Apreciação crítica do Plano Operacional e orçamento da ADFA para 2020.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
08-04	Qualificação de deficientes das Forças Armadas	Apreciar e elaborar as propostas de decisão dos processos instruídos com fundamento em qualquer dos factos previstos no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro	Melhorar o apoio aos deficientes das Forças Armadas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CON	Ramos/HFAR

RESULTADOS

- Foram concluídos um total de 35 processos e analisados 88;
- Atendimento telefónico de 412 chamadas de ex-militares ou deficientes militares, com processos de qualificação como DFA a decorrer;
- Atendimento e esclarecimento das questões colocadas por deficientes militares ou respetivos familiares, no âmbito da qualificação como DFA;
- Sinalização e encaminhamento de deficientes militares, sempre que necessário, para os locais da área da residência, com apoio social e/ou para as ONG com protocolo com o MDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-05	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais	Participar nas reuniões e atividades das diversas Comissões e GT, em representação do MDN ou	Acompanhar e contribuir para o desenvolvimento das atividades dessas entidades

DGRDN, bem como coordenar
as da sua responsabilidade

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social (CNPSSS)	Atividade corrente	CIN	Diversas entidades
2. Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas sem Abrigo (ENIPSSA)			
3. Conselho Consultivo do IASFA			
4. Conselho Consultivo do Lar Militar da Cruz Vermelha			
5. Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA)			
6. Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes (CCAAC)			

RESULTADOS

Assegurada a representação do MDN/DGRDN no âmbito dos Conselhos e GT supra identificados.

2. ENIPSSA:

- Participação nas reuniões do GIMAE/ENIPSSA, em 11 de fevereiro, e 30 de junho de 2020;
- Participação na reunião entre a DGRDN e o Diretor Executivo da ENIPSSA, no dia 12 de novembro de 2020;
- Participação na elaboração de contributos da DGRDN para o Relatório de Avaliação Intercalar 2019, da ENIPSSA;
- Participação na elaboração de contributos para o PA 2021/2023 da ENIPSSA;
- Participação na elaboração do circuito de referenciação de antigos combatentes em situação de sem-abrigo, conforme previsto no Plano de Ação 2019-2020 (E2.OE7C.A2.AT4);
- Receção das sinalizações de antigos combatentes em situação de sem-abrigo, confirmação da situação de antigo combatente e encaminhamento para as equipas, no âmbito do MDN/ENIPSSA;
- Curso de formação na área da **“Prevenção, Intervenção e Suportes para a Resolução da Problemática das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo em Portugal”**, no âmbito da ENIPSSA, que decorreu entre os dias 28 de outubro e 26 de novembro de 2020.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-06	Consultadoria	Consultadoria geral e jurídica, nomeadamente ao nível da elaboração de estudos e pareceres sobre projetos de diploma e resposta a exposições e reclamações	Esclarecimento de dúvidas Esclarecimento do direito aplicável Proposta de soluções para casos particulares Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade

relativas a pensões (reforma, aposentação e sobrevivência, entre outras), assistência na doença (comparticipação medicamentosa, inscrição de beneficiários, etc.), propinas, complementos de pensão e outras prestações sociais

Aproximação da Administração aos cidadãos

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	Ramos/CGA/ Outros

RESULTADOS

- Análise e preparação de respostas a solicitações institucionais e de particulares versando, designadamente, questões relativas ao Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas e complementos de pensão, regime de aposentação e reforma, pensões de invalidez e de preço de sangue, outras prestações sociais, regime jurídico dos deficientes militares (benefícios sociais e financeiros), contagens de tempo de serviço e processo de pensão como DFA, atrasos no processamento de participações ADM e no fornecimento de produtos de apoio, entre outras questões;
- Apreciação crítica do Projeto de Resolução n.º 529/XIV/1.ª (BE); da proposta de redação final da PPL 33/XIV/1ª (GOV) Orçamento Suplementar para 2020; da proposta de DL 677/XXII/2020 que visa alterar o DL n.º 118/83 de 25 de fevereiro.
- Resposta às solicitações colocadas por escrito, telefonicamente ou presencialmente por militares, ex-militares, viúvas ou viúvos de Antigos Combatentes, seus familiares ou representantes legais, acerca da operacionalização dos direitos aplicáveis, decorrentes da Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto – Estatuto do Antigo Combatente;
- Resposta às solicitações colocadas por escrito, telefonicamente ou presencialmente por militares, ex-militares, seus familiares ou representantes legais acerca de questões referentes a processos por acidente/doença em serviço militar; processos de atribuição de pensão por serviços excecionais e relevantes; contagens de tempo de serviço militar; benefícios atribuídos no âmbito de aplicação da Lei n.º 9/2002, de 11 de fevereiro, e sua regulamentação; pensão de ex-prisioneiro de guerra; medalha de mérito militar; medalha comemorativa das campanhas; pedido de 2.ª via de caderneta militar; cartão de assistência na doença; Pedido de contagem do tempo de serviço militar obrigatório – art. 112.º da LOE 2018; Ex-Militares- recrutamento local – Mutilados de Guerra-Pensões; serviço cívico estudantil;
- Resposta às solicitações colocadas por escrito, telefonicamente ou presencialmente por militares, ex-militares, familiares, representantes legais a questões sobre processos de qualificação como DFA, GDFA, GDSN, deficientes militares, no âmbito do DL 503/99;
- Resposta e encaminhamento de questões para outras entidades (ex: CGA; Segurança Social, Ramos das Forças Armadas, IASFA, I.P.; Instituto Nacional dos Registos e Notariado; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras);
- Resolução de problemas de teor jurídico relacionadas com questões de Antigos Combatentes;
- Cortes nos direitos dos DFA – Redução de 75% da tarifa ferroviária.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações: AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 09



**Armamento e Equipamento
(Planeamento e Programação)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Armamento e
Equipamento/Divisão de Planeamento e
Programação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
09-01	Cooperação Internacional	Desenvolver os protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios do armamento e dos equipamentos da Defesa Nacional com Entidades Internacionais	Contribuir para o desenvolvimento de protocolos, projetos e demais atividades de cooperação internacional nos domínios do armamento e edificação de capacidades.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Assegurar, no âmbito das suas competências, a participação em organizações, entidades e grupos de trabalho nacionais e internacionais de âmbito bilateral e multilateral	Atividade corrente	CAT/CII	GabMDN, SG/MDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, REPER EU e DEL NATO
	2. Propor e desenvolver, no âmbito das suas competências, protocolos, programas, projetos e atividades de cooperação de âmbito nacional e internacional			

RESULTADOS

Desde que a pandemia de COVID-19 se instalou em Portugal, a DSAE, no âmbito da Edificação das Capacidades Militares, passou a efetuar o acompanhamento das iniciativas europeias, especificamente, dos mecanismos de implementação e avaliação das prioridades identificadas ao nível europeu, no âmbito do Plano de Desenvolvimento de Capacidades (CDP), dos programas de Financiamento Europeu (FED), da Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) e da Avaliação Anual Coordenada no âmbito da Defesa (CARD), por videoconferência.

No âmbito bilateral e multilateral, a DSAE desenvolveu trabalhos de coordenação com vista ao estabelecimento de protocolos, projetos e atividades, com desenvolvimento nacional e internacional. Neste sentido, destacam-se as duas reuniões realizadas no âmbito do Comité Luso-Francês de Cooperação em Armamento Bilateral de Armamento, em formato presencial e a reunião no âmbito do Grupo de Trabalho Luso-Espanhol de Armamento e Indústrias de Defesa, no formato de videoconferência. No âmbito da PESCO, a DSAE assegurou a participação em reuniões dos projetos *European Secure Software defined Radio* (ESSOR) e Mobilidade Militar.

No âmbito do Projecto *Space Surveillance and Tracking* (SST), a DSAE contribuiu ativamente no na implementação e operacionalização da capacidade SST nacional.

No âmbito da Agência Europeia de Defesa (EDA), a DSAE participou e assegurou a representação de Portugal, em formato de videoconferência, em várias reuniões, nos diversos fóruns de decisão da Agência

Europeia de Defesa, *Project Team* (PT) e *Ad-Hoc Working Group* (AHWG), relacionados com o domínio do Espaço, Comitês Diretores de Capacidades e Armamento, bem como, nos fóruns estratégicos e técnicos no âmbito da cooperação internacional.

No âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em conjunto com o Representante do Diretor Nacional de Armamento (NADREP), a DSAE assegurou a ligação à Conference of National Armaments Directors (CNAD), nomeadamente às reuniões plenárias e aos respetivos comités subordinados. Nesse acompanhamento: apoiou os Ramos das Forças Armadas na análise e avaliação dos projetos de cooperação multinacional em curso, destacando-se os High Visibility Projects (HVP); contribuiu para a coordenação de iniciativas associadas ao Voluntary National Contribution Fund (VNCF) na área C-IED; e coordenou pedidos de apoio ao nível da Defence Investment Division antevendo o futuro desenvolvimento de estratégias de cooperação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
09-02	Planos de Edificação de Capacidades Militares	Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA, contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos	Potenciar a execução dos Programas de reequipamento associados à edificação de capacidades militares	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Elaborar, propor e atualizar, com a colaboração das FA, os planos decorrentes da análise das necessidades previstas nas capacidades militares e acompanhar a respetiva execução	Atividade corrente	AA/CAT/ CII	GabMDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea
	2. Participar nas atividades de programação inerentes ao ciclo de planeamento de forças e desenvolvimento de capacidades militares de âmbito nacional e internacional			
	3. Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos			

RESULTADOS

Em 2020, a DSAE participou em várias reuniões do Grupo de Acompanhamento e Planeamento de Defesa, tendo sido solicitado apoio na conceção e desenvolvimento de um modelo de monitorização e avaliação do cumprimento dos Targets NATO.

A DSAE participou igualmente em diversas reuniões relativas ao desenvolvimento da Estratégia da Defesa para o Espaço, contribuindo ativamente para a elaboração de um Plano de Ação para o desenvolvimento da Capacidade Espacial da Defesa, através do Programa Espacial da Defesa – PRESDEF.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

09-03	Lei de Programação Militar (LPM)	Contribuir para a eficiente coordenação e execução das políticas de armamento e equipamentos necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar	Otimização da execução das políticas de armamento e equipamentos necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar
--------------	---	---	---

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos	Atividade corrente	CAT	GabMDN, SG/MDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea
2. Assegurar a execução (projetos dos Serviços Centrais), monitorização e controlo da execução da Lei de Programação Militar (LPM)			
3. Assegurar o apoio técnico e a emissão de pareceres e propostas de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição de armamento e equipamento, em articulação com o EMGFA e as FA			

RESULTADOS

A DSAE assegurou, no âmbito do acompanhamento da execução dos programas relativos ao reequipamento das FA, a análise e a emissão de pareceres relativos a projetos de edificação de capacidades, na sequência das propostas apresentadas pelas diversas entidades executantes.

Em 2020 a DSAE, no âmbito das suas competências e atribuições, assegurou a monitorização e o controlo da execução da LPM e, em coordenação com a SG-MDN, efetuou a análise e elaborou pareceres relativos a propostas apresentadas pelas Entidades executoras da LPM à Tutela, no âmbito da respetiva execução orçamental.

No âmbito do programa KC-390, a sua execução obrigou a uma estreita articulação com a Força Aérea (FAP) e GABMDN, com destaque para a autorização pela Tutela de uma antecipação para 2020 de uma entrega prevista para 2021 no valor de 59 M\$, proposta pela EMBRAER BR, assim como o respetivo pagamento.

Esta articulação esteve igualmente patente nos processos relacionados com a manutenção das aeronaves EH-101, e com a adequação de Infraestruturas da Base Aérea n.º 1 para a instalação de Simuladores Temporários de Helicópteros, de que resultou a transferência de dotações para o Ramo para execução descentralizada.

Em 2020, no âmbito do Projeto BRASS efetuou-se um conjunto de melhorias técnicas, funcionais e segurança, incluindo envio do pedido de JFAI para o qual se aguarda resposta.

No âmbito do contrato de manutenção do POACCS III, em coordenação com a Força Aérea, foi negociado a extensão do mesmo.

A DSAE acompanhou e controlou a execução dos projetos de I&D SUB-ECO e I&D FIREND.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

09-04	Apoio à Gestão de Projetos	Promover e coordenar o planeamento e execução, em cooperação com o EMGFA, os ramos das FA e outras entidades intervenientes, os projetos no âmbito do armamento, equipamentos e sistemas de defesa	Garantir a máxima utilização do <i>Enterprise Project Management</i> (EPM) no planeamento e controlo da execução dos projetos no âmbito do armamento, equipamentos e sistemas de defesa
--------------	-----------------------------------	--	---

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Apoiar, enquanto entidade coordenadora da LPM, as entidades que executam os projetos de armamento, equipamentos e sistemas de defesa previstos na lei.	Atividade corrente	CAT	SG/MDN, EMGFA, Marinha, Exército e Força Aérea
2. Promover ações de formação, na ferramenta de Gestão de Projetos EPM			

RESULTADOS

No âmbito da monitorização e controlo dos projetos da LPM, foram realizados trabalhos de análise e verificação da informação carregue no MS EPM.

A DSAE prestou apoio aos Gestores de Projeto no que respeita ao manuseio do MS EPM, resolução de problemas, atualização da informação contida nos planos de projeto.

Para além do referido, foi efetuada a monitorização da informação financeira, obtida via interface SIG-EPM. Deu-se continuidade aos trabalhos de ajustamento e correção da informação em ambos os sistemas de informação por forma a garantir a integridade, alinhamento e coerência entre sistemas.

Ao nível da formação, foram realizadas duas ações de formação, sendo uma dirigida ao perfil de Gestor de Projeto e a outra dirigida aos perfis de Administrador/PMO.

No que respeita à Candidatura SAMA, a submissão da candidatura ficou a aguardar por nova Call.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 10



**Armamento e Equipamento
(Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Armamento e
Equipamento/Divisão de Indústria, Logística e
Investigação e Desenvolvimento*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
10-01	Licenciamento	Desenvolver ações de atualização de normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades	Contribuir para o desenvolvimento e atualização das normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. No âmbito das suas competências, a atualização das normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades, através da transposição de legislação comunitária	Atividade corrente	CAT/CIN /CII/DIV	GabMDN, DGPDN, Marinha, Exército, Força Aérea, COARM, AT DGPE/MNE
	2. Assegurar, no âmbito das suas competências, a participação em organizações, entidades e grupos de trabalho nacionais e internacionais sobre a transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa			
	3. Organização de ações de divulgação junto dos operadores económicos			

RESULTADOS

Neste período não se verificaram alterações legislativas nesta matéria apenas foram reproduzidas e disponibilizadas, em sítios da internet dedicados ao Governo, à consulta pública para efeitos de informação de procedimentos do domínio de comércio e indústria de bens de defesa.

Foram realizadas diversas participações em fóruns internacionais do âmbito do controlo de circulação de bens relacionados com a defesa bem como a elaboração de variados relatórios para divulgação da atividade nacional.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-02	Controlo	Zelar pelo cumprimento da legislação relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades	Garantir o cumprimento da legislação relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades, por parte dos operadores económicos autorizados

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> Gerir os processos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e emitir as respetivas licenças e certificados Elaborar e propor, em articulação com os ministérios competentes, a legislação referente ao controlo da atividade de indústria e comércio de produtos relacionados com a defesa Proceder a ações de auditoria junto dos operadores económicos autorizados. 	Atividade corrente	CAT/CIN /CII/DIV	GabMDN, DGPE/MNE, AT, DGPDN, Marinha, Exército, Força Aérea, Operadores económicos, COARM

RESULTADOS

No âmbito da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, foram licenciadas/registadas **3** empresas para o exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares.

Neste período, foram revogadas as licenças para o exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares a **4** empresas.

Foram também concedidas **36** renovações de credenciação de segurança.

Relativamente à circulação de produtos relacionados com a defesa, foram emitidas **22** licenças globais, **2** licenças gerais, **290** licenças individuais de exportação/transferência, **151** certificados internacionais de importação, **99** certificados de garantia de entrega, **29** certificados de destino final, **548** certificados para equipamento militar e **2** licença de trânsito.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-03	Estratégia de I&D	Estudar e propor, em articulação com os centros de investigação e desenvolvimento dos ramos, as medidas de política de investigação, desenvolvimento e inovação da Defesa Nacional	Contribuir para a definição e implementação da política de investigação, desenvolvimento e inovação da Defesa Nacional

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
----------	--------------	------------------	--------------------------

1. Elaborar e propor a atualização, no âmbito das suas competências, do documento da estratégia de investigação, desenvolvimento e inovação da defesa nacional	Atividade corrente	CAT/CIN /CII	DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, EU, NATO, EDA, SCTN, BTID, IUM, Industrias de Defesa (idD)
2. Proceder a ações de divulgação junto das FA, do IUM, SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional) e BTID (Base Tecnológica e Industrial de Defesa)			

RESULTADOS

No âmbito da Investigação e Desenvolvimento (I&D), a DSAE desenvolveu as seguintes ações:

- ❖ Preparação da Conferência Internacional de *Research and Technology* com a EDA prevista para abril de 2021 integrada na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (JAN2020 a DEZ2020)
- ❖ Preparação da contribuição nacional na criação do Consultation Forum on Circular Economy in European Defence. (22JAN2020)
- ❖ Palestra no Instituto Universitário Militar sobre Projetos de I&D (17JAN2020)
- ❖ Colaboração com delegados da Irlanda para um estudo de viabilidade de criação de uma estrutura de gestão de I&D (FEV2020)
- ❖ Reunião internacional *Plans & Programmes Workshop* da NATO/STO (25 a 27FEV2020)
- ❖ Participação no 7th WORKSHOP ON TECHNOLOGY WATCH & FORESIGHT na EDA (02MAR2020)
- ❖ Reunião internacional de coordenação de I&D na NATO/STO (25 a 26MAR2020)
- ❖ Reunião internacional de coordenação R&T na EDA (03MAR2020, 27MAI2020 e 23SET2020)
- ❖ Reunião nacional de coordenação de atividades de I&D (18MAR2020)
- ❖ Preparação da Conferência Internacional ICMCIS2021 com a NCIA (MAR2020 a DEZ2020)
- ❖ Participação nos trabalhos de preparação do Fundo Europeu de Defesa (JUN2020 a DEZ2020)
- ❖ Lançamento do processo anual de participação nacional em projetos colaborativos na EDA (JUN2020 a DEZ2020)
- ❖ Preparação do Despacho n.º 02/DGRDN/2020 – Atualização das Comissões de Gestão e Acompanhamento dos projetos da Call de 2014 (14SET2020)
- ❖ Palestra no V Encontro Anual de Estudantes da AFCEA sobre I&D de Defesa (15SET2020)
- ❖ Organização da Reunião do Captech Components em Lisboa (29 e 30SET2020)
- ❖ Reunião internacional de coordenação de I&D na NATO/STO, *Virtual STB - EDT* (16SET2020) e *Virtual STB – STO Resilience* (13OUT2020)
- ❖ Reunião internacional *Steering Board R&T* da EDA (3 e 10DEZ2020)
- ❖ Gestão da representação nacional junto da EDA e NATO (nomeação de representantes e peritos)
- ❖ Gestão do *Support Programme* da NATO/STO

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-04	Gestão de Projetos em I&D	Promover e coordenar, em cooperação com as FA, os planos e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional	Garantir o cumprimento da eficiente execução dos projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> Promover reuniões de acompanhamento junto das entidades dos consórcios; Promover reuniões das “Comissões de Gestão e Acompanhamento” (CGA) dos projetos; Controlar o efetivo cumprimento da execução do planeamento do projeto através da análise dos relatórios produzidos pelos respetivos consórcios 	Atividade corrente e projeto	CAT/CIN /CII/ CON	MAI, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, EU, NATO, EDA, SCTN, BTID, IUM, idD

RESULTADOS

No âmbito da gestão de projetos de I&D, foram realizadas as seguintes reuniões de acompanhamento da execução dos projetos de I&D nacionais (AA):

- ❖ Projeto TROANTE (27JUL2020);
- ❖ Projeto SUBECO (29SET2020);
- ❖ Projeto BMS/EMM (16NOV2020);
- ❖ Projeto THEMIS (20NOV2020);
- ❖ Projeto FIREND (27NOV2020).
- ❖ Preparatory Action on Defence Research – Reunião sobre Lessons learned (26NOV2020)
- ❖ Cancelamento do Projeto Internacional Colaborativo BATOLUS II (FIBERFORM) (25SET2020)
- ❖ Gestão de patentes resultantes de projetos de I&D

Atividades e Projetos não previstos

Assinatura de *Grant Agreement* – Projeto EFFECTOR (05MAI2020), Projeto STRATEGY (18MAI2020) e Projeto e Neuron (06AGO2020);
 Apoio à preparação da candidatura Projeto D-RISK (AGO2020);
 Apoio ao Projeto PESCO MAC-EU

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 11

	Infraestruturas	
	Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Infraestruturas</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-01	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)	Cumprir a decisão NATO, aprovada pela Capability Package 9C0101, que aprovou a realocização da NCISS de Latina - Itália para Oeiras-Portugal	Continuidade da implementação do projeto NATO até ao JFAI e receção definitiva das empreitadas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação de relatórios periódicos, no âmbito do comité de acompanhamento das novas estruturas de comando NATO (CANEC), sobre o ponto de situação do desenvolvimento deste projeto NATO 2. Representação da DGRDN no "Steering Committee" criado pela Agência NATO NCI para acompanhamento da transferência da Escola 3. Representação da DGRDN, enquanto Gestora de Projeto, no Academy Program Management Board onde está representada a NCIA, através do Project Manager, e o EMGFA 4. Preparação/execução de vistorias da empreitada de remodelação da Messe (parte do projeto) com vista à elaboração do documento NATO "Joint Formal Acceptance Inspection" no âmbito da integração da infraestrutura no inventário NATO 5. Coordenação/gestão com todas as entidades externas necessárias tendentes à implementação do edifício (CMO/EMGFA/ANACOM/EDP) 6. Integração do grupo da NCIA que trata da abrangência da reformulação da Agência no que diz respeito ao ponto de situação da implementação do projeto no 	Projeto	AA/CAT	Empresas de projeto e empreitada contratadas

- âmbito da implementação do projeto da Escola
7. Apoio técnico ao EMGFA no âmbito de alguns projetos relativos ao “Host Nation Support” para apoio à Escola
 8. Preparação/execução de vistorias da empreitada de construção do edifício da escola (parte do projeto) com vista à elaboração do documento NATO “Jjoint Formal Acceptance Inspection” no âmbito da integração da infraestrutura no inventário NATO
 9. Análise de pedidos de novos requisitos, dentro do “scope of works” aprovado pela NATO com vista à sua possível implementação.

RESULTADOS

Elaborado e submetido à NATO o JFAI, aguarda a vistoria do NOR, adiada devido à pandemia. Analisados alguns novos requisitos e efetuado CP para implementação. Efetuada a coordenação da resolução de questões técnicas no que diz respeito ao prazo de garantia.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-02	Gestão das infraestruturas NATO em Portugal	Manter as infraestruturas dentro dos parâmetros operacionais e de segurança, para os quais foram designados pela NATO, com programas de manutenção anual geridos através do orçamento das receitas com IE NATO	Efetuar o cumprimento do programa anual de manutenção para cada infraestrutura NATO	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Preparação e acompanhamento das inspeções NATO em território nacional	Atividade corrente/projeto	AA/CAT	NATO, Ramos
	2. Elaboração de cadernos de encargos para projetos e obras dentro dos programas de manutenção estabelecidos para cada infraestrutura			
	3. Elaboração de procedimentos pré-contratuais de empreitada/serviços			
	4. Fiscalização direta da implementação dos projetos de			

- manutenção nas diversas infraestruturas NATO
- 5. Gestão dos contratos de armazenamento da capacidade sobranse das Infraestruturas NATO
- 6. Preparação e gestão dos processos de técnico responsável pelos Postos de Transformação

RESULTADOS

Efetuada a coordenação dos técnicos responsáveis pelos Pt's com entrega na DGEG dos relatórios legalmente requeridos. Pareceres técnicos/elaboração de CE e fiscalização de todos os contratos que decorreram nas IE NATO, sob a responsabilidade da DGRDN por gerir contratos de aluguer da capacidade sobranse.

Coordenação técnica das inspeções NATO de âmbito O&M (DPNPD, Montijo e Ovar) e preparação de futuros projetos a submeter à NATO com base nos relatórios.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-03	Manutenção/ Construção de infraestruturas	Cumprir decisões de implementação de projetos de construção de infraestruturas transversais à Defesa (serviços centrais do MDN/EMGFA/Ramos e outros)	Dar resposta às diversas solicitações técnicas anuais, ou continuidade de resposta quando se trate de programas plurianuais, no âmbito da preparação de Cadernos de Encargos, procedimento pré-contratuais e empreitadas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Operacionalização de intervenções em infraestruturas da DGRDN (DDN/BUD/outros)	Atividade de manutenção/projeto	AA/CAT	Adjudicatários/ outras entidades da Defesa
2.	Operacionalização de intervenções em infraestruturas por solicitação do EMGFA/Ramos e outros			
3.	Operacionalização de intervenções Base das Lajes (BA4)			
4.	Operacionalização de intervenções nos Ramos relativas a processos de descontaminação em infraestruturas			

RESULTADOS

Coordenação e acompanhamento técnico de todos os processos, nas diversas vertentes.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-04	Preparação do ciclo de planeamento NATO	Planeamento/Elaboração de novos projetos a submeter à NATO, atualização do inventário das infraestruturas NATO em Portugal, bem como elaboração de pareceres/respostas a diversa documentação NATO no âmbito do NSIP	Planeamento adequado de modo a possibilitar a submissão de novos projetos à NATO (Minor works/urgent requirements), bem como emissão de pareceres/respostas atempadas no âmbito do NSIP, recebidas através da Delegação Portuguesa na NATO	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para alteração da casa das bombas de combustível no Depósito POL NATO de Ponta Delgada	Atividade corrente	AA	EMGFA/Ramos
	2. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para Reposição do sistema de combate a incêndios no POL NATO de Lisboa			
	3. Necessidade de avaliação do estado de condição do sistema de oleodutos do DPNDP para preparação de Projeto NATO			
	4. Aguardar decisão sobre os projetos NATO propostos no âmbito das Maritime CP para a Base Naval e DPNDP para preparar submissão de projetos			
	5. Preparação de respostas ao Planeamento NATO, quer financeiro quer de implementação			

RESULTADOS

Acompanhamento da discussão da MFCPP e BFCPP e correspondente submissão de PDS para validação. Preparação de diversos MW no âmbito da MFCPP, após aprovação desta e submissão ao IC. Coordenação técnica da avaliação do estado de condição do DPNDP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-05	Construção de infraestruturas	Cumprir decisões de implementação de projetos de âmbito NATO	Dar resposta aos projetos aprovados no NSIP (NATO Security Investment Program)	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

	Atividade de manutenção/projeto	AA/CAT	Adjudicatários/ outras entidades da Defesa
1. Lançamento de procedimento pré-contratual para a empreitada de alargamento do “Taxiway” da Base Aérea de Beja (“Minor Work” aprovado)			
2. Lançamento de procedimento pré-contratual para a Empreitada “Restore pier Portinho da Costa – Lisbon” (“UR” aprovado)			
3. Lançamento de procedimento pré-contratual para a Empreitada 2ª Fase “Restore Storm Damage on NATO Pier” (“UR” aprovado)			
4. Lançamento de procedimento pré-contratual para elaboração de TBCE e projeto de execução do Projeto NATO “PROVIDE ON-BASE INTECNNECTING PIPELINE Beja AF”			
5. Coordenação da elaboração do projeto de remodelação dos oleodutos da Base Aérea de Beja			
6. Fiscalização das empreitadas em 1, 2, 3 e 4			

RESULTADOS

Os projetos são financiados a 100% pela NATO. Aguarda-se a aprovação de uma Resolução de Conselho de Ministros, que abarca todos os projetos aprovados e com implementação prevista até 2023, sem o que não há possibilidade de implementação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-06	Representação no NATO Petroleum Committee	Cumprir decisões de implementação de STANAG’S no âmbito NATO	Dar resposta atempada à NATO sobre implementação	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Solicitar parecer aos Ramos e coordenar resposta à NATO	Atividade periódica	AA/CAT	Ramos/ NATO
2.	Participar em reuniões/workshops anuais enquanto representante nacional			
3.	Preparar e enviar ao PC o Relatório Anual referente a Portugal			

RESULTADOS

Participação nas reuniões anuais e elaboração do relatório anual.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-07	Consultadoria	Elaboração de informações, estudos e pareceres no âmbito do projeto, construção e manutenção de infraestruturas	Providenciar resposta técnica que melhor contribua para a decisão sobre os assuntos apresentados	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Consultadoria no âmbito da elaboração de Plano Diretor para o Reduto Gomes Freire - Oeiras	Atividade corrente	AA/CAT	EMGFA/Serviços Centrais do MDN
2.	Consultadoria no âmbito da elaboração de Plano de Implementação da Unidade de Ensino e Formação Integrada do Serviço Militar (UEFISM)			
3.	Consultadoria no âmbito do desenvolvimento de Projeto e Empreitada para Instalação do CeDA			

RESULTADOS

Elaboração do projeto de execução para implementação da UEFISM e fiscalização da obra.
Coordenação da elaboração dos projetos de execução para implementação do Atlantic Centre.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 12

Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional	
Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado	
12-01	Cumprir as competências da Unidade de Gestão Patrimonial	Assegurar que o inventário dos imóveis afetos à defesa nacional se encontra devidamente atualizado	Possibilidade de disponibilizar em tempo real informação sobre os imóveis afetos à defesa nacional	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade de manutenção	AA	Todas as entidades tuteladas pelo MDN
		Objetivo (2)	Resultado esperado	
		Prosseguir com o preenchimento no SIIE de valências com informação que até agora não têm estado a ser incluída, designadamente quanto à melhor especificação da caracterização física dos imóveis	Consolidação e ampliação das bases de trabalho de gestão patrimonial	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Projeto	CAT, CIN	
		Objetivo (3)	Resultado esperado	
		Assegurar o cumprimento das disposições legais relativamente à obediência ao princípio da onerosidade	Esclarecer as dúvidas e os procedimentos quanto ao cumprimento das disposições legais sobre o pagamento de rendas pelos serviços públicos.	
			Providenciar para que deixem de existir situações de cobrança excessiva	

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade de manutenção	CAT	

RESULTADOS

Concretizado em todas as situações.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
12-02	Representar o Ministério da Defesa Nacional na elaboração dos instrumentos de gestão territorial	Garantir que nos instrumentos de gestão territorial fiquem salvaguardados todos os interesses e condicionantes essenciais para garante da segurança de pessoas e bens	Instrumentos de gestão territorial (Planos Diretores, de Urbanização e de Pormenor) consentâneos com o dispositivo territorial das Forças Armadas, não só nas vertentes de implantação e acessos como também na inclusão dos diversos tipos de servidão terrestre, aeronáutica e radioelétrica

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	Ramos das FA

Objetivo (2)	Resultado esperado
Assegurar a eficiência na emissão de pareceres sobre a possibilidade de intervenção em território sujeito a servidão militar	Garantir o cumprimento das restrições impostas em zonas de servidão militar

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	Ramos das FA

Objetivo (3)	Resultado esperado
Promover a consulta pública e propor a emissão de instrumentos constitutivos ou modificativos de servidões militares	Assegurar que os diplomas de servidão militar estão conforme as reais necessidades operacionais dos Ramos

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

Projeto AA Ramos das FA e EMGFA

RESULTADOS

Concretizado em todas as situações.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
12-03	Representar o MDN na secção especializada permanente do Património Arqueológico e Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura	Contribuir para a emissão de pareceres e formulação de propostas por solicitação do Diretor-Geral do Património Cultural, no âmbito do património arqueológico e arquitetónico	Garantia de salvaguarda dos interesses da defesa nacional nas disposições emanadas do membro do Governo responsável pela área da Cultura
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	AA

RESULTADOS

Foi assegurada a participação nas reuniões.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
12-04	Cartografia e Cadastro	Implementar estrutura de sistemas de informação geográfica e serviços de cartografia	Aperfeiçoar e complementar o conjunto de instrumentos base de gestão patrimonial, compatibilizando com a legislação mais recente
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Projeto	AA

RESULTADOS

Foi iniciado o estudo para a implementação do sistema de cadastro, nomeadamente com a identificação das necessidades por parte dos técnicos que utilizarão a plataforma diariamente.

Programa 13

**Rentabilização do património imobiliário afeto
à Defesa Nacional**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Infraestruturas e
Património/Divisão de Património e Turismo Militar*



Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado	
13-01	Identificar os imóveis excedentários e assegurar a sua rentabilização	Elencar os imóveis suscetíveis de rentabilização através da Lei de Infraestruturas Militares (LIM)	Coordenar e controlar os imóveis que, em cada altura, serão objeto de despacho para integração na LIM, disponibilizando oportunamente a informação adequada	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA	Ramos das FA

Objetivo (2)	Resultado esperado		
Assegurar a elaboração dos instrumentos legais para autorização das operações de rentabilização de cada imóvel	Desafetação do domínio público militar e autorização para as operações de rentabilização de cada imóvel		
Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Concretizado para todas as situações requeridas

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
----	--------------------	--------------	--------------------

13-02	Satisfazer os requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis	Promover a avaliação dos imóveis suscetíveis de rentabilização	Promoção de relatórios de avaliação e respetiva submissão a homologação pela DGTF, determinando o valor/ base a considerar na rentabilização
--------------	---	--	--

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

Objetivo (2)	Resultado esperado
Promover e atualizar a inscrição matricial e registo predial dos imóveis disponibilizados	Exercer, mediante credencial própria, competências da DGTF no sentido de registar os imóveis que transitam para o domínio privado do Estado, ação indispensável para a respetiva rentabilização. Assegurar a classificação junto da Direção-Geral do Território

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	DGTF, DGT, Repartições de Finanças e Conservatórias do Registo Predial

Objetivo (3)	Resultado esperado
Promover a emissão de Certificações Energéticas	Disponibilização de elemento essencial para a transação imobiliária

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	

RESULTADOS

Promovidas todas as avaliações necessárias e requeridas no período em causa (objetivo 1)
 Concretizada nalgumas situações. A dependência de ações da responsabilidade de outras entidades condicionou significativamente esta atividade (objetivo 2)
 Concretizada apenas quando necessária (Objetivo 3)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
13-03	Informação	Disponibilizar a entidades externas informação sobre os imóveis a rentabilizar	Promover e acompanhar visitas aos imóveis, organizar o conjunto adequado de elementos caraterizadores da infraestrutura em rentabilização e responder às questões que, sobre o assunto, são colocadas através de diversos meios	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	DIV	

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
13-04	Protocolos	Análise e parecer sobre propostas de utilização por terceiros de infraestruturas afetas à Defesa Nacional	Conformidade legal dos protocolos de utilização por terceiros de infraestruturas afetas à Defesa Nacional	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Concretizado para as necessidades do período em causa. É uma atividade contínua (13-03)
Foram analisadas e redigidas todas as situações que foram solicitadas no período em causa (13-04)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
13-05	Receitas da Lei de Infraestruturas Militares	Coordenar a proposta de aplicação de receitas e controlar a sua execução	Proposta de aplicação de receitas decorrente da análise de prioridades indicada pelo EMGFA e Ramos e de orientações da tutela	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

Atividade corrente CAT EMGFA e Ramos

RESULTADOS

Foi elaborada e apresentada a despacho a proposta de aplicação de receitas da LIM

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
13-06	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a exposições e pedidos de informação no âmbito da gestão, utilização e rentabilização das infraestruturas afetas à Defesa Nacional	Providenciar resposta técnica que melhor contribua para a resolução dos assuntos apresentados	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Atividade contínua e corrente que resultou num significativo conjunto documental o qual, na generalidade, contribuiu para o andamento e resolução de processos de gestão patrimonial

Atividades e Projetos não previstos

Desenvolvidas ações de segurança, desmatação e limpeza, em imóveis afetos à Defesa Nacional, conforme previsto na LIM

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 14



Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Infraestruturas

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
14-01	Reuniões da Comissão Técnica	Coordenar a delegação portuguesa	<p>Convocar as reuniões, coordenar a delegação portuguesa e presidir às reuniões preparatórias da Comissão Técnica, pelo menos duas vezes por ano</p> <p>Elaborar as atas em conjunto com o coordenador da delegação dos EUA</p> <p>Promover a possibilidade de apresentação de assuntos aos EUA com interesse na área nacional</p>	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Coordenação das 2 reuniões anuais, com elaboração de atas conjuntas, previstas anualmente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
14-02	Projetos de infraestruturas	Analisar e emitir parecer sobre anteprojetos de infraestruturas a implementar ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa	<p>Com base na análise efetuada, e após discussão em sede de Comissão Técnica, submeter anteprojetos a autorização do Ministro da Defesa Nacional e promover a sua ratificação posterior com o coordenador dos EUA</p>	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Análise de anteprojetos e submissão a autorização do MDN, nomeadamente de processos de demolição.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
14-03	Comissão Bilateral Permanente	Reporte interministerial no âmbito de reuniões bianuais entre Portugal e os Estados Unidos da América do ponto de situação dos trabalhos da Comissão Técnica	Apresentar o relatório da Comissão técnica no âmbito da coordenadora nacional	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA	DGPDN

RESULTADOS

Apresentado o relatório nas 2 comissões bilaterais previstas anualmente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
14-04	Ambiente	Conhecer a situação ambiental e promover ações de remediação quando necessárias	Organização e acompanhamento das ações decorrentes do relatório n.º 375/2016 do LNEC sobre a contaminação de solos nas Lajes	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Projeto	AA	LNEC

RESULTADOS

Texto Acompanhamento efetuado com coordenação da realização de intervenções de monitorização e de remediação, como seja o caso do furo MW30. Concurso Público para remediação do derrame no Pit 18 foi realizado, sujeito a pronuncia e interposta ação em Tribunal por adjudicatário preterido por falta de documentos de habilitação. Contrato celebrado com adjudicatário, concorrente ordenado em segundo, está para visto do Tribunal de Contas.

Programa 15

Turismo Militar - Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar



	Objetivo (1)	Resultado esperado		
15-01	Desenvolver e implementar políticas públicas no âmbito da estratégia para o TM visando o crescimento sustentado da economia nacional, particularmente das regiões do interior	Concretização da Rede de Turismo Militar		
Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes	
Propostas de protocolos de cooperação.	Projeto	CAT	Ramos, Câmaras Municipais; Turismo de Portugal	

RESULTADOS

- Fomento junto das entidades públicas e privadas com quem já existem protocolos de cooperação assinados, no âmbito da temática;
- Estabelecimento de contactos para a assinatura de futuros protocolos de cooperação;

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-02	Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional	Construção de um sistema de informação para o TM, visando o estabelecimento de sinergias e a complementaridade de recursos entre as diferentes entidades envolvidas	Fortalecimento da rede do Turismo Militar

Objetivo (2)		Resultado esperado	
Desenvolver spots televisivos alicerçados em património histórico-militar relevante		Valorização do Turismo Militar	
Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT/CIN	Municípios/DGPC

RESULTADOS

Realização de investigação e guiões para a realização de (25) filmes referentes a espaços, monumentos e sítios associados ao Turismo Militar e respetivo contacto junto das diferentes entidades que tutelam os espaços para a sua realização

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-03	Contribuir para o reforço da imagem das Forças Armadas, divulgando os seus valores e capacidades	Reforçar o papel das Forças Armadas e da sua rede de museus na estratégia nacional para o TM, designadamente na ativação turística do seu património relevante para a visitação	Colaboração com os órgãos de cultura dos Ramos na programação temática, e no relacionamento com a Rede Portuguesa de Museus
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CIN

Objetivo (2)	Resultado esperado
Inserção de informação no sítio (online), com conteúdos institucionais de referência sobre TM, para divulgação nacional e internacional	Reforço do sítio do TM

Objetivo (3)	Resultado esperado
Desenvolver rotas alicerçadas em património histórico-militar relevante	Desenvolvimento de novas rotas, roteiros e circuitos, também no âmbito do programa Valorizar do Turismo Militar

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT/CIN	Turismo de Portugal, CIMs, municípios

RESULTADOS

- Aumento da base de dados (MAM) localizada no servidor da DGRDN quer com espaços, monumentos e sítios associado à temática, como biografias sumariadas de personagens, termos e léxico a ela associada na Militarpédia;
- Investigação de Património e consequente criação de novas rotas, roteiros e circuitos;

Atividades e Projetos não previstos

Incentivo na inserção do Selo de Certificação do Turismo Militar junto de editoras e demais entidades como na obra "Casas Nobres de Almeida";
 Contactos para possível criação de centro de Turismo Militar em parceria com autarquia da Beira-Alta;
 Apoio à realização da edição da Azulejaria do Forte de São Julião da Barra.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 16

	Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)		
	Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade</i>	

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-01	Inventariação dos edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN com amianto	Atualizar com a informação recebida anualmente os parâmetros do inventário de amianto do MDN no Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE)	Até ao final do ano obter o inventário de amianto atualizado com os dados mais recentes transmitidos pelas entidades da Defesa Nacional	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade de manutenção	AA	Ramos das Forças Armadas, IDN, IASFA, IGDN e Serviços Centrais

RESULTADOS

A atualização do inventário dos edifícios, infraestruturas e equipamentos da Defesa passou a ser feita quadrimestralmente devido às várias solicitações do GABSEADN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-02	Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental	Assegurar a manutenção da certificação dos sistemas de gestão ambiental das unidades certificadas, através da realização de auditorias e promover a implementação de novos sistemas (ISO14001 e EMAS)	Até ao final do ano realizar pelo menos uma auditoria a um sistema de gestão ambiental de uma das unidades certificadas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Realização de auditorias	Atividade de manutenção	AA	Unidades das Forças Armadas

RESULTADOS

Foi assegurada a manutenção da certificação dos sistemas de gestão ambiental das unidades certificadas pela ISO 14001 e EMAS.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-03	Cooperação institucional nacional e internacional no âmbito do ambiente	Promover a cooperação institucional nacional e internacional da DGRDN no âmbito do ambiente	Assegurar a representação e participação em grupos de trabalho internacionais relativos ao domínio ambiental e responder às solicitações apresentadas pelas entidades nacionais e internacionais	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CII/CIN	EDA, NATO, APA, UNL-FCT, ADENE

RESULTADOS

A DADAQ participou nas 3 reuniões anuais do *Energy and Environment Working Group* da EDA; participamos no *Environment Protection Working Group* da NATO; acompanhamos as comunicações da DEFNET;

Participação em 2 reuniões do Fórum de Consulta para a Sustentabilidade energética no sector da Defesa e Segurança;

No âmbito do Programa de Eficiência Energética para a Administração Pública participamos em numerosas reuniões promovidas pela ADENE e fomos parceiros em alguns dos projetos;

No âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 participamos nos grupos de trabalho de elaboração dos manuais dos “Produtos e serviços de limpeza” e “Produtos e serviços têxteis”.

Iniciamos contatos com a APA e o LNEG tendo em vista a cooperação em projetos relacionados com a gestão de recursos.

Estabelecemos um protocolo com o Instituto Politécnico de Leiria

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-04	Coordenação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente	Promover as boas práticas ambientais das unidades, estabelecimentos ou órgãos das Forças Armadas	Coordenar os trabalhos de divulgação da edição dos prémios, efetuar a abertura de concurso, proceder à análise das candidaturas apresentadas, compilar os resultados e presidir à reunião do júri de atribuição do prémio	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes

1.	Solicitar à SG/MDN a conceção da imagem da edição do prémio	Atividade periódica	CAT	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)
2.	Efetuar a proposta de divulgação do prémio nas páginas de internet e intranet			
3.	Atualizar os conteúdos da página do prémio com as candidaturas, regulamento e matriz de votação			
4.	Analisar candidaturas recebidas			
5.	Presidir à reunião do júri para a atribuição do prémio			

RESULTADOS

Desenvolvemos todas as ações conducentes à realização da 27ª edição do PDNA.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-05	Apoio ao cumprimento da legislação ambiental aplicável à Defesa Nacional	Assegurar o apoio às Forças Armadas no cumprimento dos requisitos legais aplicáveis	Prestar apoio no cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, nomeadamente, o reporte do uso crítico de halons nas Forças Armadas, o inventário nacional de PCB e registo de resíduos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade periódica	AA	Forças Armadas

RESULTADOS

Foram enviados os ofícios aos ramos e EMGFA sobre os prazos para comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente referentes ao Mapa Integrado de Registo de Resíduos, Halons e Gases Fluorados, foram prestados esclarecimentos relativo à aplicação de legislação e foi dado a conhecer, através da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais, novas alterações legislativas com impacto na Defesa relativas ao domínio do ambiente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-06	Integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos	Potenciar a integração de critérios ambientais nas fases de planeamento e execução dos processos, incluindo os respeitantes a armamento, equipamentos e infraestruturas.	Direções de serviços mais sensibilizadas para a inclusão de critérios ambientais nas fases de planeamento e execução dos processos de contratação pública

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)

RESULTADOS

No âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 participamos nos grupos de trabalho de elaboração dos manuais dos “Produtos e serviços de limpeza” e “Produtos e serviços têxteis”. Os Manuais ficaram concluídos em meados de outubro e a consulta pública terminou em final de novembro. As datas de conclusão dos documentos não permitiram a realização de ações de sensibilização.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-07	Promover a monitorização e a redução de consumos	Propor projetos de eficiência de recursos a desenvolver na Defesa Monitorização dos consumos	Apresentar pelo menos um projeto de implementação de medidas de eficiência energética e relatório de consumos

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade periódica/Projeto	CAT	Unidades das Forças Armadas

RESULTADOS

Foi elaborado o relatório de consumos de energia e água e propostas medidas conducentes à redução dos mesmos

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-08	Potenciar um melhor desempenho ambiental das unidades afetas à Defesa Nacional	Criação da newsletter ambiental Proposta de alteração do Despacho da Estrutura	Apresentar a newsletter e a proposta de alteração do despacho da Estrutura

Coordenadora de Assuntos
Ambientais

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade periódica/Projeto	CAT	Unidades das Forças Armadas

RESULTADOS

Foi criada a newsletter ambiental com uma periodicidade semestral e alterada a Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais que passou a integrar a Cruz Vermelha Portuguesa e a Liga dos Combatentes

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-09	Coordenação dos Processos da Qualidade na Defesa Nacional	Definir as políticas da Qualidade na Defesa Nacional nos setores aplicáveis e coordenar as medidas definidas em sede da Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional	Identificação das áreas da Defesa Nacional sobre as quais incidem as políticas da Qualidade. Elaboração das políticas de implementação, revisão e divulgação da Qualidade. Coordenação das medidas a implementar

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Projeto	CIN	Entidades afetas à Defesa Nacional

RESULTADOS

Em 2020 a área da Qualidade esteve bastante deficitária ao nível dos recursos humanos, pelo que não foi possível concretizar esta atividade.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-10	Exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ)	Coordenar as ações necessárias ao cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal resultantes da ratificação do STANAG 4107, bem como coordenar os pedidos de Portugal a outros Estados membro da OTAN para acompanhamento de contratos da Defesa Nacional no âmbito da GGQ e realizar	Coordenar o acompanhamento, no âmbito da GGQ, de contratos colocados na Indústria de Defesa Nacional. Coordenar e solicitar o acompanhamento, no âmbito da GGQ, de contratos da Defesa Nacional colocados em indústrias nacionais e em indústrias de países membros da OTAN. Exercer a atividade técnica GQAR de

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	atividades como "Governmental Quality Assurance Representative" (GQAR)		acompanhamento de contratos, no âmbito da GGQ
	Atividade de manutenção e periódica	CII/CIN	Estados membro da OTAN, Marinha, Exército e Força Aérea

RESULTADOS

Todos os pedidos recebidos no âmbito da GGQ, de contratos da Defesa Nacional foram analisados, respondidos e submetidos a acompanhamento técnico.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-11	Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados com as Normas NATO/AQAP	Proporcionar à Indústria de Defesa Nacional a igualdade competitiva perante as Industrias de Defesa de outros Estados membro da OTAN em sede de Certificação dos seus Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados nas normas da Qualidade NATO/AQAP	Proporcionar a obtenção, manutenção e revisão da Certificação dos seus Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados nas normas da Qualidade NATO/AQAP, quando solicitado pelas Indústrias de Defesa nacionais
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação
		Atividade periódica	CIN
			Parceiros intervenientes
			Empresas da Indústria de Defesa

RESULTADOS

Foram realizadas auditorias de acompanhamento e de renovação a todas as empresas com certificação AQAP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-12	Representação nos fora nacionais e internacionais da Qualidade	Assegurar a representação nacional nos fora da Qualidade em território nacional e no estrangeiro a fim de defender a posição da	Transmitir a posição da Defesa Nacional nas reuniões e grupos de trabalho da Qualidade e recolher informação sobre as posições e interesses de terceiros que possam

Defesa Nacional e recolher informação pertinente para a tomada de decisão neste âmbito

influenciar o rumo de atuação no âmbito da Qualidade

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	

RESULTADOS

No âmbito das suas competências a DADAQ fez-se representar no grupo de trabalho da Qualidade, nomeadamente no AC/327.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-13	Desmilitarização de munições e explosivos oriundos das Forças Armadas	Assegurar a desmilitarização das munições e explosivos obsoletos, oriundos dos ramos das Forças Armadas, através da execução de um contrato com empresa certificada e qualificada para o efeito	Assegurar a desmilitarização das munições e explosivos mais prioritários (que representam maior risco para a segurança) face à sua validade ou estado de deterioração
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação
		Atividade corrente	APL
			Parceiros intervenientes
			Ramos das Forças Armadas

RESULTADOS

Assinado o contrato nº 91/DGRDN/2019, em 11 de maio de 2020, plurianual a ser executado em 2020 e 2021, mereceu o visto do TdC em julho de 2020. A execução dos trabalhos de desmilitarização previstos para 2020 foram concretizados com sucesso.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-14	Alienação de material de guerra das Forças Armadas	Instruir e executar, em estreita colaboração com os ramos das Forças Armadas, os processos de alienação de material de guerra das Forças Armadas, garantidos que estejam todos os preceitos legais	Garantir para a Defesa Nacional o maior encaixe financeiro possível resultante dos projetos de alienação de material de guerra através de Procedimento de Contratação Pública. Rentabilizar armamento que esteja classificado como menos prioritário, através de venda

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	APL	Ramos das Forças Armadas

RESULTADOS

Foi concluída a alienação para reciclagem de 6 aeronaves T33, duas aeronaves FTB e material diverso das aeronaves C130 e P3, com uma receita para o Estado de 8.326 €.

A alienação de cinco aeronaves mais um lote de sobressalentes *Alpha Jet* da Força Aérea foi adjudica à empresa canadiana *Top Aces Inc* pelo total de 375.000,00 €, estimando-se para 2021 a assinatura de contrato e aprovação de TPT.,

Através da parceria NSPA/D3 foi iniciado o projeto de alienação de armamento ligeiro do Exército e da Força Aérea, planeando-se para 2021 a publicação no portal NSPA do *Request For Proposal*.

Foi iniciada o procedimento para a alienação de 121 viaturas blindadas do Exército para desmantelamento e reciclagem pelo valor estimado de 477.000,00 €.

Iniciou-se a preparação da alienação de 16 lotes de material F-16, 6 lotes de material C-130 e 22 lotes de material P-3, tudo componentes em estado utilizável ou reparável que se esperam alienar com valorização. Da mesma forma se iniciou o procedimento de alienação da aeronave incompleta C-130 16802.

Foi adjudicada à empresa Batistas SA a alienação do navio ex-NRP Águia e do submarino ex-NRP Delfim, ambos da Marinha.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 17



Unidade orgânica	Qualidade e Ambiente
	(Normatização)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
17-01	Elaboração dos Processos de Ratificação	Contribuir para a elaboração dos processos de ratificação, nomeadamente a sua publicação em DR	Ratificação dos STANAG	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CIN	DS/DGRDN, EMGFA e Ramos

RESULTADOS

Em 2020 foram elaborados e Ratificados a totalidade dos processos STANAG oriundos do EMGFA

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
17-02	Representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências do Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT) e do Joint Maintenance Committe (JMC)	Assegurar a representação do MDN nas reuniões dos Grupos de Trabalho [Materiel Standardization Group (MSG) e Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT) e do Joint Maintenance Committe (JMC)] no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CII	MDN

RESULTADOS

Em 2020 a Normalização participou em todas as reuniões do MSG, JMC e MSHT (realizaram-se sete em 2020) e quatro reuniões preparatórias para a transição do MSG para o EUROPEAN DEFENCE STANDARDIZATION COMMITTEE (EDSC).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
17-03	Representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências do Committee for Standardization (CS) da NATO e do Standardization Management Group (SMG)	Assegurar a representação do MDN nas reuniões do Committee for Standardization (CS) e do Standardization Management Group (SMG) no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CII	

RESULTADOS

Em 2020 participou-se em uma reunião anual do CS e em cinco do SMG.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
17-04	Assegurar a resposta aos documentos no âmbito dos grupos de trabalho MSG e MSHT	Assegurar a resposta em tempo às solicitações dos grupos de trabalho MSG e MSHT	Responder em tempo às solicitações dos MSG e MSHT	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CAT	

RESULTADOS

Foi assegurada a resposta aos documentos e solicitações, com participação ativa nos Grupos de Trabalho

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

17-05	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (1)	Proceder à catalogação dos pedidos recebidos, quer de entidades nacionais, quer de entidades internacionais dentro dos parâmetros temporais definidos pelo Comité OTAN 135 (AC/135)	Manter o número médio de dias de resposta aos pedidos de catalogação, quer nacionais, quer internacionais, em menos de 10 dias úteis
--------------	---	---	--

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CIN/CII	Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas; "National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros

RESULTADOS

Objetivo Superado. Para 100% dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais o número médio de dias de resposta foi de 1,48 dias.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-06	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (2)	Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN 135 (AC/135)	Manter a percentagem de rejeições dos pedidos de catalogação solicitados aos NCB's estrangeiros abaixo dos 20%

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CIN/CII	"National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros

RESULTADOS

Objetivo Superado. A percentagem de rejeições aos pedidos de catalogação submetidos a NCB's estrangeiros em 2020 foi de **6,29 %**. Pelo segundo ano consecutivo o NCB de Portugal atinge o melhor resultado de todos os países do Sistema OTAN de Catalogação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

17-07	Garantir a atribuição dos Códigos de Organização (CORG)	Proceder à atribuição dos Códigos de Organização (CORG) dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN AC/135	Proceder à atribuição dos Códigos de Organização (CORG) em menos de 10 dias uteis
--------------	--	--	---

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CIN/CII	Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas; "National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros; Empresas e organizações nacionais

RESULTADOS

Objetivo Superado. O número médio de dias de resposta aos pedidos de CORG foi de **2,98 dias**.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-08	Garantir os carregamentos SIG/DN	Proceder ao carregamento dos NNAs/NAPs ou pedido de evolução (NAPs-MD para NNA) em SIG/DN; proceder às alterações em SIG/DN dos NNAs/NAPs solicitadas pelos Ramos das Forças Armadas e Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN	Proceder ao carregamento dos NNAs/NAPs ou pedido de evolução (NAPs-MD para NNA) em SIG/DN e/ou proceder às alterações em SIG/DN dos NNAs/NAPs solicitadas, em menos de 3 dias úteis

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CIN	Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas, Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN

RESULTADOS

Objetivo superado. Resultado tempo médio de carregamentos, evoluções, alterações e modificações em SIG efetuados pela equipa GDM/SIG: **0.060 dias**. Com a automatização da transferência de dados realizada em 2019 resta ainda uma parte de carregamentos e verificações manuais, mas justifica-se a revisão do objetivo em anos futuros.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 18



Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-01	Gerir os recursos financeiros da DG	Otimização dos recursos financeiros afetos à DGRDN	Cumprimento atempado dos prazos, bem como as formalidades legais	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Proceder à elaboração da proposta orçamental, integrando as várias fontes de financiamento – receitas gerais, próprias e investimento (orçamentos de Funcionamento, Antigos Combatentes, LPM, LIM, Receitas Próprias, Investimento, Polo NSPA, Infraestruturas NATO) de acordo com as orientações da DGO e plafond atribuído superiormente e acompanhar permanentemente os níveis da sua execução	Atividade de manutenção	APL	
2.	Acompanhamento da execução dos orçamentos financiados pela Lei do Serviço Militar (Dia da Defesa Nacional, CIOFE, Incentivos, PALOP's, OCRD, Recrutamento e Divulgação)			
3.	Gestão financeira e orçamental dos projetos do NATO Security Investment Programme (NSIP) e proceder à sua análise, acompanhamento e reporte no CIRIS			
4.	Proceder à preparação e acompanhamento das auditorias nacionais e internacionais (NATO)			
5.	Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE, do Balanço Social, Plano de Atividades, Relatório de Atividades, QUAR, Rescisões e Aposentações			
6.	Preparar, elaborar e remeter à Secretaria-Geral do MDN os			

- elementos necessários para a elaboração da Conta de Gerência
7. Gerir a frota automóvel no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE) da ESPAP
 8. Levantamento, mapeamento e avaliação de processos no âmbito financeiro

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-02	Gerir os recursos patrimoniais	Elaborar e manter atualizado o inventário do património afeto à DGRDN	Assegurar o normal funcionamento dos serviços	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Assegurar a disponibilização e distribuição do imobilizado, de acordo com as necessidades de cada serviço	Atividade de manutenção	APL	

RESULTADOS

As atividades da DGRDN, em 2020, apresenta uma execução orçamental no montante total da despesa de 220.245.168,41 €, o que representa 54,64 % de execução.

No que diz respeito ao orçamento de Atividades, teve uma execução total da despesa, no montante de 10.864.578,02 €, dos quais, 8.784.193,38 € decorrem das Receitas de Impostos e os restantes 2.080.384,86 € das Receitas Próprias. Em termos percentuais as Receitas Gerais representam 96,44% da execução total da despesa e os restantes 2% são relativos da execução das Receitas Próprias. Esta baixa execução das Receitas Próprias deve-se por não ter sido arrecadada receita e por não ter sido executado do Princípio da Onerosidade, no valor de 120.000.000 € planeados no orçamento 2020.

As atividades decorrentes do financiamento das verbas da Lei do Serviço Militar tiveram uma execução média de aproximadamente 60%, designadamente, os encargos referentes à organização e realização do Dia da Defesa Nacional que totalizaram o montante de 591.833,74 €, o que significa em termos percentuais 66,27 %, pelo que esta baixa execução se deve ao fato das atividades do DDN terem sido suspensas devido à crise pandémica, o CIOFE no valor de 4.757,14 €, que corresponde a 50,78%, a Divulgação no montante de 178.614,10€, que corresponde a 58,20%, e os Incentivos no montante de 125.460 €, correspondendo a 77,26%.

O Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes teve uma execução total de 733.056,69 €, o que representa 47,05% de execução. Esta baixa execução deve-se ao fato de ter sido efetuado um reforço de 823.530 € para a criação do cartão do antigo combatente no mês de dezembro e não foi executado em tempo útil no ano 2020.

Para fazer face às despesas inerentes aos projetos NATO em curso, foram executados 764.302,65 €, o que representam 6,22% do orçamento das Receitas de Quotizações NATO.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-03	Análise e Controlo da execução orçamental	Acompanhar e controlar a execução dos vários orçamentos	Garantir um acompanhamento permanente dos níveis de execução orçamental	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Proceder à análise da informação financeira registada no Sistema Integrado de Gestão, SIG, alertando para eventuais incorreções nos lançamentos efetuados pela Secretaria-geral	Atividade de manutenção	APL	
2.	Preparar as propostas das alterações orçamentais, propostas de transição de saldos e propostas de abertura de crédito especial			
3.	Implementar o Sistema Integrado de Gestão Orçamental da DGRDN			
4.	Registar e controlar a execução dos projetos da NATO no CIRIS			
5.	Criar um sistema de Gestão do NSIP			
6.	Registar nominalmente as regularizações financeiras dos projetos da NATO em território nacional			
7.	Gerir o Fundo de Maneio			
8.	Verificar a conformidade jurídico-financeira dos documentos de despesa, promover o respetivo pagamento e executar a contabilização de todos os movimentos financeiros			
9.	Assegurar os procedimentos inerentes à cobrança e entrega das receitas próprias			
10.	Assegurar a execução financeira e o controlo dos orçamentos da LPM, LIM e Investimento			
11.	Entrega do Imposto sobre o Valor Acrescentado dos Contratos de manutenção			
12.	Reembolsar o Imposto sobre o Valor Acrescentado a fornecedores de Obras NATO			
13.	Gerir tarefas inerentes à contratação pública de bens e serviços, assegurando a gestão			

- do aprovisionamento dos bens de consumo corrente
14. Acompanhar e controlar a execução do Plano de Deslocações na plataforma de controlo interno
 15. Acompanhar e controlar a execução financeira do Plano de Formação

RESULTADOS

Elaboração e análise de mapas financeiros de apoio à gestão;
 Elaboração mensal dos Fundos Disponíveis no SIGO, site da DGO;
 Elaboração dos mapas mensais sobre Pagamentos em atraso, no Site da DGO;
 Elaboração mensal da Unidade de Tesouraria, no site da DGO;
 Elaboração da previsão mensal da despesa numa perspetiva mensal, no site da DGO;
 Criação de um manual de procedimentos de controlo interno da DGFP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-04	Reportes Financeiros	Elaboração dos reportes referentes aos Serviços Integrados no site da Direção-Geral do Orçamento	Garantir um acompanhamento mensal dos Fundos Disponíveis, Pagamentos em Atraso, PME, Unidade de Tesouraria e Deslocações ao Estrangeiro, execução mensal e análise de desvios	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Gestão mensal do lançamento dos reportes financeiros no portal da DGO (Fundos Disponíveis, Previsão Mensal de Execução, Pagamentos em atraso e validação do SIPI)	Atividade de manutenção	APL	
	2. Gestão anual no portal da DGO da Transição de saldos			
	3. Proceder trimestralmente ao acompanhamento e controlo dos encargos plurianuais na plataforma de reporte SCEP da DGO			
	4. Proceder ao acompanhamento e reporte mensal das deslocações e estadas em território nacional e internacional, assim como o reporte da unidade de tesouraria			
	5. Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE			

RESULTADOS

Acompanhamento mensal dos Fundos Disponíveis, pagamentos em atraso, unidade de Tesouraria, execução mensal e análise de desvios, e registo dos encargos plurianuais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-05	Gestão de economato	Disponibilização e distribuição atempada do material de escritório	Assegurar o normal funcionamento dos serviços	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock	Atividade de manutenção	APL	

RESULTADOS

Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-06	Gestão de imobilizado	Revisão do manual de procedimentos para definir a gestão patrimonial da DGRDN	Atualização permanente do imobilizado alocado aos serviços/atividades da DGRDN	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Assegurar uma correta utilização dos imobilizados, de acordo com as novas normas contabilísticas do SNC-AP	Atividade de manutenção	APL	

RESULTADOS

Distribuição do imobilizado aos serviços da DGRDN de acordo com as requisições.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-07	Acompanhamento técnico financeiro e de	Assegurar a participação nacional nos grupos de	<i>Participação do Finance Committee e Audit Committee da NCIO</i>

auditoria em projetos internacionais	trabalho técnico-financeiros do FINCOM		
Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade periódica	CII/CAT	NCIA e Nações Aliadas

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-08	Acompanhamento técnico financeiro no âmbito da CNA	Acompanhar a execução financeira dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs (Ass. De Antigos Combatentes).	Análise aos Relatórios de Atividades anuais das ONG's no âmbito das atribuições da DGRDN/DGFP
Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividades periódica	CAT	DGRDN e CNA

RESULTADOS

Análise aos Relatórios de Atividades anuais das ONG's no âmbito das atribuições da DGRDN/DGFP, e posteriormente o seu envio à CNA para aprovação e futura disponibilização das tranches, de acordo com os protocolos celebrados entre o MDN e as ONG's e as propostas de orçamento aprovadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-09	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações previamente programadas pela DSGFA, nomeadamente estudos e pareceres técnico-jurídicos no âmbito financeiro e patrimonial	Apoio à gestão da DGRDN
Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Nada a referir.

Atividades e Projetos não previstos

Apoio à elaboração do Relatório anual da Lei de Infraestruturas Militares (LIM).

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 19

Gerir os Recursos Humanos da DGRDN



*Unidade
orgânica*

*Direção de Serviços de Gestão Financeira e
Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos
e Apoio*

Designação da Ação		Objetivo	Resultado esperado	
19-01	Gerir os Recursos Humanos afetos à DG	Contribuir para a prossecução da missão da DGRDN, garantindo o funcionamento do sistema de gestão e administração dos recursos humanos	Garantir uma gestão eficaz dos Recursos Humanos da DGRDN	
Subações		Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Assegurar os procedimentos relativos à administração do pessoal da DGRDN (executar os instrumentos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego)		Atividade corrente	CAT	
2. Manter atualizados os processos individuais dos trabalhadores				

RESULTADOS

No âmbito da gestão dos recursos humanos, foram desenvolvidos procedimentos para mobilidades internas e intercarreiras e respetivas consolidações, procedimentos concursais para ocupação de postos de trabalho a ocupar.

Foram geridas as situações de diferentes tipos de licenças e/ou comissões de serviço.

Foi elaborado o mapa de pessoal e foram respondidas todas as solicitações no âmbito dos RH, pedidas por outros organismos do Estado.

Foi prestada colaboração nos diversos instrumentos de gestão da Direção-Geral (Plano de Atividades, Relatório de Atividades, Relatório Sintético, Relatório de Autoavaliação).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-02	Elaborar o plano de formação dos trabalhadores da DGRDN	Potenciar o desenvolvimento de competências dos recursos humanos da DGRDN	Identificar as atividades formativas adequadas ao perfil de cada trabalhador

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Caracterizar o descritivo funcional por categoria	Atividade periódica	CAT	Toda a DGRDN
2. Caracterizar o perfil formativo atinente a cada trabalhador	Atividade periódica	CAT	Toda a DGRDN
3. Elaborar os instrumentos de diagnóstico de necessidades de formação	Atividade periódica	AA	Toda a DGRDN
4. Avaliar o impacto da formação no desempenho dos trabalhadores em contexto de trabalho	Atividade periódica	AA	Toda a DGRDN

RESULTADOS

Promoção e divulgação de oferta formativa e inscrição dos trabalhadores da DGRDN na formação, de forma a colmatar e/ou acrescentar mais conhecimentos na área onde desempenham as suas funções. Embora, por um lado, o número de formações e formandos tivesse sido inferior ao ano transato, no ano 2020 houve um considerável aumento de formação por e-learning, que apesar de um ano atípico devido à pandemia do COVID 19, os trabalhadores aderiram de forma positiva, obtendo e adaptando-se ao novo formato de formação, que as novas tecnologias ofereceram.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-03	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)	Monitorizar a execução do SIADAP 2 e 3	Processo de avaliação de desempenho de dirigentes e trabalhadores executado/efetuado dentro dos prazos estipulados na lei

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
Verificação do cumprimento dos prazos legais na execução do SIADAP	Atividade periódica	CAT	Toda a DGRDN

RESULTADOS

Foram dados contributos para a elaboração do SIADAP 1 (QUAR). SIADAP 2 e 3: foram desenvolvidos procedimentos de operacionalização das diferentes fases do processo de forma a cumprir os prazos legais, para o fecho de ciclo de 2019-2020, a efetuar em 2021.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
19-04	Modernização e simplificação administrativa da DGRDN	Estudar e implementar novos mecanismos organizacionais e de sistemas de informação, necessários à melhoria da eficiência e eficácia dos processos de funcionamento da DGRDN	Desburocratização e simplificação de procedimentos e processos administrativos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Acompanhar as medidas de simplificação propostas pelas unidades orgânicas e aprovadas superiormente	Atividade corrente	CAT	Toda a DGRDN
2.	Apoiar tecnicamente na área dos sistemas de informação	Atividade periódica	CAT	Toda a DGRDN

RESULTADOS

Durante o período em análise foi prestada a colaboração a todos os serviços na exploração dos recursos informáticos existentes e procedeu-se a algumas melhorias com o objetivo de melhorar e aligeirar os processos de funcionamento da DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
19-05	Prestar informações que sejam solicitadas pelos diversos Serviços Centrais do MDN e Serviços da AP	Proceder à recolha e análise crítica da informação solicitada	Prestar informações que cumpram critérios de qualidade e que sejam prestadas dentro dos prazos solicitados.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Prestação de informações solicitadas	Atividade periódica	AA	Administração Pública

RESULTADOS

Prestação regular e em tempo de informação respeitante ao SIOE na plataforma da DGAEP.
 Prestação regular e em tempo de informação respeitante ao RAF na plataforma do INA.
 Prestação regular e em tempo de informação respeitante às aposentações, fluxo de entradas e saídas de recursos humanos, civis e/ou militares, solicitada pela Secretaria-Geral do MDN.
 Prestação regular de informação, solicitada pela Secretaria-Geral do MDN, no âmbito do Princípio do Utilizador-Pagador.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
19-06	Divulgar as atividades da DGRDN ou de outras entidades da AP com relevância para os RH da Defesa Nacional	Promover a divulgação das atividades da DGRDN	Divulgação de informação relevante para os RH da Defesa Nacional	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Divulgação das atividades no âmbito dos recursos humanos	Atividade periódica	DIV	Toda a DGRDN

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
19-07	Base de Dados do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)	Recolher os dados relativos aos efetivos e prestadores de serviço na Administração Pública	Manter atualizado o sistema de dados pessoais e profissionais para tratamento estatístico na Direção-Geral da Administração e Emprego Público	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Introdução dos dados relativos ao número de efetivos e suas variáveis	Atividade de manutenção	APL	

RESULTADOS

Prestação regular /trimestral e semestral, dentro do prazo estabelecido por lei, referente a informação respeitante ao SIOE na plataforma da DGAEP.

Prestação de informação respeitante a RITAP, na plataforma da DGAEP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-08	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações previamente programadas pela DSGFA, nomeadamente estudos e pareceres técnico-jurídicos no âmbito da relação jurídica de emprego público e recursos humanos	Apoio à gestão da DGRDN

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
Acompanhamento de inspeções e auditorias à Direção-Geral	Atividade periódica	CON	

RESULTADOS

Elaboração de pareceres, informações, notas internas no âmbito de matérias diretamente relacionadas com os recursos humanos, nomeadamente, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Código do Trabalho, Estatuto do Pessoal Dirigente, Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na AP, Processo de Recrutamento e Seleção, Código dos Contratos Públicos, Leis do Orçamento do Estado e Leis de Execução Orçamental, e de outras matérias transversais à Direção-Geral, designadamente, Estatuto dos Militares das Forças Armadas, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, Lei de Defesa Nacional, Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar, e demais e demais legislação complementar da mesma natureza.

Atividades e Projetos não previstos

Assegurar a entrega e manutenção de recursos informáticos a todos os técnicos da DGRDN, para que fosse possível que os trabalhadores da DGRDN, pudessem continuar a efetuar o seu trabalho diário em teletrabalho devido a uma nova realidade, a pandemia de COVID 19.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 20



Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-01	Desenvolver e manter, no âmbito dos sistemas de informação, a melhoria contínua das atividades DGRDN	Planear e implementar procedimentos tendentes ao aumento da eficiência dos processos e a satisfação dos Stakeholder	Melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à comunidade e aos utilizadores da DGRDN

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Gerir os recursos TIC da organização, assegurando a continuidade do serviço	Atividade de manutenção	CAT	DGRDN
2. Colaborar com a DGFP na gestão do património informático			
3. Apoiar na contratação de bens ou serviços no âmbito das TIC			
4. Planear e manter o ciclo de evolução dos sistemas de informação, com vista à sua atualização e adequação às necessidades do organismo			
5. Prestar apoio e formação aos utilizadores			

RESULTADOS

No âmbito da atividade em apreço, de forma a conferir uma simplificação e padronização dos processos tendentes à redução de custos operacionais no âmbito dos sistemas de informação, manteve-se o processo implementado no ano transato relativo à redução sustentada dos custos tidos com as comunicações.

Por outro lado, no âmbito da gestão da qualidade, foram dados passos que mantêm a trajetória que consubstancia o pensamento *Lean Thinking* na estratégia de negócios da DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
20-02	Manutenção e gestão de bases de dados	Proceder à gestão das Bases de Dados em exploração	Desenvolver e administrar de modo centralizado as estratégias, procedimentos e práticas para o processo de gestão de bases de dados	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Garantir a integridade do sistema de informação;	Atividade de manutenção	CAT	DGRDN
	2. Garantir a otimização do acesso aos dados;			
	3. Definição da estratégia relativa aos procedimentos de segurança e restauro da informação.			

RESULTADOS

No âmbito da manutenção e gestão de bases de dados foram assegurados os procedimentos referentes à gestão dos sistemas de base de dados, nomeadamente a atualização e correção da informação e verificação da integridade dos dados, recorrendo a processos de comparação e cruzamento de informação

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
20-03	Desenvolvimento e manutenção de soluções informáticas e web	Proceder à análise, desenvolvimento e manutenção de soluções informáticas tendo por base as necessidades da organização	Dar resposta atempada às necessidades da DGRDN com vista à melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Desenvolvimento de novas funcionalidades e manutenção das soluções informáticas e web	Atividade de manutenção	CAT	DGRDN e entidades externas
	2. Participar e acompanhar a implementação de projetos de acordo com o planeamento estabelecido			
	3. Assegurar a divulgação da informação e garantir a atualização permanente de conteúdos nos diversos sítios da internet			
	4. Assegurar a implementação e manutenção do sistema de			

informação que dá suporte às atividades no âmbito do tratamento estatístico

RESULTADOS

No que respeita ao desenvolvimento de soluções informáticas, foi feito o acompanhamento técnico dos diversos projetos desenvolvidos pelas unidades orgânicas que compõem a DGRDN.

Paralelamente foram implementadas ações de melhoria e correção de problemas que determinaram melhorias na interação do cidadão com a DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
20-04	Monitorização e manutenção da infraestrutura informática de suporte aos sistemas de informação da DGRDN	Monitorizar e manter os diversos sistemas de informação da DGRDN	Manter atualizados e com uma elevada taxa de disponibilidade os serviços disponibilizados	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Gerir a infraestrutura informática;	Atividade de manutenção	CAT	DGRDN e entidades externas
	2. Assegurar o bom funcionamento dos diversos sistemas de informação;			
	3. Otimizar a utilização dos sistemas de informação existentes, em colaboração com as unidades orgânicas da DGRDN;			
	4. Assegurar a implementação de procedimentos de segurança informática e de mitigação de riscos.			

RESULTADOS

A ação em apreço influencia claramente o regular funcionamento do organismo.

Nessa perspetiva, a infraestrutura é alvo de um investimento contínuo no que concerne à renovação do parque informático, designadamente através da aquisição de novos equipamentos e subsequente renovação dos equipamentos considerados obsoletos, de acordo com o plano estratégico definido pela DSGFA.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
20-05	Promover medidas tendentes à transformação digital na DGRDN	Renovar o sítio do Balcão Único da Defesa (BUD)	Potenciar o relacionamento entre os cidadãos e empresas com a DGRDN	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1ª Fase - Organizar e planejar, com as unidades orgânicas, os conteúdos a disponibilizar do sítio do BUD;	Projeto	CAT	DGRDN
	2ª Fase – Recolha e normalização da informação a disponibilizar;			
	3ª Fase - Apresentação do esboço inicial;			
	4ª Fase - Composição dos textos e módulos;			
	5ª Fase - Apresentação do esboço final			
	6ª Fase – Conclusão do projeto e publicação da versão final.			

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 21



**Gestão Planeamento Estratégico
no âmbito da DGRDN**

**Unidade
orgânica**

**Divisão de Gestão e Planeamento
Estratégico**

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
21-01	Planeamento de Forças no âmbito da NATO – Recursos Humanos	Representar a DGRDN no Processo de Planeamento de Defesa NATO	Resposta a todas as solicitações apresentadas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Representação da DGRDN nas atividades relacionadas com o NATO Defence Planning Process – Defence Planning Capability Survey 2019.	Atividade periódica	AA	SG/MDN, DGPDN, EMGFA e ramos das Forças Armadas, e entidades tuteladas

RESULTADOS

Esta é uma atividade que conta com a colaboração das seguintes áreas orgânicas: DSPSM, DSAE, DSAEEQ, DSQA, bem como de elementos de assessoria no âmbito Cyber. Todas as solicitações e presenças em reuniões foram asseguradas e respondidas nos prazos fixados. Os procedimentos relativos ao processo de planeamento de Defesa NATO em curso no ano de 2020 (Passo 3), sob a coordenação nacional da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, resumem-se na preparação para o Exame Multilateral NATO-PT que, devido à pandemia COVID-19, sofreu adiamento e foi realizado em 07 de julho de 2020, em regime híbrido (presencial e virtual), com restrição no número de elementos. Da parte da DGRDN, para o Exame propriamente dito, como apenas foi requerido o apoio em matéria de Pessoal e havendo restrição de presenças a 1 elemento, a representação foi assegurada pelo Senhor Dr. Miguel Capela, da DSPSM/DREM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
21-02	Assessoria técnica	Coadjuvar o Diretor-Geral no âmbito técnico, assegurando a intervenção em matérias transversais às várias áreas de atuação da DGRDN	Produção de documentos de apoio à Direção

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
Elaboração de informações, estudos e pareceres, bem como preparação de respostas a pedidos de informação, no âmbito das competências da Divisão	Atividade corrente	AA/CAT	Restantes unidades orgânicas e Assessores da Direção

RESULTADOS

Todas as solicitações superiores foram asseguradas e respondidas nos prazos fixados, que incluem, entre outras tarefas:

- Elaboração e/ou preparação de documentos e redações diverso/as;
- Pareceres;
- Participação e apoio à Direção em reuniões internas, com outras entidades ou em reuniões bilaterais.
- Coordenação interna e/ou representação da DGRDN em briefings e reuniões bilaterais;
- Coordenação interna na resposta a pedidos de informação externos.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 22



Gabinete de Contratação da Defesa

Unidade orgânica

Gabinete de Contratação da Defesa (Equipa Multidisciplinar)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
22-01	Contratação pública no âmbito da Defesa	Assegurar o apoio técnico-jurídico aos procedimentos de contratação pública	Conformidade legal e regularidade financeira dos procedimentos Execução da Lei de Programação Militar (LPM)	
Subações		Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Apoio técnico-jurídico à promoção e instrução de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição de armamento e equipamentos militares, em particular os referentes a projetos inscritos nas capacidades da LPM	Projeto/atividade corrente	AA/CON	DSAE, DSQA, DSGFA, Ramos das FA
2.	Apoio técnico-jurídico à instrução de processos de liberação de cauções contratuais			
3.	Apoio técnico-jurídico aos procedimentos de alienação e desmilitarização de material de guerra			
4.	Elaboração de pareceres sobre propostas de procedimentos de contratação pública a realizar pelos Ramos das Forças Armadas			

RESULTADOS

Durante o ano de 2020, o GCD realizou as seguintes atividades:

1. Apoio técnico-jurídico à realização de 32 procedimentos de formação de contratos públicos, dos quais se destacam: o procedimento de negociação sem publicação de anúncio para o Contrato de Aquisição de Serviços de Desmilitarização de Munições e Explosivos provenientes das Forças Armadas, celebrado, pela primeira vez, para o período de 2 anos; concursos públicos para a celebração dos contratos de Upgrade da Capacidade de Observação da Rede SST-PT (Açores), de Fornecimento de um conjunto sensor ótico de *tracking* sobressalente, de Empregada de adequação técnica de infraestruturas para alojamento de sistemas SST-SOO

- (Pico do Areeiro); e de empreitada de instalação de uma torre, antena e trabalhos conexos na Ex-ERN Sagres (Vila do Bispo).
2. Procedeu-se à instrução de (8) processos de liberação de cauções contratuais.
 3. Prestado apoio jurídico à execução de 10 procedimentos de alienação de material de guerra, incluindo dois procedimentos de alienação gratuita à Liga dos Combatentes e República Centro Africana.
 4. Elaborados informações-pareceres sobre 15 propostas aquisitivas oriundas dos Ramos das FA's, no âmbito da Lei de Programação Militar (LPM).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
22-02	Legislação e Regulamentos em matérias específicas	Assegurar o apoio jurídico à elaboração de projetos legislativos e de regulamentos	Atualização da legislação Harmonização dos procedimentos internos

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Participação na elaboração, revisão de legislação e regulamentos em áreas específicas tais como contratação pública no domínio da Defesa, atividade de indústria e comércio de produtos da Defesa, I&D, Qualidade e Ambiente	Projeto/atividade corrente	CAT/ CON	DSAE, DSQA
2. Elaboração e apresentação de propostas de regulamentos internos tendo em vista a sistematização e harmonização de procedimentos de contratação pública ou similares no âmbito da DGRDN			

RESULTADOS

Elaborados pareceres sobre vários projetos legislativos e/ou regulamentares designadamente: projeto de alteração do Código dos Contratos Públicos, medidas de contratação pública no contexto da pandemia do Covid-19, LOE e GOP para 2020, contributos para a revisão da Estratégia da BTID, Regulamento (CE) 2019/452 – Regime de Análise de Investimentos Estrangeiros Diretos na União - revisão do decreto-lei 138/2014 de 15 de setembro.

Foram elaborados modelos de informação e peças para os procedimentos de ajuste direto e consulta prévia, tendo em vista a uniformização dos procedimentos internos, que se encontram já em utilização na DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
22-03	Consultadoria	Assegurar o apoio e tratamento técnico-jurídico de todos os assuntos remetidos pela Direção	Apoio à gestão da DGRDN, através de uma resposta atempada a todas as solicitações

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídicos sobre assuntos, matérias e procedimentos administrativos da competência da DGRDN, que não se enquadrem nas ações 22-01 e 22-02	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Apoio à elaboração e revisão de Protocolos diversos de âmbito nacional e europeu, com especial destaque para os protocolos de cooperação para a execução do projeto SST, e Memorandos de Entendimento de âmbito internacional (bilateral e multilateral), incluindo no âmbito da NATO. Preparação do exercício do contraditório relativamente ao Relatório de Auditoria da IGF. Preparação da resposta a grupos parlamentares sobre matérias relacionadas com contratos públicos.

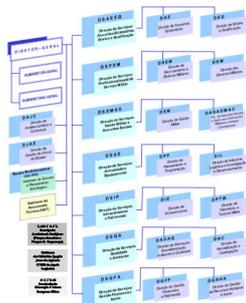
Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 23



Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-geral

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
23-01	Execução do Plano de Atividades (2021)	Elaborar e coordenar o projeto das atividades a desenvolver pela Direção-Geral, de acordo com o previsto na legislação em vigor	Produzir o documento designado, considerando o planeamento de ações no âmbito da gestão previsional do serviço	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Preparar os modelos e criar <i>link</i> para recolha de informação das Unidades Orgânicas (UO)	Atividade periódica	CAT/APL	Toda a DGRDN
	2. Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos			
	3. Rever e produzir “documento final” (digitalização)			
	4. Submeter à apreciação do Diretor-geral e aprovação da tutela			
	5. Remeter à SG, distribuir pelas UO e providenciar publicação <i>on-line</i>			

RESULTADOS

Elaboração do Plano de Atividades 2021 da DGRDN.

A DGPRM elabora anualmente o Plano de Atividades sustentado na gestão previsional das suas ações que se baseiam nas diversas atribuições do serviço. Este documento enquadra-se ainda no SIADAP 1 de acordo com a Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, especialmente na definição de objetivos estratégicos e das unidades orgânicas que se materializam em programas e ações. Concretamente, a versão final do PA 2021 só ficou terminada e remetida à tutela e SG em 14 de fevereiro do corrente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

23-02	Execução do Relatório de Atividades (e Relatório de Autoavaliação) (2019)	<p>Elaborar e coordenar a recolha de dados das atividades desenvolvidas pela Direção-Geral, de acordo com o previsto na legislação em vigor</p> <p>Efetuar a autoavaliação da DGRDN analisando o seu desempenho, tendo em consideração os resultados alcançados relativos aos objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos no QUAR</p>	<p>Produzir o documento designado (que integra o Relatório de Autoavaliação do serviço), descrevendo o percurso feito pela organização, evidenciando os desvios obtidos, avaliando os resultados e estruturando a informação relevante daquilo que foi executado</p>
-------	--	---	--

	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Preparar os modelos e criar <i>link</i> para recolha de informação das Unidades Orgânicas (UO)	Atividade periódica	CAT/APL	Toda a DGRDN
2.	Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos			
3.	Rever e produzir “documento final” (digitalização)			
4.	Submeter à apreciação do Diretor-geral e aprovação da tutela			
5.	Remeter à SG, distribuir pelas UO e providenciar publicação <i>on-line</i>			

RESULTADOS

Elaboração do Relatório de Atividades 2019 da DGRDN.

O Relatório de Atividades tem por objetivo descrever as realizações executadas pela organização e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, elaborou-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades, que integrou o respetivo Relatório de Autoavaliação do serviço especialmente dirigido à apreciação do QUAR.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

23-03	Execução do Relatório Sintético (2019)	Elaborar e coordenar a recolha de dados tendo em vista a avaliação do dirigente máximo do serviço (DG), de acordo com o previsto na legislação em vigor	Produzir o documento designado que inclui o conjunto de elementos que explicitam o grau de realização dos compromissos constantes da carta de missão e outros dados
--------------	---	---	---

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> Preparar e enviar os modelos às Unidades Orgânicas (UO) para recolha de informação Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos Rever e produzir “documento final” (digitalização) Submeter à apreciação do Diretor-geral e aprovação da tutela 	Atividade periódica	CAT/APL	DGRDN/DSGFA

RESULTADOS

Elaboração do Relatório Sintético 2019.

O Relatório Sintético a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual (SIADAP), traduz-se na avaliação do dirigente máximo do serviço (DG), o qual deve ser remetido ao respetivo membro do Governo, até 15 de abril de cada ano, e o qual deve incluir o conjunto de elementos que explicitem o grau de cumprimento dos compromissos constantes da carta de missão e outros elementos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
23-04	Execução do Balanço Social (2019)	Coordenar a recolha de informação que estabelece e destaca o que é fundamental na política de recursos humanos definida pela Direção, de acordo com o previsto na legislação em vigor	Produzir o documento designado, que retrata a situação dos RH do serviço e analisa retrospectivamente elementos estatísticos, estuda-os e possibilita a tomada de decisão tendo em vista a gestão previsional de pessoal

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> Recolher formulário junto da DGAEP e enviar à DSGFA para preenchimento de dados (mapas) Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos (tratamento de indicadores, 	Atividade periódica	CAT	DGAEP e DGRDN/DSGFA

- elaboração gráfica, interpretação estatística e composição de texto)
3. Rever e produzir “documento final” (digitalização)
 4. Submeter à apreciação do Diretor-geral e aprovação da tutela
 5. Remeter à SG, DGAEP, distribuir pelas UO e providenciar publicação *on-line*

RESULTADOS

Elaboração do Balanço Social 2019 da DGRDN.

O Balanço Social determina e destaca o que é fundamental na política de recursos humanos definida pela Direção, de acordo com o modelo da DGAEP para a AP. Analisa ainda retrospectivamente elementos estatísticos, estuda-os de modo a possibilitar a tomada de decisão tendo em vista a gestão previsional de pessoal.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
23-05	Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR – (2020/2021)	Proceder anualmente à elaboração de novo QUAR e monitorização do processo em curso (abril, agosto e dezembro) tendo em vista a avaliação de desempenho do serviço (consonância com a missão), das suas decisões de ação (objetivos estratégicos e operacionais), das metas a atingir, e dos indicadores de execução, de acordo com o previsto na legislação em vigor	Produzir o(s) documento(s) designado(s), que no âmbito do objetivo formulado, evidencia ainda os meios disponíveis (humanos e financeiros), a sua aferição de realização, a identificação sumária dos desvios e respetivas causas, apurados no fim do ciclo de gestão

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Preparar e enviar os modelos às Unidades Orgânicas (UO) para recolha de contributos	Atividade periódica	CAT/APL	Toda a DGRDN
2. Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos			
3. Rever e produzir “documento final” (digitalização)			
4. Submeter à apreciação do Diretor-geral			

5. Remeter à SG, distribuir pelas UO e providenciar publicação *on-line*

RESULTADOS

Acompanhamento das monitorizações do QUAR 2020 e preparação do QUAR 2021. Conforme o previsto na Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, o QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) é desenvolvido anualmente, sendo elaborado de acordo com os contributos solicitados às unidades orgânicas da DGRDN (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo). A metodologia adotada para a monitorização do QUAR foi a mesma para a sua construção, pelo que se solicitou os contributos às diversas unidades orgânicas de forma a refletir o grau de cumprimento e os desvios de cada indicador.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
23-06	Execução de atividades no âmbito institucional e organizacional	Coordenar e realizar tarefas de carácter abrangente para o serviço tendo presente uma política de transversalidade interna de assuntos, bem como preparar apresentações, discursos, dissertações sobre as temáticas que envolvem a Defesa Nacional (DN) e as Forças Armadas	Divulgação de informação relevante sobre a DGRDN e a DN, e ainda a proveniente de Organismos da AP, meios de comunicação social e outros com importância para a DGRDN Apoiar o DG em intervenções, apresentações e palestras na área da DN

	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Apoiar a DGRDN na elaboração de trabalhos específicos do âmbito organizacional (estudos, mapas, cronogramas, organogramas, estatísticas e outros)	Atividade periódica	CAT/DIV	Toda a DGRDN
2.	Colaborar e atuar em processos internos e/ou externos para que seja solicitado			
3.	Participar na coordenação e organização de informação relevante para a Direção (apresentações, intervenções e outros)			
4.	Distribuir informação			

RESULTADOS

Apoio ao Diretor-Geral na preparação de documentos (intervenções, dissertações, apresentações) a realizar nas várias Instituições e outros, sobre diversas temáticas como “Os Recursos da Defesa Nacional” – Instituto de Defesa Nacional; o “Estatuto Militar das Forças Armadas” - na Faculdade de Direito de Lisboa; e ainda no âmbito das “Políticas de Pessoal para a Defesa Nacional” – no Instituto Universitário Militar.

Gestão do acervo de documentação especializada enviada a esta direção-geral e remetida ao GAT; difusão de informação especializada em matérias de defesa nacional e segurança, via correio eletrónico, à direção e às unidades orgânicas; divulgação de informações recolhidas através de imprensa escrita e outras fontes, nomeadamente páginas eletrónicas das seguintes estruturas: EMGFA, Exército, Marinha, Força Aérea, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, associações, revistas, clubes e blogues militares, sindicatos da administração pública, tribunais administrativos, comissão de defesa nacional, embaixadas/adidos militares, direções-gerais do MDN e de diversos departamentos governamentais que incidam nas áreas de avaliação, estudos, formação, planeamento e políticas públicas.

Análise, preparação e continuação da elaboração de um estudo sobre os vários Instrumentos de Gestão na Função Pública, promovendo a sua aplicabilidade junto da Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional, por forma a acompanhar o seu desempenho e crescimento.

Atividades e Projetos não previstos

De acordo com determinação superior, elaboração do documento “Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho da DGRDN 2020” composto com a participação e colaboração das unidades orgânicas do serviço.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 24



**Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa
(Forças Armadas e de Segurança)**

*Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das
Forças de Segurança*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
24-01	Atividades do SARFAFS em Portugal	Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS em Portugal	Realização de encontros, conferências, retiros, peregrinações, cursos de formação, campanhas de solidariedade e outros	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CIN	

RESULTADOS

Conforme transcrito em 24-01 estas eram as nossas atividades previstas para o ano de 2020. Devido à situação pandémica COVID-19, a partir do mês de março vimo-nos obrigados a cancelar a maioria das nossas atividades, no entanto ainda realizamos o Retiro Geral de Capelães.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
24-02	Atividade internacional do SARFAFS	Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS no estrangeiro	Participação em peregrinações, encontros e reuniões de âmbito internacional	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CII	

RESULTADOS

De acordo com o apresentado em 24-02, reflete as atividades previstas para o ano de 2020 pela SARFAFS. Devido à situação pandémica COVID-19, a partir do mês de março vimo-nos obrigados a cancelar a maioria das nossas atividades, no entanto foi ainda realizada uma reunião em Paris por parte do Chefe de Delegação e Chefe de Delegação Adjunto de Portugal para a Peregrinação Militar a Lourdes, que devido à pandemia viria mais tarde a ser cancelada. Realizou-se ainda uma Peregrinação do Ordinariato Castrense à Terra Santa de 23 de fevereiro e 1 de março, como estava previsto.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
24-03	Atividades editoriais do SARFAPS	Apoiar a publicação de edições do SARFAPS, nomeadamente o Jornal Centurião	Publicação do jornal "O Centurião", divulgação de atividades, elaboração de cartazes, produção de desdobráveis e outros. Além disso, manutenção e atualização do domínio e «website» do Ordinariato	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	DIV	

RESULTADOS

Conforme ponto 24-03, e muito a pesar da situação pandémica como anteriormente foi referido, esta SARFAPS ainda editou o Jornal o Centurião, numa edição mais reduzida. Apoiamos ainda com a edição de um Guia do Peregrino para a Peregrinação do Ordinariato Castrense à Terra Santa. Continuamos a edição e atualização da página website "Ordinariato Castrense".

Atividades e Projetos não previstos

Devido à situação pandémica COVID-19 que o nosso país atravessa, esta SARFAPS realizou uma campanha de solidariedade para com os Ramos e Forças de Segurança com a entrega de 16000 mascaras, e o apoio a alguns elementos, casos pontuais, de alguns elementos do Ramos e das Forças de Segurança.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação

Programa 25



Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
25-01	Competições Desportivas Nacionais Militares	Estimular a prática de atividade física e promover o culto da camaradagem entre os elementos dos Ramos das Forças Armadas e Forças de Segurança, planeando e coordenando a realização de Competições Desportivas Nacionais Militares, em diversificadas modalidades desportivas.	Fomentar a amizade, camaradagem e espírito de corpo aliados ao desenvolvimento de uma cultura de prática desportiva. Potenciar um elevado índice competitivo e técnico que permita a constituição de Seleções Nacionais Militares.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	XLII Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato, 05 e 06 de março (Marinha)	Atividade corrente	CIN	Ramos e FSeg
2.	I Campeonato Nacional Militar de Triatlo, 08 de março (CEFDM / Federação de Triatlo de Portugal)			

RESULTADOS

XLII Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato, organizado pela Marinha, no Centro de Educação Física da Armada, no Alfeite, de 05 a 06 de março, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública, num total de 183 atletas (63 femininos e 120 masculinos) distribuídos pelos escalões Elite, veteranos I, veteranos II femininos e masculinos.

I Campeonato Nacional Militar de Triatlo, organizado pela Federação de Triatlo de Portugal e CEFDM, em Portimão, dia 08 de março, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública. O campeonato foi disputado em formato olímpico (distância standard: 1.500m/natação, 40Kms/ciclismo e 10Kms/corrída) por 28 triatletas, 4 femininos e 24 masculinos.

Atendendo ao quadro pandémico oficialmente declarado e conseqüentes medidas restritivas impostas a partir de março, não se realizaram o I Campeonato Nacional Militar de Tiro, os II Jogos Nacionais Militares, o XI Campeonato Nacional Militar de Voleibol de Praia, o XLIII Campeonato Nacional Militar de Orientação e o IV Campeonato Nacional Militar de Corrida de Estrada.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
25-02	Política Desportiva Militar	Continuar o estudo e elaboração de legislação e regulamentação que permita uma uniformização e consolidação do sistema desportivo militar, assim como promover a divulgação da Educação Física e Desporto Militar.	Uniformidade nas políticas desportivas e nos regulamentos desportivos, fomentando a evolução dos quadros e a modernização do desporto militar, assente numa estratégia coerente e sustentada de divulgação.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CAT	Ramos e FSeg

RESULTADOS

Consolidação dos regulamentos desportivos adstritos ao desporto militar assim como a elaboração e divulgação do Anuário da CEFDM como veículo promocional e de divulgação das competições desportivas militares.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
25-03	Competições Desportivas Mundiais de Desporto Militar	Promover o reforço da confiança e coesão no seio dos militares e policias, potenciar o incremento da aptidão física e motivação, aumentar a atratividade do serviço militar, potenciar a interligação cultural, e proporcionar o contacto com elementos das Forças Armadas e forças de segurança de outros países, nomeadamente através da participação em Competições Desportivas Mundiais Militares realizadas sob a égide do CISM.	Fomentar o espírito cooperativo e de sã convivência entre as FA e FSeg dos diferentes países. Representar Portugal com dignidade e brio.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CII	Ramos e FSeg

RESULTADOS

Atendendo ao quadro pandémico oficialmente declarado e consequentes medidas restritivas impostas a partir de março, não se realizaram o 60º Campeonato Mundial Militar de Corta-Mato (organização de Portugal sob a égide do CISM a realizar na Academia da Força Aérea em Sintra), e o 22º Campeonato Mundial Militar de Triatlo (organização da Espanha) no qual Portugal pretendia participar com as seleções militares de triatlo masculinas e femininas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
25-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)	Coordenar a ação da delegação portuguesa junto do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM).	Manter a cooperação no âmbito das atribuições de um país membro do CISM.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Participação na 75ª Assembleia Geral do CISM	Atividade corrente	CII	

RESULTADOS

Participação da CEFDM, em representação nacional, na 75ª Assembleia Geral do CISM, realizada através de videoconferência, de 19 a 23 de outubro. Além de Portugal, participaram 85 dos 140 países membros do CISM.

Não se realizou a Conferência Europeia 2020 do CISM.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

ANEXOS

Execução Orçamental da DGRDN
Siglas/Acrónimos/Abreviaturas
Balanço Social

Execução Orçamental da DGRDN



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: Todos
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
000	01.02.04	Ajudas de custo	3.500,00		129,76		129,76	129,76		129,76		3.370,24	3.370,24	3,71%
000	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	73,00									73,00	73,00	
000	02.02.03	Conservação de bens	7.356,00		7.318,50		7.318,50	7.318,50		7.318,50		37,50	37,50	99,49%
000	02.02.10	Transportes	73,00									73,00	73,00	
000	02.02.13	Deslocações e estadas	1.471,00		989,05		989,05	989,05		989,05		481,95	481,95	67,24%
000	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	818.125,00		815.836,77		815.836,77	815.836,77		815.836,77		2.288,23	2.288,23	99,72%
125	01.02.04	Ajudas de custo	180.000,00		40.854,84		40.854,84	38.299,51		38.299,51		139.145,16	141.700,49	2.555,33
125	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	2.000,00		2.000,00		2.000,00	2.000,00		2.000,00				100,00%
125	02.01.14	Outro material-peças	35.922,00									35.922,00	35.922,00	
125	02.02.07	Locação de bens de defesa	79.696.176,00		79.696.175,57		79.696.175,57	79.696.175,57		79.696.175,57		0,43	0,43	100,00%
125	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	2.419,00									2.419,00	2.419,00	
125	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	2.073.962,00		1.320.900,00		1.320.900,00	1.320.900,00		1.320.900,00		753.062,00	753.062,00	63,69%
125	02.02.10	Transportes	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00		10.000,00				100,00%
125	02.02.11	Representação dos serviços	85.000,00		85.000,00		84.952,00	84.952,00		84.952,00		48,00	48,00	99,94%
125	02.02.13	Deslocações e estadas	620.464,00		214.297,41		214.297,41	213.775,89		213.775,89		406.166,59	406.688,11	521,52
125	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	190.850,00		155.000,00		155.000,00	155.000,00		155.000,00		35.850,00	35.850,00	81,22%
125	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	50.000,00		50.000,00		50.000,00	50.000,00		50.000,00				100,00%
125	02.02.19.A0.B0	Assistência Técnica - Outros	140.929,00		140.000,00		140.000,00	140.000,00		140.000,00		929,00	929,00	99,34%
125	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	5.703.501,00		220.485,32		220.485,32	220.485,32		220.485,32		5.483.015,68	5.483.015,68	3,87%
125	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	8.650.843,33		8.650.844,33		8.650.844,33	8.650.844,33		8.650.844,33		14,67	14,67	100,00%
125	02.02.25	Outros serviços	61.500,00		52.484,20		52.484,20	52.484,20		52.484,20		9.015,80	9.015,80	85,34%
125	04.01.02	Transf correntes Soci e quase nfinan-Privadas	431.676,00		410.709,22		410.709,22	410.709,22		410.709,22		20.966,78	20.966,78	95,14%
125	04.03.01.27.90	Transf. Cor - EMGFA	47.728,00		47.727,60		47.727,60	47.727,60		47.727,60		0,40	0,40	100,00%
125	04.03.01.27.91	Transf. Cor - Marinha	83.112,00									83.112,00	83.112,00	
125	04.03.01.27.92	Transf. Cor - Exército	246.718,00									246.718,00	246.718,00	
125	04.03.01.27.93	Transferências Correntes Administração Central	54.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00		10.000,00		44.000,00	44.000,00	18,52%
125	04.03.05	Adm Cent-Serviços e Fundos Autónomos	293.917,00		171.859,14		171.859,14	171.859,14		171.859,14		122.057,86	122.057,86	58,47%
125	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	407.980,00		86.241,89		86.241,89	86.241,89		86.241,89		321.738,11	321.738,11	21,14%
125	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	4.450.190,00		1.492.015,22		1.492.015,22	1.401.872,83		1.401.872,83		2.958.174,78	3.048.317,17	90,142,39
125	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	17.950,00		15.786,26		15.786,26	15.786,26		15.786,26		2.163,74	2.163,74	87,95%
125	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	1.941.575,00		1.754.853,04		1.754.853,04	1.754.853,04		1.754.853,04		186.721,96	186.721,96	90,38%
125	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	116.685.376,00		101.489.413,37		101.489.413,37	101.489.413,37		101.489.413,37		15.195.962,63	15.195.962,63	86,98%
125	08.03.01	Estado	11.275.462,00		200.000,00		200.000,00	200.000,00		200.000,00		11.275.462,00	11.275.462,00	100,00%
125	08.03.01.27.90	Transf. Cap - EMGFA	600.000,00		3.600.000,00		3.600.000,00	3.600.000,00		3.600.000,00				100,00%
125	08.03.01.27.91	Transf. Cap - Marinha	3.600.000,00		1.500.477,50		1.500.477,50	1.500.477,50		1.500.477,50		0,50	0,50	100,00%
125	08.03.01.27.92	Transf. Cap - Exército	1.500.478,00		660.270,80		660.270,80	660.270,80		660.270,80		0,20	0,20	100,00%
125	08.03.01.27.93	Transferências de Capital Administração Central	660.271,00		660.270,80		660.270,80	660.270,80		660.270,80		0,20	0,20	100,00%
236	01.02.04	Ajudas de custo	20.000,00		913,35		913,35	913,35		913,35		19.086,65	19.086,65	4,57%
236	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	1.000,00	1.000,00										
236	02.01.21	Outros bens	25.400,00	1.035,00	16.575,87		16.575,87	16.575,87		16.575,87		7.789,13	7.789,13	65,26%
236	02.02.08	Locação de outros bens	24.500,00		24.310,95		24.310,95	24.310,95		24.310,95		189,05	189,05	99,23%
236	02.02.10	Transportes	49.000,00	15.800,00								33.200,00	33.200,00	
236	02.02.11	Representação dos serviços	13.976,00	8.863,00	451,15		451,15	451,15		451,15		4.661,85	4.661,85	3,23%
236	02.02.13	Deslocações e estadas	73.502,00	50.000,00	2.825,22		2.825,22	2.825,22		2.825,22		20.683,78	20.683,78	3,84%
236	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	100.000,00	100.000,00										
236	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	37.950,00	26.380,00	10.753,12		10.753,12	10.753,12		10.753,12		816,88	816,88	28,33%
236	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	5.950,00	3.018,00	153,40		153,40	153,40		153,40		2.778,60	2.778,60	2,58%
236	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	400.000,00	400.000,00										
236	02.02.25	Outros serviços	25.750,00	20.863,00								4.887,00	4.887,00	
236	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	370.000,00		344.227,00		344.227,00	344.227,00		344.227,00		25.773,00	25.773,00	93,03%
236	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	50.000,00		8.260,68		8.260,68	8.260,68		8.260,68		41.739,32	41.739,32	16,52%
236	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	11.098.877,00		523.080,49		523.080,49	355.831,91		355.831,91		10.566.796,52	10.734.045,09	3,21%
244	01.02.04	Ajudas de custo	10.000,00		101,65		101,65	101,65		101,65		9.898,35	9.898,35	1,02%
244	02.01.21	Outros bens	24.779,00	3.132,00	20.879,00		20.879,00	20.879,00		20.879,00		768,00	768,00	84,26%
244	02.02.03	Conservação de bens	1.251.470,00	1.227.059,00	24.410,65		24.410,65	24.410,65		24.410,65		0,35	0,35	1,95%
244	02.02.04.A0.00	Princípio da Onerosidade	120.860.000,00		359.520,00		359.520,00	359.520,00		359.520,00		120.500.480,00	120.500.480,00	0,30%
244	02.02.10	Transportes	801,00	706,00								95,00	95,00	
244	02.02.13	Deslocações e estadas	34.094,00	22.001,00	1.341,41		1.341,41	1.341,41		1.341,41		10.751,59	10.751,59	3,93%
244	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	374.360,00	201.559,00	171.832,04		171.832,04	167.757,67		167.757,67		968,96	5.043,33	44,81%
244	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	18.284,00	11.059,00	4.072,47		4.072,47	4.072,47		4.072,47		3.152,53	3.152,53	22,27%
244	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	359.465,00	221.505,00	134.729,33		134.729,33	133.693,89		133.693,89		3.230,67	4.276,17	1.045,50
244	02.02.25	Outros serviços	509.892,00	93.340,00	398.625,75		398.625,75	398.625,75		398.625,75		17.925,25	17.925,25	37,19%
244	04.03.05	Adm Cent-Serviços e Fundos Autónomos	160.000,00		160.000,00		160.000,00	160.000,00		160.000,00				100,00%
244	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	47.686,00		47.685,26		47.685,26	47.685,26		47.685,26		0,74	0,74	100,00%
244	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	20.204,00		5.203,60		5.203,60	4.704,75		4.704,75		15.000,40	15.499,25	23,29%
244	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	5.611.998,00		530.991,00		530.991,00	530.991,00		530.991,00		5.081.007,00	5.081.007,00	9,46%
256	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	2.808.001,00		2.731.959,79		2.731.959,79	2.731.959,53		2.731.959,53		76.041,21	76.041,47	0,26
256	01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.821,00		1.820,4									



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controle Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: Todos
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.01.11	Representação	105.728,00		87.657,27		87.657,27	87.657,27		87.657,27	18.070,73	18.070,73		82,91%
256	01.01.12	Suplementos e prémios	529.860,00		470.293,65		470.293,65	470.293,65		470.293,65	59.566,35	59.566,35		88,76%
256	01.01.13	Subsídio de refeição	228.599,00		207.300,80		207.300,80	207.300,80		207.300,80	21.298,20	21.298,20		90,68%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	459.504,00		452.245,82		452.245,82	452.245,82		452.245,82	7.258,18	7.258,18		98,42%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	443.512,00		434.416,26		434.416,26	434.416,26		434.416,26	9.095,74	9.095,74		97,95%
256	01.02.02	Horas extraordinárias	21.183,00		21.182,09		21.182,09	21.182,09		21.182,09	0,91	0,91		100,00%
256	01.02.03	Alimentação e alojamento	68.139,00		62.115,18		62.115,18	62.115,18		62.115,18	6.023,82	6.023,82		91,16%
256	01.02.04	Ajudas de custo	150.242,00		86.545,96		86.545,96	86.545,96		86.545,96	63.696,04	63.696,04	225,00	57,45%
256	01.02.05	Abono para faltas	2.651,00		2.650,68		2.650,68	2.650,68		2.650,68	0,32	0,32		99,99%
256	01.02.06	Abono Formação	5.000,00								5.000,00	5.000,00		
256	01.02.08	Ab-Sub abonos de fixação, residência alojamento	108.058,00		102.668,64		102.668,64	102.668,64		102.668,64	5.389,36	5.389,36		95,01%
256	01.02.12	Indemnização por cessação funções	25.091,00		25.089,59		25.089,59	22.135,57		22.135,57	1,41	2.955,43	2.954,02	88,22%
256	01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	18.511,00		18.450,85		18.450,85	17.703,84		17.703,84	60,15	807,16	747,01	95,64%
256	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	7.833,00		7.831,64		7.831,64	7.831,64		7.831,64	1,36	1,36		99,98%
256	01.03.04	Outras prestações família	1.317,00		1.316,43		1.316,43	1.316,43		1.316,43	0,57	0,57		99,96%
256	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-Caixa Geral Aposentações	1.174.205,00		1.173.187,63		1.173.187,63	1.173.187,63		1.173.187,63	1.017,37	1.017,37		99,91%
256	01.03.05.A0.B0	Contrib para segurança social - Segurança Social	309.115,00		307.334,59		307.334,59	307.334,59		307.334,59	1.780,41	1.780,41		99,42%
256	01.03.10.P0	Parentalidade	3.823,00		3.822,20		3.822,20	3.822,20		3.822,20	0,80	0,80		99,98%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	26.937,00	1.500,00	24.314,34		24.314,34	22.315,79		22.315,79	1.122,66	3.121,21	1.998,55	82,84%
256	02.01.04	Limpeza e higiene	31.240,00		26.758,62		26.758,62	26.758,62		26.758,62	4.481,38	4.481,38		85,65%
256	02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	2.935,00		2.866,62		2.866,62	2.866,56		2.866,56	68,38	68,44	0,06	97,67%
256	02.01.08.A0.00	Material de Escritório - Papel	2.082,00		2.081,16		2.081,16	2.081,16		2.081,16	0,84	0,84		99,96%
256	02.01.08.B0.00	Material de Escritório - Consumíveis de impressão	646,00								646,00	646,00		
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	29.664,00	3.300,00	5.854,13		5.854,13	5.436,73		5.436,73	20.509,87	20.927,27	417,40	18,33%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	9.214,00		6.229,38		6.229,38	4.281,77		4.281,77	2.609,62	4.557,63	1.947,61	46,47%
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	1.855,00		1.85,82		1,85,82	1,85,82		1,85,82	1.445,18	1.445,18		10,01%
256	02.01.21	Outros bens	37.947,00	10.800,00	24.499,95		24.499,95	24.365,89		24.365,89	2.647,05	2.781,11	134,06	64,21%
256	02.02.02	Limpeza e higiene.	122.411,00	75,00	98.654,17		98.654,17	98.168,74		98.168,74	23.681,83	24.167,26	485,43	80,20%
256	02.02.03	Conservação de bens	23.510,00	9.000,00	7.752,40		7.752,40	6.450,50		6.450,50	6.757,60	8.059,50	1.301,90	27,44%
256	02.02.06	Locação de material de transporte	1.538,00								1.538,00	1.538,00		
256	02.02.08	Locação de outros bens	12.970,00	750,00	7.230,52		7.230,52	6.446,52		6.446,52	4.989,48	5.773,48	784,00	49,70%
256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	17.200,00	750,00	12.674,62		12.674,62	9.448,48		9.448,48	3.775,38	7.001,52	3.226,14	54,93%
256	02.02.09.B0.00	Comunicações fixas de dados	49,00		48,48		48,48	48,48		48,48	0,52	0,52		98,94%
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	4.593,00	750,00	3.000,00		3.000,00	2.729,08		2.729,08	843,00	1.113,92	270,92	59,42%
256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	10.488,00	600,00	9.021,40		9.021,40	7.123,28		7.123,28	866,80	2.764,72	1.898,12	67,92%
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	72.459,00	4.500,00	60.653,24		60.653,24	55.505,27		55.505,27	7.305,76	12.453,73	5.147,97	76,60%
256	02.02.10	Transportes	489.825,00	69.000,00	386.972,91		386.972,91	357.193,21		357.193,21	33.852,09	63.631,79	29.779,70	72,92%
256	02.02.11	Representação dos serviços	23.241,00		22.437,80		22.437,80	18.443,97		18.443,97	803,20	4.797,03	3.993,83	79,36%
256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	2.716,00		2.649,59		2.649,59	2.649,59		2.649,59	66,41	66,41		97,55%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	107.569,00	10.500,00	80.471,78		80.471,78	78.863,45		78.863,45	16.597,22	18.205,55	1.608,33	73,31%
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	35.915,00	5.250,00	24.477,00		24.477,00	24.477,00		24.477,00	6.188,00	6.188,00		68,15%
256	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	1.200,00		1.200,00		1.200,00	23.215,10		23.215,10	1.757,40	2.212,90	455,50	87,18%
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	26.628,00	1.200,00	23.670,60		23.670,60	859,51		859,51	2.100,49	2.180,49	80,00	28,27%
256	02.02.16	Seminários, exposições e similares	3.040,00											
256	02.02.17	Publicidade	20.000,00	3.000,00							17.000,00	17.000,00		
256	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	1.045,00		792,50		792,50	791,50		791,50	252,50	253,50	1,00	75,74%
256	02.02.17.C0.00	Publicidade - outra	500,00	75,00	54,98		54,98	54,98		54,98	370,02	370,02		11,00%
256	02.02.18	Vigilância e segurança	64.664,00		63.646,33		63.646,33	63.646,33		63.646,33	1.017,67	1.017,67		98,43%
256	02.02.19.A0.A0	Assistência Técnica - Impressoras/Fotocopiadoras/ Scanner	16.000,00		16.000,00		16.000,00	13.110,52		13.110,52	2.889,48	2.889,48	2.889,48	81,94%
256	02.02.19.A0.B0	Assistência Técnica - Outros	33.194,00	1.200,00	25.441,74		25.441,74	23.291,14		23.291,14	6.552,26	8.702,86	2.150,60	70,17%
256	02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	20.000,00	3.000,00	11.808,00		11.808,00	11.808,00		11.808,00	5.192,00	5.192,00	770,00	59,04%
256	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	5.805,00		1.854,61		1.854,61	1.084,61		1.084,61	3.950,39	4.720,39		18,68%
256	02.02.20.C0.00	Outros	15.675,00	15.675,00										
256	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	950.533,00	133.280,00	758.972,77		758.972,77	58.972,77		58.972,77	58.280,23	758.280,23	700.000,00	6,20%
256	02.02.23.B0.00	Outros Serv. Saúde - Verificação Médica - Junta mé	500,00								500,00	500,00		
256	02.02.25	Outros serviços	269.352,00	2.250,00	262.627,31		262.627,31	261.186,51		261.186,51	4.474,69	5.915,49	1.440,80	96,97%
256	04.03.05	Adm Cent-Serviços e Fundos Autónomos	215.000,00		215.000,00		215.000,00	215.000,00		215.000,00				100,00%
256	04.05.01	Adm Local-Continente	7.500,00		7.500,00		7.500,00	7.500,00		7.500,00				100,00%
256	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	443.709,00		443.708,03		443.708,03	443.708,03		443.708,03	0,97	0,97		100,00%
256	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	66.857,00		66.857,00		66.857,00	66.857,00		66.857,00				100,00%
256	05.06.03	Outras	220.708,00		183.573,90		183.573,90	183.573,90		183.573,90	37.134,10	37.134,10		83,18%
256	07.01.04	Aq.Bens Capital -Const.Diversas	143.145,00		141.274,43		141.274,43	141.274,43		141.274,43	1.870,57	1.870,57		98,69%
256	07.01.07.A0.B0	Impressoras / Fotocopiadoras / Scanner	24.118,00		3.677,70		3.677,70	3.677,70		3.677,70	20.440,30	20.440,30		15,25%
256	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	167.464,00		166.663,76		166.663,76	166.663,76		166.663,76	800,24	800,24		99,52%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	69.075,00		63.169,71		63.169,71	63.169,71		63.169,71	5.905,29	5.905,29		91,45%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	74.125,00		69.373,03		69.373,03	69.373,03		69.373,03	4.751,97	4.751,97		93,59%
256	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	10.339,00		5.658,00		5.658,00				4.681,00	10.339,00	5.658,00	
256	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	592.764,00		575.994,24		575.994,24	575.994,24		575.994,24	16.769,76	16.769,76		97,17%
256	01.02.04	Ajudas de custo	30.000,00		476,49		476,49	476,49		476,49	29.523,51	29.523,51		1,59%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	5.000,00											



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezagembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: Todos
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100	
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)		
258	02.01.21	Outros bens	15.000,00	15.000,00											
258	02.02.03	Conservação de bens	374.561,00	357.489,00	16.794,21		16.794,21	16.794,21		16.794,21	277,79	277,79			4,48%
258	02.02.10	Transportes	5.000,00	5.000,00											
258	02.02.11	Representação dos serviços	5.425,00	5.000,00	424,85		424,85	424,85		424,85	0,15	0,15			7,83%
258	02.02.13	Deslocações e estadas	75.795,00	40.000,00	294,56		294,56	294,56		294,56	35.500,44	35.500,44			0,39%
258	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	100.000,00	100.000,00											
258	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	3.000,00	3.000,00											
258	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	325.060,00	250.000,00	75.059,24		75.059,24	75.050,83		75.050,83	0,76	9,17	8,41		23,09%
258	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	762.600,00	46.510,10	46.510,10		46.510,10	15.830,10		15.830,10	716.089,90	746.769,90	30.680,00		2,08%
258	02.02.25	Outros serviços	40.000,00	40.000,00											
258	06.02.01	Impostos e taxas	230.000,00		109.975,19		109.975,19	109.975,19		109.975,19	120.024,81	120.024,81			47,82%
258	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	5.000,00								5.000,00	5.000,00			
258	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	12.000,00								12.000,00	12.000,00			
258	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	200.000,00								200.000,00	200.000,00			
258	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	5.373.600,00		3.203.383,25		3.203.383,25	3.203.383,25		3.203.383,25	2.170.216,75	2.170.216,75			59,61%
957	06.02.03.R0.00	Outras Desp.Correntes - Diversas - Outras -Reserva	619.271,00	619.271,00											
		Total	403.057.843,00	4.125.335,00	221.312.357,04		221.312.357,04	220.245.168,41		220.245.168,41	177.620.150,96	178.687.339,59	1.067.188,63		54,64%

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controle Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.01 - DGRDN (atividades)
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
244	01.02.04	Ajudas de custo	10.000,00		101,65		101,65	101,65		101,65	9.898,35	9.898,35		1,02%
244	02.01.21	Outros bens	24.779,00	3.132,00	20.879,00		20.879,00	20.879,00		20.879,00	768,00	768,00		84,26%
244	02.02.03	Conservação de bens	1.251.470,00	1.227.059,00	24.410,65		24.410,65	24.410,65		24.410,65	0,35	0,35		1,95%
244	02.02.04.A0.00	Princípio da Onerosidade	120.860.000,00		359.520,00		359.520,00	359.520,00		359.520,00	120.500.480,00	120.500.480,00		0,30%
244	02.02.10	Transportes	801,00	706,00							95,00	95,00		
244	02.02.13	Deslocações e estadas	34.094,00	22.001,00	1.341,41		1.341,41	1.341,41		1.341,41	10.751,59	10.751,59		3,93%
244	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	374.360,00	201.559,00	171.832,04		171.832,04	167.757,67		167.757,67	968,96	5.043,33	4.074,37	44,81%
244	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	18.284,00	11.059,00	4.072,47		4.072,47	4.072,47		4.072,47	3.152,53	3.152,53		22,27%
244	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	359.465,00	221.505,00	134.729,33		134.729,33	133.683,83		133.683,83	3.230,67	4.276,17	1.045,50	37,19%
244	02.02.25	Outros serviços	509.892,00	93.340,00	398.625,75		398.625,75	398.625,75		398.625,75	17.926,25	17.926,25		78,18%
244	04.03.05	Adm Cent-Serviços e Fundos Autônomos	160.000,00		160.000,00		160.000,00	160.000,00		160.000,00				100,00%
244	07.01.07.A0.A0	Eq informatica-Admin Central-Estado-Outros	47.685,26		47.685,26		47.685,26	47.685,26		47.685,26	0,74	0,74		100,00%
244	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	20.204,00		5.203,60		5.203,60	4.704,75		4.704,75	15.000,40	15.499,25	498,85	23,29%
244	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	5.611.998,00		530.991,00		530.991,00	530.991,00		530.991,00	5.081.007,00	5.081.007,00		9,46%
256	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	2.808.001,00		2.731.959,79		2.731.959,79	2.731.959,53		2.731.959,53	76.041,21	76.041,47	0,26	97,29%
256	01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.821,40		1.820,40		1.820,40	1.820,40		1.820,40	0,60	0,60		99,97%
256	01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	29.816,00		7.617,46		7.617,46	7.617,46		7.617,46	0,54	0,54		99,99%
256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	1.598.112,00		1.589.825,22		1.589.825,22	1.589.825,22		1.589.825,22	8.286,78	8.286,78		99,48%
256	01.01.11	Representação	105.728,00		87.657,27		87.657,27	87.657,27		87.657,27	18.070,73	18.070,73		82,91%
256	01.01.12	Suplementos e prémios	411.003,00		369.958,27		369.958,27	369.958,27		369.958,27	41.044,73	41.044,73		90,01%
256	01.01.13	Subsídio de refeição	228.599,00		207.300,80		207.300,80	207.300,80		207.300,80	21.298,20	21.298,20		90,68%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	411.964,00		404.707,08		404.707,08	404.707,08		404.707,08	7.256,92	7.256,92		98,24%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	397.250,00		388.155,59		388.155,59	388.155,59		388.155,59	9.094,41	9.094,41		97,71%
256	01.02.02	Horas extraordinárias	21.183,00		21.182,09		21.182,09	21.182,09		21.182,09	0,91	0,91		100,00%
256	01.02.03	Alimentação e alojamento	1.570,00		1.570,00		1.570,00	1.570,00		1.570,00				
256	01.02.04	Ajudas de custo	42.710,00		40.272,77		40.272,77	40.068,10		40.068,10	2.641,90	2.641,90	204,67	93,81%
256	01.02.05	Abono para falhas	2.651,00		2.650,68		2.650,68	2.650,68		2.650,68	0,32	0,32		99,99%
256	01.02.12	Indemnização por cessação funções	25.099,00		25.099,59		25.099,59	22.135,57		22.135,57	1,41	2.955,43	2.954,02	88,22%
256	01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	18.450,85		18.450,85		18.450,85	17.703,84		17.703,84	60,15	807,16	747,01	95,64%
256	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	5.063,49		5.063,49		5.063,49	5.063,49		5.063,49	0,51	0,51		99,99%
256	01.03.04	Outras prestações família	1.317,00		1.316,43		1.316,43	1.316,43		1.316,43	0,57	0,57		99,96%
256	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGral Aposentações	1.039.705,00		1.038.688,14		1.038.688,14	1.038.688,14		1.038.688,14	1.016,86	1.016,86		99,90%
256	01.03.05.A0.B0	Contrib para segurança social - Segurança Social	290.833,00		289.053,32		289.053,32	289.053,32		289.053,32	1.779,68	1.779,68		99,39%
256	01.03.10.P0	Parentalidade	1.194,00		1.193,92		1.193,92	1.193,92		1.193,92	0,08	0,08		99,99%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	25.294,00		24.161,67		24.161,67	22.163,12		22.163,12	1.122,33	3.120,88	1.998,55	87,66%
256	02.01.04	Limpeza e higiene	31.240,00		26.758,62		26.758,62	26.758,62		26.758,62	4.481,38	4.481,38		85,65%
256	02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	2.935,00		2.866,62		2.866,62	2.866,56		2.866,56	68,38	68,44	0,06	97,67%
256	02.01.08.A0.00	Material de Escritório - Papel	2.082,00		2.081,16		2.081,16	2.081,16		2.081,16	0,84	0,84		99,96%
256	02.01.08.B0.00	Material de Escritório - Consumíveis de impressão	646,00								646,00	646,00		
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	7.576,00		4.916,56		4.916,56	4.499,16		4.499,16	2.659,44	3.076,84	417,40	59,39%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	6.646,00		6.161,38		6.161,38	4.213,77		4.213,77	484,62	2.432,23	1.947,61	63,40%
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	356,00		185,82		185,82	185,82		185,82	170,18	170,18		52,20%
256	02.01.21	Outros bens	10.863,00		10.793,21		10.793,21	10.793,21		10.793,21	69,79	69,79		99,36%
256	02.02.02	Limpeza e higiene	121.911,00		98.654,17		98.654,17	98.168,14		98.168,14	23.256,83	23.742,26	485,43	80,52%
256	02.02.03	Conservação de bens	8.510,00		7.752,40		7.752,40	6.450,50		6.450,50	757,60	2.059,50	1.301,90	75,80%
256	02.02.06	Locação de material de transporte	1.538,00								1.538,00	1.538,00		
256	02.02.08	Locação de outros bens	7.970,00		7.230,52		7.230,52	6.446,52		6.446,52	739,48	1.523,48	784,00	80,88%
256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	16.450,00		12.674,62		12.674,62	9.448,48		9.448,48	3.775,38	7.001,52	3.226,14	57,44%
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	3.843,00		3.000,00		3.000,00	2.729,08		2.729,08	843,00	1.113,92	270,92	71,01%
256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	9.888,00		9.021,40		9.021,40	7.123,28		7.123,28	866,60	2.764,72	72,04%	
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	27.987,00		26.231,00		26.231,00	21.083,03		21.083,03	1.756,00	6.903,97	5.147,97	75,33%
256	02.02.10	Transportes	29.825,00		29.424,08		29.424,08	23.690,20		23.690,20	400,92	6.136,80	5.735,88	79,42%
256	02.02.11	Representação dos serviços	21.199,00		20.396,51		20.396,51	17.612,80		17.612,80	802,49	3.586,50	2.783,71	83,08%
256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	1.138,00		1.071,77		1.071,77	1.071,77		1.071,77	66,23	66,23		94,18%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	60.181,00		50.415,62		50.415,62	48.807,29		48.807,29	9.765,38	11.373,71	1.608,33	81,10%
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	915,00								915,00	915,00		
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	17.938,00		16.560,60		16.560,60	16.560,60		16.560,60	1.377,40	1.377,40		92,32%
256	02.02.16	Seminários, exposições e similares	3.040,00		939,51		939,51	859,51		859,51	2.100,49	2.180,49	80,00	28,27%
256	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	1.045,00		792,50		792,50	791,50		791,50	252,50	253,50	1,00	75,74%
256	02.02.18	Vigilância e segurança	24.000,00		22.982,53		22.982,53	22.982,53		22.982,53	1.017,47	1.017,47		95,76%
256	02.02.19.A0.A0	Assistência Técnica - Impressoras/Fotocopiadoras/ Scanner	16.000,00		16.000,00		16.000,00	13.110,52		13.110,52	2.889,48	2.889,48	2.889,48	81,94%
256	02.02.19.A0.B0	Assistência Técnica - Outros	30.194,00		25.441,74		25.441,74	23.291,14		23.291,14	4.752,26	6.902,86	2.150,60	77,14%
256	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	5.805,00		1.854,61		1.854,61	1.084,61		1.084,61	3.950,39	4.720,39	770,00	18,68%
256	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	11.910,00		8.833,70		8.833,70	8.833,70		8.833,70	3.076,30	3.076,30		74,17%
256	02.02.23.B0.00	Outros Serv. Saúde - Verificação Médica - Junta mé	500,00								500,00	500,00		
256	02.02.25	Outros serviços	169.084,00		167.500,08		167.500,08	166.059,28		166.059,28	1.583,92	3.024,72	1.440,80	98,21%
256	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	46.357,00		46.357,00		46.357,							



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controle Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.01 - DGRDN (atividades)
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	1.970,00		1.969,21		1.969,21	1.969,21		1.969,21	0,79	0,79		99,96%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	56.457,00		56.457,00		56.457,00	56.457,00		56.457,00				100,00%
256	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	4.339,00								4.339,00	4.339,00		
256	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	550.602,00		533.943,00		533.943,00	533.943,00		533.943,00	16.659,00	16.659,00		96,97%
258	01.02.04	Ajudas de custo	30.000,00		476,49		476,49	476,49		476,49	29.523,51	29.523,51		1,59%
258	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	5.000,00	5.000,00										
258	02.01.21	Outros bens	15.000,00	15.000,00										
258	02.02.03	Conservação de bens	374.561,00	357.489,00	16.794,21		16.794,21	16.794,21		16.794,21	277,79	277,79		4,48%
258	02.02.10	Transportes	5.000,00	5.000,00										
258	02.02.11	Representação dos serviços	5.425,00	5.000,00	424,85		424,85	424,85		424,85	0,15	0,15		7,83%
258	02.02.13	Deslocações e estadas	75.795,00	40.000,00	294,56		294,56	294,56		294,56	35.500,44	35.500,44		0,39%
258	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	100.000,00	100.000,00										
258	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	3.000,00	3.000,00										
258	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	325.060,00	250.000,00	75.059,24		75.059,24	75.059,24		75.059,24	0,76	9,17	8,41	23,09%
258	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	762.600,00		46.510,10		46.510,10	15.830,10		15.830,10	716.089,90	746.769,90	30.680,00	2,08%
258	02.02.25	Outros serviços	40.000,00	40.000,00										
258	06.02.01	Impostos e taxas	230.000,00		109.975,19		109.975,19	109.975,19		109.975,19	120.024,81	120.024,81		47,82%
258	07.01.07.A0.C0	Eq Informática-Admin Central-Estado-Outros	5.000,00								5.000,00	5.000,00		
258	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	12.000,00								12.000,00	12.000,00		
258	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	200.000,00								200.000,00	200.000,00		
258	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	1.000.000,00		7.765,19		7.765,19	7.765,19		7.765,19	992.234,81	992.234,81		0,78%
957	06.02.03.R0.00	Outras Desp.Correntes - Diversas - Outras -Reserva	619.271,00	619.271,00										
		Total	142.198.411,00	3.220.121,00	10.939.729,23		10.939.729,23	10.864.578,24		10.864.578,24	128.038.560,77	128.113.711,76	75.150,99	7,64%

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.06 - CIOFE
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	1.088,00	150,00	937,57		937,57	937,57	937,57	0,43	0,43		86,17%	
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	500,00	75,00					425,00	425,00	425,00			
256	02.01.21	Outros bens	2.070,00	300,00	1.769,34		1.769,34	1.769,34	1.769,34	0,66	0,66		85,48%	
256	02.02.02	Limpeza e higiene.	500,00	75,00					425,00	425,00	425,00			
256	02.02.17.C0.00	Publicidade - outra	500,00	75,00	54,98		54,98	54,98	54,98	370,02	370,02		11,00%	
256	02.02.20.C0.00	Outros	225,00	225,00										
256	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	1.496,00		1.495,25		1.495,25	1.495,25	1.495,25	0,75	0,75		99,95%	
256	07.01.07.A0.B0	Impressoras / Fotocopiadoras / Scanner	1.990,00						1.990,00	1.990,00	1.990,00			
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	1.000,00		500,00		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00		50,00%	
		Total	9.369,00	900,00	4.757,14		4.757,14	4.757,14	4.757,14	3.711,86	3.711,86		50,78%	

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.02 - Dep. Apoio Ant.Comb.
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	14.472,00		14.471,82		14.471,82	14.471,82		14.471,82	0,18	0,18		100,00%
256	02.02.11	Representação dos serviços	1.857,00		1.856,49		1.856,49	646,37		646,37	0,51	1.210,63	1.210,12	34,81%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	161,00		160,05		160,05	160,05		160,05	0,95	0,95		99,41%
256	02.02.18	Vigilância e segurança	40.664,00		40.663,80		40.663,80	40.663,80		40.663,80	0,20	0,20		100,00%
256	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	823.530,00	123.530,00	700.000,00		700.000,00					700.000,00	700.000,00	
256	04.03.05	Adm Cent-Serviços e Fundos Autónomos	215.000,00		215.000,00		215.000,00	215.000,00		215.000,00				100,00%
256	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	443.709,00		443.708,03		443.708,03	443.708,03		443.708,03	0,97	0,97		100,00%
256	05.08.03	Outras	18.615,00		18.406,62		18.406,62	18.406,62		18.406,62	208,38	208,38		98,98%
		Total	1.558.008,00	123.530,00	1.434.266,81		1.434.266,81	733.056,69		733.056,69	211,19	701.421,31	701.210,12	47,05%

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.03 - DDN
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.02.04	Ajudas de custo	97.982,00		45.212,45		45.212,45	45.192,12		45.192,12	52.769,55	52.789,88	20,33	46,12%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	1.500,00	1.500,00										
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	6.000,00	900,00							5.100,00	5.100,00		
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	2.500,00	375,00							2.125,00	2.125,00		
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	1.000,00	150,00							850,00	850,00		
256	02.01.21	Outros bens	25.000,00	10.500,00	11.923,60		11.923,60	11.789,54		11.789,54	2.576,40	2.710,46	134,06	47,16%
256	02.02.03	Conservação de bens	15.000,00	9.000,00							6.000,00	6.000,00		
256	02.02.08	Locação de outros bens	5.000,00	750,00							4.250,00	4.250,00		
256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	750,00	750,00										
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	750,00	750,00										
256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	600,00	600,00										
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	30.000,00	4.500,00	19.950,42		19.950,42	19.950,42		19.950,42	5.549,58	5.549,58	24.043,82	66,50%
256	02.02.10	Transportes	460.000,00	69.000,00	357.548,83		357.548,83	333.505,01		333.505,01	33.451,17	57.494,99		72,50%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	47.047,00	10.500,00	29.716,16		29.716,16	29.716,16		29.716,16	6.830,84	6.830,84		63,16%
256	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	1.200,00	1.200,00										
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	8.690,00	1.200,00	7.110,00		7.110,00	6.654,50		6.654,50	380,00	835,50	455,50	76,58%
256	02.02.19.A0.B0	Assistência Técnica - Outros	3.000,00	1.200,00							1.800,00	1.800,00		
256	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	35.000,00	9.750,00	8.115,32		8.115,32	8.115,32		8.115,32	17.134,68	17.134,68		23,19%
256	02.02.25	Outros serviços	100.000,00	2.250,00	94.859,43		94.859,43	94.859,43		94.859,43	2.890,57	2.890,57		94,86%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	3.838,00								3.838,00	3.838,00		
256	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	6.000,00		5.658,00		5.658,00				342,00	6.000,00	5.658,00	
256	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	42.162,00		42.051,24		42.051,24	42.051,24		42.051,24	110,76	110,76		99,74%
Total			893.019,00	124.875,00	622.145,45		622.145,45	591.833,74		591.833,74	145.998,55	176.310,26	30.311,71	66,27%

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.04 - Divulgação
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.02.04	Ajudas de custo	5.000,00								5.000,00	5.000,00		
256	01.02.06	Abono Formação	5.000,00								5.000,00	5.000,00		
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	15.000,00	2.250,00							12.750,00	12.750,00		
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	35.000,00	5.250,00	24.477,00			24.477,00	24.477,00	24.477,00	5.273,00	5.273,00		69,93%
256	02.02.17	Publicidade	20.000,00	3.000,00							17.000,00	17.000,00		
256	02.02.19.C0.00	Assistência técnica - Outros	20.000,00	3.000,00	11.808,00			11.808,00	11.808,00	11.808,00	5.192,00	5.192,00		59,04%
256	02.02.20.C0.00	Outros	15.450,00	15.450,00										
256	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	78.597,00		40.528,50			40.528,50	40.528,50	40.528,50	38.068,50	38.068,50		51,56%
256	07.01.07.A0.B0	Impressoras / Fotocopiadoras / Scanner	22.128,00		3.677,70			3.677,70	3.677,70	3.677,70	18.450,30	18.450,30		16,62%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	65.805,00		60.700,50			60.700,50	60.700,50	60.700,50	5.104,50	5.104,50		92,24%
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	13.530,00		12.916,03			12.916,03	12.916,03	12.916,03	613,97	613,97		95,46%
Total			295.510,00	28.950,00	154.107,73			154.107,73	154.107,73	154.107,73	112.452,27	112.452,27		52,15%

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.08 - Estação Ibéria NATO
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	430.572,00		418.948,04		418.948,04	418.948,04		418.948,04	11.623,96	11.623,96		97,30%
256	01.01.12	Suplementos e prémios	109.579,00		92.871,13		92.871,13	92.871,13		92.871,13	16.707,87	16.707,87		84,75%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	44.017,00		44.016,31		44.016,31	44.016,31		44.016,31	0,69	0,69		100,00%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	42.399,00		42.398,39		42.398,39	42.398,39		42.398,39	0,61	0,61		100,00%
256	01.02.03	Alimentação e alojamento	66.569,00		62.115,18		62.115,18	62.115,18		62.115,18	4.453,82	4.453,82		93,31%
256	01.02.04	Ajudas de custo	3.650,00		1.060,74		1.060,74	1.060,74		1.060,74	2.589,26	2.589,26		29,06%
256	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	2.769,00		2.768,15		2.768,15	2.768,15		2.768,15	0,85	0,85		99,97%
256	01.03.05.A0.A0	Contrib. p/segurança social-Caixa Geral Aposentações	122.553,00		122.552,55		122.552,55	122.552,55		122.552,55	0,45	0,45		100,00%
256	01.03.05.A0.B0	Contrib para segurança social - Segurança Social	18.282,00		18.281,27		18.281,27	18.281,27		18.281,27	0,73	0,73		100,00%
256	01.03.10.P0	Parentalidade	2.629,00		2.628,28		2.628,28	2.628,28		2.628,28	0,72	0,72		99,97%
		Total	843.019,00		807.640,04		807.640,04	807.640,04		807.640,04	35.378,96	35.378,96		95,90%

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezagembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1354.00 - DGRDN PIDDAC
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
000	01.02.04	Ajudas de custo	3.500,00		129,76		129,76	129,76		129,76	3.370,24	3.370,24		3,71%
000	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	73,00							73,00	73,00	73,00		
000	02.02.03	Conservação de bens	7.356,00		7.318,50		7.318,50	7.318,50		7.318,50	37,50	37,50		99,49%
000	02.02.10	Transportes	73,00							73,00	73,00	73,00		
000	02.02.13	Deslocações e estadas	1.471,00		989,05		989,05	989,05		989,05	481,95	481,95		67,24%
000	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	818.125,00		815.836,77		815.836,77	815.836,77		815.836,77	2.288,23	2.288,23		99,72%
	Total		830.598,00		824.274,08		824.274,08	824.274,08		824.274,08	6.323,92	6.323,92		99,24%

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.05 - Incentivos
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	05.08.03	Outras	162.385,00		125.460,00		125.460,00	125.460,00		125.460,00	36.925,00	36.925,00		77,26%
Total			162.385,00		125.460,00		125.460,00	125.460,00		125.460,00	36.925,00	36.925,00		77,26%

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1352.00 - LPIM
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
125	02.02.25	Outros serviços	61.500,00		52.484,20		52.484,20	52.484,20		52.484,20	9.015,80	9.015,80		85,34%
125	04.03.01.27.90	Transf. Cor - EMGFA	37.728,00		37.727,60		37.727,60	37.727,60		37.727,60	0,40	0,40		100,00%
125	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	5.499.199,00		1.767.410,37		1.767.410,37	1.767.410,37		1.767.410,37	3.731.788,63	3.731.788,63		32,14%
125	08.03.01	Estado	11.275.462,00								11.275.462,00	11.275.462,00		
125	08.03.01.27.90	Transf. Cap - EMGFA	200.000,00		200.000,00		200.000,00	200.000,00		200.000,00				100,00%
125	08.03.01.27.91	Transf. Cap - Marinha	3.600.000,00		3.600.000,00		3.600.000,00	3.600.000,00		3.600.000,00				100,00%
125	08.03.01.27.92	Transf. Cap - Exército	1.500.478,00		1.500.477,50		1.500.477,50	1.500.477,50		1.500.477,50	0,50	0,50		100,00%
125	08.03.01.27.93	Transferências de Capital Administração Central	660.271,00		660.270,80		660.270,80	660.270,80		660.270,80	0,20	0,20		100,00%
258	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	4.373.600,00		3.195.618,06		3.195.618,06	3.195.618,06		3.195.618,06	1.177.981,94	1.177.981,94		73,07%
		Total	27.208.238,00		11.013.988,53		11.013.988,53	11.013.988,53		11.013.988,53	16.194.249,47	16.194.249,47		40,48%

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1351.00 - LPM
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
125	01.02.04	Ajudas de custo	180.000,00		40.854,84		40.854,84	38.299,51		38.299,51	139.145,16	141.700,49	2.555,33	21,28%
125	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	2.000,00		2.000,00		2.000,00	2.000,00		2.000,00				100,00%
125	02.01.14	Outro material-peças	35.922,00								35.922,00	35.922,00		
125	02.02.07	Locação de bens de defesa	79.696.176,00		79.696.175,57		79.696.175,57	79.696.175,57		79.696.175,57	0,43	0,43		100,00%
125	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	2.419,00								2.419,00	2.419,00		
125	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	2.073.962,00		1.320.900,00		1.320.900,00	1.320.900,00		1.320.900,00	753.062,00	753.062,00		63,69%
125	02.02.10	Transportes	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00		10.000,00			48,00	100,00%
125	02.02.11	Representação dos serviços	85.000,00		85.000,00		85.000,00	84.952,00		84.952,00			48,00	99,94%
125	02.02.13	Deslocações e estadas	620.464,00		214.297,41		214.297,41	213.775,89		213.775,89	406.166,59	406.688,11	521,52	34,45%
125	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	190.850,00		155.000,00		155.000,00	155.000,00		155.000,00	35.850,00	35.850,00		81,22%
125	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	50.000,00		50.000,00		50.000,00	50.000,00		50.000,00				100,00%
125	02.02.19.A0.B0	Assistência Técnica - Outros	140.929,00		140.000,00		140.000,00	140.000,00		140.000,00	929,00	929,00		99,34%
125	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	5.703.501,00		220.485,32		220.485,32	220.485,32		220.485,32	5.483.015,68	5.483.015,68		3,87%
125	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	8.650.859,00		8.650.844,33		8.650.844,33	8.650.844,33		8.650.844,33	14,67	14,67		100,00%
125	04.01.02	Transf correntes Soci e quase nfinan-Privadas	431.676,00		410.709,22		410.709,22	410.709,22		410.709,22	20.966,78	20.966,78		95,14%
125	04.03.01.27.90	Transf. Cor - EMGFA	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00		10.000,00				100,00%
125	04.03.01.27.91	Transf. Cor - Marinha	83.112,00								83.112,00	83.112,00		
125	04.03.01.27.92	Transf. Cor - Exército	246.718,00								246.718,00	246.718,00		
125	04.03.01.27.93	Transferências Correntes Administração Central	54.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00		10.000,00	44.000,00	44.000,00		18,52%
125	04.03.05	Adm Cent-Serviços e Fundos Autónomos	293.917,00		171.859,14		171.859,14	171.859,14		171.859,14	122.057,86	122.057,86		58,47%
125	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	407.980,00		86.241,89		86.241,89	86.241,89		86.241,89	321.738,11	321.738,11		21,14%
125	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	4.450.190,00		1.492.015,22		1.492.015,22	1.401.872,83		1.401.872,83	2.958.174,78	3.048.317,17	90.142,39	31,50%
125	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	17.950,00		15.786,26		15.786,26	15.786,26		15.786,26	2.163,74	2.163,74		87,95%
125	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	1.941.575,00		1.754.853,04		1.754.853,04	1.754.853,04		1.754.853,04	186.721,96	186.721,96		90,38%
125	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	111.186.177,00		99.722.003,00		99.722.003,00	99.722.003,00		99.722.003,00	11.464.174,00	11.464.174,00		89,69%
		Total	216.565.377,00		194.259.025,24		194.259.025,24	194.165.758,00		194.165.758,00	22.306.351,76	22.399.619,00	93.267,24	89,66%

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1353.00 - Receita Quot. NATO
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

EV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
236	01.02.04	Ajudas de custo	20.000,00		913,35		913,35	913,35		913,35	19.086,65	19.086,65		4,57%
236	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	1.000,00	1.000,00										
236	02.01.21	Outros bens	25.400,00	1.035,00	16.575,87		16.575,87	16.575,87		16.575,87	7.789,13	7.789,13		65,26%
236	02.02.08	Locação de outros bens	24.500,00		24.310,95		24.310,95	24.310,95		24.310,95	189,05	189,05		99,23%
236	02.02.10	Transportes	49.000,00	15.800,00							33.200,00	33.200,00		
236	02.02.11	Representação dos serviços	13.976,00	8.863,00	451,15		451,15	451,15		451,15	4.661,85	4.661,85		3,23%
236	02.02.13	Deslocações e estadas	73.509,00	50.000,00	2.825,22		2.825,22	2.825,22		2.825,22	20.683,78	20.683,78		3,84%
236	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	100.000,00	100.000,00										
236	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	37.950,00	26.380,00	10.753,12		10.753,12	10.753,12		10.753,12	816,88	816,88		28,33%
236	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	5.950,00	3.018,00	153,40		153,40	153,40		153,40	2.778,60	2.778,60		2,58%
236	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	400.000,00	400.000,00										
236	02.02.25	Outros serviços	25.750,00	20.863,00							4.887,00	4.887,00		
236	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	370.000,00		344.227,00		344.227,00	344.227,00		344.227,00	25.773,00	25.773,00		93,03%
236	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	50.000,00		8.260,68		8.260,68	8.260,68		8.260,68	41.739,32	41.739,32		16,52%
236	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	11.089.877,00		523.080,48		523.080,48	355.831,91		355.831,91	10.566.796,52	10.734.045,09	167.248,57	3,21%
	Total		12.286.912,00	626.959,00	931.551,22		931.551,22	764.302,65		764.302,65	10.728.401,78	10.895.650,35	167.248,57	6,22%

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro, Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.09 - Polo NAMSA
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	37.533,00		35.453,71		35.453,71	35.453,71		35.453,71	2.079,29	2.079,29		94,46%
256	01.01.12	Suplementos e prémios	9.278,00		7.464,25		7.464,25	7.464,25		7.464,25	1.813,75	1.813,75		80,45%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	3.523,00		3.522,43		3.522,43	3.522,43		3.522,43	0,57	0,57		99,98%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	3.863,00		3.862,28		3.862,28	3.862,28		3.862,28	0,72	0,72		99,98%
256	01.02.04	Ajudas de custo	900,00								900,00	900,00		
256	01.02.08	Ab-Sub abonos de fixação, residência alojamento	108.058,00		102.668,64		102.668,64	102.668,64		102.668,64	5.389,36	5.389,36		95,01%
256	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-Caixa Geral Aposentações	11.947,00		11.946,94		11.946,94	11.946,94		11.946,94	0,06	0,06		100,00%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	153,00		152,67		152,67	152,67		152,67	0,33	0,33		99,78%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	68,00		68,00		68,00	68,00		68,00				100,00%
256	02.01.21	Outros bens	14,00		13,80		13,80	13,80		13,80	0,20	0,20		98,57%
256	02.02.09.B0.00	Comunicações fixas de dados	49,00		48,48		48,48	48,48		48,48	0,52	0,52		98,94%
256	02.02.11	Representações dos serviços	185,00		184,80		184,80	184,80		184,80	0,20	0,20		99,89%
256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	1.578,00		1.577,82		1.577,82	1.577,82		1.577,82	0,18	0,18		99,99%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	180,00		179,95		179,95	179,95		179,95	0,05	0,05		99,97%
256	02.02.25	Outros serviços	268,00		267,80		267,80	267,80		267,80	0,20	0,20		99,93%
256	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	20.500,00		20.500,00		20.500,00	20.500,00		20.500,00				100,00%
256	07.01.07.A0.C0	Eq informáticas-Admin Central-Estado-Outros	800,00								800,00	800,00		
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Admin Central-Estado-Outros	300,00								300,00	300,00		
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	300,00								300,00	300,00		
Total			199.497,00		187.911,57		187.911,57	187.911,57		187.911,57	11.585,43	11.585,43		94,19%

04 de janeiro de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2020
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2020 a 31-12-2020
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.10 - Turismo Militar
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	04.05.01	Adm Local-Continente	7.500,00		7.500,00		7.500,00	7.500,00		7.500,00				100,00%
Total			7.500,00		7.500,00		7.500,00	7.500,00		7.500,00				100,00%

04 de janeiro de 2021

Siglas/Acrónimos/Abreviaturas

SIGLAS/ACRÓNIMOS/ABREVIATURAS**DESCRIÇÃO****Estrutura orgânica da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)**

CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
DADAQ	Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade
DAE	Divisão de Assuntos Estatutários
DASADMAC	Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes
DDM	Divisão dos Deveres Militares
DEQ	Divisão de Ensino e Qualificação
DGFP	Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial
DGPE	Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico
DGRHA	Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio
DIE	Divisão de Infraestruturas
DIL	Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento
DIRP	Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional
DNC	Divisão de Normalização e Catalogação
DPP	Divisão de Planeamento e Programação
DPTM	Divisão de Património e Turismo Militar
DREM	Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares
DSAE	Direção de Serviços de Armamento e Equipamento
DSAEEQ	Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação
DSGFA	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio
DSIP	Direção de Serviços de Infraestruturas e Património
DSM	Divisão de Saúde Militar
DSPSM	Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar
DSQA	Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente
DSSMAS	Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais
GAT	Gabinete de Assessoria Técnica ao DG
GCD (equipa multidisciplinar)	Gabinete de Contratação da Defesa
SARFAFS	Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Outras Siglas/Acrónimos/Abreviaturas utilizadas

AA	Avaliação e Análise
A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
AMN	Autoridade Marítima Nacional
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APL	Apoio Logístico

AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
BA 4	Base Aérea Nº 4 (Açores)
BTID	Base Tecnológica e Industrial de Defesa
BUD	Balcão Único da Defesa (DGRDN)
CANEC	Comissão de Acompanhamento da Nova Estrutura de Comandos (NATO)
CAT	Conceção e Apoio Técnico
CBRNMedWG	Chemical, Biological, Radiation and Nuclear Medical Working Group
CCAAC	Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes
CCADFA	Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CII	Cooperação Institucional Internacional
CIMM	Comité Internacional da Medicina Militar
CIN	Cooperação Institucional Nacional
CIOFE	Centro de Informação e Orientação para a Formação e o Emprego (DGRDN)
CIRIS	Sistema de Informação de Programas de Investimento da NATO
CISM	Conselho Internacional de Desporto Militar
CISMIL (EMGFA)	Centro de Informações e Segurança Militares
CM	Colégio Militar
CMO	Câmara Municipal de Oeiras
CNA	Comissão Nacional de Acompanhamento (antigos combatentes)
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
CNRIPD	Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
COARM	Grupo de Trabalho da União Europeia sobre Exportações de Armas Convencionais
COMEDS	Committee of the Chiefs of Military Medical Services
CON	Consultadoria
CORG	Código da Organização
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS	Committee for Standardization
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DEL NATO	Delegação Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte
DFA	Deficiente das Forças Armadas
DDN	Dia da Defesa Nacional
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGES	Direção-Geral do Ensino Superior
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPE	Direção-Geral de Política Externa
DGPDN	Direção-Geral de Política da Defesa Nacional
DGS	Direção-Geral de Saúde
DGT	Direção-Geral do Território
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DIRSAM (EMGFA)	Direção de Saúde Militar
DIV	Divulgação

ECAA	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional
ECQDN	Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional
EDA	European Defense Agency
EDP	Energias de Portugal
EINATO	Estação Ibéria NATO
EMAS	Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria
EMEs	Estabelecimentos Militares de Ensino
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
ENDEF	Estratégia Nacional para a Deficiência
ENSR	Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária
EPM	Enterprise Project Management
ES	Estatutária
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
ESSM	Escola Serviço Saúde Militar
FA	Forças Armadas
FOR	Formação
FSM (CPLP)	Fórum de Saúde Militar da CPLP
GQAR	Governmental Quality Assurance Representative
GGQ	Garantia Governamental da Qualidade
HFAR	Hospital das Forças Armadas
IASFA	Instituto de Ação Social das Forças Armadas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IdD	Indústrias de Defesa
ID&I (Defesa)	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
IDN	Instituto de Defesa Nacional
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde
JMC	Joint Maintenance Committe
LEAN (Técnicas)	Utilização na organização das melhores práticas de aperfeiçoamento contínuo e de eliminação de desperdício visando uma otimização de serviços e obtenção da melhor eficiência
LIM	Lei das Infraestruturas Militares
LPM	Lei de Programação Militar
LSM	Lei do Serviço Militar
LTFP	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
MAI	Ministério da Administração Interna
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Educação
MEDSTDWG	Medical Standardization Working Group
MEF	Macroestrutura Funcional (interoperabilidade semântica na Administração Pública – DGLAB)
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
MSG	Ad Hoc EDA Materiel Standardization Group

MSHT	Materiel Standardization Harmonization Team
NATO (OTAN)	North Atlantic Treaty Organization / Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN)
NATO AC/135	NATO Allied Committee 135 (Catalogação)
NATO ACodP-1	NATO Allied Codification Publication No. 1
NATO AQAP	Allied Quality Assurance Publications
NATO NCIA	NATO Communications and Information Agency
NCB	National Codification Bureaux (NATO)
NCGP	NATO Committee on Gender Perspectives
NCISS	NATO Communications and Information Systems School
NSIP	NATO Security Investment Programme
NSPA	NATO Support and Procurement Agency
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OCRD	Órgão Central de Recrutamento e Divulgação
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Plano de Ação Ambiental (da Diretiva Ambiental)
PADM	Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares
PCB	Bifenilos Policlorados (produtos químicos incluídos no Inventário Nacional de PCB – Agência Portuguesa do Ambiente)
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PJM	Policia Judiciária Militar
PME	Plano Mensal de Execução
PNA (RCSNU)	Plano Nacional de Ação para implementação da RCSNU 1325
POL NATO	Depósitos (combustíveis)
PPCACDFA	Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas
QNQ	Quadro Nacional de Qualificações
QP	Quadros Permanentes
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RC	Regime de Contrato
RCSNU	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325
REACH	Registo, Avaliação e Autorização de Substâncias Químicas
REPER EU	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
RETURMIL	Rede de Turismo Militar
RIPSM	Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar
RNA	Rede Nacional de Apoio (antigos combatentes)
RV	Regime de Voluntariado
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Sistema Nacional de)
SCEP	Sistema Central de Encargos Plurianuais (DGO)
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SG/MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SGPVE	Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SICAD (MS)	Serviço de Intervenção de Comportamentos Aditivos e Dependências
SIGDN	Sistema Integrado de Gestão da Defesa
SIIE	Sistema de Informação dos Imóveis do Estado
SINAVE	Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica
SIOE	Sistema de Informação da Organização do Estado
SIPI	Sistema de Informação dos Projetos de Investimento (DGO)
SIPORG	Sistema Informático para Operações de Recrutamento Geral
SMG	Standardization Management Group
SNPC	Serviço Nacional de Proteção Civil
SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
SSM	Sistema de Saúde Militar
STANAG	Standardization Agreement
TC	Tribunal de Contas
TM	Turismo Militar
UE	União Europeia
UEFISM	Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar
U/E/O	Unidade/Estabelecimento/Órgão
UMT (EMGFA)	Unidade Militar de Toxicologia
UNL/FCT	Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências e Tecnologia
UO	Unidade Orgânica
UTITA (EMGFA)	Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependência e Alcoolismo
ZAA	Zona Aérea dos Açores

Balanço Social

BALANÇO SOCIAL

2020

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL

Ficha Técnica

Título – Balanço Social 2020 da DGRDN
Data de finalização – Março de 2021
Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica
Colaboração [Fonte dos dados de RH e Financeiros]
– Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Av. Ilha da Madeira, 1 – 4º Piso 1400-204 Lisboa
Tel.: (21)3028500
Fax: (21)3027221
E-mail: dgrdn@defesa.pt
URL: <http://www.portugal.gov.pt>

ÍNDICE

Nota de apresentação ... 3

RECURSOS HUMANOS

EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA ... 4

ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE ... 8

ESTRUTURA HABILITACIONAL ... 9

MOBILIDADE DO PESSOAL ... 10

MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE ... 12

REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL ... 14

HIGIENE E SEGURANÇA ... 15

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ... 16

RELAÇÕES PROFISSIONAIS ... 18

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN ... 18

Anexos

Anexo 1 – Índices de Gestão de Pessoal ... 19

Anexo 2 – Formulário/Mapas anexos ao DL n.º 190/96, de 9 de outubro ... 22

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O Balanço Social como instrumento de gestão na área dos recursos humanos foi estabelecido com caráter obrigatório pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro, e instituiu a sua elaboração para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local que tenham um mínimo de 50 trabalhadores, (*vide* quadros oficiais, Anexo 2).

Aprovada pelo Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional determinou a criação do Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho onde foram estabelecidas a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), definindo ainda a dotação de lugares de direção (superior e intermédia de 1º grau) e o estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares, e a Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro que definiu a estrutura nuclear do serviço e as competências das respetivas unidades orgânicas, o estabelecimento de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas disciplinares.

O Balanço Social 2020, como instrumento de gestão, caracteriza a situação dos recursos humanos no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro, o seu desenvolvimento e as tendências. Considerou-se sobretudo:

- Possibilitar a todos/as os/as trabalhadores/as o acesso à formação profissional na perspetiva da sua valorização e o aumento da motivação;
- Usufruir da melhoria de instalações e equipamentos (condições de trabalho);
- O controlo efetivo e eficiente da assiduidade;
- A gestão e racionalização dos encargos com pessoal, de acordo com as necessidades de funcionamento do serviço.

Assim, podemos garantir que a DGRDN apresenta através dos indicadores obtidos uma estratégia de investimento no seu capital humano refletido na qualidade de desempenho das pessoas que se tem mantido equilibrado, desejando-se e prevendo-se um aumento do potencial da *performance* individual e coletiva.

Lisboa, 12 de março de 2021

Vasco Hilário

Vasco
Hilário

Assinado de forma digital por Vasco Hilário
Dados: 2021.03.25 17:23:45 Z

Diretor Geral

RECURSOS HUMANOS EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA

A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) detinha no exercício de funções em 31 de dezembro de 2020, **259 trabalhadores** compreendendo **51 %** dos efetivos no **peçoal civil** e no **peçoal militar, 49%**. (Figura 1). Na **divisão por género**, 168 trabalhadores eram homens e 91 mulheres, correspondendo mutuamente a uma **taxa de masculinização** de **64,9%** (63 civis: 24,3%, e 105 militares: 40,5 %) e **taxa de feminização** de **35,1%** (77 civis: 29,7%, e 14 militares: 5,4%) (Gráfico 1) (detalhe em Anexo 2, quadro 1).

Dados
Retrospectivos

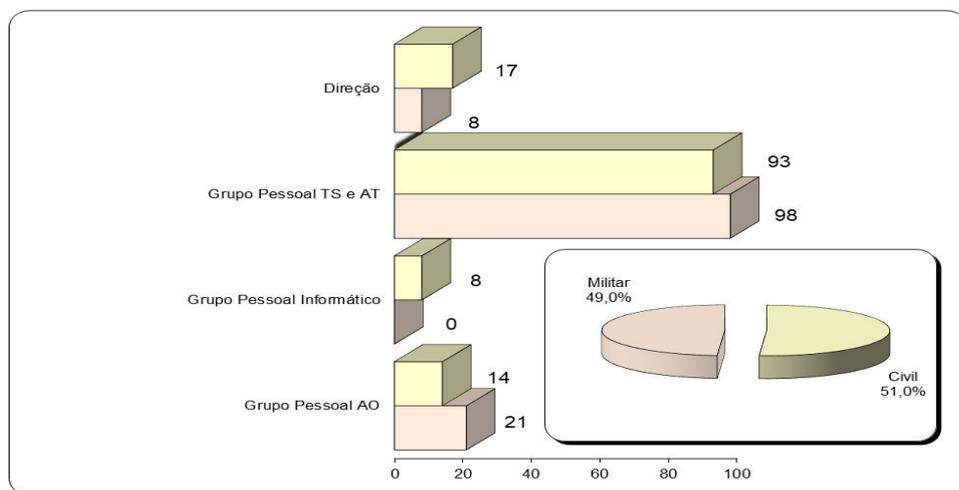
2016
255

2017
255

2018
258

2019
256

Figura 1
Distribuição de Efetivos (Pessoal civil e militar)



Grupos/Cargos/Carreiras	Pessoal Civil			Pessoal Militar/Militarizado					TOTAL	
	DGRDN	Outros	SubTOT	MAR	EXE	FAP	GNR	SubTOT		
Direção superior	2		2		1			1	3	1,2%
Direção intermédia	15		15	2	4	1		7	22	8,5%
Direção	17	0	17	2	5	1	0	8	25	9,7%
Técnico superior	70		70	6	18	18		42	112	43,2%
Assistente técnico	23		23	14	22	20		56	79	30,5%
Grupo Pessoal TS e AT	93	0	93	20	40	38	0	98	191	73,7%
Informático	8		8					0	8	3,1%
Grupo Pessoal Informático	8	0	8	0	0	0	0	0	8	3,1%
Assistente operacional	14		14	12	6	3		21	35	13,5%
Grupo Pessoal AO	14	0	14	12	6	3	0	21	35	13,5%
Total	132	0	132	34	51	42	0	127	259	100,0%
%	51,0%	0,0%	51,0%	13,1%	19,7%	16,2%	0,0%	49,0%	100,0%	

Considerando a **distribuição dos trabalhadores por Grupos Profissionais** (Figura 1) ocupavam cargos de Direção (superior e intermédia) 25 dirigentes (9,7%). O Grupo de Pessoal Técnico

Superior e Assistente Técnico compreende 191 trabalhadores (73,7%) (incluindo os militares com estatuto equivalente), o Grupo de Pessoal Informático perfaz 8 efetivos (3,1%) e o Grupo de Pessoal Assistente Operacional, 35 trabalhadores (13,5%) (incluindo militares com funções semelhantes)¹.

A repartição profissional transversal à análise do grupo/cargo/carreira (detalhe em Anexo 2, quadro 1), distribui o pessoal da DGRDN, resultando nas seguintes **taxas de pessoal**:

- dirigente superior 1º grau – 1 (0,4%)
- dirigente superior 2º grau – 2 (0,8%)
- dirigente intermédio 1º grau – 7 (2,7%)
- dirigente intermédio 2º grau – 15 (5,8%)
- técnico superior – 70 (27%)
- assistente técnico – 23 (8,8%)
- assistente operacional – 14 (5,4%)
- informático – 8 (3,1%)
- forças armadas/oficiais, sargentos, praças (excluindo dirigentes) – 119 (45,9%)

O **índice de enquadramento** (exercício de funções dirigentes) foi de **9,7%** (Gráfico 1). O **enquadramento feminino** (face ao nº total de trabalhadores) representava 3,9% (considerando exclusivamente o grupo dirigente – 40%).

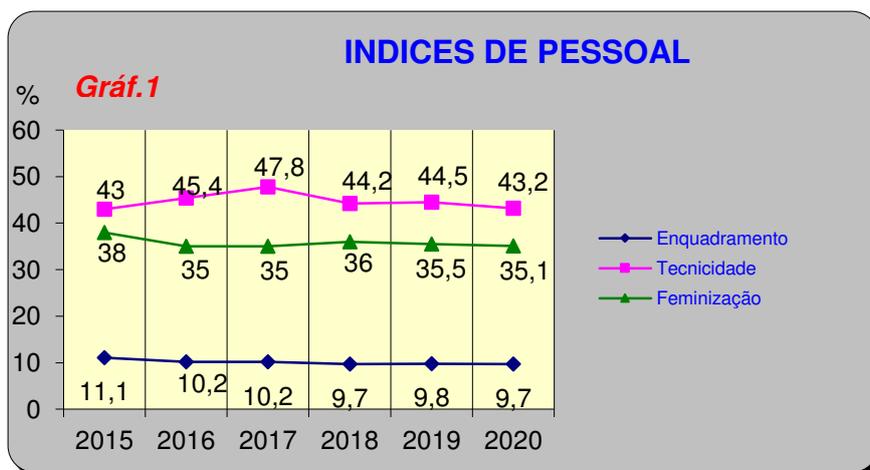
O **índice de tecnicidade** (sentido restrito) obtido (**43,2%**), inclui os trabalhadores na carreira técnica superior e militares equivalentes no cumprimento de funções idênticas (Gráfico 1).

Segundo a **modalidade de vinculação** apresentam-se abaixo as **taxas de pessoal** seguintes (distribuição dos efetivos):

- Nomeação definitiva – 95 (36,6%)
- Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – 115 (44,4%)
- Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo – 24 (9,2%)
- Comissão de Serviço no âmbito da LTFP – 25 (9,6%)

Anota-se que a Direção-geral possuía no exercício de funções, 6 trabalhadores portadores de deficiência (3 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 2 militares) (Anexo 2, quadro 6).

¹ Foram integrados no quadro da Figura 1 como exercendo funções de TS, AT e AO, 1 oficial, 19 sargentos e 6 praças, provenientes da Estação Ibérica NATO (IENATO) como desempenhando as correspondentes competências de TS, AT e AO, apesar das funções cumpridas serem de carácter militar.



A divisão dos recursos humanos pela estrutura orgânica da DGRDN revela-se consolidada na Figura 2.

Excetuando a Direção (enquanto unidade orgânica), a Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar (DSPSM) integra o quantitativo mais elevado de efetivos (54; 20,8%), sucedido pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA) (42; 16,2%) e Direção de Serviços de Infraestruturas e Património (DSIP) (25; 9,7%).

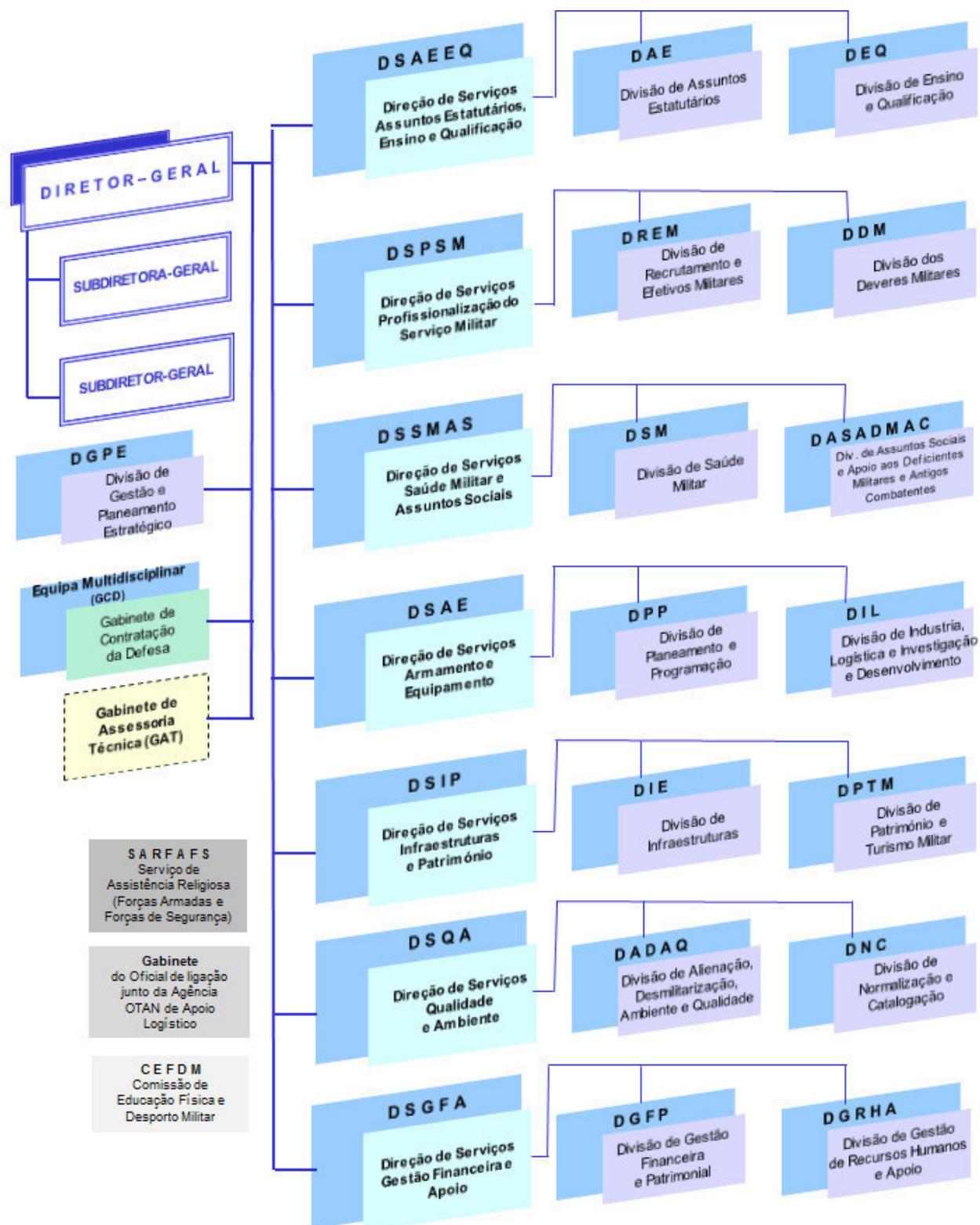
A DSGFA apresenta o maior número de trabalhadores dos grupos técnicos (25) seguido pela Direção de Serviços Saúde Militar e Assuntos Sociais (DSSMAS) em igual com a Direção de Serviços de Infraestruturas e Património (DSIP) (14). Os trabalhadores assistentes operacionais exercem funções quase exclusivamente na DSGFA (8).

Figura 2
Distribuição de Efetivos pela Estrutura Orgânica

Grupos/Cargos/Carreiras	DIR (1)	DSAEQ	DSPSM	DSSMAS	DSAE	DSIP	DSQA	DSGFA	DGPE	GCD	GABOTAN	SARFAFS	GAT	CEFD	Total
Direção superior (2)	3														3
Direção intermédia (3)		3	3	3	3	3	3	3	1						22
Direção	3	1	0	0	0	0	0	25							
Técnico superior	3	10	9	10	2	13	2	14		4		1	2		70
Assistente técnico	4		1	4		1	2	11							23
Grupo Pessoal TS e AT	7	10	10	14	2	14	4	25	0	4	0	1	2	0	93
Informático	1		2		1			4							8
Grupo Pessoal Informático	1	0	2	0	1	0	0	4	0	0	0	0	0	0	8
Assistente operacional	4		1			1		8							14
Grupo Pessoal AO	4	0	1	0	0	1	0	8	0	0	0	0	0	0	14
Oficiais	7	2	11	2	6	5	6				1		1	2	43
Sargentos	20		16	4	1	2	10	1				1			55
Praças	8		11					1				1			21
Grupo Pessoal Militar	35	2	38	6	7	7	16	2	0	0	1	2	1	2	119
Total	50	15	54	23	13	25	23	42	1	4	1	3	3	2	259
%	19,3	5,8	20,8	8,9	5,0	9,7	8,9	16,2	0,4	1,5	0,4	1,2	1,2	0,8	100

(1) Inclui 26 militares da EINATO (1 Oficial, 19 Sargentos, e 6 Praças)
 (2) Inclui 1 militar oficial-general
 (3) Inclui 8 militares oficiais superiores

Organograma da DGRDN

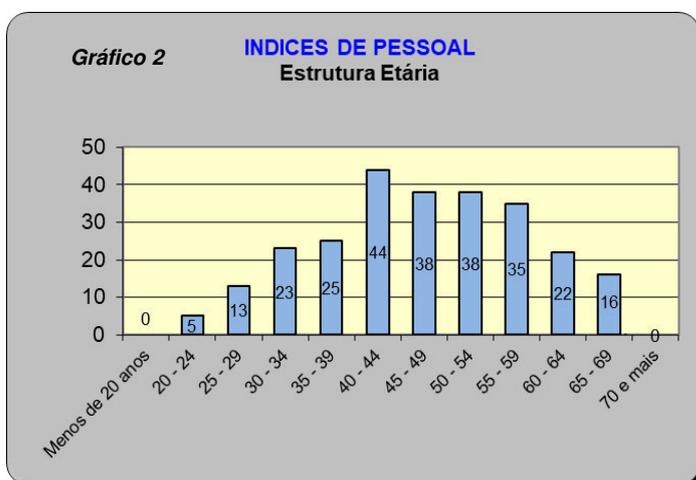


RECURSOS HUMANOS ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE

Atendendo à estrutura etária dos recursos humanos da Direção-geral (detalhe em Anexo 2, quadro 2 e Gráfico 2) o indicador referente à **idade média** dos trabalhadores é de **47 anos**.

Por género, no **sexo masculino** a média de idades é de **46 anos** e do **sexo feminino** de **49 anos e meio**.

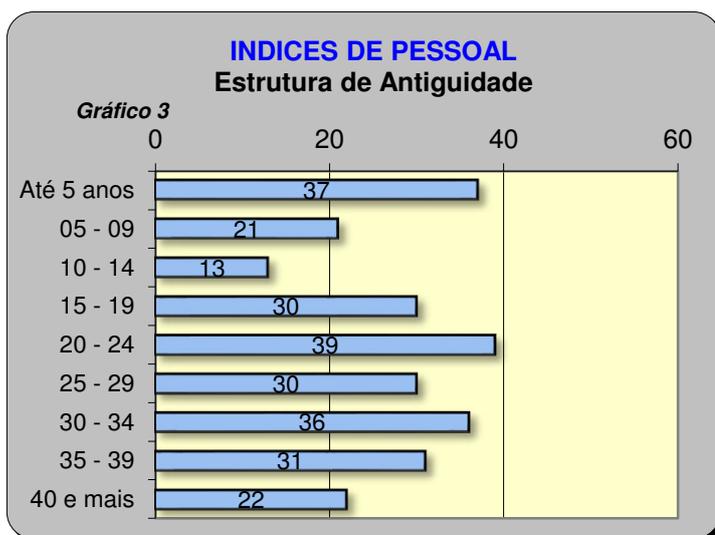
Assinala-se que o mais expressivo grupo etário se situa entre os 40 e os 44 anos de idade (17%) sucedido em igual valor pelos 45 e os 49 bem como dos 50 aos 54 anos (14%) e do grupo 55 aos 59 anos (13,5%), totalizando 45,2% do pessoal da DGRDN.



A **taxa de emprego jovem** verificada no grupo etário inferior aos 25 anos é maior do que a apurada em 2019 (1,6%) situando-se em **1,9%** (Gráfico 2).

Na administração pública o nível médio de antiguidade dos trabalhadores da DGRDN mantém-se aproximadamente 22 anos (detalhe em Anexo 2, quadro 3 e Gráfico 3).

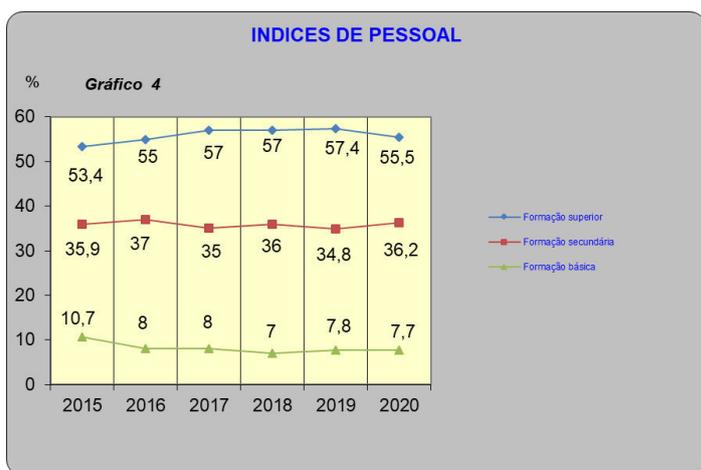
O grupo de pessoal de antiguidade no intervalo dos 20 aos 24 anos de serviço revela-se como o mais significativo (15,1%), seguido do escalão até aos 5 anos (14,3%) (Gráfico 3).



A antiguidade no serviço dos trabalhadores do sexo feminino, é de 22,41 anos e dos trabalhadores do sexo masculino 22,21 anos.

RECURSOS HUMANOS **ESTRUTURA HABILITACIONAL**

O grau de habilitações dos trabalhadores da Direção-geral permite entender pormenorizadamente a sua estrutura através da avaliação de indicadores específicos nesta matéria (detalhe em Anexo 2, quadro 4, Gráfico 4 e Figura 3).



O **índice de formação superior** foi de **55,5%**, verificando-se que em relação ao grau académico superior o serviço detinha 106 licenciados, 34 mestres e 4 doutorados que exerciam funções de direção e/ou técnicas.

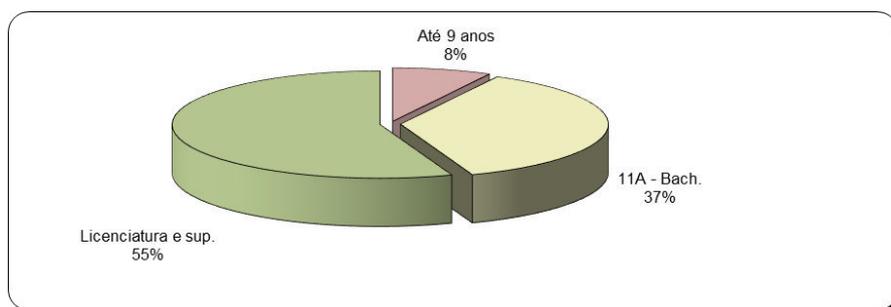
A **taxa de formação secundária** situa-se em **36,7%** e a **taxa de formação básica** em **7,7%**.

Observando-se a Figura 3 obtém-se o nível habilitacional por grupos profissionais e carreiras.

Na distribuição da escolaridade por género, 32,4% dos efetivos do sexo masculino possui formação superior (84) igualando os 32,4% do ensino básico/secundário (84). No sexo feminino a taxa de formação superior é de 23,1% (60). Possuem o ensino básico/secundário 11,9% das trabalhadoras (31).

Figura 3 - Habilitações Literárias

Grupos/Cargos/Carreiras	Até 9 anos	11A - Bach.	Licenciatura e sup.	Total
Dirigentes	0,0%	0,0%	25	25
Técnico Superior	0,0%	4	66	70
Assistente Técnico	2	21	0,0%	23
Assistente Operacional	12	2	0,0%	14
Informático	0,0%	3	5	8
Militares	6	65	48	119
	20	95	144	259
	7,7%	36,7%	55,6%	100,0%



RECURSOS HUMANOS **MOBILIDADE DO PESSOAL**

No período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020 admitiram-se ou regressaram ao serviço **17 trabalhadores** (8 homens e 9 mulheres), correspondendo a um índice de entradas de 6,5%. Indica-se abaixo a distribuição por grupos, cargos e carreiras (detalhe em Anexo 2, quadro 7, Gráfico 5). Os dados percentuais expostos têm por base o total do pessoal que entrou na Direção-geral:

- Dirigente intermédio 2º grau – 2 (11,7%)
- Técnico superior – 4 (23,5%)
- Assistente técnico – 2 (11,7 %)
- Assistente operacional – 1 (5,9%)
- Informático – 1 (5,9%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 7 (41,2%)

Destaca-se que conforme o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação, 2 trabalhadores ingressaram por “procedimento concursal”, 6 através de “mobilidade”, 2 em “comissão de serviço” e 7 em “outras situações” (p. e. militares).

No ano de 2020 deixaram a Direção-geral **14 trabalhadores** (12 homens e 2 mulheres), equivalendo ao **índice de saídas** de **5,4%** (Gráfico 5).

Quanto aos “nomeados” ou em “comissão de serviço”, 3 reformaram-se/aposentaram-se, 1 terminou a respetiva comissão, 6 encontravam-se em “mobilidade” e 2 em “outras situações”, designadamente militares que regressaram ao ramo (detalhe em Anexo 2, quadro 8).

Relativamente à saída de “contratados” (Contrato de Trabalho em Funções Públicas e Contrato de Trabalho no âmbito do Código de Trabalho), registaram-se 2 militares que saíram do serviço (Anexo 2, quadro 9).

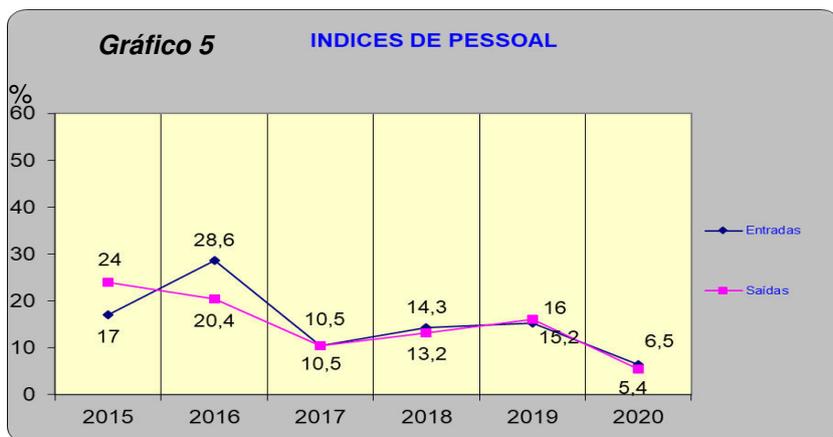
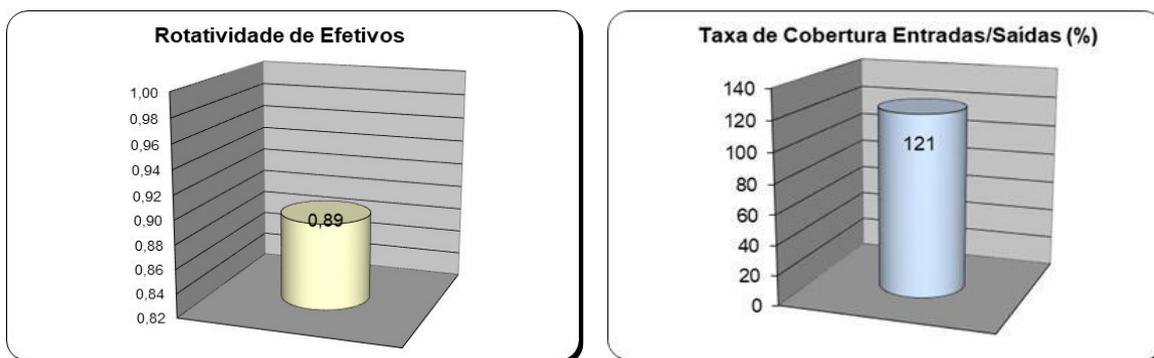


Figura 4 Movimentos de Pessoal



No âmbito da movimentação de pessoal verificou-se o aumento de 3 pessoas entre o número trabalhadores admitidos/regressados e aqueles que saíram da DGRDN (Figura 4).

Deste modo a **taxa de cobertura** (avalia em que proporção a entrada de funcionários cobre a saída, espelhando o acréscimo ou diminuição do número de RH existente) foi de **121%**.

O **índice de rotatividade de efetivos** (0 = máxima; 1 = nula) registou o valor **0,89**.

Dados comparativos

Rotatividade de efetivos				Taxa de cobertura			
2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020
0,83	0,79	0,76	0,89	100%	109%	95%	121%

RECURSOS HUMANOS **MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE**

Em 31 de dezembro de 2020 as **modalidades de horário de trabalho** praticadas pelos 259 trabalhadores da Direção-geral, distribuíam-se da seguinte forma (detalhe em Anexo 2, quadro 12):

- Rígido – 3 (1,2%)
- Flexível – 175 (67,6%)
- Jornada contínua – 24 (9,3%)
- Trabalho por turnos (militares EINATO) – 29 (11,1%)
- Isenção de horário – 28 (10,8%)

Destaca-se abaixo a caracterização dos trabalhadores pelo **período normal de trabalho (PNT)** no exercício das suas funções (detalhe em Anexo 2, quadro 13):

- Tempo completo de 35 h/semana – 235 (90,7%)
- Tempo parcial de 30 h/semana (jornada contínua) – 24 (9,2%).

No que refere às diferentes modalidades de **trabalho suplementar** durante o ano, contabilizam-se globalmente 3.002:38h (menos 749h que em 2019) (trabalho suplementar diurno: assistente operacional – 556h; trabalho em dias de descanso semanal obrigatório: 989h; informático – 14 h) (detalhe em Anexo 2, quadro 14).

No ano de 2020 a **taxa de absentismo** no serviço foi de **0,4%** (detalhe em Anexo 2, quadro 15, Figura 5 e Gráfico 6). Por género, nos trabalhadores do sexo masculino registou-se um absentismo de 0,3% e nos trabalhadores do sexo feminino 0,4%. O **índice de presença** foi de **99,6%**.

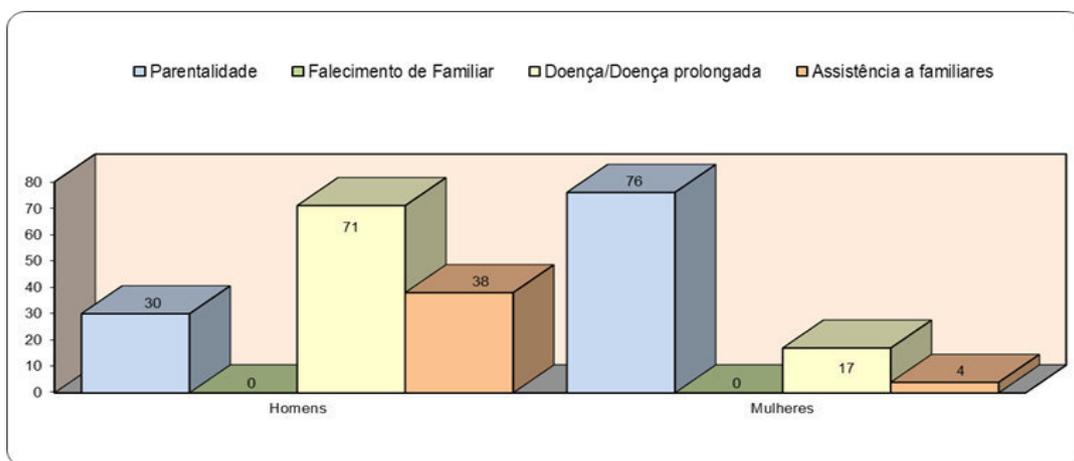
Considerando o tipo de ausências, as faltas por “parentalidade” (44%) foram as mais frequentes. Grupos profissionais que assinalaram maior número de ausências: Técnico Superior (188 dias), Assistente Técnico (10 dias) e Assistente Operacional (5 dias).

Não se constataram faltas injustificadas.

De referir que se tratou de um ano atípico, face à situação de pandemia Covid-19 que se viveu e nomeadamente muitos trabalhadores se encontrarem em teletrabalho contribuindo para os valores apurados.

Figura 5
Assiduidade

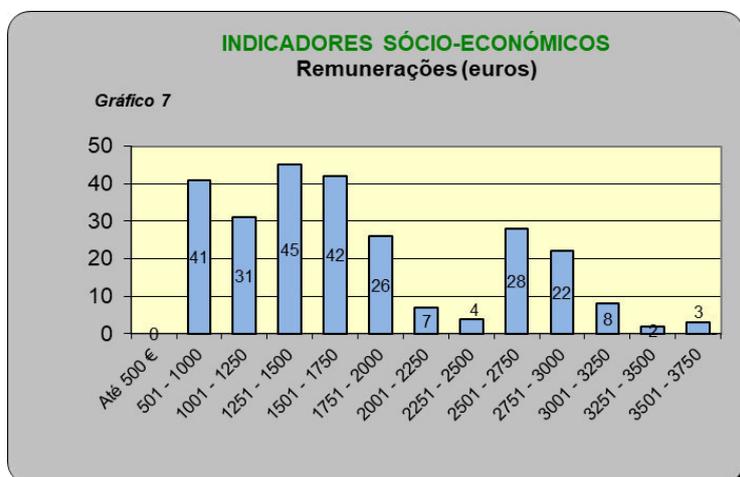
Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Casamento	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Parentalidade	30	28,3%	76	71,7%	106	44,4%
Falecimento de Familiar	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Doença/Doença prolongada	71	80,7%	17	19,3%	88	36,8%
Assistência a familiares	38	90,5%	4	9,5%	42	17,6%
Acidente serviço/Doença profissional	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Trabalhador estudante	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Por conta período de férias	1	33,3%	2	66,7%	3	1,3%
Com perda vencimento	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Outras	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total de dias de Faltas [DF]	140	58,6%	99	41,4%	239	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	168	64,9%	91	35,1%	259	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*252)	42 336	64,9%	22 932	35,1%	65 268	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	0,3%		0,4%		0,4%	



REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL

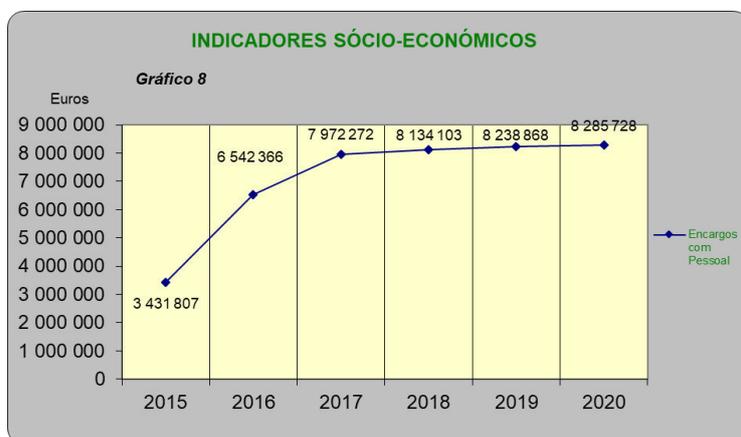
Em 31 de dezembro de 2020 a **estrutura remuneratória** do pessoal da DGRDN distribuía-se entre as classes remuneratórias “501 e 1.000 €” (645,07 €) e o máximo “entre 3.501 e 3.750 €” (3.745,26 €) (detalhe em Anexo 2, quadro 17, Gráfico 7). O escalão remuneratório mais frequente (moda) encontra-se entre 1.251 € e 1.500 € que inclui 17,4% dos trabalhadores do serviço (total 45 - 27 homens e 18 mulheres).

Destes valores resulta o **leque salarial ilíquido** de **5,8** (disparidade entre salário máximo e salário mínimo; quanto mais baixo este índice, menor a desigualdade salarial). Este indicador mantém-se inalterado relativamente ao ano de 2019.



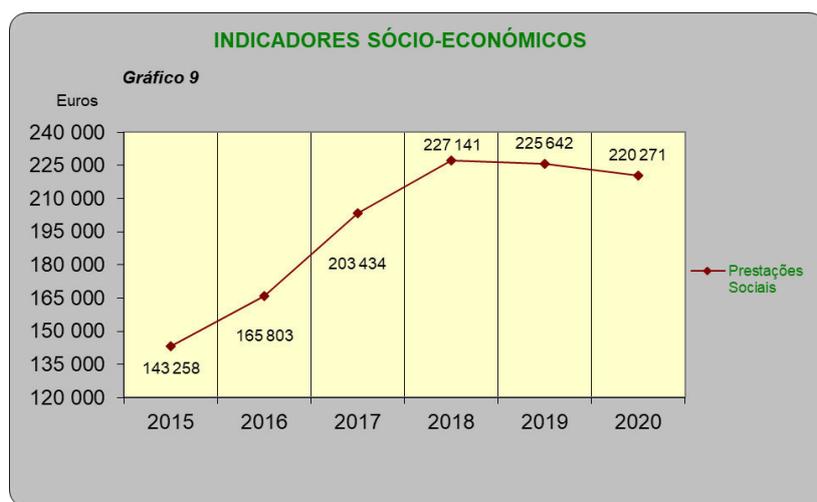
Os **encargos com pessoal** em 2020 representaram uma despesa de 8.285.728,37€ (aprox. + 0,2%) (detalhe em Anexo 2, quadro 18 e Gráfico 8). Estes encargos agrupam itens como a “remuneração base”, “suplementos remuneratórios”, “prestações sociais” e “outros encargos com pessoal”.

Concorreram principalmente para este montante os dispêndios em remunerações 5.664.668,98€ (68,4%), suplementos remuneratórios 890.513,07€ (10,8%), prestações sociais 220.271,07€ (2,7%) e outros encargos 1.510.275,25€ (18,2%).



A **taxa de encargos sociais** (divisão entre os encargos com prestações sociais e o total de despesa com a remuneração base) obteve o valor de **3,8%** (Anexo 2, quadro 18.2).

A despesa com **suplementos remuneratórios** (trabalho suplementar, abono para falhas, ajudas de custo, representação, secretariado e outros suplementos) totalizou 890.513,07 €. Os encargos com **prestações sociais** registaram um quantitativo de 220.271,07 €, reunindo custos relativos a “subsídios no âmbito da proteção da parentalidade”, “abono de família” e “subsídio de refeição” (Anexo 2, quadro 18.1 e 18.2, Gráfico 9).



HIGIENE E SEGURANÇA

Relativamente a esta secção e em referência aos acidentes de trabalho (AT) ocorridos no local de trabalho ou em itinerário não se assinalaram durante o ano de 2020 nenhuma ocorrência resultado eventualmente de um ano atípico, devido à pandemia COVID 19, em que os trabalhadores passaram a efetuar as suas funções em teletrabalho, o que evitou a possibilidade de acidentes de trabalho (Anexo 2, quadro 19).

No ano 2020 não ocorreram casos de **incapacidade permanente (parcial)** (Anexo 2, quadro 20). Constataram-se 65 ações no âmbito da **medicina no trabalho** (total de exames médicos) (Anexo 2, quadro 22).

Foram frequentadas por 5 trabalhadores, duas ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho (Anexo 2, quadro 25).

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

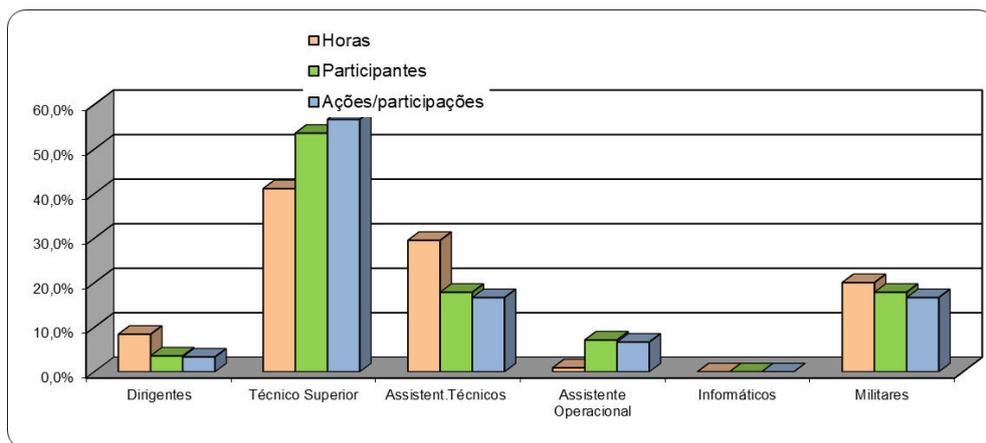
Um objetivo e propósito da Direção-geral tem sido sempre formar os trabalhadores numa perspetiva de investimento, procurando atingir a coerência entre as necessidades de qualificações características da organização para o exercício das suas atividades e as contrapartidas para o pessoal que a integra.

O envolvimento dos trabalhadores nos objetivos estratégicos proporciona uma “janela de oportunidades” ao crescimento individual, revelando-se indispensável à aprendizagem, à aquisição de novas competências e à capacidade de adaptação.

O **índice de participação** na formação foi de **10,8%** (- 13%). Participou-se em 30 ações externas e internas foram 28 o nº de intervenientes (detalhe em Anexo 2, quadros 27 a 30, Figura 6 e Gráfico 10).

Figura 6
Formação
Profissional

Grupos/Cargos/Carreiras	Participantes		Ações/participações		Horas		Custos
Dirigentes	1	3,6%	1	3,3%	56	8,4%	
Técnico Superior	15	53,6%	17	56,7%	273	41,1%	
Assistente Técnico	5	17,9%	5	16,7%	196	29,5%	
Assistente Operacional	2	7,1%	2	6,7%	6	0,9%	
Informático		0,0%		0,0%		0,0%	
Militares	5	17,9%	5	16,7%	133	20,0%	
Total	28	100,0%	30	100,0%	664	100,0%	17 193 €





Considerando os períodos de formação em horas utilizadas pelos grupos profissionais/cargos/carreias, surgem primeiramente os técnicos superiores (41%), sucedido dos assistentes técnicos (30%) e dos militares (20%) (Figura. 6).

Em relação às participações/ações assistidas destacam-se os técnicos superiores (55%), seguidos dos assistentes técnicos e militares, (ambos 16,6%) (Figura 6).

Segundo a duração das ações de formação, 18 foram de curta duração (inferior a 30 horas – 58%), seguida de 2 participações em ações com duração entre as 60 e as 119 horas (9,7%), e 10 participações numa ação igual ou superior a 120 h (32,3 %).

No ano em análise a **taxa de investimento em formação** foi de **0,2%** (- 0,2%). O valor absoluto obtido, 17.193,60 € traduziu-se na diminuição percentual de aproximadamente 48%, resultante de ter havido menos ações formação externa (-41), consequentemente com inferior dispêndio financeiro (Gráfico 11).

Atendendo a outros encargos, salientam-se os seguintes indicadores: o **custo médio (despesa) da formação por participante foi de 614,00€** e o **custo médio por trabalhador, 66,38€**, quantias inferiores ao comparativamente a 2019.



RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Em 31 de dezembro de 2020 verificavam-se 2 trabalhadores sindicalizados, correspondendo à **taxa de sindicalização** de **0,7%** (Anexo 2, quadro 31).

Não se registaram processos disciplinares, transitados ou instaurados no decorrer do ano (Anexo 2, quadro 32).

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN

Caracterização dos fatores mais significativos do **perfil profissional do pessoal da DGRDN**:

- GRUPO DE PESSOAL – civil (51%);
- GRUPOS PROFISSIONAIS (DOMINÂNCIA) – militar (49%) e técnico superior (27%);
- TIPO DE FUNÇÕES EXERCIDAS (DOMINÂNCIA) – técnicas (73,7%);
- MODALIDADE DE VINCULAÇÃO – contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (44,4%);
- COLOCAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS PELA ESTRUTURA ORGÂNICA – DSPSM (20,8%);
- SEXO – masculino (64,9%);
- IDADE – média 47 anos;
(grupos etários dominantes: 40 a 44 anos – 17% e dos 45/49 e 50/54 anos – 14%)
- ANTIGUIDADE NA AP – 22 anos (média);
- HABILITAÇÕES – formação superior (55,6%);
- MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO – flexível (67,6 %);
- ESCALÃO REMUNERATÓRIO MAIS FREQUENTE 1.251€ a 1.500€ - 45 trabalhadores (17,4%);
- ASSIDUIDADE – 0,9 dias de faltas (média absentismo/trabalhador);
- FORMAÇÃO PROFISSIONAL – 2,5 h (média horas de formação/trabalhador).



ANEXO 1

Índices de Gestão de Pessoal

PRINCIPAIS INDICES DE GESTÃO DE PESSOAL UTILIZADOS NO BALANÇO SOCIAL DA DGRDN

índice de enquadramento (pessoal dirigente / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal técnico superior (técnicos superiores / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal assistente técnico (assistentes técnicos / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal assistente operacional (assistentes operacionais / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal informático (informáticos / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal das Forças Armadas (militares / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com nomeação definitiva (Nº trabalhadores com ND / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (Nº trabalhadores com CTFPTI / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo (Nº trabalhadores com CTFPTRC / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal em comissão de serviço (Nº trabalhadores em CS / total de efetivos, x 100)

taxa de feminização (Nº de efetivos do sexo feminino / total de efetivos, x 100)

taxa de masculinização (Nº de efetivos do sexo masculino / total de efetivos, x 100)

índice de tecnicidade - sentido restrito (grupo de pessoal técnico superior + militares equiparados / efetivos globais, x 100)

idade média (soma das idades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

taxa de emprego jovem (total efetivos < 25 anos / efetivos globais, x 100)

taxa de envelhecimento (total efetivos => 55 anos / efetivos globais, x 100)

antiguidade média (soma das antiguidades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

índice de formação superior (licenciatura+mestrado+doutoramento / total de efetivos, x 100)

índice de formação secundária (11º ano+12º ano / total de efetivos, x 100)

índice de formação básica (4º ano+6ºano+9º ano / total de efetivos, x 100)

índice de entradas (Nº de admissões / total de efetivos, x 100)

índice de saídas (Nº de saídas / total de efetivos, x 100)

índice de rotatividade ou “turn-over” – a rotação máxima de efetivos equivale ao índice 0 e a rotação nula ao índice 1 (efetivo final a 31 Dez / efetivo inicial a 1 Jan + entradas + saídas)

taxa de cobertura – compensação entradas/saídas (total de admissões / total de saídas, x 100)

taxa de absentismo (total dias de ausência [sem férias] / 259 dias úteis x efetivos, x 100) (2020)

leque salarial ilíquido (maior remuneração base ilíquida / menor remuneração base ilíquida), indica quantas vezes o salário máximo é superior ao salário mínimo (quanto maior for o leque salarial, maiores serão as desigualdades salariais)

taxa de encargos sociais (total encargos com prestações sociais / total encargo remuneração base, x 100)

taxa de acidentes de trabalho (Nº de acidentes de trabalho / total de efetivos, x 100)

índice de participação na formação interna/externa (Nº de participantes em ações / total de efetivos, x 100)

taxa de investimento na formação (total despesa em formação / total encargos com pessoal, x 100)

taxa de sindicalização (Nº de trabalhadores sindicalizados / total de efetivos, x 100)

ANEXO 2

Mapas previstos no Decreto-Lei 190/96, de 9 de outubro
(modelo/formulário da DGAEP)

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2020

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 87592095

Ministério: Ministério da Defesa Nacional

Serviço / Entidade: Direção Geral de Recursos e Defesa Nacional

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO (Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2020 256

Em 31 de Dezembro de 2020 259

Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2020, indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2020 na folha "Critério"

Contato(s) do(s) responsável(eis) pelo preenchimento

Nome Sandra Martins

Tel: 21 302 72 84

E-mail: Sandra.martins@defesa.pt

Data 10/fev/21

BALANÇO SOCIAL 2020

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano](#)

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1								1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)															1	1							1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)															5	2							5	2	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)															8	7							8	7	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0
Técnico Superior										29	41												29	41	70
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo										4	19												4	19	23
Assistente operacional, operário, auxiliar										8	6												8	6	14
Aprendizes e praticantes																							0	0	0
Informático										7	1												7	1	8
Magistrado																							0	0	0
Diplomata																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																							0	0	0
Pessoal de Inspeção																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Docente Ensino Universitário																							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0
Médico																							0	0	0
Enfermeiro																							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0
Chefia Tributária																							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0
Conservador e Notário																							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0
Oficial de Justiça																							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			26	2								9	5										35	7	42
Forças Armadas - Sargento b)			49	6								1											50	6	56
Forças Armadas - Praça b)			12									8	1										20	1	21

Polícia Judiciária																							0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																								0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																								0	0	0
Guarda Prisional																								0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																								0	0	0
Bombeiro																								0	0	0
Polícia Municipal																								0	0	0
Total	0	0	87	8	0	0	0	0	48	67	18	6	0	0	15	10	0	0	0	0	0	0	168	91	259	

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																										0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																			1							1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																			1	1						1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)											1		2		1		1			1		1				5	2	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)										1	1	1	3		4				3		2					8	7	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																										0	0	0
Técnico Superior					1		4		4	7	8	6	5	13	2	3	2	4	2	3	1	5				29	41	70
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					2			1	1	3	1	2	0	1		5		1		4		2				4	19	23
Assistente operacional, operário, auxiliar											1		3	1			1	3	1	2	2					8	6	14
Aprendizes e praticantes																										0	0	0
Informático											4		1		2					1						7	1	8
Magistrado																										0	0	0
Diplomata																										0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																										0	0	0
Pessoal de Inspeção																										0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																										0	0	0
Docente Ensino Universitário																										0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																										0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																										0	0	0
Médico																										0	0	0
Enfermeiro																										0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																										0	0	0
Técnico Superior de Saúde																										0	0	0
Chefia Tributária																										0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																										0	0	0
Pessoal Aduaneiro																										0	0	0
Conservador e Notário																										0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																										0	0	0
Oficial de Justiça																										0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)					3	1	6	4	2	0	6	2	3	0	2	0	10		2	0	1				35	7	42	
Forças Armadas - Sargento b)				1	1	0	6	0	5	0	8	2	5	3	14	0	8	0	3						50	6	56	
Forças Armadas - Praça b)			4	0	4	1	2	0	2	0	1	0	2	0	5										20	1	21	
Polícia Judiciária																										0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																										0	0	0

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																	1		1	0	1	
Dirigente superior de 2º grau a)		1															1		1	1	2	
Dirigente intermédio de 1º grau a)							1				1		2		1	1			1	5	2	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)			1						2	4	1		3	3					1	8	7	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																			0	0	0	
Técnico Superior	7	5	3	4	2	2	5	8	3	7	4	1	4	5	1	3			6	29	41	70
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	2	4								3	3	2	1		1	4			3	4	19	23
Assistente operacional, operário, auxiliar	1		1		1	1				1	2	1			1	1	3	1	8	6	14	
Aprendizes e praticantes																			0	0	0	
Informático							2			3		1	1	1					7	1	8	
Magistrado																			0	0	0	
Diplomata																			0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																			0	0	0	
Pessoal de Inspeção																			0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0	
Docente Ensino Universitário																			0	0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico																			0	0	0	
Educ. Infância e Doc., do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0	
Médico																			0	0	0	
Enfermeiro																			0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0	
Técnico Superior de Saúde																			0	0	0	
Chefia Tributária																			0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0	
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0	
Conservador e Notário																			0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0	
Oficial de Justiça																			0	0	0	
Forças Armadas - Oficial b)	5	1	5	2			2		2	3	5	1	6		7		3	35	7	42		
Forças Armadas - Sargento b)	3	1	3		4		4	1	7	1	6	3	8		13		2	50	6	56		
Forças Armadas - Praça b)	7		1	1	3		2		2				5					20	1	21		
Polícia Judiciária																			0	0	0	

Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																			0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Polícia Municipal																			0	0	0
Total	25	12	14	7	10	3	16	14	22	17	20	10	29	7	22	9	10	12	168	91	259

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																						0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1							1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)															1			1				1	1	2
Dirigente Intermédio de 1º grau a)															5	2						5	2	7
Dirigente Intermédio de 2º grau a)															5	7	3					8	7	15
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)																						0	0	0
Técnico Superior											1	2	1		20	33	6	5	1	1		29	41	70
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							1	1			3	18										4	19	23
Assistente operacional, operário, auxiliar			2	4	2	1	2	1			2											8	6	14
Aprendizes e praticantes																						0	0	0
Informático											3				4	1						7	1	8
Magistrado																						0	0	0
Diplomata																						0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																						0	0	0
Pessoal de Inspeção																						0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																						0	0	0
Docente Ensino Universitário																						0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																						0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																						0	0	0
Médico																						0	0	0
Enfermeiro																						0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																						0	0	0
Técnico Superior de Saúde																						0	0	0
Chefia Tributária																						0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																						0	0	0
Pessoal Aduaneiro																						0	0	0
Conservador e Notário																						0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																						0	0	0
Oficial de Justiça																						0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)											1				19	3	13	4	2			35	7	42
Forças Armadas - Sargento b)							2		6		38	3			2	3	2					50	6	56
Forças Armadas - Praça b)							4		6		10	1										20	1	21
Polícia Judiciária																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0

Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																							0	0	0
Guarda Prisional																							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																							0	0	0
Bombeiro																							0	0	0
Polícia Municipal																							0	0	0
Total	0	0	2	4	2	1	9	2	12	0	58	24	1	0	57	49	24	10	3	1	168	91	259		

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Tarefa																							0	0	0
Avença																							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, c

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	menor que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																												0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																												0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																												0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																												0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																												0	0	0
Técnico Superior																	1				2							1	2	3
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																					1							0	1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar																												0	0	0
Aprendizes e praticantes																												0	0	0
Informático																												0	0	0
Magistrado																												0	0	0
Diplomata																												0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																												0	0	0
Pessoal de Inspeção																												0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																												0	0	0
Docente Ensino Universitário																												0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																												0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0	0	0
Médico																												0	0	0
Enfermeiro																												0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0	0	0
Técnico Superior de Saúde																												0	0	0
Chefia Tributária																												0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																												0	0	0
Pessoal Aduaneiro																												0	0	0
Conservador e Notário																												0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																												0	0	0
Oficial de Justiça																												0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																1												1	0	1
Forças Armadas - Sargento b)																1												1	0	1
Forças Armadas - Praça b)																												0	0	0
Polícia Judiciária																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																												0	0	0

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)															0	0	0
Dirigente Intermédio de 1º grau a)															0	0	0
Dirigente Intermédio de 2º grau a)										1	1				1	1	2
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior					3	1									3	1	4
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1	1													1	1	2
Assistente operacional, operário, auxiliar					1										1	0	1
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático					1										1	0	1
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)															0	1	1
Forças Armadas - Sargento b)														1	5	6	6
Forças Armadas - Praça b)															0	0	0
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	1	1	0	0	5	1	0	0	1	1	0	0	1	6	8	9	17

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Mobilidade		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																							0	0	0	
Dirigente superior de 2º grau a)																							0	0	0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)																							0	0	0	
Dirigente intermédio de 2º grau a)			1																1				2	0	2	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0	
Técnico Superior			1	1											2	1							3	2	5	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo															3								3	0	3	
Assistente operacional, operário, auxiliar																							0	0	0	
Aprendizes e praticantes																							0	0	0	
Informático																							0	0	0	
Magistrado																							0	0	0	
Diplomata																							0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																							0	0	0	
Pessoal de Inspeção																							0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0	
Docente Ensino Universitário																							0	0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0	
Médico																							0	0	0	
Enfermeiro																							0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0	
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0	
Chefia Tributária																							0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0	
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0	
Conservador e Notário																							0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0	
Oficial de Justiça																							0	0	0	
Forças Armadas - Oficial b)																						1		1	0	1
Forças Armadas - Sargento b)																						1		1	0	1
Forças Armadas - Praça b)																							0	0	0	
Polícia Judiciária																							0	0	0	

Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																							0	0	0
Guarda Prisional																							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																							0	0	0
Bombeiro																							0	0	0
Polícia Municipal																							0	0	0
Total	0	0	2	1	0	5	1	0	0	1	0	2	0	10	2	12									

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art. 9º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																													0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																													0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																													0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																													0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																													0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																													0	0	0
Técnico Superior																													0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																													0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																													0	0	0
Aprendizes e praticantes																													0	0	0
Informático																													0	0	0
Magistrado																													0	0	0
Diplomata																													0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																													0	0	0
Pessoal de Inspeção																													0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																													0	0	0
Docente Ensino Universitário																													0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																													0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																													0	0	0
Médico																													0	0	0
Enfermeiro																													0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																													0	0	0
Técnico Superior de Saúde																													0	0	0
Chefia Tributária																													0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																													0	0	0
Pessoal Aduaneiro																													0	0	0
Conservador e Notário																													0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																													0	0	0
Oficial de Justiça																													0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)				1																									1	0	1
Forças Armadas - Sargento b)																													0	0	0
Forças Armadas - Praça b)				1																									1	0	1
Polícia Judiciária																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																													0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																													0	0	0

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior						0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						0
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	0	0	0	0	0	0

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0	0	0
Técnico Superior			18	16							18	16	34
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			2	6							2	6	8
Assistente operacional, operário, auxiliar			2	1							2	1	3
Aprendizes e praticantes											0	0	0
Informático			3								3	0	3
Magistrado											0	0	0
Diplomata											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0	0	0
Pessoal de Inspeção											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica											0	0	0
Docente Ensino Universitário											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0	0	0
Médico											0	0	0
Enfermeiro											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0	0	0
Técnico Superior de Saúde											0	0	0
Chefia Tributária											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária											0	0	0
Pessoal Aduaneiro											0	0	0
Conservador e Notário											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado											0	0	0
Oficial de Justiça											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)											0	0	0
Polícia Judiciária											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0	0	0
Guarda Prisional											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0
Bombeiro											0	0	0
Polícia Municipal											0	0	0
Total	0	0	25	23	0	0	0	0	0	0	25	23	48

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 156º, 157º e 158 da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

(3) - Artigo 99º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico (*)		Isenção de horário		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)														1	1	0	1	
Dirigente superior de 2º grau a)														1	1	1	2	
Dirigente Intermédio de 1º grau a)														5	2	5	7	
Dirigente Intermédio de 2º grau a)														8	7	8	15	
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0	
Técnico Superior			28	27			1	13							1	29	41	70
Assistente técnico, técnico de nível Intermédio, pessoal administrativo			3	14			1	3							2	4	19	23
Assistente operacional, operário, auxiliar	3		5	2				4							8	6	14	
Aprendizes e praticantes															0	0	0	
Informático			5	1			2								7	1	8	
Magistrado															0	0	0	
Diplomata															0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência															0	0	0	
Pessoal de Inspeção															0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0	
Docente Ensino Universitário															0	0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0	
Educ.,Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0	
Médico															0	0	0	
Enfermeiro															0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0	
Técnico Superior de Saúde															0	0	0	
Chefia Tributária															0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0	
Pessoal Aduaneiro															0	0	0	
Conservador e Notário															0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0	
Oficial de Justiça															0	0	0	
Forças Armadas - Oficial b)			35	6							1				35	7	42	
Forças Armadas - Sargento b)			34	4					16	2					50	6	56	
Forças Armadas - Praça b)			10	1					10						20	1	21	
Polícia Judiciária															0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0	
Guarda Prisional															0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0	
Bombeiro															0	0	0	
Polícia Municipal															0	0	0	
Total	3	0	120	55	0	0	4	20	26	3	0	0	15	13	168	91	259	

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

(*) Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar a meia jornada (Lei 84/2015, de 7/08)

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

SE Cálculos a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo																								PNT inferior ao praticado a tempo completo												TOTAL		
							células abertas para indicar nº horas/semana						Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		M	F	Total												
	35 horas		40 horas		42 horas		30 horas																																
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F															
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																								0	0	0													
Dirigente superior de 1º grau a)	1																							1	0	1													
Dirigente superior de 2º grau a)	1	1																						1	1	2													
Dirigente intermédio de 1º grau a)	5	2																						5	2	7													
Dirigente intermédio de 2º grau a)	8	7																						8	7	15													
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																								0	0	0													
Técnico Superior	28	28					1	13																29	41	70													
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	3	16					1	3																4	19	23													
Assistente operacional, operário, auxiliar	8	2						4																8	6	14													
Aprendizes e praticantes																								0	0	0													
Informático	5	1					2																	7	1	8													
Magistrado																								0	0	0													
Diplomata																								0	0	0													
Pessoal dos Serviços Externos do ANE - assistente de residência																								0	0	0													
Pessoal de Inspeção																								0	0	0													
Pessoal de Investigação Científica																								0	0	0													
Docente Ensino Universitário																								0	0	0													
Docente Ensino Superior Politécnico																								0	0	0													
Educ./Infecta e Doc. de Ens. Básico e Secundário																								0	0	0													
Médico																								0	0	0													
Enfermeiro																								0	0	0													
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																								0	0	0													
Técnico Superior de Saúde																								0	0	0													
Chefe Tributária																								0	0	0													
Pessoal de Administração Tributária																								0	0	0													
Pessoal Aduaneiro																								0	0	0													
Conservador e Notário																								0	0	0													
Oficial dos Registos e do Notariado																								0	0	0													
Oficial de Justiça																								0	0	0													
Forças Armadas - Oficial b)	35	7																						35	7	42													
Forças Armadas - Sargento b)	50	6																						50	6	56													
Forças Armadas - Praça b)	20	1																						20	1	21													
Polícia Judiciária																								0	0	0													
Polícia de Segurança Pública - Oficial																								0	0	0													
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																								0	0	0													
Polícia de Segurança Pública - Agente																								0	0	0													
Guarda Nacional Republicana - Oficial																								0	0	0													
Guarda Nacional Republicana - Sargento																								0	0	0													
Guarda Nacional Republicana - Guarda																								0	0	0													
Serviço Estrangeiros Fronteiras																								0	0	0													
Guarda Prisional																								0	0	0													
Outro Pessoal de Segurança c)																								0	0	0													
Bombeiro																								0	0	0													
Polícia Municipal																								0	0	0													
Total	164	71	0	0	0	0	4	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	168	91	259													

NOTAS:
 Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
 Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam;
 PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;
 (*): Trabalho a tempo parcial, meio período ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanal, se inferior ao praticado a tempo completo;
 Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
 d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0:00	
Dirigente superior de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior											0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo											0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar	559:00	7:00	1429:25	10:30	592:00						2580:25	17:30	2597:55
Aprendizes e praticantes											0:00	0:00	0:00
Informático	5:00		2:43		397:00						404:43	0:00	404:43
Magistrado											0:00	0:00	0:00
Diplomata											0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico											0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0:00	0:00	0:00
Médico											0:00	0:00	0:00
Enfermeiro											0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde											0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro											0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário											0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado											0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)											0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)											0:00	0:00	0:00
Bombeiro											0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal											0:00	0:00	0:00
Total	564:00	7:00	1432:08	10:30	989:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	2985:08	17:30	3002:38

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho suplementar diurno e nocturno só contempla o trabalho suplementar efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho suplementar em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho nocturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna "trabalho nocturno suplementar" neste quadro deve-se considerar o trabalho suplementar efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																												0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 1º grau a)																												0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 2º grau a)																												0,0	0,0	0,0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																												0,0	0,0	0,0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																												0,0	0,0	0,0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																												0,0	0,0	0,0
Técnico Superior			30,0	76,0			35,0	7,0			38,0					2,0												103,0	85,0	188,0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo								10,0																				0,0	10,0	10,0
Assistente operacional, operário, auxiliar												4,0			1,0													1,0	4,0	5,0
Aprendizes e praticantes																												0,0	0,0	0,0
Informático																												0,0	0,0	0,0
Magistrado																												0,0	0,0	0,0
Diplomata																												0,0	0,0	0,0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Inspeção																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Investigação Científica																												0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Universitário																												0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Superior Politécnico																												0,0	0,0	0,0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0,0	0,0	0,0
Médico																												0,0	0,0	0,0
Enfermeiro																												0,0	0,0	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0,0	0,0	0,0
Técnico Superior de Saúde																												0,0	0,0	0,0
Chefia Tributária																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Administração Tributária																												0,0	0,0	0,0
Pessoal Aduaneiro																												0,0	0,0	0,0
Conservador e Notário																												0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado																												0,0	0,0	0,0
Oficial de Justiça																												0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Oficial b)							30,0																					30,0	0,0	30,0
Forças Armadas - Sargento b)							6,0																					6,0	0,0	6,0
Forças Armadas - Praça b)																												0,0	0,0	0,0
Polícia Judiciária																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Agente																												0,0	0,0	0,0

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o N° de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €			0
501-1000 €	22	19	41
1001-1250 €	20	11	31
1251-1500 €	27	18	45
1501-1750 €	29	13	42
1751-2000€	18	8	26
2001-2250 €	5	2	7
2251-2500 €	3	1	4
2501-2750 €	22	6	28
2751-3000 €	11	11	22
3001-3250 €	6	2	8
3251-3500 €	2		2
3501-3750 €	3		3
3751-4000 €			0
4001-4250 €			0
4251-4500 €			0
4501-4750 €			0
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €			0
Total	168	91	259

NOTAS:

- Deve indicar o numero de trabalhadores em cada escalão por genero;
- O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género;
- Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licen
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais :
- Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;
- Não considerar o duodécimo do subsídio de natal.

B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	645,07 €	645,07 €
Máxima (€)	3 745,26 €	3 183,47 €

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima;
Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/ referencia

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	5 664 668,98 €
Suplementos remuneratórios	890 513,07 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	220 271,07 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal (**)	1 510 275,25 €
Total	8 285 728,37 €

Nota:

Não incluir prestadores de serviços.

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

(**) registar:

- as indemnizações por férias não gozadas;
- as compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos;
- os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança Social;
- os abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	21 182,09 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	
Isonção de horário de trabalho	
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**)	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	2 650,68 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	126 241,72 €
Representação	87 657,27 €
Secretariado	1 632,82 €
Outros suplementos remuneratórios (***)	651 148,49 €
Total	890 513,07 €

Nota:

(*) - caso não tenha sido incluído em trabalho suplementar (diurno e nocturno);

(**) - incluir também tempo prolongado na carreira médica e suplemento de comando;

(***) - incluir também o subsídio de residência.

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	3 822,20 €
Abono de família	7 831,64 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	207 300,80 €
Outras prestações sociais	1 316,43 €
Total	220 271,07 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	
Total	0,00 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de acidentes de trabalho (AT) <u>com baixa</u> ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0					
	F	0						0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	
- parcial	
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	
Casos de incapacidade temporária e parcial	
Total	0

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	65	0,00 €
Exames de admissão		
Exames periódicos	32	
Exames ocasionais e complementares	33	
Exames de cessação de funções		
Despesas com a medicina no trabalho (*)		
Visitas aos postos de trabalho		

Nota:

(*) incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1. ("pessoas ao serviço em 31 de Dezembro"), as despesas efectuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	
Visitas aos locais de trabalho	
Outras	

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	
Adaptação do posto de trabalho	
Alteração do regime de duração do trabalho	
Mobilidade interna	

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	2
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	5

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	
Equipamento de protecção (b)	
Formação em prevenção de riscos (c)	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

Nota:

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança do trabalhador no exercício da sua profissão.

Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	18				18
Externas	0		2	10	12
Total	18	0	2	10	30

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)			0	
Dirigente superior de 2º grau a)		1	1	1
Dirigente intermédio de 1º grau a)			0	
Dirigente intermédio de 2º grau a)			0	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior	13	4	17	15
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	5		5	5
Assistente operacional, operário, auxiliar		2	2	2
Aprendizes e praticantes			0	
Informático			0	
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	
Forças Armadas - Oficial b)		3	3	3

Forças Armadas - Sargento b)		2	2	2
Forças Armadas - Praça b)			0	
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	18	12	30	28
Totais devem ser iguais aos do Q. 27				

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dEpendidas	Horas	Horas dEpendidas em acções internas	Horas dEpendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)				0:00
Dirigente superior de 2º grau a)				0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)				0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)		56:00		56:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)				0:00
Técnico Superior		273:00		273:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		196:00		196:00
Assistente operacional, operário, auxiliar		6:00		6:00
Aprendizes e praticantes				0:00
Informático				0:00
Magistrado				0:00
Diplomata				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional				0:00
Pessoal de Inspeção				0:00
Pessoal de Investigação Científica				0:00
Docente Ensino Universitário				0:00
Docente Ensino Superior Politécnico				0:00

Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00
Médico			0:00
Enfermeiro			0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0:00
Técnico Superior de Saúde			0:00
Chefia Tributária			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Pessoal Aduaneiro			0:00
Conservador e Notário			0:00
Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)	49:00		49:00
Forças Armadas - Sargento b)	84:00		84:00
Forças Armadas - Praça b)			0:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

Notas:

Considerar as horas despendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	500,00 €
Despesa com acções externas	16 693,60 €
Total	17 193,60 €

Notas:

i) Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade;

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	2
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Av. Ilha da Madeira, 1 - 4º piso
1400-204 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 3028500, FAX + 351 21 3027221
EMAIL dgrdn@defesa.pt URL: <http://www.portugal.gov.pt>

